

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de pós-graduação do Departamento de História

Maria Cecília Vieira de Carvalho

NÃO FAÇAM PRISIONEIROS!
O combate e o extermínio da Guerrilha do Araguaia

Belo Horizonte

2019

Maria Cecília Vieira de Carvalho

NÃO FAÇAM PRISIONEIRO!

O combate e o extermínio da Guerrilha do Araguaia

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: História e Culturas Políticas

Orientadora: prof^ª. Heloisa Maria Murgel Starling

Belo Horizonte

2019

981.063
C331n
2019

Carvalho, Maria Cecília Vieira de

Não façam prisioneiros! [manuscrito] : o combate e o extermínio da Guerrilha do Araguaia / Maria Cecília Vieira de Carvalho. - 2019.

160 f.

Orientadora: Heloísa Maria Murgel Starling.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia

1.História – Teses. 2. Guerrilhas – Araguaia, Rio, Região – História – Teses. 3.Ditadura e ditadores - Teses. I. Starling, Heloísa Maria Murgel. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO EM HISTÓRIA DE MARIA CECÍLIA VIEIRA DE CARVALHO

Nº REGISTRO: 2016650820

Aos **12** dias do mês de **setembro** de **2019** (dois mil e dezenove), reuniu-se a Comissão Examinadora composta pelos professores doutores **Heloísa Maria Murgel Starling** (UFMG), **Dulce Chaves Pandolfi** (FGV) e **Douglas Attila Marcelino** (UFMG), para julgar o trabalho final intitulado: **NÃO FAÇAM PRISIONEIRO! O COMBATE E O EXTERMINIO DA GUERRILHA DO ARAGUAIA**, requisito final para a obtenção do grau de **MESTRE EM HISTÓRIA**. Abrindo a sessão no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, Área de Concentração: História, tradição e modernidade: política, cultura e trabalho - Linha de Pesquisa: História e Culturas Políticas, a Presidente da Comissão, professora **Heloísa Maria Murgel Starling**, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata, para a apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu, sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição de resultado final. A candidata foi considerada **APROVADA**. O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ata, que foi assinada pelos examinadores participantes. Belo Horizonte, 12 de setembro de 2019.

Observação da Banca: A BANCA RESSALTA O BUENO DO TRABALHO DE PESQUISA, A QUALIDADE DA ESCRITA E O RELEVANTE PAPEL ASSUMIDO COMO HISTORIADORA PÚBLICA. A BANCA SUGERE A PUBLICAÇÃO DO TRABALHO.

Comissão Examinadora:

Heloísa Maria Murgel Starling
Profa. Dra. Heloísa Maria Murgel Starling - Orientadora (UFMG)

Dulce Chaves Pandolfi
Profa. Dra. Dulce Chaves Pandolfi (FGV)

Douglas Attila Marcelino
Prof. Dr. Douglas Attila Marcelino (UFMG)

**Aos guerrilheiros do Araguaia.
A Rosa, a Luísa, a Márcia e a Rose.**

AGRADECIMENTOS

Embora a redação desta dissertação constituísse parte importante do mestrado, penso que a jornada por essa selva intimidadora tenha se materializado em incontáveis caminhos. Sendo assim, gostaria de utilizar deste espaço não só para agradecimentos voltados à escrita do trabalho, mas a todos aqueles que contribuíram para que eu desbravasse tantos desafios.

Agradeço a CAPES pela concessão da bolsa de mestrado. Ao Departamento de História da UFMG por conceder os subsídios necessários à realização desta pesquisa. A minha orientadora Heloísa Starling e aos colegas do Projeto República, por modificarem a minha vida com infinitas possibilidades de conhecimento.

Agradeço a minha esposa Maria Isabel, por compartilhar comigo tantos sonhos e desafios, por acreditar na minha capacidade e por elevar a minha vida com nosso amor tão sincero. Aos meus pais Aparecida e Alvimar, por serem integralmente a minha alma e o meu coração, por marcarem meu espírito com caráter, justiça, fé, amor e humanidade. A minha querida irmã Mariana, que veste roupas normais aos olhos dos outros, mas que aos meus, sempre trajou a armadura de uma Mulher Maravilha, linda, verdadeira, divertida e intensamente companheira. A minha querida cunhada Regiane, mulher forte, que me ajuda a ser forte também. A Ana Teresa e Pedro, pelas palavras de incentivo e pelo carinho fraterno. A Pirata, Valente, Lady, Sarabi, Lili, Nala, Fester, Júlio César, Alexandre, pelo carinho mais sincero do mundo e pelos momentos mágicos de felicidade.

Agradeço ao meu amigo José, por compartilhar comigo cada pedacinho desta intensa jornada, cada lágrima e cada sorriso. A minha amiga e professora Taciana, pela sinceridade com amor, pelas broncas com amor e pelo amor por ele mesmo. Aos meus amigos Wilkie e Tião, que transformaram meus dias em alegrias e estão sempre em cada uma de minhas lembranças mais felizes. A Pauliane pelo carinho. A Renata e Rachel pelos sorrisos e gargalhadas. Aos meus amigos Fred, Getúlio, Allysson, Luísa, Evandro, Lucas, Mila, Gabriel, Alda, Juliana por caminharem comigo em todos os momentos dessa jornada difícil.

Que novos desafios se iniciem mata adentro, e que eu possa ter a sorte de compartilhar com vocês tantas outras jornadas.

RESUMO

A presente investigação histórica tem como objetivo principal destrinchar e analisar as campanhas de combate a Guerrilha do Araguaia, desencadeadas sucessivamente pelas Forças Armadas, de abril de 1972 a outubro de 1974. Para tanto, o nosso trabalho percorreu a trajetória do PCdoB, explorando suas influências políticas e militares; examinou toda estruturação e organização da guerrilha no Bico do Papagaio e por fim, investigou as operações militares que culminaram no aniquilamento do movimento guerrilheiro. Sob a luz do conceito de Legalidade Autoritária, cunhado pelo cientista político Anthony Pereira, o trabalho aqui desenvolvido deu destaque para a ação batizada pelos militares de Marajoara. Analisando suas especificidades, defendemos a hipótese de que a operação foi concebida, estruturada e executada para o extermínio da Guerrilha do Araguaia.

Palavras - Chave: Guerrilha, Extermínio, Ditadura, Violência, Resistência, Combate.

ABSTRACT

The main objective of this historical investigation is to uncover and analyze the campaigns to combat the Araguaia guerrilla, triggered successively by the armed forces, from April 1972 to October 1974. To this end, our work has gone through the trajectory of the PCdoB, exploring its political and military influences; examined the entire structure and organization of the guerrilla in the parrot beak and finally investigated the military operations that culminated in the annihilation of the guerrilla movement. Under the light of the concept of authoritarian legality, coined by the political scientist Anthony Pereira, the work here developed highlighted the action christened by the military of Marajoara. Analyzing its specificities, we defend the hypothesis that the operation was conceived, structured and executed for the extermination of the Araguaia guerrilla.

Keywords: Guerrilla, Extermination, Dictatorship, Violence, Resistance, Combat.

SUMÁRIO

Introdução	8
Capítulo 1 – A gênese de uma guerrilha	
1.1 A Revolução Chinesa é a estrela guia	19
1.2 Fundação e crise do PCB.....	27
1.3 Fundação do PCdoB	35
Capítulo 2 – Armas na floresta: a trajetória até o Araguaia	
2.1 O golpe de 1964 ecoa no PCdoB: a preparação para a luta	38
2.2 “ <i>Verás que o filho teu não foge à luta</i> ”: o recrutamento para a guerrilha.....	41
2.3 O Araguaia em Chamas: a escolha do Bico do Papagaio como personagem	42
2.4 “Selva à Vista”: os comunistas desembarcam no Araguaia	45
2.5 Às armas: a guerrilha organizada	51
Capítulo 3 – O silêncio da floresta em chamas	
3.1 Araguaia em foco: os militares descobrem a guerrilha	60
3.2 Ditadura por toda parte: a repressão desembarca na Amazônia	62
3.3 Primeira Campanha de Combate à Guerrilha do Araguaia	64
3.4 Segunda Campanha: o fracasso do <i>Manobráo</i>	71
3.5 O silêncio que precede a barbárie: é hora da <i>Operação Sucuri</i>	77
Capítulo 4 – “Não Façam Prisioneiros”	
4.1 Os ecos do extermínio	82
4.2 A violência do extermínio como política estatal	83
4.3 Operação Marajoara: o extermínio na concepção	86
4.3 Operação Marajoara: o extermínio na organização e no planejamento	93
4.4 Operação Marajoara: o extermínio na prática	98

4.4.1 Início da Operação e o Dia D	98
4.4.2 A tortura que produz sujeitos quebrados	103
4.4.3 Terceirização da luta: os guias e os caçadores de guerrilheiro	113
4.4.4 Chafurdo de Natal: o extermínio chega ao comando	117
4.4.5 A guilhotina do Araguaia é o facão: a degola dos guerrilheiros	123
4.4.6 “Matem Todos!” A execução de guerrilheiros presos e feridos	128
Conclusão	137
Referências Bibliográficas	148

1 INTRODUÇÃO

1.1 A dor de tantos vazios presentes

Bauru, interior do estado de São Paulo. Domingo, 16 de junho de 1996. O Cemitério Jardim do Ypê, no bairro Parque das Nações, foi tomado por uma multidão: centenas de pessoas traziam flores, batiam palmas, e cantavam o hino nacional. O motivo de tamanha comoção era justo. A espera havia acabado e acontecia, naquele momento, um enterro que demorou mais de duas décadas para ser realizado. Entre tantos rostos marcados pela emoção, era possível identificar aquele em que o sofrimento mais pesava: nos olhos de Julieta Petit, de 76 anos, as marcas do cansaço e da angústia. Naquela fria manhã de outono, ela enterrou os restos mortais de sua filha caçula, Maria Lúcia Petit. Foram ao todo, 24 anos de espera, desde sua morte até o sepultamento. Maria Lúcia fazia parte do grupo de guerrilheiros do PCdoB que morreu no Araguaia durante a ditadura militar. Ela chegou à região acompanhada dos irmãos Lúcio e Jaime Petit, no início da década de 1970. Foi a segunda guerrilheira executada pelas Forças Armadas no Bico do Papagaio¹. Tinha 22 anos de idade.

Nas primeiras horas da manhã do dia 16 de junho de 1972, seus companheiros de destacamento foram acordados por uma sequência de tiros a menos de dois quilômetros de onde estavam. Todos os disparos vinham da direção onde Maria Lúcia e mais dois guerrilheiros acampavam. Ao se aproximarem da casa do camponês “João Coioió”, foram surpreendidos por uma patrulha do Exército. Maria Lúcia ia à frente guiando os demais, e sem qualquer aviso ou alerta, recebeu um tiro e caiu². Seu corpo foi enterrado em um cemitério de Xambioá, envolto em uma lona de paraquedas, sem placa de identificação. Foi o primeiro membro da família Petit a morrer naquelas terras.

Após duas décadas de buscas e investigações, em abril de 1991, um grupo de familiares de mortos e desaparecidos do Araguaia, desembarcou na cidade de Xambioá, com uma comitiva da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, e uma equipe de legistas da Unicamp. Orientados por informações de coveiros e moradores da região, promoveram escavações em um cemitério da cidade, para localizar os restos mortais de guerrilheiros do Araguaia. Foram encontradas duas ossadas: “a de uma

¹ O Bico do Papagaio é uma região de confluência entre os estados do Pará, Maranhão e Tocantins – na época Goiás.

² ARROYO, Ângelo. *Relatório Arroyo*. 1976. In: POMAR, Wladimir. *Araguaia: O Partido e a Guerrilha – Documentos Inéditos*. São Paulo: Ed. Brasil Debates, Col. Brasil Estudos, nº 2, 1980, p. 253.

mulher jovem envolta em tecido de paraquedas e de um homem idoso. Uma equipe de peritos (...) transportou as ossadas para o Departamento de Medicina Legal da Unicamp³. Em Brasília, Badan Palhares – Chefe do Departamento de Medicina Legal daquela instituição – declarou publicamente que os restos mortais encontrados eram certamente de uma guerrilheira. Mesmo diante das evidências, as ossadas permaneceram engavetadas, sem serem identificadas, por mais de cinco anos.

No início do ano de 1996, o livro com páginas amareladas e esquecidas da história da Guerrilha do Araguaia, ganhou novos capítulos. O jornal *O Globo* publicou a partir de abril daquele ano, uma série de reportagens investigativas⁴ sobre o conflito, que estampava em suas páginas principais, fotos⁵ dos guerrilheiros mortos e presos. A publicação repercutiu por todo Brasil, mas seus ecos mais estrondosos foram sentidos no interior de São Paulo, mais especificamente em uma das casas da cidade de Bauru.

De jornal em mãos, dona Julieta Petit e sua filha Laura não tiveram nenhuma dúvida ao olhar para algumas daquelas fotografias: estavam diante da imagem de Maria Lúcia morta. Seu corpo estava enrolado por uma lona de paraquedas e sua cabeça envolta em um saco plástico. Exatamente como os restos mortais encontrados há cinco anos no cemitério de Xambioá. A imagem da professora alegre que ensinava crianças a ler, cedia lugar para a triste personificação de uma guerrilha abatida. Em 30 de abril, a foto fora encaminhada para os legistas do Departamento de Medicina Legal da Unicamp. Foram realizados diversos exames, testes e estudos.

Em junho de 1996, aquela ossada exumada há cinco anos foi oficialmente reconhecida como sendo de Maria Lúcia Petit. Os restos mortais da guerrilheira foram identificados por uma equipe de peritos de Medicina Legal da Unicamp, coordenados por Badan Palhares, e auxiliados pelo dentista Jorge Eiji Tanaka, e pelo protético Benedito Bueno de Moura, ambos de Bauru. Esses últimos haviam feito em 1967 uma restauração de liga de prata, no segundo molar inferior direito de Maria Lúcia, que ainda permanecia na arcada restaurada pelo dentista do Departamento de Medicina Legal da Unicamp, Antônio Carlos Cesaroni Monteiro. O fato foi determinante para a conclusão do caso.

³ Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Direito à Memória e à Verdade. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2007. Comunicação do Estado de 25 de setembro de 2007, Anexo 1, p. 200.

⁴ Para saber mais, ver reportagem: *Documentos identificam mortos do Araguaia*. Jornal *O Globo*, 28 de abril de 1996, p. 1, 14 a 17;

⁵ Segundo informações divulgadas na época, as fotos foram entregues ao jornal *O Globo*, anonimamente, por um militar que atuou na repressão durante a ditadura militar. Até a presente data sua identidade não foi revelada.

A descoberta desencadeara consigo, um rompante reprimido de tristeza e o alívio fúnebre do luto: Julieta Petit, que por muitos anos acreditou que os filhos pudessem estar escondidos no exterior, já não precisava mais esperar notícias de um deles. Sua caçula jamais retornaria. Em sua homenagem, foi realizado um culto ecumênico na Câmara Municipal da cidade de São Paulo no dia 15 de junho. Durante toda noite, dezenas de pessoas permaneceram em vigília no prédio e em seus arredores. No dia seguinte, em um traslado com a presença de sua mãe Julieta, e dos dois irmãos, Laura e Clóvis Petit, os restos mortais de Maria Lúcia Petit foram levados até a cidade de Bauru. Após 24 anos de espera, a guerrilheira, a professora, a filha, fora finalmente enterrada.

Até abril de 2007, dona Julieta Petit “colocou uma flor ao lado do retrato de Maria Lúcia no dia de seu aniversário, retirando-a somente quando as pétalas caíam”⁶. No dia 16 daquele mês ela faleceu. Enterrou a caçula, mas foi embora sem saber o destino de seus outros dois filhos, que também lutaram e desapareceram no Araguaia. Morreu sem poder se despedir de Jaime e Lúcio Petit. O Araguaia devolveu-lhe Maria, mas guardou no coração da Amazônia, seus outros dois meninos, que a repressão também abatera. Até a presente data, somente dois guerrilheiros do Araguaia tiveram seus restos mortais reconhecidos⁷. Por lá, mais de 50 militantes do PCdoB morreram e desapareceram. No Bico do Papagaio, a palavra de ordem do Estado brasileiro foi o extermínio. Extermínio esse, que até os dias de hoje, é escondido por alguns, ignorado por muitos e estudado por poucos.

1.2 Guerrilha do Araguaia: em busca da construção de um objeto

Ocorrida durante os anos mais violentos da ditadura militar, a guerrilha teve início em 1966, quando os primeiros comunistas chegaram à região, e foi exterminada em outubro de 1974, com a execução da última guerrilheira no local – a mineira Walkiria Afonso Costa. A dissertação aqui desenvolvida é guiada pela análise de dois objetos entrecruzados: a Guerrilha do Araguaia e as operações militares que combateram a mesma. Buscamos ao longo do texto, narrar, examinar e explorar os

⁶GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada – As Ilusões Armadas*. 1a ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 456.

⁷ Além de Maria Lúcia Petit, os restos mortais de Bérigson Gurjão de Farias foram reconhecidos em 2009. O guerrilheiro foi sepultado no dia 6 de outubro no Cemitério Parque da Paz, em Fortaleza. A cerimônia arrastou uma emotiva multidão pelas ruas da cidade e fora dotada de muitas homenagens.

aspectos diversos que compõe as nuances dessa história.

A Guerrilha do Araguaia foi constituída por militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), jovens de 20 anos de idade em sua grande maioria, que se instalaram na região do Bico do Papagaio, para deflagrar um movimento de resistência armada, cujo objetivo final era a queda da ditadura militar e a deflagração da revolução socialista. Desde a sua fundação, o PCdoB instituiu uma linha de atuação política radical, que determinava a tomada do poder pela luta armada⁸. Optou por instalar uma base de guerrilha rural no coração da Amazônia que, estrategicamente, desenvolveria a formação de um exército regular de libertação, nos moldes de Mao Tsé-tung⁹, por acreditar que a revolução começaria com a conquista do campo¹⁰. Os comunistas do partido estavam convencidos que:

[...] o povo, mais dia menos dia, terá que recorrer à luta armada. Não por amor à violência ou pelo desejo absurdo de derramar sangue. Mas sim como resposta à política terrorista da reação interna e do imperialismo norte-americano. Onde há opressão, torna-se inevitável a luta revolucionária.¹¹

As Forças Armadas desembarcaram na região do Bico do Papagaio, para combater o movimento armado do PCdoB em abril de 1972. Entretanto, foi a partir de outubro de 1973 que os combates a Guerrilha do Araguaia sofreram suas mudanças mais radicais. Tropas especializadas adentram na mata, descaracterizadas, com trajes civis, portando identidades falsas e seguindo uma orientação que tinha peso de sentença: “Não façam prisioneiros”¹². Era o início da Terceira Campanha de combate a guerrilha do Araguaia: de 47 guerrilheiros, somente três¹³ escaparam do cerco da repressão com

⁸ Ideias presentes no documento de fundação, no Estatuto e no Manifesto-Programa do PC do B, disponíveis em: <<http://www.pcdob.org.br/interna.php?pagina=1960.htm>>. Acessado em jul de 2015.

⁹ Mao Tsé-Tung, líder da Revolução Chinesa, desenvolveu a teoria da “guerra popular prolongada”, na qual o PCdoB se baseou para estruturar a Guerrilha do Araguaia. Para entender melhor as estratégias de luta propostas pelo líder chinês: TSÉ-TUNG, Mao. “Sobrela Guerra Prolongada”. In *Obras Escolhidas de Mao Tse-tung, Tomo II*; tradução em espanhol da edição chinesa. Pequim: Ediciones em LenguasEstranjerias, 1968.

¹⁰ As análises da teoria de guerra de Mao Tsé-tung, e da relação do PCdoB e de sua guerrilha com o Maoísmo e com a Revolução Chinesa, serão desenvolvidas no Capítulo 1 da dissertação. Sendo assim, não desenvolveremos aqui, na introdução essa perspectiva. O assunto é o tema do primeiro capítulo desse trabalho.

¹¹ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *Guerra Popular. O caminho da luta armada no Brasil*. Janeiro de 1969. In: *DOCUMENTOS. Guerra Popular – Caminho da Luta Armada no Brasil*. Edições Maria da Fonte, 1974, p. 115 a 160.

¹² A decisão de “não fazer prisioneiros” será analisada e desenvolvida no capítulo 4 da dissertação, dedicado ao estudo de todas as esferas da Operação Marajoara.

¹³ No início de outubro de 1973, o guerrilheiro João Carlos Wisnesky escapou da região. Atualmente ele trabalha como médico na Ilha de Paquetá, RJ. Em janeiro de 1974 escaparam juntos, o subcomandante da guerrilha Ângelo Arroyo e Micheas Gomes de Almeida. Arroyo foi morto pelos militares em dezembro

vida. A ação batizada de Operação Marajoara terá destaque no estudo aqui desenvolvido, por se tratar de uma operação de extermínio orquestrada pelo Estado brasileiro. Segundo Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, a Terceira Campanha das Forças Armadas foi uma verdadeira caçada, na qual nenhuma lei e nenhum princípio fora respeitado.¹⁴

O aporte conceitual chave que perpassará todo desenvolvimento da pesquisa, auxiliando na construção de seus argumentos e conclusões, é o da *legalidade autoritária*. Um conceito desenvolvido pelo cientista político Anthony Pereira, no livro em que compara as ditaduras do Cone Sul¹⁵. Para melhor compreender essa ideia, é importante reafirmar que após o golpe de 1964 e com a tomada do poder Executivo pelas Forças Armadas, os militares produziram um conjunto de práticas e normas, que apesar do caráter autoritário, violento e reacionário, possuíam enquadramento legal.

O Estado estabeleceu uma matriz institucional instalada sobre uma legalidade de exceção, que suspendia as garantias individuais, transferia parte dos poderes do Legislativo para o Executivo, limitava as ações do Judiciário, e garantia ao presidente da República o direito de cassar mandatos, demitir funcionários públicos e suspender os direitos políticos dos cidadãos. Mesmo diante dessa matriz institucional de violência estatal, a ditadura militar “violou sistematicamente a sua própria legalidade de exceção”¹⁶, fazendo o uso de uma repressão sem limites judiciais, em pelo menos quatro circunstâncias: no uso da tortura como técnica de interrogatório, nos desaparecimentos forçados de opositores do regime, na criação dos centros clandestinos de repressão e na instauração da política de extermínio. No que se refere aos combates a Guerrilha do Araguaia, é possível afirmar, que a ditadura militar recorreu à violência extrajudicial e lançou-se à matança em larga escala.

1.3 Debate bibliográfico e redirecionamento do foco de estudos

Passados mais de 40 anos do início do movimento no Bico do Papagaio em

de 1976, em São Paulo, no episódio que ficou conhecido por “Chacina da Lapa”. Já Micheas, está vivo e mora atualmente em Goiânia.

¹⁴ MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos. *Dos Filhos Deste Solo – Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*. 1a ed., São Paulo: Boitempo; Fundação Perseu Abramo, 1999.

¹⁵ PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e repressão; o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

¹⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa. *Brasil: Uma Biografia*. São Paulo: Companhia das letras, 2014, p.468.

1966, grande parte da história dos conflitos da Guerrilha do Araguaia permanece com pouco espaço no domínio do debate historiográfico. Apesar de o tema ser foco de trabalhos de jornalistas investigativos, são poucos os historiadores que concentram esforços para estudar essa temática. Esta dissertação não tem o intuito de esgotar o tema, o objetivo aqui é contribuir para o debate, através da análise das singularidades da Guerrilha do Araguaia e das operações militares, sob a perspectiva do rompimento da legalidade de exceção.

As primeiras publicações sólidas sobre o tema foram produzidas no início da abertura política do país, já na década de 1980. Wladimir Pomar, filho de Pedro Pomar - um dos dirigentes do PCdoB - publicou o livro *Araguaia: o partido e a guerrilha*¹⁷, no qual consta uma série de documentos inéditos produzidos pelo partido no ano de 1976, além de críticas agudas a respeito da maneira como o PCdoB conduziu a luta armada no norte do país. Posteriormente, foram lançados quatro livros-reportagem¹⁸ de jornalistas independentes, produzidos em sua maioria a partir de matérias para jornais e revistas. Cabe aqui ressaltar que essas primeiras obras possuíam um caráter partidário, com excesso de suposições e pouca autocrítica.

Em 1996, João Amazonas, um dos integrantes sobreviventes da guerrilha, e então dirigente máximo do PCdoB, compareceu à Comissão dos Direitos Humanos da Câmara dos Deputados para prestar depoimento sobre o Araguaia. Por conseguinte, o partido estimulou publicações sobre o episódio, sobretudo de autoria de seus militantes, como a obra de Carlos Pompe, intitulada *Guerrilha do Araguaia: documentos do PC do B*, ou em pesquisas nas universidades, como a dissertação de mestrado *Guerrilha do Araguaia – A esquerda em Armas*, de autoria Romualdo Pessoa, publicada como livro em 1997 e relançada em 2012. Esses livros foram elaborados mediante a análise, sobretudo, dos documentos produzidos pelo próprio PC do B, colocando em foco a visão do partido a respeito dos acontecimentos.

A Guerrilha do Araguaia ganhou relativo destaque editorial nos anos 2000, em duas vertentes distintas. Na primeira delas, quebrando um período de completo silêncio sobre o tema, os militares decidiram contar e divulgar suas visões e versões sobre os

¹⁷ POMAR, Wladimir. *Araguaia: O Partido e a Guerrilha – Documentos Inéditos*. São Paulo: Ed. Brasil Debates, Col. Brasil Estudos, nº 2, 1980.

¹⁸ DÓRIA, Palmério. *A Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1981; MOURA, Clóvis. *Diário da Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1985; e PORTELA, Fernando. *Guerra de Guerrilhas no Brasil*. 2a ed., São Paulo: Global, 1987. FONTELES, Paulo. *Araguaia, a guerrilha redescoberta*. Belém: Grafisom Produções LTDA, 1988. Aqui, também vale a pena destacar: SÁ, Glênio. *Araguaia: relato de um guerrilheiro*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1990.

fatos¹⁹ em entrevistas concedidas a jornalistas investigativos. Destaco aqui a obra do jornalista Luís Maklouf Carvalho, intitulada *O coronel rompe o silêncio. Lício Augusto Ribeiro, que matou e levou tiros na caçada aos guerrilheiros do Araguaia conta sua história*. O livro é constituído pelo testemunho de um militar de atuação expressiva no conflito, major Lício Maciel, o Dr. Asdrubal, responsável pela execução de mais de 10 guerrilheiros antes de se retirar da região ferido²⁰, no início da Operação Marajoara. Os discursos dos militares presentes nessas obras encontram-se em consonância com uma tentativa de justificar suas ações, sustentando, em sua maioria, que a violência do Exército não representava nada mais que uma resposta à violência dos guerrilheiros e que ela só foi empregada pela necessidade de defender o Brasil do perigo comunista.

Em uma vertente historiográfica oposta à anteriormente apresentada, o PCdoB respondeu às narrativas dos militares, publicando, através da editora do partido, um conjunto de biografias²¹. Essas obras deram destaque apenas aos comandantes da guerrilha como Maurício Grábois, aos líderes do PCdoB, como Elza Monnerat, ou àqueles combatentes que acabaram se tornando mitos, como Osvaldão e Dina. Tais narrativas heroizantes silenciaram a história do restante dos guerrilheiros que compunham o movimento.

Concomitantemente, também nos anos 2000, uma série de livros foi produzida, a partir de longas investigações e da análise de documentos escritos durante a guerrilha, seja pelos militares ou pelos próprios guerrilheiros. As obras de Elio Gaspari, *A Ditadura Escancarada*, *As Ilusões Armadas*; Taís Morais e Eumano Silva, *Operação*

¹⁹ AUGUSTO, Agnaldo Del Nero. *A Grande Mentira*. 1ª ed., Rio de Janeiro: Ed. Biblioteca do Exército, 2001; SOUSA, Aluísio Madruga de Moura e. *Movimento Comunista Brasileiro; Guerrilha do Araguaia – Revanchismo: A Grande Verdade*. Brasília: Edição Pessoal, 2002; JIMENÉZ, José Vargas. *Bacaba – Memórias de um guerreiro de selva da Guerrilha do Araguaia*. Campo Grande: Edição Pessoal, 2007; MACIEL, Lício Augusto. *Guerrilha do Araguaia: Relato de um combatente*. Rio de Janeiro: Edição Pessoal, 2008; AUGUSTO, Agnaldo Del Nero, MACIEL, Lício Augusto, NASCIMENTO, José Conegundes do (Orgs.) *ORVIL: tentativas de tomada do poder*. São Paulo: Schoba, 2012.

²⁰ O episódio é bastante emblemático na história da guerrilha. Lício Maciel comandava a equipe de patrulha que encontrou a guerrilheira Sônia (Lúcia Maria de Souza), bebendo água perto de uma gruta. Segundo sua própria narrativa, ele deu voz de prisão à guerrilheira que puxou o revólver do coldre e foi alvejada pelos soldados. Lício Maciel aproximou-se de Sônia que, mesmo ferida, acertou-lhe um tiro no rosto e outro no braço do militar Sebastião Curió. Depois do episódio o major Lício Maciel foi retirado da região gravemente ferido. Sobre isso ver: MORAIS, Taís. SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: Os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005, p. 458 e 459.

²¹ AMAZONAS, João; ANTERO, Luiz Carlos; SILVA, Eumano. *Uma epopeia pela liberdade: Guerrilha do Araguaia 30 anos*. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2002; BERCHT, Verônica. *Coração Vermelho – A vida de Elza Monnerat*. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2002; BERTOLINO, Osvaldo. *Testamento de Luta – A vida de Carlos Danielli*. São Paulo: Instituto Maurício Grábois, 2002; BERTOLINO, Osvaldo. *Maurício Grábois: uma vida de combates*. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi e Instituto Maurício Grábois, 2004. JOFFILY, Bernardo. *Osvaldão e a Saga do Araguaia*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. POMAR, Pedro. *Uma vida em vermelho*. São Paulo: Xamã, 2003.

Araguaia, os arquivos secretos da guerrilha e Hugo Studart, *A Lei da Selva: Estratégias, Imaginários e Discursos dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia*, fizeram uso de considerável *corpus* documental e de depoimentos de camponeses e militares que atuaram na região. Essas obras tornaram-se referências sobre a temática da guerrilha, sobretudo por serem constituídas por diferentes fontes documentais – cartas, diários, relatórios militares, documentos do PC do B, testemunhos, entre outros – e pelo cruzamento dessas informações.

Em dezembro de 2014, a Comissão Nacional da Verdade divulgou o Relatório Final²² de seus trabalhos, na qual dedicava um capítulo às investigações da Guerrilha do Araguaia. Totalizando menos de 50 páginas, o capítulo 14 do relatório faz um panorama geral da história da guerrilha, traz um compilado de depoimentos de militares, índios e camponeses; e faz uma análise de casos específicos, como o do guerrilheiro Gomes Lund²³. Segundo o relatório,

[...] A Guerrilha do Araguaia constitui um caso exemplar para a compreensão da estrutura da repressão política no Brasil. A organização de um sistema de informações e, posteriormente, de extermínio daqueles que eram considerados inimigos atingiu o máximo de sua maturidade nesse episódio.²⁴

Passadas mais de quatro décadas desde o início da Guerrilha do Araguaia é possível afirmar que ainda não se esgotaram as fontes de inspiração e nem os enfoques analíticos possíveis sobre do tema. A expectativa deste estudo é, sobretudo, deslocar o enfoque historiográfico para análise do rompimento da legalidade autoritária estatal, na aplicação de uma política de extermínio pelo governo militar, contra os guerrilheiros do PCdoB. O trabalho aqui desenvolvido tem o propósito de analisar novos questionamentos que permitam compreender um pouco mais sobre a história da Guerrilha do Araguaia.

²² O Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade está dividido em três volumes, totalizando mais de três mil páginas e é resultado de um trabalho de dois anos e meio. O relatório encontra-se disponível em: <http://www.cnv.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=571>.

²³ O guerrilheiro Guilherme Gomes Lund foi executado no natal de 1973, em um episódio que ficou conhecido como Chafurdo de Natal. Para ver mais sobre esse episódio: GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada – As Ilusões Armadas*. 1a ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 448; STUART, Hugo. *A lei da Selva. Estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Geração Editorial, 2006, p. 250; ARROYO, Ângelo. *Relatório Arroyo*. 1976. In: POMAR, Wladimir. *Araguaia: O Partido e a Guerrilha – Documentos Inéditos*. São Paulo: Ed. Brasil Debates, Col. Brasil Estudos, nº 2, 1980, p. 270.

²⁴ Comissão Nacional da Verdade. Relatório Final. Brasília, dezembro de 2014. Volume I e p. 718.

1.4 Levantamento de fontes e metodologia de análise

Optamos neste estudo, por utilizar fontes escritas e orais, na composição e desenvolvimento de análises e narrativas. O tema da Guerrilha do Araguaia possui grande variedade de narrações envolvendo militantes do PCdoB, camponeses, indígenas e militares, que se relacionam a um complexo conjunto de fontes: documentos, cartas, diários, canções e relatos. O *corpus* documental selecionado para a realização desta pesquisa subdivide-se em três conjuntos de espécies documentais, todos já consultados analisados e utilizados na composição da dissertação.

O primeiro deles compõe-se de uma miríade diversa de relatórios e informes escritos, produzidos pelos militares das Forças Armadas. Por se tratar de documentos oficiais do Estado produzidos sob a ótica da intencionalidade, essas fontes carecem de metodologia diferenciada, e devem ser estudadas com “uma nova postura historiográfica, que é a de tratar a fonte-autoral não como testemunho ou fonte de informações, mas como discurso a ser analisado.”²⁵

Sendo assim, o método de trabalho com fontes oficiais é a de não tomá-las como verdades absolutas por serem produzidas no âmbito estatal, e sim de “pôr à luz as [suas] condições de produção e de mostrar em que medida o documento é um instrumento de poder”²⁶. Produzida por diferentes órgãos (CIE, Cenimar, CISA, SNI, entre outros), essa documentação permite a reflexão a cerca dos contornos da repressão no Araguaia, e auxilia na problematização do objeto em análise.

O segundo conjunto de espécies documentais selecionado pode ser dividido em três frentes de origem. A primeira delas refere-se aos documentos produzidos pelos próprios guerrilheiros, por meio de cartas, manifestos, relatórios e diários pessoais, construídos no dia-a-dia dos combates. O trabalho com esse tipo de fonte documental é de extrema relevância, pois coloca em destaque a subjetividade dos indivíduos e nos permite enxergá-los como protagonistas da história. Nessa perspectiva, Ginzburg destaca a importância do detalhe aparentemente sem relevância que acaba por levar o investigador a fazer grandes descobertas²⁷. Essa pesquisa parte de tal pressuposto e

²⁵ BARROS, José D’Assunção. Fontes Históricas: revisando alguns aspectos primordiais para a pesquisa histórica. Revista MOUSEION: Revista do Museu e Arquivo Histórico La Salle. Número 12, maio/agosto 2012, Canoas, Rio Grande do Sul.

²⁶ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003, p. 525. Cf. também FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Petrópolis: Vozes, 1972, p. 13-16.

²⁷ PALHARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *As Muitas Faces da História: Nove Entrevistas*. São Paulo: Unesp, 2000, p. 271.

pretende compor-se de todas as notas de sutilezas que a análise documental possa fazer emergir.

A segunda frente refere-se aos documentos produzidos pelos guerrilheiros que sobreviveram ao extermínio, concentrando esforços na análise do relatório feito pelo vice-comandante das Forças Guerrilheiras, Ângelo Arroyo; e por uma seleção de documentos produzidos pelo PCdoB, desde 1962 – ano de sua fundação – até 1976 – correspondente a Chacina da Lapa²⁸. A interpretação das fontes que compõe a segunda frente de espécies documentais teve como norte metodológico a investigação de ações e reações, circunscritas no teatro de operações de uma guerra de guerrilhas. O objetivo é acessar, ainda que de forma indireta, as nuances e especificidades de uma operação responsável pela execução de mais de 40 guerrilheiros. Sendo assim, “faz-se necessário injetar historicidade em todas as peças documentais, de modo a considerá-la como texto que precisa ser explorado em conformidade com seu mundo intelectual e político”²⁹.

O terceiro conjunto documental selecionado para a dissertação é constituído por fontes orais. O objetivo é ampliar os horizontes historiográficos através do exercício de analisar e valorizar o testemunho. Torna-se necessário para composição desta pesquisa, a incorporação de depoimentos e declarações, obtidas através do contato com guerrilheiros sobreviventes, camponeses, indígenas e militares que viveram os conflitos da guerrilha. Sobre a importância de se incorporar a oralidade a narrativa histórica, Paul Thompson escreveu:

(...) a história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa de diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um, pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos.³⁰

As fontes orais são encaradas nesta dissertação como uma oportunidade de sistematizar lembranças de indivíduos, que desejam divulgar seus conhecimentos particulares, compartilhando sua memória com o coletivo. A história oral é

²⁸ Em dezembro de 1976, órgãos de repressão invadiram uma casa no bairro da Lapa, zona oeste da cidade de São Paulo, onde o Comitê Central do PCdoB vinha realizando uma série de reuniões clandestinas. Centenas de documentos foram apreendidos, Pedro Pomar e Ângelo Arroyo foram metralhados e mortos. Na mesma operação foram presos: Aldo Arantes, Haroldo Lima, Elza Monnerat, Wladimir Pomar, João Batista Drummond.

²⁹ SKINNER, Q. *Meaning and understanding in the history of ideas*. In: *History and Theory*. Nº 8, 1969, p. 3-53.

³⁰ THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. São Paulo: Paz e Terra, 1992, p. 17.

compreendida como “um método de pesquisa que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo”³¹. Para que isso ocorra, é necessário “criar as condições necessárias para o exercício de uma imaginação que ouça a fraqueza severa do relato testemunhal, mas avance para além desse território, explore posições desconhecidas, conheça outros discursos e alimente novas perguntas.”³² Joan Garrido compreende que:

[...] é necessário, pois, trabalhar com os dois registros – o escrito e o oral - sem que isto signifique que sejam complementares. Há coisas que nunca poderemos saber a partir apenas do documento escrito, e também há coisas que a pesquisa oral não permite sequer que sejam colocadas³³.

Os dois primeiros conjuntos de espécies documentais foram selecionados a partir do trabalho junto aos acervos do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, do Arquivo Nacional de Brasília, do Arquivo do DOPS de Goiás, do arquivo da Comissão Pastoral da Terra de Goiânia e Marabá, de parte do acervo do Superior Tribunal Militar que se encontra exposto no Projeto: *Brasil Nunca Mais*; e de acervos pessoais de jornalistas e historiadores que trabalham com o tema.

Já no que se refere às fontes orais, parte das entrevistas utilizadas neste trabalho foram realizadas mediante aos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, durante diligências, viagens, pronunciamentos, e demais cerimônias. A outra parte do *corpus* testemunhal foi composto de entrevistas já realizadas por Romualdo Pessoa, Fernando Portela, Taís Moraes, Eumano Silva, Leonencio Nossa, Elio Gaspari, Lucas Figueiredo, disponibilizadas em seus respectivos trabalhos sobre o tema³⁴.

³¹ ALBERTI, V. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

³² STARLING, Heloisa. *Memórias: Resistência e Ditadura na República Brasileira*. Projeto República. Seminário.

³³ GARRIDO, Joan. *As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate*. Revista Brasileira de História. São Paulo, ANPUH/ Marco Zero, v. 13, n 25/26, 1992.

³⁴ As referências desses testemunhos serão disponibilizadas ao longo de toda dissertação, com citações das obras específicas da temática.

Capítulo 1 – A Gênese de uma Guerrilha

Neste capítulo, pretende-se explicitar as ideias, processos, influências, acontecimentos que contribuíram para a formação do PCdoB e para a gênese da Guerrilha do Araguaia. A partir deste contexto, apresento primeiramente a Revolução Chinesa: o objetivo é demonstrar a importância do processo revolucionário da China de 1949, na formação do PCdoB e na organização e estruturação de seu movimento armado no Bico do Papagaio. Além disso, na segunda parte deste capítulo, analiso o processo político de divisão do PCB e da fundação do PCdoB. A finalidade é entender as circunstâncias da formação do Partido Comunista do Brasil, para que mais tarde, possamos compreender o desenvolvimento de sua luta armada.

A Revolução Chinesa é a estrela-guia

Os comunistas chineses se organizaram e iniciaram sua trajetória política em julho de 1921, com a fundação do Partido Comunista da China. Em sua criação, o PCCH contava com apenas 57 militantes e tinha como objetivo inicial organizar a incipiente jovem classe operária de seu país. Ao longo de toda década de 1920, o Partido Comunista da China expandiu significativamente sua influência, conquistando um forte enraizamento social. Apesar de todo esse crescimento, o PCCH enfrentou dura oposição de grupos nacionalistas – como os Kuomintang – que responderam à expansão comunista com opressão e violência, dando início a um longo período de guerras e conflitos³⁵.

É neste contexto, de massacres e perseguições ao Partido Comunista da China, que Mao Tsé-tung³⁶ - responsável até então pelo 2º Escalão do Exército Comunista Rebelde – se fortaleceu como principal liderança do PCCH. Comandando mais de 300 mil soldados, ele analisou as condições militares defensivas em um país de dimensões continentais, e afirmou que o sucesso do projeto revolucionário seria alcançado através da luta a longo prazo. Mao Tsé-tung considerou que havia chegado a hora de seus

³⁵Para saber mais sobre os Kuomintang e sobre os enfrentamentos dos comunistas do PCCH ver: BEZERRA, Holien Gonçalves. *A revolução chinesa*. Campinas: UNICAMP. São Paulo: Atual, 1984; COGGIOLA, Osvaldo. *A revolução chinesa*. 3. ed. São Paulo: Moderna, 1989; POMAR, Wladimir. *A revolução chinesa*. São Paulo: Editora Unesp, 2003; REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução chinesa*. São Paulo: Brasiliense. 1981; SPENCE, Jonathan D. *Em busca da China moderna: quatro séculos de história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996;

³⁶Para saber mais sobre Mao Tsé-tung: CHANG, Jung. HALLIDAY, Jon. *Mao: a história desconhecida*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

comandados deixarem:

[...] as zonas de implantação tradicionais para mergulhar na China Profunda, no mundo rural do interior largamente inexplorado; reunir-se nos confins do Norte, mas fomentando uma rede clandestina em todo território; enraizar-se no conflito de classes e ao mesmo tempo incitar à unidade nacional em defesa da nação ameaçada; assegurar também a independência de decisão do Partido Comunista [...] ³⁷.

O início da década de 1930 na China foi marcado pelo começo da Longa Marcha Comunista ³⁸ e pela consolidação das concepções maoístas no seio do PCCH ³⁹. Antes de assumir a liderança do partido e da luta, Mao Tsé-tung analisou vários teóricos de guerra, e criou estratégias militares adaptadas a realidade da China naquele momento. Já a frente do Exército Vermelho Comunista, aplicou a “retirada estratégica”, como:

[...] uma medida planificada para desenvolver a Guerra Popular Prolongada (GPP), a qual não consideramos estritamente uma teoria específica da guerra, mas o resultado da adequação da estratégia do confronto bélico a uma situação em que um exército deve combater numa correlação de forças claramente adversa. É um tipo de guerra em que a capacidade de fogo do exército mais fraco aumenta e se desenvolve no decorrer do tempo ⁴⁰.

Ao final da Longa Marcha e após conquistar milhares de adeptos ⁴¹, o PCCH assentou os principais efetivos do Exército Vermelho na província de Yan’na e ali, estruturou uma espécie de quartel general da revolução. Mao Tsé-tung ratificou aos seus comandados que as armas eram o principal instrumento de canalização de luta ⁴² e que a revolução precisava de tempo para se desenvolver, tamanha as relações desfavoráveis de forças em combate. Para o líder chinês, o inimigo seria o principal provedor do exército revolucionário: os abasteceriam com homens, alimentos, suprimentos, armas e munições.

³⁷LÖWY, Michael (Ed.). *Revoluções*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015, p. 326.

³⁸ A Longa Marcha teve início em outubro de 1934. Comandados por Mao Tsé-tung, mais de 80 mil comunistas partiram em uma caminhada de 10 mil quilômetros em direção ao noroeste da China. O Objetivo era fugir das perseguições, das ameaças de morte, e conseqüentemente arregimentar mais adeptos para a causa comunista. Para saber mais: CHANG, Jung. HALLIDAY, Jon. *A Longa Marcha I*. In: *Mao: a história desconhecida*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

³⁹ Para saber mais sobre o assunto: SADER, Eder. *A cultura de uma revolução*. In: SADER, Eder. (org.) *Mao Tsé-tung. Política*. São Paulo: Editora Ática, 1982.

⁴⁰ SAINT-PIERRE, Hector Luís. *Considerações sobre a teoria de guerra revolucionária de Mao Tsé-tung*. Crítica Marxista, São Paulo, Xamã, v.1, n.4, 1997, p. 173.

⁴¹ Os adeptos entraram para a luta comunista de duas maneiras: por vontade própria, acreditando na ideia, ou de maneira compulsória: por medo, por terror, por ameaças, por violência.

⁴² TUNG, Mao Tsé. *Problemas de la guerra y estrategia*. In: *Selección de escritos militares*. Pequim: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1967, p. 297.

Segundo a teoria implementada por Mao Tsé-tung, "as grandes forças da guerra têm sua fonte mais rica nas massas populares"⁴³. O trabalho político deveria ser guiado por três grandes princípios: "primeiro, unidade entre oficiais e soldados; segundo, unidade entre exército e povo, e terceiro, desintegração das forças inimigas"⁴⁴. No maoísmo instituído, o Partido sempre comandava a arma, nunca o contrário.

Nos primeiros anos da década de 1940, após enfrentar invasores japoneses durante a Segunda Guerra Mundial, o prestígio do PCCH cresceu exponencialmente. Os exércitos liderados por Mao Tsé-tung organizavam mais de 1 milhão de soldados, controlavam mais de 19 áreas libertadas e suas milícias populares agrupavam mais de 2 milhões de homens armados⁴⁵. O Exército Vermelho se transformou no Exército Popular de Libertação (EPL). A expansão do alcance das forças revolucionárias se alimentou de violência e da grave crise econômica chinesa: inflação, queda salarial e pobreza desencadearam um "cardápio de fome" que torturava o povo e atraía milhares de camponeses e trabalhadores para a luta armada. Mao Tsé-tung compreendeu o contexto em que se travava a luta comunista e, devido as suas especificidades, se recusou a aplicar nos combates as táticas de "guerra estática", retiradas dos manuais militares estrangeiros. Queria uma guerra adaptada às especificidades de seu povo. Dizia que enquanto "copiamos e aplicamos de forma mecânica, sem permitir mudança alguma, seremos mais uma vez como quem 'recorta seus pés para que caibam nos sapatos' [...] devemos também apreciar a experiência que pagamos com nosso sangue"⁴⁶.

Atento às condições particulares de seu conflito, Mao Tsé-Tung definiu a Guerra Popular Prolongada como a forma de luta da revolução comunista na China. Essa teoria propunha o equilíbrio entre posições "aventureiras" e "conservadoras" e entre táticas de movimentos opostos: "ofensiva - defensiva", "linhas interiores - linhas exteriores", "concentração - dispersão", "centralização e descentralização", "exército regular - guerrilhas", "aniquilamento - desgaste"⁴⁷. Os ensinamentos maoístas delimitavam três

⁴³TUNG, Mao Tsé. *Problemas de la guerra y estrategia*. In: Selección de escritos militares. Ediciones en Lenguas Extranjeras. Pequim, 1967, p. 289.

⁴⁴TUNG, Mao Tsé. *Problemas de la guerra y estrategia*. In: Selección de escritos militares. Ediciones en Lenguas Extranjeras. Pequim, 1967, p. 289.

⁴⁵Sobre os números do exército, ver: ANDRADE, Everaldo de Oliveira. *A Revolução Chinesa*. Maringá: EDUEM, 2016.

⁴⁶TUNG, Mao Tsé. *Problemas estratégicos de la guerra revolucionaria en China*. In: Selección de escritos militares. Ediciones en Lenguas Extranjeras. Pequim, 1967, p. 85.

⁴⁷ Para esse ponto ver: SAINT-PIERRE, Hector Luis. *Mao Tsé-tung, a Guerra Popular Prolongada*. In: *A política Armada. Fundamentos da Guerra Revolucionária*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

níveis de organização da guerra: político, estratégico e tático. A compreensão dos processos que compõe as três esferas acima seria o primeiro passo para alcançar o êxito militar.

Segundo a teoria de Mao Tsé-tung, no nível da política, definiam-se os agrupamentos e destacamentos; estruturavam-se alianças estratégicas e as relações diplomáticas; julgavam-se a ética dos procedimentos empregados no conflito. Para o líder comunista, a política determinava a trajetória da guerra.

Já no âmbito da estratégia no conflito bélico, era preciso, segundo Mao Tsé-tug, estudar e compreender as leis que guiavam a direção das operações. Neste nível,

[...] o tempo, o espaço e a força são considerados como totalidades: não se pensa na força necessária para um combate, mas em toda a força disponível e potencial; não é a duração da batalha que interessa, mas se a guerra na sua totalidade procurará a decisão rápida, por exemplo, ou se será uma guerra prolongada; decide-se se é possível entregar território em troca de alguma vantagem estratégica ou se deve-se defendê-lo a qualquer custo, se a quantidade de força nos permite manter uma atitude ofensiva ou defensiva, etc.⁴⁸

Já a tática, o maoísmo compreende como o âmbito responsável pela análise das batalhas e combates, nas quais se delimita a atitude das lutas. Segundo as palavras de Mao Tsé-tung, o trabalho da tática é “estudar as leis da direção de operações militares de caráter parcial⁴⁹”. Devem ser analisadas, nessa esfera da luta, a quantidade e o tipo de força (batalhão, companhia, pelotão etc.), sua especificidade (artilharia, aérea, motorizada, etc.), a atitude e postura (ofensiva, defensiva) e, por fim, a duração do combate.

Na medida em que a Revolução comunista avançou na China, o maoísmo ganhou força e se solidificou como teoria de luta. A guerrilha e exército regular funcionaram, conforme ensinamentos de Mao Tsé-tung, em regime complementaridade e dependência. Sendo assim, os destacamentos guerrilheiros deveriam ajudar o exército regular na ação de desgaste e sabotagem do inimigo, na ampla e profundada conscientização política nas bases de apoio e na formação de novos quadros de soldados. Para a vitória do movimento revolucionário da China, Mao Tsé-tung impôs ao Exército de Libertação Nacional a centralização estratégica e, aos destacamentos guerrilheiros e milicianos, a descentralização tática. As forças comunistas articularam

⁴⁸SAINT-PIERRE, Hector Luis. *Considerações sobre a teoria de guerra revolucionária de Mao Tsé-tung*. Crítica Marxista, São Paulo, Xamã, v.1, n.4, 1997, p. 168.

⁴⁹TUNG, Mao Tsé. *Problemas estratégicos de la guerra revolucionária em China*. In: Selección de escritos militares. Ediciones en Lenguas Extranjeras. Pequim, 1967, p. 88.

suas frentes de maneira eficiente e avançaram sob os militares nacionalistas: "Quando o inimigo avança, retrocedemos; quando o inimigo se detém, o hostilizamos; quando o inimigo se fadiga, o atacamos; quando o inimigo se retira, o perseguimos"⁵⁰.

A Revolução progrediu, ao passo que o exército comunista avançou, empurrado a sangue e violência, por sucessivos conflitos e insurreições rurais⁵¹. Em janeiro de 1949, os comandados de Mao Tsé-tung somavam mais de "3 milhões de soldados regulares e as 'áreas libertadas' abrangem 168 milhões de habitantes"⁵². Dias mais tarde, milhares de soldados do Exército Popular de Libertação Nacional, centenas de destacamentos guerrilheiros e milícias camponesas invadiram e tomaram a cidade de Pequim. "A sorte da guerra estava decidida – em abril os comunistas atravessam o Yangzi e ocupam Nankin; em maio será a vez de Shanghai [...]"⁵³. O líder dos Kuomintang, Chiang Kai-shek fugiu em navios norte-americanos para a Ilha Formosa⁵⁴. Em 1º de outubro de 1949, Mao Tsé-tung proclamou a República Popular da China. Era a vitória da Revolução Comunista em solo chinês.

A tarefa do PCCH era longa e difícil. Os desafios da Revolução Chinesa haviam apenas começado⁵⁵. Era hora de destruir a antiga ordem social de desigualdades e de construir novas relações sociais e políticas entre a massa popular.

Embora houvesse ocorrido mudanças na posse sobre as terras ao longo do tempo, aquela era uma estrutura que existia, em muitos aspectos, por cerca de 3 mil anos. Mas, independentemente de o quanto era brusco o rompimento com a tradição nacional que os Comunistas representavam, havia um apelo à solidariedade e a aspiração patriótica (...)⁵⁶.

É importante ressaltar que Revolução Chinesa de 1949 não foi erguida apenas sobre estratégias militares e táticas de combate eficientes. Os comunistas vitoriosos

⁵⁰TUNG, Mao Tsé. *Problemas estratégicos de la guerra revolucionária em China*. In: Selección de escritos militares. Ediciones en Lenguas Extranjeras. Pequim, 1967, p.120.

⁵¹Sobre o desenvolvimento da Revolução Chinesa e toda violência que a cerca, ver: BROWN, Archie. *As tomadas de poder comunista na China*. In: *Ascensão e queda do comunismo*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2010; CHANG, Jung. HALLIDAY, Jon. *A montagem de sua base de poder; e A Conquista na China*. In: *Mao: a história desconhecida*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

⁵²REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução chinesa*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.94.

⁵³REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução chinesa*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.95.

⁵⁴Ilha Formosa também conhecida como Ilha de Taiwan é uma ilha com cerca de 36 000 km² situada ao sudeste da China continental, no extremo oriente do Mar da China, separada pelo Estreito de Taiwan da costa da província chinesa de Fujian, localizado ao sul do Japão e ao norte das Filipinas.

⁵⁵Para saber mais: BIANCO, Lucien. *China*. In: ROLLEMBERG, Denise e VIZ QUADRAT, Samantha (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários – Ásia e África*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2011; CHANG, J. *Cisnes selvagens: as três filhas da China*. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2006; CHANG, Jung. HALLIDAY, Jon. *Mao: a história desconhecida*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006; YE, Ting-xing. *Meu nome é número 4: uma história real da Revolução Cultural Chinesa*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.

⁵⁶BROWN, Archie. *Ascensão e queda do comunismo*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2010, p.220.

também deixaram pela China um rastro de sangue, violência e impiedade. Para alcançar a rendição de inimigos, em mais de uma oportunidade, Mao Tsé-tung ordenou que cidades inteiras fossem submetidas ao regime de miséria, provocando a morte de milhares de cidadãos⁵⁷ pela fome. Em outros momentos, vilarejos foram queimados, plantações foram destruídas, mulheres foram violentadas, crianças e adolescentes foram obrigados a servir o exército comunista, e opositores foram torturados. Mao Tsé-tung e o Partido Comunista da China incentivaram a violência e propagaram o terror em diversas áreas ocupadas

Todo o território comunista foi transformado em uma gigantesca máquina de guerra que abrangia todos os aspectos da vida pessoal de cada um. A população inteira foi obrigada a viver e trabalhar, dando o máximo, noite e dia, para guerra [...] Mao chamava isso de “Guerra do povo”. Mas o povo não oferecia espontaneamente esse tipo de apoio exaustivo, muito menos com o fervor que a mitologia comunista proclama.⁵⁸

Entretanto, para dar prosseguimento ao trabalho de dissertação aqui desenvolvido, é necessário interromper a narrativa sobre a Revolução Chinesa, para desenvolver uma discussão analítica sobre a importância desse evento na formação do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e na construção de seu respectivo projeto de luta armada no Araguaia. A Revolução de 1949 transformou profundamente a história da China e influenciou diversos países mundo a fora⁵⁹. As notícias, os desdobramentos e os ensinamentos provenientes de um movimento revolucionário comunista vitorioso, encontraram terreno fértil entre os militantes das esquerdas no Brasil. A teoria militar de Mao Tsé-tung inundou o pensamento de muitos comunistas brasileiros.

Para a China, a vitória da revolução comunista representou, para além da afirmação nacional, profundas transformações sociais, culturais e econômicas. Para o Brasil, a vitória dos comunistas na China representou a teorização do sonho revolucionário e impactou toda uma geração⁶⁰. É importante ressaltar que “as sentenças

⁵⁷Sobre isso ver: CHANG, Jung. HALLIDAY, Jon. *Mao: a história desconhecida*. São Paulo: Companhia das Letras, p.388-9.

⁵⁸CHANG, Jung. HALLIDAY, Jon. *Mao: a história desconhecida*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 90.

⁵⁹ Para compreender melhor este aspecto: POMAR, Wladimir. *A revolução chinesa*. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

⁶⁰ Para o sentido do conceito de geração compreendido aqui: DA SILVA, Helenice Rodrigues. *Fragmentsos da história intelectual: entre questionamentos e perspectivas*. Campinas: Papirus Editora, 2002; SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René; ROCHA, Dora. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996; MANNHEIM, Karl. *O problema sociológico das gerações*. In: FORACCHI, Marialice Mencarini (Orgs.). *Karl Mannheim: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1982.

de Mao – os imperialistas e os reacionários são tigres de papel, o poder nasce da boca do fuzil – se tornaram senhas mágicas e contribuíram para forjar a atmosfera militarista da esquerda brasileira no final dos anos de 1960”⁶¹.

A semente do maoísmo foi plantada no país, floresceu no PCdoB e frutificou nas terras do Bico do Papagaio. A Revolução Chinesa e as teorias de Mao Tsé-tung foram, sistematicamente, as principais influências do Partido Comunista do Brasil para estruturação da guerrilha no Araguaia. O projeto de luta armada do PCdoB foi erguido sobre a concepção maoísta da Guerra Popular Prolongada, que reafirmou em suas diretrizes de ação, a primazia pelo campesinato, pelo *locus* rural como teatro revolucionário, pela ênfase no caráter rebelado dos povos e pelo militarismo.

A influência da Revolução Chinesa e a apropriação das ideias maoístas na estruturação da Guerrilha do Araguaia ficam evidentes no documento *Guerra Popular - Caminho da Luta Armada no Brasil*, publicado pelo PCdoB em janeiro de 1969. Repetindo as teorias de Mao Tsé-tung, no que se refere ao local de eclosão da luta armada, o Partido Comunista do Brasil determinou:

[...] As grandes cidades não podem ser o cenário principal da guerra de libertação do povo brasileiro. Nelas estão concentrados os contingentes mais numerosos e mais fortes das forças armadas do inimigo. [...] O interior é o campo propício à guerra popular. Aí existe uma população que vive no abandono, na ignorância e na miséria [...] Devido à repressão brutal dos latifundiários e da polícia, as ações no campo assumem logo caráter radical [...] Nestas regiões, as tropas reacionárias atuarão em ambiente adverso: situação geográfica que favorece os combatentes do povo e dificulta a ação das unidades repressoras, meios de transporte difíceis ou inexistentes; ausência de fontes de abastecimento para forças regulares numerosas; condições sociais desfavoráveis, etc. Suas linhas de comunicação para esses lugares, além de precárias, são bastante vulneráveis [...] No interior, as forças armadas populares terão a seu dispor amplo campo de manobra que lhes permitirá evitar o cerco, poupar e acumular forças. Nele é possível assegurar a sobrevivência dos grupos combatentes na difícil fase inicial da guerra popular. Assim, o terreno onde se desenvolverá a guerra popular será fundamentalmente o interior.⁶²

Ao analisar o tipo de luta a ser empregado e tendo como base a duração dos conflitos no processo revolucionário, o PCdoB se apropriou novamente das perspectivas maoístas para orientar a estruturação de sua própria guerrilha. Consta no documento

⁶¹ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. Editora Atica, 1987, p. 92.

⁶² Partido Comunista do Brasil. *Guerra Popular. O caminho da luta armada no Brasil*. Janeiro de 1969. In: *DOCUMENTOS. Guerra Popular – Caminho da Luta Armada no Brasil*. Edições Maria da Fonte, 1974, p. 124-25.

citado acima, que:

[...] A tarefa de derrotar inimigos tão poderosos encerra enormes dificuldades e, por isso, demandará um período longo [...] será preciso mobilizar, organizar e armar as grandes massas de milhões de brasileiros, ganhar poderio e experiência. Tudo isto implica num imenso trabalho político e ideológico para arrancar as massas da influência dos latifundiários e da burguesia [...] Assim, será prolongada a guerra de libertação do povo brasileiro.⁶³

Conforme se avança pelas páginas do documento, a transposição do modelo maoísta fica ainda mais evidente. Assim como fora aplicado na China, o PCdoB também determinou para o Brasil que a forma de luta empregada no início do processo revolucionário seria a guerra de guerrilhas. O conjunto das vitórias conquistadas durante os pequenos combates transformariam paulatinamente os destacamentos em um exército regular. Sobre a tática das ações durante a luta, o Partido Comunista do Brasil afirmou:

A guerrilha evitará o ataque aos pontos fortes do adversário e atacará os pontos fracos; assegurará sempre a sua liberdade de avançar e se retirar; e estará preparada para empenhar-se em pequenos combates de rápida decisão.⁶⁴

A reflexão do PCdoB é uma paráfrase direta do conhecido discurso de Mao Tsé-tung: “quando o inimigo avança, recuamos; quando para, o fustigamos; quando se cansa, o atacamos; quando se retira, o perseguimos”.

O documento *Guerra Popular - O caminho da luta armada no Brasil* era a orientação fundamental e indispensável para a organização da Guerrilha do Araguaia. Entretanto, ao examinar as diretrizes do PCdoB, é possível identificar objetivamente a transposição do modelo chinês de luta armada. O documento não orienta suas diretrizes a partir de uma reflexão sobre as táticas maoístas, mas se apropria quase que integralmente, de uma organização militar e política, constituída para a realidade da China nas décadas de 1930 e 1940. A transposição de modelos fica explícita nas páginas finais do documento-guia. O PCdoB reforça e condensa suas ideias e instruções da seguinte maneira:

⁶³Partido Comunista do Brasil. *Guerra Popular. O caminho da luta armada no Brasil*. Janeiro de 1969. In: *DOCUMENTOS. Guerra Popular – Caminho da Luta Armada no Brasil*. Edições Maria da Fonte, 1974, p. 126.

⁶⁴Partido Comunista do Brasil. *Guerra Popular. O caminho da luta armada no Brasil*. Janeiro de 1969. In: *DOCUMENTOS. Guerra Popular – Caminho da Luta Armada no Brasil*. Edições Maria da Fonte, 1974, p. 128.

[...] Em resumo, o caminho da luta armada apresenta os seguintes aspectos básicos: será uma guerra de cunho popular, travar-se-á fundamentalmente no interior e mobilizará as grandes massas camponesas, será prolongada, deverá apoiar-se em recursos do próprio país, empregará o método da guerrilha em grande escala, forjará o exército popular, estabelecerá bases de apoio no campo. Terá que se orientar, durante muito tempo, pelos princípios da defensiva estratégica e deverá guiar-se por uma política correta.⁶⁵

A estruturação do formato da luta armada do PCdoB originou-se na transposição de um modelo não adequado a realidade do país, na qual as batalhas do partido seriam travadas. A apropriação sem adaptação foi um erro crucial do Partido Comunista do Brasil na organização da guerrilha no Bico do Papagaio. O documento *Guerra Popular - O caminho da luta armada no Brasil* evidencia a imposição do modelo chinês de luta, sobre uma conjuntura completamente diferente daquela analisada por Mao Tsé-tung e seus comandados. A realidade da China de 1940 e a realidade do Brasil de 1960 e 1970 eram peças que não se encaixavam e que, portanto, não poderiam ter seus modelos de luta armada aplicados em transposição.

Como ficou evidente durante análise do documento, a teoria maoísta e as estratégias militares da Revolução Chinesa foram utilizadas como uma cartilha de comando. Quando, na verdade, deveriam ter sido analisadas como um guia: um exemplo a ser adequado, melhorado e adaptado para as condições que se apresentavam em solo brasileiro. A problemática da estruturação e organização da Guerrilha do Araguaia contribuiu diretamente para inflar um conjunto de dificuldades que os comunistas enfrentaram no desenvolvimento do movimento armado. As consequências dessa falha de concepção serão destrinchadas nos capítulos seguintes, com a análise de todas as campanhas de combate à guerrilha do PCdoB, com destaque para a Operação Marajoara.

Fundação e Crise do PCB

O PCB foi fundado em 25 de março de 1922, durante um congresso realizado na cidade de Niterói. Liderado pelo carioca Astrojildo Pereira Duarte Silva, o encontro reuniu operários e intelectuais do Rio de Janeiro, Pernambuco, São Paulo e do Rio Grande do Sul. A grande maioria do grupo de fundadores do PCB tinha suas origens

⁶⁵Partido Comunista do Brasil. *Guerra Popular. O caminho da luta armada no Brasil*. Janeiro de 1969. In: *DOCUMENTOS. Guerra Popular – Caminho da Luta Armada no Brasil*. Edições Maria da Fonte, 1974, p. 132.

políticas ligadas à militância anarquista⁶⁶, mas converteram-se ao comunismo após os ecos da vitória da Revolução Russa de 1917.

Quando foi fundado em março de 1922, a sigla PCB correspondia à nomenclatura de Partido Comunista do Brasil⁶⁷. Ao longo dos anos, o partido sofreu com sucessivas perseguições e foi obrigado a atuar na clandestinidade em diversos ciclos políticos. Do dia de sua fundação até os últimos anos da década de 1940, o PCB teve em sua trajetória, menos de quatro anos de legalidade plena. Foram, ao todo, “três meses e meio em 1922, seis meses em 1924, sete meses e meio em 1927 e 25 meses após a Segunda Guerra Mundial”⁶⁸. Em 1946, quando Eurico Gaspar Dutra assumiu como Presidente do Brasil, o PCB se viu diante de um governo conservador⁶⁹, que promoveu intensa campanha anticomunista. Por isso, em maio de 1947, o partido sofreu novamente com a ilegalidade:

[...] por três votos a dois, os juízes do Tribunal Superior Eleitoral cassaram o registro do PC sob dupla alegação: a primeira acusava o Partido Comunista do Brasil de ser um partido estrangeiro – o nome “do Brasil” em vez de brasileiro estaria nomeando uma seção da Internacional Comunista cuja sede estava em Moscou; a segunda manejava o critério ideológico, embutido no Ato Adicional de 1946, para definir a atuação dos comunistas como antidemocrática [...].⁷⁰

Um ano mais tarde, em janeiro de 1948, todos os políticos eleitos pelo PCB

⁶⁶ Sobre as origens políticas dos fundadores do PCB ver: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). *As esquerdas no Brasil*. vol.1: A formação das tradições (1889-1945). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007; PACHECO, Eliezer. *O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1984; PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e Companheiros*. História e Memória do PCB. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995.

⁶⁷ Não se ignora aqui o debate desenvolvido ao longo dos anos a respeito da sigla e da nomenclatura do partido. Entretanto, visando o melhor desenvolvimento da temática dessa dissertação, as análises a esse respeito serão pontuais. Para saber mais sobre esse assunto: PEREIRA, Astrojildo, *Formação do PCB*. São Paulo, 3ª edição, São Paulo, Anita Garibaldi, 2012; BRANDÃO, Gildo Marçal. *A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista, 1920-1964*. Editora Hucitec, 1997; GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. Editora Ática, 1987, p. 23-46; CHILCOTE, Ronald H. *Partido Comunista Brasileiro, conflito e integração*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

⁶⁸ CANALE, Dario. *Problemas da construção da história do Partido Comunista Brasileiro*. São Paulo, Novos Rumos, 1, 1986. *Apud* BRANDÃO, Gildo Marçal. *A ilegalidade mata*. O Partido Comunista e o sistema partidário (45/64). Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, 1997.

⁶⁹ Sobre as características e os desdobramentos do governo Dutra ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa. *Brasil: Uma Biografia*. São Paulo: Companhia das letras, 2014, p. 386-399; FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil republicano: livro 3 : o tempo da experiência democrática : da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003; DORATIOTO, Francisco; DANTAS FILHO, José.; PAES, Maria Helena Simões.; RODRIGUES, Marly. *De Getúlio a Getúlio: o Brasil de Dutra e Vargas : 1945 a 1954*. 3. ed. São Paulo: Atual, 1993.

⁷⁰ SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa. *Brasil: Uma Biografia*. São Paulo: Companhia das letras, 2014, p. 398.

tiveram seus mandatos cassados pelo Congresso Nacional. Os comunistas ficaram isolados no sistema partidário, sofreram com perseguições sucessivas e enfrentaram as dificuldades da militância clandestina.

Crise do PCB

O velhinho ficava sentado ali, e todo mundo olhava com carinho. Os médicos proibiram-no de fumar, mas o carinho dos camaradas soviéticos por ele é tamanho que o camarada general Proskriebichiev, seu secretário particular, de quando em quando se levantava e ia, com seu cachimbo fumegante seguro nas duas mãos, passá-los às vezes pelas narinas do camarada Stálin. [...] Durante o tempo do Congresso, o camarada general Proskriebichiev cuidou assim do velhinho⁷¹.

A cena narrada chamou atenção da delegação brasileira do PCB, durante o XIX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, na cidade de Moscou, em outubro de 1952. Foi o último encontro promovido e liderado por Joseph Stálin. Depois daquele Congresso, ele quase não apareceu em público e viu sua saúde deteriorar rapidamente. Após complicações, Stálin morreu no início da manhã de 5 de março de 1953. Ainda naquele ano, Nikita Krushev, o comandante dos exércitos russos na batalha contra os alemães em Stalingrado, ascendeu ao poder e ocupou o cargo de Primeiro Secretário do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética.

Em fevereiro de 1956, na época do XX Congresso do PCUS – o primeiro sem Joseph Stálin – Krushev “era claramente a personalidade dominante e a figura política com maior autoridade na liderança soviética”⁷². Aquele mês, aquele encontro e aquele homem, marcariam profundamente o movimento comunista mundial. As palavras de Krushev no início de 1956 caíram como uma “Little Boy”⁷³ política, nas estruturas dos partidos comunistas mundo a fora.

No dia 13 de fevereiro, um dia antes do início do XX Congresso, o *Presidium*⁷⁴ do Partido Comunista da União Soviética se reuniu. Após longos debates, o partido

⁷¹Depoimento de Diógenes Arruda ao dirigente do PCB Osvaldo Peralva. In: PERALVA, Osvaldo. *O Retrato*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1962, p.43.

⁷²BROWN, Archie. *Ascensão e queda do comunismo*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2010, p. 283.

⁷³A bomba atômica composta por urânio-235 que explodiu na cidade japonesa de Hiroshima em 6 de agosto de 1945 foi batizada de “Little Boy” e deixou mais de 100 mil mortos.

⁷⁴Era a mais alta instância de poder e um dos principais órgãos do governo da URSS. O Presidium exercia, de forma coletiva, a chefia do Estado Soviético e compunha-se de um Presidente, um Secretário, um deputado representando cada uma das 15 Repúblicas Soviéticas e 20 membros ordinários. Os deputados eleitos para o Presidium tinham mandatos de 4 anos.

decidiu denunciar para o mundo todos os crimes cometidos por Joseph Stálin: uso indiscriminado de violência, execuções sumárias, processos fraudulentos contra adversários políticos e violação de todas as normas de legalidade revolucionária. Era hora de promover a “desestalinização” radical da URSS. Na manhã de 14 de março de 1956, tiveram início as cerimônias do XX Congresso do PUCS, em Moscou, com participação de comunistas do mundo inteiro. Durante o discurso de abertura, Krushev já demonstrou que aquele encontro não seria o reflexo de tantos outros. Ele criticou Stálin ao reprovar “resolutamente o culto ao indivíduo, como alheio ao espírito do marxismo-leninismo”⁷⁵. O Congresso prosseguiu com longos discursos e alguns poucos debates.

Os delegados dos partidos comunistas mundo afora já se preparavam para deixar o local quando receberam um comunicado: deveriam se reacomodar nas cadeiras, pois Krushev os convocara para uma sessão extraordinária. Durante quatro longas e ininterruptas horas, Nikkita promoveu o expurgo póstumo de Stálin, denunciando seus crimes hediondos:

Devemos [...] analisar este assunto, a fim de banir para sempre a possibilidade de repetir, de qualquer forma, no futuro tudo o que aconteceu durante a vida de Stalin, um ser que se recusou a tolerar [...] e que procedeu com violência selvagem, não só contra aqueles que se opunham a ele, mas também contra tudo o que parecia, seu despótico e caprichoso, contrariando seus conceitos. Stalin não agiu por meio de explicações [uma palavra ilegível] e de paciente cooperação com as pessoas, mas impondo suas concepções e exigindo absoluta submissão à sua opinião. Qualquer um que ousasse se opor [...] estava condenado [...] à aniquilação física e moral.⁷⁶

Suas palavras exalaram ácido sulfúrico e corroeram a mística de Stálin, construída por décadas de violência, terror e “culto à personalidade”. A figura do antigo líder da URSS ruiu na mesma velocidade em que suas estátuas foram derrubadas a machadadas e pontapés na Praça Vermelha de Moscou. Além de denunciar as atrocidades cometidas pelo seu antecessor, Krushev indicou que os comunistas deveriam seguir o caminho pacífico para a tomada do poder.

O Discurso Secreto se transformou em palavra partilhada em poucas horas. Nos primeiros dias do mês de abril, uma cópia das ácidas palavras de Krushev chegou à mesa do diretor da Central Intelligence Agency (CIA) nos Estados Unidos. Não

⁷⁵TAUBMAN, William; KHRUSHCHEV, Sergei; GLEASON, Abbott (Ed.). *Nikita Khrushchev*. Yale University Press, 2000, p. 283.

⁷⁶ KHRUSHCHEV, NikitaSergeevich. *O discurso secreto de Nikita S. Khrushchev no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética*. Rio de Janeiro: Ipanema, 1956.

demorou nada para que o *The Observer* e o *New York Times* estampassem em suas capas o discurso do Primeiro Secretário do PCUS. O texto oficial e completo fora publicado no Ocidente em junho de 1956. Em dois meses, o secreto havia se tornado público e devastador.

O discurso de Khrushchev e suas determinações deixaram o mundo político em alvoroço. Por todos os cantos, partidos comunistas entraram em processo de autofagia, de cisões profundas e de enfraquecimento. No Brasil não foi diferente: “A crise do stalinismo se arrastaria dentro do movimento comunista brasileiro, minando-o, destruindo-o, esgarçando sua unidade de décadas, irreversivelmente⁷⁷”. O Partido Comunista do Brasil (PCB) foi rapidamente atingido por esse furacão de mudanças e sofreu com seus desdobramentos. No íntimo do PCB, marcado por uma “composição social inusitada, abrangência geracional da experiência prestista, enraizamento histórico tenentista, fisionomia intelectual tributária do stalinismo”⁷⁸, as palavras de Khrushchev, funcionaram como um detonador de divergências.

Sob efeito inicial do Discurso Secreto, o Comitê Central do PCB - principal órgão do partido comunista – calou-se. Seus líderes evitaram o debate a qualquer custo e esconderam-se sob a manta afável de um silêncio serviçal. Seu dirigente máximo, Luís Carlos Prestes, desapareceu das reuniões do Comitê. Atordoado com as revelações, o “cavaleiro da esperança”⁷⁹ ficou “clandestino não só para os órgãos da repressão policial mas também para o seu próprio partido”⁸⁰. O isolamento de Prestes e seu silêncio frente ao debate sobre o stalinismo, abalaram as estruturas já pouco estáveis do PCB. A ala do partido cujas raízes eram fincadas mais fortes no solo do comunismo soviético seguiu Prestes na empreitada do emudecimento: João Amazonas, Maurício Grabois, Diógenes Arruda, Carlos Marighella e Pedro Pomar, todos membros da Comissão Executiva do partidão, calaram-se.

Pressionado e temendo o declínio de seu prestígio, Prestes rompeu com seu exílio de silêncio e se manifestou através do documento “Carta Aberta de Luiz Carlos Prestes aos Comunistas”, publicada no Jornal Voz Operária. O comunicado – que ficou conhecido como “carta rolha” - foi um tiro de misericórdia no frágil debate sobre o

⁷⁷ MIR, Luis. *A Revolução Impossível – A esquerda e a luta armada no Brasil*. São Paulo: Best Seller; Círculo do Livro, 1994, p. 17.

⁷⁸ BRANDÃO, Gildo Marçal. *A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista, 1920-1964*. Editora Hucitec, 1997, p.231.

⁷⁹O apelido foi dado a Luís Carlos Prestes pelo escritor Jorge Amado ao escrever a biografia *O Cavaleiro da Esperança*, publicada em 1942.

⁸⁰ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. Editora Ática, 1987, p. 31.

stalinismo no núcleo do PCB. Prestes encerrou abruptamente a discussão e proibiu "quaisquer ataques à União Soviética e ao Partido Comunista da União Soviética". Entretanto, apesar do peso do comunicado de Prestes, dirigentes médios do partido, jornalistas, operários e intelectuais, reuniram-se em torno do comunista Agildo Barata Ribeiro⁸¹. O grupo exigiu do Comitê Central do PCB um debate profundo e uma autocrítica radical.

Entendendo que a discussão se espalhava e ganhava força entre seus membros, em outubro de 1956, o Comitê Central do Partido Comunista do Brasil sucumbiu às pressões e oficializou o debate através do documento "Projeto de Resolução do CC do PCB sobre ensinamentos do 20º Congresso". A declaração da alta cúpula do partido reconhecia que a situação era irreversível, afastava o centralismo democrático⁸² e garantia o direito e a liberdade do debate de seus militantes. A parcela declaradamente stalinista do PCB execrou o documento do Comitê Central. Liderados por Diógenes Arruda em barricada com João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar, o grupo divergente levantou a bandeira contra o revisionismo e renegou as críticas ao comunismo soviético. O PCB rachara-se ao meio: de um lado, o grupo liderado por Luís Carlos Prestes, admitindo nova política e objetivando a desestalinização do partido. Do outro lado, comunistas como João Amazonas e Maurício Grabois, entendiam que o revisionismo dos princípios marxistas leninistas era inaceitável.

O grupo divergente liderado por Arruda se rebelou contra as determinações do Comitê Central, negou oficialmente participar do processo de desestalinização do partido e deflagrou uma intensa disputa interna por poder. Aproveitando-se do fato de que regia a maioria dentro do PCB, Prestes evocou para si o espelho de Kurschev e decidiu que havia chegado a hora de expulsar os stalinistas do partido. Era hora de polir seu prestígio e limpar o PCB do comunismo soviético.

Em agosto, durante reunião do Comitê Central com a presença de Prestes, foram aprovadas diversas modificações na estrutura do partido. Arruda, Amazonas, Pedro Pomar, Calil Chad e Grabois saíram da Executiva e a ela ascenderam Giocondo Dias e Mário Alves. Isso significava que, mais da metade dos dirigentes do Presidium do partido foram rebaixados a executores de "tarefas em outras organizações intermediárias", segundo as próprias palavras de Prestes. Outra resolução aprovada

⁸¹ Agildo Barata Ribeiro foi um comunista histórico e um dos tenentes cuja ação foi mais significativa durante a Revolução de 1930.

⁸² Centralismo democrático é um conceito cunhado por Lênin. É a materialização da palavra de ordem "todo poder aos soviets dos comissários do povo".

designou uma comissão incumbida da elaboração de propostas acerca das questões políticas em litígio. O racha do PCB era uma realidade a caminho do irreversível.

Em março de 1958, a cúpula do Comitê Central do PCB antecipou a pauta discursiva do 5º Congresso do partido que só ocorreria três anos mais tarde e ratificou a linha oficial do partido em um documento interno. O manuscrito foi batizado de “Declaração de Março” e potencializou ainda mais as divergências internas. No documento, o PCB reconheceu o desenvolvimento capitalista já em efetivação, e determinou a linha da política pacífica como guia de seus militantes. A “Declaração de Março” definiu:

O caminho pacífico da revolução brasileira é possível em virtude de fatores como a democratização crescente da vida política, o ascenso do movimento operário e o desenvolvimento da frente única nacionalista e democrática em nosso país. Sua possibilidade se tornou real em virtude das mudanças qualitativas da situação internacional, que resultaram numa correlação de forças decididamente favorável à classe operária e ao movimento de libertação dos povos.

[...]

O povo brasileiro pode resolver pacificamente os seus problemas básicos com a acumulação, gradual, mas incessante, de reformas profundas e conseqüentes na estrutura econômica e nas instituições políticas, chegando até à realização completa das transformações radicais colocadas na ordem do dia pelo próprio desenvolvimento econômico e social da nação⁸³.

Após a “Declaração de Março”, a minoria stalinista abriu fogo contra a nova orientação. Grabois, Amazonas e Pomar manifestam-se publicamente, alegando que o manuscrito “não exprime uma política justa, não corresponde aos interesses de classe do proletariado. No essencial, tal documento defende uma linha oportunista de direita. Exagera a importância do desenvolvimento do capitalismo [...]”⁸⁴. Prestes não se intimidou e passou como um rolo compressor em cima de seus antigos companheiros.

Em 1960, entre os meses de agosto e setembro, o PCB promoveu seu V Congresso, oficializando publicamente a linha da política pacífica para a revolução. Segundo o documento “Resolução Política do V Congresso”, o operariado brasileiro deveria “aliar-se à burguesia ligada aos interesses nacionais e a outras forças, e, simultaneamente, lutar contra as tendências conciliadoras e antidemocráticas que nelas

⁸³Partido Comunista do Brasil. Declaração Sobre a Política do PCB. *Jornal Voz Operária*, 22 de março 1958.

⁸⁴GRABOIS, Maurício. “*Dois Concepções, duas orientações políticas*”. Artigo de Maurício Grabois para a Tribuna de Debates do 5º Congresso do PCB, 1960.

se manifestam”⁸⁵. O documento ainda definia a linha política oficial do PCB, informando aos brasileiros que:

Desde que existe a possibilidade de um caminho pacífico, os comunistas tudo farão, no que deles dependa, para transformar essa possibilidade em realidade. O caminho pacífico da revolução não significa conciliação de classes, passividade ou espontaneísmo. Significa unicamente a realização das tarefas revolucionárias sem que seja inevitável a insurreição armada ou a guerra civil. O avanço do movimento revolucionário por um caminho pacífico exige a mobilização das massas, a acção enérgica dos trabalhadores e do povo para quebrar a resistência das forças entreguistas e reaccionárias. Exige a luta de massas, que não exclui os choques e conflitos com o inimigo. Para transformar em realidade a possibilidade de um caminho pacífico da revolução é necessário desenvolver a luta de classes, condição indispensável ao fortalecimento da unidade e da organização dos trabalhadores e ao crescimento de seu papel na vida política do País. É necessário que as forças revolucionárias, particularmente a classe operária, lutem incessantemente pelas liberdades democráticas e por sua ampliação, como condição que favorece a acção independente das massas⁸⁶.

A “Resolução Política do V Congresso” foi um golpe fatal na corrente stalinista do PCB. Ela foi publicamente derrotada, e renegada pela maioria dos militantes comunistas. Insatisfeito, Maurício Grabois esbravejou aos sete ventos: aquele era

[...] um documento que encara os problemas da revolução brasileira do ponto de vista da burguesia, conduz à negação da luta revolucionária, à adaptação ao capitalismo e ao evolucionismo sob o disfarce de caminho pacífico. Isso favorece a penetração da ideologia burguesa entre as massas, o que dificulta ganhá-las para as posições do proletariado⁸⁷.

De nada adiantou as manifestações públicas do grupo divergente de Amazonas e Grabois. Além da afirmação da linha política e da aprovação das teses de orientação, o V Congresso elegeu o novo Comitê Central do PCB: Jacob Gorender deixou o cargo de suplente e assumiu como membro efetivo. Arrudas, Amazonas e Grabois foram excluídos do órgão dirigente.

Um ano mais tarde, durante o efêmero governo de Jânio Quadros, o semanário *Novos Rumos*, órgão oficial do Comitê Central, publicou mais uma metamorfose do partido. Em agosto de 1961, o tradicional Partido Comunista do Brasil mudou o nome que a organização sustentava desde sua fundação em 1922. Manteve-se a sigla PCB,

⁸⁵PCB. “Resolução Política do V Congresso do PCB”, Setembro de 1960. Problemas Políticos do Movimento Comunista e Operário Internacional n.º 9; Editorial Avante! Lisboa, 1976, p. 9-41

⁸⁶ PCB. “Resolução Política do V Congresso do PCB”, Setembro de 1960. Problemas Políticos do Movimento Comunista e Operário Internacional n.º 9; Editorial Avante! Lisboa, 1976, p. 9-41

⁸⁷GRABOIS, Maurício. “Duas Concepções, duas orientações políticas”. Artigo de Maurício Grabois para a Tribuna de Debates do 5º Congresso do PCB, 1960.

mas transformou-se em Partido Comunista Brasileiro. “Ao substituir ‘do Brasil’ por ‘Brasileiro’, pretendia-se obviar uma das alegações das cassações judiciais de 1947, a de que o PCB não era um partido brasileiro, mas uma Seção do Brasil da Internacional Comunista”⁸⁸. A mudança de nomenclatura sob a perspectiva da legalidade foi inútil, pois o Tribunal Superior Eleitoral manteve a negativa para o registro do PCB.

Em ato contínuo, e sob a orientação de Prestes, a Comissão Executiva Nacional do PCB expulsou três dissidentes: Pedro Pomar, Ângelo Arroyo e Carlos Nicolau Danielli foram acusados de promoverem atividades indisciplinadas, desagregadoras, fracionistas e anti-partidárias⁸⁹. O partido inaugurava a temporada dos expurgos. Em resposta as expulsões, um grupo de oito ex-dirigentes do PCB, liderados por Grabois, Amazonas e Pomar, enviaram carta aberta a diversos órgãos internos do partido, tecendo duras críticas aos novos rumos de luta e declarando-se oficialmente em dissidência. Um novo partido batia à porta do comunismo brasileiro: nascia o PCdoB.

Fundação do PCdoB

Um sentimento geral de insatisfação domina o país. Cresce a onda de descontentamento e de mal-estar entre o povo. Acumulam-se as dificuldades que tornam cada vez mais duras as condições de vida da quase totalidade dos brasileiros. Os governantes não solucionam as questões de interesse nacional que precisam ser urgentemente enfrentadas. Entram e saem governos e a situação não se altera. Substitui-se o presidencialismo pelo parlamentarismo e o povo continua sofrendo privações. Em toda parte uma indagação está presente: como livrar o Brasil dos males que o atormentam?⁹⁰

No dia 18 de fevereiro de 1962, os dissidentes do PCB se reuniram em São Paulo em uma Conferência Nacional Extraordinária e fundaram o PCdoB. Estavam presentes: Maurício Grabois, Pedro Pomar, João Amazonas, Elza Monerat, Ângelo Arroyo, Diógenes Arruda Câmara, Carlos Nicolau Danielli, Calil Chade, Lincoln Cordeiro Oeste, José Duarte e Walter Martins. Apesar da sigla nova, o recém-fundado PCdoB recuperava o nome antigo, abandonado por pelo Comitê Central do PCB um ano

⁸⁸ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. Editora Atica, 1987, p. 40. O autor ainda lembra que “a substituição se mostrou inútil, uma vez que o TSE não se impressionou com a alteração nominal e negou o registro”.

⁸⁹ PERALVA, Osvaldo. *O Retrato*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1962.

⁹⁰ Partido Comunista do Brasil. *MANIFESTO - PROGRAMA*. Conferência Nacional Extraordinária do PCdoB. São Paulo, 18 de fevereiro de 1962. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; DE SÁ, Jair Ferreira. *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 a 1971*. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p.34.

antes: Partido Comunista do Brasil. Segundo Marcelo Ridenti, “consumava-se a cisão e formalizava-se a coexistência de dois partidos comunistas em nosso país. O PCdoB se proclamou (e o faz até hoje) o mesmo partido comunista fundado em 1922 e reorganizado em 1962”⁹¹. Dos 12 membros que compunham o Comitê Central da nova organização, cinco⁹² deles teriam, anos mais tarde, papel de destaque na Guerrilha do Araguaia.

Durante a Conferência Nacional Extraordinária, o PCdoB aprovou seu Manifesto Programa e retomou as antigas teses aprovadas no IVº Congresso do PCB. “Como objetivo principal, colocou a conquista do governo popular revolucionário e repeliu a luta pelas reformas de base. Tarefa imediata deveria ser a instauração do novo regime – anti-imperialista, antilatifundiário e antimonopolista”⁹³. O PCdoB instituiu, desde a sua fundação, uma linha de atuação política radical, que determinava a tomada do poder pela luta armada. Tais determinações já estavam cristalizadas no Estatuto do partido e em seu respectivo Manifesto-Programa.

Desde 1962, o PCdoB afirmava ser “uma organização centralizada e combativa, regida por uma disciplina consciente, livremente aceita e obrigatória para todos os seus membros. Orienta-se [...] pelos princípios do internacionalismo proletário”. Em seu Manifesto-Programa declarou que os poderosos tornaram “inviável o caminho pacífico da revolução. Por esse motivo, as massas populares terão de recorrer a todas as formas de luta que se fizerem necessárias para conseguir seus propósitos”⁹⁴. Em seus documentos de fundação, o PCdoB e seus comandantes se empenharam em traçar justificativas para a violência radicalizada – uma das principais características do novo partido.

Pierre Bourdieu traz a luz no livro *O Poder Simbólico*, a perspectiva de um certo “poder quase mágico”, “o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou a subverter”⁹⁵. É justamente sob essa perspectiva que os líderes do PCdoB buscaram, já a partir de 1963, a aproximação com um novo movimento internacional

⁹¹Marcelo Ridenti, *O Fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Ed. Unesp, p. 27.

⁹²São eles: Maurício Graboys, Pedro Pomar, João Amazonas, Elza Monerat e Ângelo Arroyo.

⁹³GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Editora Ática, 1987, p. 40.

⁹⁴ Partido Comunista do Brasil. *MANIFESTO - PROGRAMA*. Conferência Nacional Extraordinária do PCdoB. São Paulo, 18 de fevereiro de 1962. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; DE SÁ, Jair Ferreira. *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 a 1971*. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 46.

⁹⁵BORDIEU Pierre. *O poder simbólico*. 2a ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, p.15.

capaz de impulsionar o “poder de fazer ver e fazer crer”⁹⁶. Após não encontrar acolhida para seu projeto de luta e atuação no seio Partido Comunista da União Soviética (PCUS), o PCdoB se aproximou das ideias defendidas pela China comunista de Mao Tsé-tung e encontrou no maoísmo um guia para a sua luta. Os chineses pregavam uma revolução impulsionada pela conquista do campo e foi justamente a partir dessa expectativa, que os comunistas do novo partido começaram a estreitar os laços com o pensamento de Mao Tsé-tung.

Em julho de 1963, através de seu jornal oficial *A Classe Operária*, o PCdoB oficializou a adesão do partido ao maoísmo. Maurício Grabois declarou que o partido comunista chinês era o “destacamento de vanguarda e força dirigente da revolução mundial”. Na mesma publicação, Mao Tsé-tung é caracterizado como “o maior teórico do Movimento Comunista Internacional”. A partir desse momento, o maoísmo ganhou “difusão institucionalizada”⁹⁷ no país, penetrou na estrutura do Partido Comunista do Brasil e frutificou em seus planos de revolução. Assim como ocorreu no PCCH⁹⁸, os líderes do PCdoB se esforçaram nos anos seguintes, para dar a violência, identidade de partido político organizado⁹⁹.

Já no início de 1964, pouco antes do início da ditadura militar no Brasil, o primeiro grupo de militantes do PCdoB embarcou para Academia Militar da China, para iniciar o treinamento guerrilheiro. Nesse primeiro contingente estavam André Grabois e Osvaldo Orlando Costa, futuros líderes de destacamentos da Guerrilha do Araguaia. Eles aprenderiam da maneira mais difícil, junto com outros tantos companheiros, nos primeiros anos de 1970, que

a ação política nunca perde sua natureza de arte, por mais que se fundamenta em conhecimentos teorizados. Arte significa, no caso, a relação criativa com os homens, os movimentos sociais e as instituições. Que não se aprende nos livros, pois deve ser vivenciada e intuitiva.¹⁰⁰

⁹⁶BORDIEU Pierre. *O poder simbólico*. 2a ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, p 15.

⁹⁷GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Editora Atica, 1987, p. 40.

⁹⁸Partido Comunista da China.

⁹⁹Para saber mais sobre isso: SALES, Jean Rodrigues. *Partido Comunista do Brasil: definições ideológicas e trajetória política*. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). *História do Marxismo no Brasil*, v. 6: partidos e movimentos após os anos 1960. São Paulo: Editora Unicamp, 2007.

¹⁰⁰GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Editora Atica, 1987, p. 32.

Capítulo 2 – Armas na floresta: a trajetória até o Araguaia

O segundo capítulo desta dissertação será dedicado à descrição e análise dos caminhos, acontecimentos e orientações que levaram à estruturação de um movimento guerrilheiro na selva amazônica. É imprescindível, nesta parte do trabalho, desenhar toda a organização e composição da guerrilha do PCdoB, para que, posteriormente, possamos compreender seu desenvolvimento e a eclosão dos embates e enfrentamentos.

O golpe de 1964 ecoa no PCdoB: a preparação para a luta

O golpe civil-militar de 31 de março “virou governo” em 11 de abril de 1964, “quando o Congresso Nacional se reuniu para eleger o novo presidente da República”¹⁰¹. Em uma eleição indireta e de candidato único, o general Humberto de Alencar Castello Branco assumiu o cargo máximo da política brasileira. Ele saudou os brasileiros em seu discurso de posse e perpetuou ao povo uma promessa que jamais seria cumprida: garantiu que entregaria o cargo em 1966 a um “sucessor legitimamente eleito pelo Povo, em eleições livres [...]”¹⁰². Parafraseando o historiador Daniel Aarão Reis, para lidar com o novo contexto imposto, era necessário que as esquerdas reavaliassem suas fórmulas teóricas, seus programas políticos, suas estratégias, suas táticas de ações. Entretanto, o que se observou naquele momento, foram sucessivas disputas de métodos e concepções sobre os caminhos da revolução brasileira¹⁰³.

Para a cúpula do PCdoB, o golpe de 31 de março fora uma “quartelada conduzida por um grupelho de generais fascistas, retrógrados e aproveitadores”. Em agosto de 1964, o partido tornou pública sua avaliação sobre a conjuntura do país, através da divulgação do documento “*O Golpe de 1964 e seus ensinamentos*”. A Comissão Executiva declarou no manifesto:

Ainda há poucos meses, o povo usufruía de “relativa liberdade”. Os trabalhadores das cidades e do campo podiam legalmente organizar-se e levantar suas reivindicações. As massas populares, os estudantes e a intelectualidade travavam intensos debates em torno dos problemas nacionais e apresentavam suas soluções. Sargentos e marinheiros reclamavam que se pusesse fim às discriminações de que eram alvo. Jornais de todas as

¹⁰¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa. *Brasil: Uma Biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 448.

¹⁰² BRACO, Humberto de Alencar Castelo. *Revolução de 31 de março*. Discurso de posse. Biblioteca da Presidência da República, 11 de março de 1964, p.11.

¹⁰³ Sobre as disputas daquele contexto, ver: GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014.

tendências circulavam livremente. Espreadava-se um movimento em favor de mudanças radicais na sociedade brasileira. Erguiam-se protestos contra a desenfreada espoliação imperialista¹⁰⁴.

Para além de um discurso superficial da conjuntura do país, o PCdoB aproveitou o documento para reafirmar a inviabilidade do caminho pacífico para revolução, já que, segundo eles, a situação política do país e seus respectivos problemas jamais poderiam ser resolvidos sem um movimento armado. Ao analisar o golpe civil-militar de 1964, o Comitê Executivo do partido declarou que os comunistas revolucionários espalhados pelo país sentiam-se “estimulados a prosseguir com mais decisão no caminho pelo qual enveredaram”¹⁰⁵. Havia chegado a hora de organizar o povo, pois em um futuro breve, ele precisaria empunhar armas. Fiéis a essa perspectiva, os líderes do PCdoB afirmaram que população brasileira necessitava

[...] responder à repressão armada dos reacionários internos e dos imperialistas ianques com a luta armada, de que precisa estar preparado para isto, é hoje a questão básica que deve nortear o pensamento e a ação de todos os verdadeiros revolucionários¹⁰⁶.

Em junho de 1966, durante as reuniões do VI Congresso, o PCdoB “definiu o caminho da luta armada como o da guerra popular e estabeleceu seus princípios mais gerais.”¹⁰⁷. Dois anos após o golpe civil-militar de 1964, a teoria da Guerra Popular Prolongada (GPP), desabrochou na concepção de luta armada constituída pelo Partido Comunista do Brasil. Segundo o conceito idealizado por Mao Tsé-tung, a GPP era

[...] um tipo de guerra em que a capacidade de fogo do exército mais fraco aumenta e se desenvolve no decorrer do tempo. Desde que o tempo conte a seu favor e por carecer de forças, este exército deverá evitar a decisão pelo combate, substituindo o aniquilamento pela manobra e o desgaste. A GPP é uma guerra politicamente ofensiva (como toda guerra revolucionária), estrategicamente defensiva (pela desproporção de forças), mas taticamente ofensiva, pois deve-se ganhar tempo desgastando o inimigo, conservar as próprias forças e preparar o contra-ataque para, no momento oportuno, passar à ofensiva que aniquile o inimigo.¹⁰⁸

¹⁰⁴ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *O golpe de 64 e seus ensinamentos*. In: *A linha política revolucionária do Partido Comunista do Brasil*. Lisboa: Maria da Fonte, 1974, p. 45.

¹⁰⁵ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *O golpe de 64 e seus ensinamentos*. In: *A linha política revolucionária do Partido Comunista do Brasil*. Lisboa: Maria da Fonte, 1974, p. 75.

¹⁰⁶ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *O golpe de 64 e seus ensinamentos*. In: *A linha política revolucionária do Partido Comunista do Brasil*. Lisboa: Maria da Fonte, 1974, p. 83.

¹⁰⁷ *Guerra Popular. O caminho da luta armada no Brasil*. Partido Comunista do Brasil. Janeiro de 1969. In: *DOCUMENTOS. Guerra Popular – Caminho da Luta Armada no Brasil*. Edições Maria da Fonte, 1974, p. 155.

¹⁰⁸ SAINT-PIERRE, Hector Luís. Considerações sobre a teoria de guerra revolucionária de Mao Tsé-tung. *Crítica Marxista*, São Paulo, Xamã, v.1, n.4, 1997, p. 173.

Seguindo as orientações militares do maoísmo, o PCdoB avaliou que o meio rural era *locus* ideal para o desenvolvimento da revolução armada. Enquanto os centros urbanos concentravam grandes contingentes de forças repressivas, o campo se materializava como “elo mais débil da dominação das forças reacionárias”¹⁰⁹. A guerra revolucionária encontraria solo fértil no interior do Brasil, já que, nessas regiões, a repressão enfrentaria uma

[...] situação geográfica que favorece os combatentes do povo e dificulta a ação das unidades repressoras, meios de transporte difíceis ou inexistentes; ausência de fontes de abastecimento para forças regulares numerosas; condições sociais desfavoráveis, etc. Suas linhas de comunicação para esses lugares, além de precárias, são bastante vulneráveis. Somente para garanti-las serão necessários enormes contingentes. [...] Quanto mais regiões sejam obrigadas a ocupar, as tropas da reação mais dispersarão suas forças e com isto se enfraquecerão porque serão forçadas a se subdividir, ficando expostas aos golpes dos revolucionários. No interior, as forças armadas populares terão a seu dispor amplo campo de manobra que lhes permitirá evitar o cerco, poupar e acumular forças¹¹⁰.

As resoluções do PCdoB sobre a luta armada foram sistematizadas mais tarde, no documento “*Guerra Popular – Caminho da Luta Armada no Brasil*”: uma espécie de cartilha guia, dotada de pressupostos e ensinamentos militares maoístas¹¹¹, que deveria ser seguida por seus militantes. Assim como acontecera na Revolução Chinesa, na fase inicial da luta revolucionária tracejada pelo PCdoB estava a Guerra de Guerrilhas. O partido objetivava iniciar suas ações armadas a partir de destacamentos guerrilheiros que, com o decorrer da luta, se capacitariam para formar, paulatinamente, um exército regular.

Apesar de reafirmar convicções políticas e de costurar os principais pontos da luta armada, as resoluções de 1966 externaram posições divergentes e agravaram os problemas por disputa de poder no seio do PCdoB. Duas vertentes distintas foram escancaradas, provocando um racha no Comitê Central do partido. De um lado, Pedro Pomar, Maurício Grabois e João Amazonas, defendendo fervorosamente o início imediato da luta armada revolucionária. Na vertente oposta estavam Lincoln Cordeiro Oest, Diógenes Arruda, Walter Martins e José Duarte. Pregando cautela, o grupo

¹⁰⁹ *Guerra Popular. O caminho da luta armada no Brasil*. Partido Comunista do Brasil. Janeiro de 1969. In: *DOCUMENTOS. Guerra Popular – Caminho da Luta Armada no Brasil*. Edições Maria da Fonte, 1974, p. 125.

¹¹⁰ *Guerra Popular. O caminho da luta armada no Brasil*. Partido Comunista do Brasil. Janeiro de 1969. In: *DOCUMENTOS. Guerra Popular – Caminho da Luta Armada no Brasil*. Edições Maria da Fonte, 1974, p. 125.

¹¹¹Essas perspectivas foram trabalhadas no primeiro capítulo da dissertação, sendo assim, apenas alguns pontos serão lembrados para auxiliar na composição da narrativa do trabalho.

afirmava que o momento deveria ser aproveitado para estreitar ligações com as massas, amplificando o trabalho político.

Mesmo diante de tamanha divergência, e valendo-se de seu prestígio e força, o núcleo comandado por Maurício Grabois decidiu, por contra própria, deflagrar a luta armada revolucionária. Os demais membros do Comitê Central e militantes do PCdoB foram mantidos alheios ao projeto de guerrilha em curso. A preparação da luta armada ocorreu à penumbra do restante do partido: Pedro Pomar, Maurício Grabois, João Amazonas, Ângelo Arroyo, Elza Monnerat, Carlos Nicolau Danielli e Manoel Jover Telles decidiram colocar em prática as resoluções de luta armada do PCdoB. Era hora de estruturar uma guerrilha maoísta no interior do país.

***“Verás que o filho teu não foge à luta”*: o recrutamento para a guerrilha**

O eixo central que orientaria toda luta armada planejada pelo PCdoB estava concentrado no trabalho com a população das áreas rurais. Foi a partir dessa perspectiva que o partido começou a recrutar militantes para a guerrilha no campo e encontrou terreno fértil entre a juventude radicalizada que sonhava em ser a vanguarda de uma revolução que mudaria o Brasil. Era necessário lapidar um punhado de homens e mulheres, dispostos a abandonar suas vidas, rotinas e carreiras para participar do processo revolucionário.

O Partido Comunista do Brasil possuía uma estratégia objetiva de convocação e recrutamento para a guerrilha, que, na grande maioria dos casos, era desenvolvida em três etapas. A primeira delas era majoritariamente – mas não somente – desencadeada dentro de escolas secundaristas ou técnicas e dentro de universidades. Os estudantes eram abordados e convidados a participar dos quadros do partido. Para fazer parte do grupo, o indivíduo deveria dedicar boa parte do tempo a leituras e debates sobre o comunismo de uma maneira geral.

Após serem aceitos como membros do partido, o processo de iniciação ao recrutamento prosseguia. Já clandestinos, os novos militantes intensificavam sua formação política e praticavam pequenas operações armadas nas cidades, cuja finalidade era comprovar sua lealdade ao Partido Comunista do Brasil. Aqueles que se destacaram, foram chamados a reuniões secretas com João Amazonas e Maurício Grabois – membros do Comitê Central do PCdoB e principais responsáveis pela organização da guerrilha. Durante esses encontros, eles reafirmaram as convicções

políticas do partido, convocaram seus militantes à revolução e os recrutaram para a luta armada no campo.

É importante ressaltar que, nenhum detalhe sobre a local de desenvolvimento da guerrilha foi repassado àqueles que aceitaram a missão. Para executiva do PCdoB era uma questão de segurança evitar a qualquer custo “que o movimento guerrilheiro fosse descoberto pelos militares”¹¹². A maioria dos comunistas que formaram o grupo guerrilheiro do Araguaia aceitou a jornada, sem conhecer a plenitude do desafio. Entre os últimos anos de 1960 e os primeiros de 1970, 77 militantes do PCdoB desembarcaram na selva amazônica para a luta armada: 59 homens e 18 mulheres, sendo que, menos de 15 pessoas possuíam algum tipo de treinamento militar¹¹³. Quase 40 militantes partiram de São Paulo e Rio de Janeiro. Os outros saíram de Minas Gerais, Bahia, Ceará, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Goiás. Mais da metade foi recrutado pelo PCdoB junto ao Movimento Estudantil e tinha entre 20 e 28 anos de idade. Na outra ponta que compunha o grupo, estava todo tipo de profissionais liberais: engenheiros, médicos, professores, operários. No centro, regendo os demais, nove políticos “orgânicos”¹¹⁴. Quando o Exército desembarcou na Amazônia em 1972, havia 69¹¹⁵ guerrilheiros na selva. Apenas 13% saíram do Araguaia com vida.

O Araguaia em chamas: a escolha do Bico do Papagaio como personagem

O povo brasileiro, ao recorrer à guerra de guerrilhas, combaterá à sua maneira, criará os mais diversos métodos de luta de acordo com as peculiaridades locais. Nas condições de um país como o Brasil, a guerrilha só desenvolverá levando em conta a força e a situação do inimigo, a topografia do terreno, as vias e os meios de comunicação, os fatores de ordem climática, o estado de ânimo da população em determinado momento e lugar e a situação em que se encontrar a força guerrilheira. Só poderá crescer apoiada nas massas¹¹⁶.

¹¹²Depoimento do ex-militante do PCdoB Newton Miranda. In: OLIVEIRA, Ivana. *Guerrilha do Araguaia – uma história que começa a ser estudada*. Revista Amazônia. Manaus: Edição 8, Maio de 2000.

¹¹³André Graboys; Ângelo Arroyo, Arildo Valadão; Daniel Ribeiro Callado; Divino Ferreira de Souza; Elza de Lima Monnerat; Líbero Giancarlo Castiglia; João Carlos Haas Sobrinho; José Huberto Bronca; Manoel José Nurchis; Micheas Gomes de Almeida; Miguel Pereira dos Santos; José Lima Piauhy Dourado; Osvaldo Orlando Costa.

¹¹⁴Segundo a nomenclatura usada no período da guerrilha, políticos orgânicos eram aqueles militantes que se dedicavam em tempo integral e com total exclusividade ao partido.

¹¹⁵Já haviam deixado o local da guerrilha Pedro Albuquerque, Tereza Albuquerque, Lúcia Regina de Souza, Criméia Alice Almeida, Francisco Amaro Lins, o estudante de codinome *Jurandir*, João Amazonas e Elza Monnerat. O dado de 69 é fornecido por Ângelo Arroyo em seu relatório. Para saber mais: ARROYO, Ângelo. *Relatório Arroyo*. 1976. In: POMAR, Wladimir. *Araguaia: O Partido e a Guerrilha – Documentos Inéditos*. São Paulo: Ed. Brasil Debates, Col. Brasil Estudos, nº 2, 1980, p. 250.

¹¹⁶*Guerra Popular. O caminho da luta armada no Brasil*. Partido Comunista do Brasil. Janeiro de 1969. Página 128. In: DOCUMENTOS. *Guerra Popular – Caminho da Luta Armada no Brasil*. Edições Maria

Convictos da viabilidade de uma guerrilha rural, o próximo passo era escolher o local de desenvolvimento da luta armada. Não foi uma decisão fácil para a cúpula do PCdoB que tomara a frente do movimento revolucionário. Nos primeiros momentos do planejamento, objetivava-se a criação de vários campos de luta, treinamento e guerrilha. Entre João Amazonas, Pedro Pomar, Maurício Grabois, Ângelo Arroyo e Elza Monnerat, era recorrente a ideia de que se houvesse militantes disponíveis suficientes, várias frentes de luta deveriam ser organizadas. Apesar dessa consciência, o debate esbarrou em um problema concreto: o PCdoB não dispunha de extensos quadros de militantes.

No início do ciclo de estudos e de preparação para a guerrilha, o partido ainda tracejou três frentes de trabalho: Araguaia, Maranhão e Goiás. Entretanto, logo no início das atividades de organização e análise, as localidades de Araguatins (GO), Imperatriz (MA) e Porto Franco (MA), foram rechaçadas pelo PCdoB, em decorrência da atuação da repressão militar naquelas cidades. Restou apenas o Araguaia para ser trabalhado. Inicialmente, a região sul do Pará e o famoso Bico do Papagaio¹¹⁷ serviriam apenas como zona de refúgio¹¹⁸. Mas não foi o que aconteceu.

Atraídas pela extensa área de floresta e pelas condições geográficas favoráveis, diversas outras “organizações possuíam planos elaborados, cuja estratégia consistia na preparação da guerrilha rural”¹¹⁹ naquela mesma região. Foi o caso, por exemplo, da ALN, VPR, a VAR- Palmares e o PCBR. Quase todos eles inclusive chegaram a efetivar “o deslocamento de quadros para algumas áreas”¹²⁰. Apesar disso tudo, apenas a luta armada do PCdoB vingou e fez morada no solo da região do Araguaia. As análises desenvolvidas por João Amazonas e Maurício Grabois, quanto à região que seria preparada para a deflagração da luta armada rural,

(...) levaram a conclusão de que o sul do Pará correspondia perfeitamente às características assinaladas pelos teóricos militares e balizadas pelas experiências internacionais. Tanto geograficamente, pelas dimensões territoriais, florestas e serras, quanto em relação às disparidades regionais, avaliou-se que as condições eram propícias para deflagração de movimentos guerrilheiros¹²¹.

da Fonte, 1974.

¹¹⁷O Bico do Papagaio é uma região de confluência entre os estados do Pará, Maranhão e Tocantins – na época Goiás.

¹¹⁸Área distante das zonas principais de combate, longe da repressão, com apoio logístico.

¹¹⁹CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia – Esquerda em Armas*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1997, p. 89.

¹²⁰CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia – Esquerda em Armas*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1997, p. 89.

¹²¹CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia – Esquerda em Armas*. Goiânia:

A região escolhida pelo PCdoB para desenvolvimento da guerrilha oferecia, segundo seus organizadores, condições naturais propícias. O Araguaia na localidade do Bico do Papagaio era uma zona de mata extensa, de difícil acesso e que possuía muitos recursos de sobrevivência – palmito babaçu, castanhas, caça e pesca abundante. A área abrigava vastas extensões de floresta, proporcionando aos combatentes do PCdoB o amplo desenvolvimento de campos de manobras. Além disso, na mata densa da Amazônia, “o inimigo não pode usar tanques, artilharia, bombardeio aéreo de precisão, etc. Tem de estar a pé como o guerrilheiro”¹²².

A área delimitada pelo PCdoB para a instalação e atuação de seus militantes, abarcava vilarejos do Pará, Maranhão e Tocantins, espalhados em um perímetro de 6.000 km². Eram grandes extensões territoriais, mas com baixíssima densidade populacional. O povo da região escolhida pelos comunistas era composto essencialmente por camponeses pobres, que viviam assolados pela violência dos grileiros e dos grandes proprietários de terra. O Araguaia era um território esquecido pelos olhos do Estado, onde reinava a chibata dos fazendeiros, a miséria, os calafrios da malária e as dores da leishmaniose. A população camponesa se encontrava dispersa em pequenos povoados e lugarejos, aspecto terminantemente negativo, no que se refere à necessidade de desenvolvimento do trabalho político. Mesmo diante de massas camponesas escassas e dispersas, a floresta Amazônica ganhou a preferência do PCdoB.

Para a cúpula do partido que organizou a guerrilha, a escolha da região do Araguaia foi decisivamente delimitada pela vantagem da mata e do terreno. Entretanto, é importante ressaltar que, as áreas para estruturação do movimento guerrilheiro deveriam ser determinadas a partir de uma análise política, geográfica e social, nas quais fatores subjetivos e objetivos, de terreno e massas se combinariam. Essa perspectiva foi negligenciada pelos “especialistas” do PCdoB.

A definição da região do Bico do Papagaio como zona única para o desenvolvimento da luta revolucionária baseou-se fundamentalmente no fator terreno. A floresta Amazônica e o afastamento dos grandes centros urbanos foram os principais determinantes. Ao implantar a guerrilha sobre as densas matas do Bico do Papagaio, os líderes do PCdoB desconsideraram que, naquele período, as massas populacionais lá existentes possuíam baixíssimo nível de organização política. Esses fatores

Universidade Federal de Goiás, 1997, p. 95.

¹²² ARROYO, Ângelo. *Um grande acontecimento da vida do país e do partido*. 1976. In: POMAR, Wladimir. *Araguaia: O Partido e a Guerrilha – Documentos Inéditos*. São Paulo: Ed. Brasil Debates, Col. Brasil Estudos, nº 2, 1980, p. 275.

enfraqueceram o alcance do trabalho do partido, atrofiaram o recrutamento de novos guerrilheiros junto à população local e geraram graves problemas para o desenvolvimento da guerrilha - como será possível constatar nos capítulos seguintes.

Delimitada a área de deflagração da guerrilha, os planejamentos continuaram sob novo erro de concepção. Os líderes do partido negligenciaram uma tática de guerra importante, ao desconsiderar a implantação da retirada estratégica – aspecto presente na teoria maoísta e em diversos outros teóricos militares. Segundo Mao Tsé-tung, essa ação era o resultado de uma previsão longa, uma medida planejada, na qual se adequam as táticas do confronto. Fundamentalmente o oposto da fuga, a retirada estratégica é um movimento calculado e proposital, que impõe ao inimigo o desgaste de perseguir rebeldes em retirada e exclui de sua capacidade a determinação dos momentos para combate. Na teoria maoísta - guia do PCdoB para organização de sua guerrilha - a retirada estratégica não poderia, sob nenhuma circunstância, ser materializada em operação forçada pelas circunstâncias de guerra. Os líderes do movimento revolucionário deveriam considerá-la ainda na fase de planejamento. Era necessário analisar e projetar as etapas posteriores da batalha, considerando um leque de adversidades possíveis.

Apesar de estruturar sua guerrilha sobre as teorias de Mao Tsé-tung, a cúpula do PCdoB excluiu da fase de planejamento a alternativa da retirada estratégica. O militante Osvaldo Orlando da Costa, que participou ativamente dos preparativos de luta, propôs aos companheiros a definição tática de uma rota de retirada estratégica, na região do Rio Xingu. Osvaldo – como ficou conhecido no Bico do Papagaio – insistiu junto à cúpula do partido: queria conhecer a área, rastreá-la, organizá-la, e prepará-la com pontos de apoio e armazenamento de suprimentos e armas. Julgado como militar valente, mas com espírito defensivo, Osvaldo teve suas prerrogativas derrotadas. João Amazonas, Pedro Pomar, Maurício Grabois, Ângelo Arroyo e Elza Monnerat rejeitaram o estabelecimento da retirada estratégica durante o planejamento da guerrilha, convictos do sucesso do movimento armado de seu partido.

“Selva à Vista”: os comunistas desembarcam no Araguaia

Os comunistas do PCdoB iniciaram sua jornada guerrilheira em 1966, com a chegada do primeiro militante do partido a região. Seu novo lar era o Bico do Papagaio, tomado por grandes sumaúmas, pesadas castanheiras, altas palmeiras de buritis, bonitos

jatobás, poderosas árvores-borracha. Sob o doce canto do Uirapuru e os estrondos ocos das espingardas dos fazendeiros, os guerrilheiros plantaram suas sementes de sonhos revolucionários no solo da Amazônia. Apesar da imponência da floresta, o ambiente contrastava com áreas de pastos queimados e secos.

Entre pequenos vilarejos e roças dispersas, habitavam milhares brasileiros ligados pela sentença de “um Brasil que não sabe de nós”¹²³. Quando dezenas de militantes comunistas lá desembarcaram, encontraram uma população sofrida, de cor de pele amarelo palha, de olhos biliosos, de corpo castigado pela malária. Naquele tempo, ao longo dos mais de 6000 km², o Estado fez daquela área, o que a poeta Carolina Maria de Jesus classificaria como o “quarto de despejo”¹²⁴ do Brasil.

Bico do Papagaio, 1966

Chamando atenção por onde passava, Osvaldo Orlando da Costa¹²⁵ foi o primeiro militante do PCdoB a desembarcar na região. Um homem de quase dois metros de altura que, na lembrança popular, tinha braços que mais pareciam pernas¹²⁶. Atrás de toda aquela fortaleza imponente, Osvaldo carregou consigo para as terras do Araguaia, carisma, sorrisos fartos, liderança e habilidades militares.

Desembarcou sozinho no Bico do Papagaio, levando nos ombros a missão de preparar a região do sul do Pará para chegada de futuros guerrilheiros. Mineiro da cidade de Passo Quatro, Osvaldo Orlando da Costa foi campeão carioca de boxe pelo Botafogo e formou-se tenente no CPOR¹²⁷ do Exército. Após conseguir uma bolsa de estudos, cursou Engenharia de Minas na Faculdade de Praga, na antiga Tchecoslováquia¹²⁸. Quando retornou ao Brasil, nos primeiros anos da década de 1960, uniu-se aos comunistas do PCdoB. Às vésperas do golpe civil-militar, em fevereiro de 1964, foi enviado pelo partido ao treinamento militar na China comunista. Retornou clandestino ao Brasil e se manteve assim até embarcar para o Araguaia.

Logo que chegou ao Bico do Papagaio, Osvaldo Orlando da Costa foi

¹²³Parafrazeando a expressão de Hamilton Pereira, - poeta e ex-presos político - em seu texto *Coragem*,cedido gentilmente a mim, já que ainda não fora publicado.

¹²⁴JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. 8ª Edição. São Paulo: Editora Ática. 2000.

¹²⁵ Para saber mais: JOFFILY, Bernardo. *Oswaldão e a saga do Araguaia*. Expressão Popular, 2008.

¹²⁶Ver: Documentário *Oswaldão*. Lançado em dezembro de 2015. Direção: Ana Petta, André Michiles, Fábio Bardella e Vandrê Fernandes.

¹²⁷ Curso de Preparação de Oficiais da Reserva.

¹²⁸ Ver mais em: SILVA, Bianca Fragoso. *“Oswaldão: uma viagem no Imaginário”*. Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2008.

carinhosamente apelidado pelo povo daquela terra de Osvaldão. Carregando uma mala grande e pesada¹²⁹, atravessou o rio Araguaia, passou pela cidade de São Geraldo e caminhou pelos vilarejos da Palestina e do Brejo Grande. Osvaldo se apresentou para população local como garimpeiro de pedras preciosas e mariscador¹³⁰. Morando em uma pequena roça e trabalhando na terra, Osvaldão “tornou-se o maior conhecedor da área destacada para a instalação dos núcleos guerrilheiros”¹³¹. Ele conheceu os graves problemas daquela comunidade e preparou o terreno para chegada de novos companheiros comunistas.

Após Osvaldão se estabelecer na região, o Partido Comunista do Brasil prosseguiu com o planejamento de estruturação do movimento armado, enviando para o Araguaia, ao longo dos anos, dezenas de outros militantes. Em 1967, o Bico do Papagaio recebeu Pedro Pomar¹³², João Carlos Haas Sobrinho¹³³, Maurício Grabois¹³⁴, Gilberto Olímpio Maria¹³⁵, Líbero Giancarlo Castiglia¹³⁶ e Elza de Lima Monnerat¹³⁷ - cuja missão principal era levar novos militantes comunistas à área de implantação da guerrilha. Avançando com os trabalhos, em 1968 o PCdoB enviou para o Araguaia o jovem André Grabois, filho do Maurício Grabois. No Bico do Papagaio foi batizado de *Zé Carlos* e desembarcou na região, após passar por capacitação e treinamento militar na Albânia e na China. André e os demais militantes comunistas estabelecidos na área desde 1967 tinham a missão de localizar e preparar as bases para a instalação dos futuros destacamentos guerrilheiros.

No decorrer dos meses de 1968 a cúpula do PCdoB enviou, para região, João Amazonas, secretário-geral do partido, e Ângelo Arroyo – um dos fundadores da legenda. Ambos os dirigentes do Comitê Central, foram transportados para área da

¹²⁹Ver: Documentário – *Camponeses do Araguaia. A Guerrilha vista por dentro*. Lançado em 2010 e dirigido por Vandrê Fernandes.

¹³⁰ Na região, mariscador é o profissional que trabalha curtindo peles de animais, são os curtidores de couro.

¹³¹CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia – Esquerda em Armas*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1997, p.109.

¹³² Pedro Pomar era um comunista conhecido, membro do Comitê Central do PCdoB.

¹³³ João Carlos Haas Sobrinho era gaúcho, formado em Medicina, participou de treinamento militar na China comunista, e atuou como médico junto à população do Araguaia.

¹³⁴ Maurício Grabois era baiano, militante comunista conhecido, um dos fundadores do Partido Comunista do Brasil e membro de seu Comitê Central. Para saber mais: GRABOIS, Victória Lavínia. *GRABOIS, Mário. Maurício Grabois: uma vida pelo Brasil*. Editora Expressão Popular, 2010.

¹³⁵ O paulista Gilberto Olímpio era genro de Grabois, estudou Engenharia junto com Osvaldão na Tchecoslováquia e realizou treinamento militar na China.

¹³⁶ Italiano, Giancarlo foi o único estrangeiro a participar da guerrilha. Era amigo de longa data de André Grabois e também participou de treinamentos militares na China comunista.

¹³⁷ Elza Monnerat era a única mulher no Comitê Central do PCdoB. Para saber mais: BERCHT, Verônica. *Coração vermelho: a vida de Elza Monnerat*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.

guerrilha por Micheas Gomes de Almeida¹³⁸. Natural da cidade de Bragança, norte do Pará, ele foi uma figura importantíssima para o movimento do Araguaia. Era dele, a missão de guiar os companheiros comunistas pelos descaminhos da região. Estabelecido na cidade de Xambioá, foi responsável por realizar o deslocamento dos militantes do PCdoB pelas matas, rios, e lugarejos do Bico do Papagaio. Levava e trazia companheiros. Foi, em diversas oportunidades, a bússola do partido no Araguaia.

O Partido Comunista do Brasil não passou pelo ano de 1968, ileso as garras da repressão militar. O Serviço Nacional de Informação (SNI) colocou em foco de atenção as ações do PCdoB, com a elaboração do documento “*Serviço Nacional de Informação – Agência Rio de Janeiro. Assaltos a Bancos: Documento Confidencial SS16 nº 130/69. Rio de Janeiro, 11 Ago 1968*”. O comunicado o SNI advertia sobre uma possível ligação entre os grandes assaltos a bancos e as “organizações subversivas de linha chinesa”¹³⁹, e listava o nome de 41 suspeitos em potencial, divulgando seus respectivos dados pessoais e alertando para necessidade de captura desses indivíduos. Os órgãos de repressão deveriam ficar em vigilância permanente. Entre os nomes procurados pelo Serviço Nacional de Informação estavam os futuros guerrilheiros do Araguaia: João Carlos Haas Sobrinho (*Juca*), Ângelo Arroyo (*Joaquim*), Micheas Gomes de Almeida (*Zezinho*), Divino Ferreira de Souza (*Nunes*), José Huberto Bronca (*Dino*), Manoel José Nurchis (*Gil*), e Nelson Lima Piauhi Dourado (*Nelito*). O PCdoB acabava de entrar, de maneira mais acentuada, no radar da repressão militar.

Bico do Papagaio: 1969 e início da década de 1970

Meses depois da chegada de Amazonas, Arroyo e Micheas, os comunistas Paulo Mendes Rodrigues e José Huberto Bronca desembarcaram no Araguaia para se juntar aos companheiros de PCdoB. Ambos haviam realizado treinamento militar na academia de Pequim, logo após o golpe civil militar de 1964. O final do ano de 1969 reservou mudanças importantes para o grupo de comunistas do Bico do Papagaio. Responsável pela logística do movimento, Pedro Pomar deixou definitivamente o Araguaia e retornou para cidade de São Paulo para organizar e aprimorar o sistema de apoio à guerrilha. Com o rosto estampado em diversos jornais pelo Brasil, chamado de terrorista

¹³⁸Para saber mais sobre Micheas ver: Depoimento de Micheas Gomes. In: *Repressão e direito à resistência: os comunistas na luta contra a ditadura (1964-1985)*. São Paulo: Anita Garibaldi, coedição com a Fundação Maurício Grabois, 2013.

¹³⁹Documento Serviço Nacional de Informação – Agência Rio de Janeiro. *Assaltos a Bancos: Documento Confidencial SS16 nº 130/69*. Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1968.

e acusado equivocadamente de participar de assaltos em São Paulo¹⁴⁰, João Carlos Haas foi obrigado a sair da cidade de Porto Franco. Procurado pela polícia, deixou consultório montado, casa mobiliada e abandonou a organização dos pontos de apoio a destacamentos guerrilheiros naquela região. No mesmo período, Elza Monnerat retornou a São Paulo para planejar o deslocamento nos anos seguintes, de novos quadros do PCdoB para o Araguaia.

Empurrado pelo violento cerco da repressão nos grandes centros urbanos e, em uma tentativa de acelerar o desenvolvimento de sua guerrilha rural, o PCdoB precipitou o deslocamento de dezenas de militantes ao Bico do Papagaio. Entre 1970 e 1971, o Partido Comunista do Brasil enviou para o Araguaia, mais de 40 pessoas. O que enfraqueceu substancialmente a atuação do PCdoB nas cidades, já que, seus principais efetivos foram deslocados para luta na área rural. Vindos de todas as regiões do Brasil, os comunistas se apresentaram a população local como professores, farmacêuticos, comerciantes, barqueiros, agricultores. Ajudaram os companheiros que já estavam no Araguaia há mais tempo, nas tarefas de organização dos destacamentos e dos pontos de apoio, e participaram de treinamentos militares.

Enquanto o PCdoB desenvolvia seu projeto de guerrilha, os militares se aproximavam do Bico do Papagaio e executavam o Plano de Integração Nacional. O PIN era um programa governamental, que objetivava implementar um conjunto de obras de infraestrutura econômica e social nas regiões norte e nordeste. Sob essa perspectiva, “a construção da Transamazônica atendia a estratégia de ocupação territorial e dava o governo uma obra monumental para simbolizar o ‘milagre’. O primeiro trecho, entre Estreito (MA) e Marabá (PA), foi aberto em 1º setembro de 1970”¹⁴¹.

Dois meses depois, em novembro de 1970, as “Forças Armadas simularam uma manobra conjunta de contraguerrilha na tríplice divisa, batizada de *Operação Carajás*. Mais que treinamento militar ordinário, teve o objetivo de inibir a presença de esquerdistas na área”¹⁴². Foram lançadas bombas nas proximidades da cidade de Marabá e a população conviveu durante dias com sucessivos voos de helicópteros e saltos de

¹⁴⁰Segundo consta no Dossiê da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, João Carlos Haas Sobrinho morou desde 1967 em Porto Franco, [...] onde montou um pequeno hospital. Com o crescimento das operações de guerrilha urbana nas grandes cidades brasileiras, em 1969 os órgãos de segurança do regime militar, por equívoco ou contrainformação, publicaram sua foto como sendo participante de uma dessas ações, o que obrigou Haas a mudar-se de Porto Franco.

¹⁴¹MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005, p. 26.

¹⁴²MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005, p.23.

paraquedistas. As Forças Armadas empenharam-se em demonstrar poder de fogo naquela região, para assustar a população e afastar possíveis revoltosos.

Valendo-se de sua presença área – em decorrência das obras do PIN – e atento às recorrentes movimentações na região, no dia 2 agosto de 1971¹⁴³ o Exército desencadeou a *Operação Mesopotâmia* chefiada pelo general Antônio Bandeira. A ação militar não fora planejada contra o PCdoB: tinha o objetivo de capturar militantes da Ação Libertadora Nacional (ALN), da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (Var-Palmares) e da Ala Vermelha, que atuavam, sobretudo, no estado de Goiás. A repressão militar procurava naquela área, mais de 50 suspeitos, incluindo o ex-deputado José Porfírio. Durante 11 dias, agentes do

[...] Exército vasculharam Imperatriz, Porto Franco e Buritis, no Maranhão. Em Goiás, avançaram sobre Tocantinópolis e São Sebastião. Prenderam suspeitos e arrancaram confissões sobre a presença de integrantes de organizações clandestinas [...] A operação resultou na morte de Epaminondas Gomes de Oliveira, liderança local presa pelos militares¹⁴⁴.

No documento *Operação Mesopotâmia – Secreto. Comando Militar do Planalto e 11ª Região Militar, Brasília, 17 de agosto de 1971*, o general Antônio Bandeira, concluiu: “a operação atingiu plenamente o objetivo que havia sido demarcado, isto porque desarticulou o movimento subversivo em gestação na área”¹⁴⁵. A região foi monitorada pelas forças da repressão e estava no radar da ditadura militar. Apesar do perigo se aproximando gradativamente, o movimento armado do Partido Comunista do Brasil não foi detectado naquele momento.

No início de 1972, o Araguaia recebeu os últimos comunistas do PCdoB. Enquanto o clima nos grandes centros urbanos era de total perseguição para os militantes das esquerdas armadas¹⁴⁶, no norte do país, “o PCdoB treinava combates em técnicas de guerrilhas, sem serem importunados até 1972, preparando-se para estabelecer um trabalho político com as massas camponesas, visando a incorporá-las à

¹⁴³ Documento: *Operação Mesopotâmia – Secreto. Comando Militar do Planalto e 11ª Região Militar, Brasília, 17 de agosto de 1971*, assinado pelo general Antônio Bandeira.

¹⁴⁴MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005, p.23, 24, 25.

¹⁴⁵Documento *Operação Mesopotâmia – Secreto. Comando Militar do Planalto e 11ª Região Militar, Brasília, 17 de agosto de 1971*, p. 14.

¹⁴⁶Para melhor compreender: REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

luta revolucionária”¹⁴⁷. Apesar disso, a população da região desconhecia a movimentação dos militantes comunistas e seus respectivos treinamentos de guerrilha. A orientação do partido era clara: se misturar ao povo local, não chamar atenção, e não revelar sua verdadeira identidade e objetivo. O trabalho político de esclarecimento junto aos camponeses foi adiado para outro momento. Momento que jamais chegou.

Às armas: a guerrilha organizada

O PCdoB ainda não havia concluído todos os níveis de preparação para a luta armada, em meados de março de 1972. Os armamentos eram insuficientes e precários, a munição era extremamente reduzida, o treinamento militar estava incompleto e o trabalho político junto às massas camponesas era quase nulo. Apesar disso, os dirigentes do partido julgaram que a área do Bico do Papagaio já estava preparada e que as Forças Guerrilheiras do Araguaia – *FOGUERA* - estavam “constituídas e organizadas”¹⁴⁸.

O grupo de combatentes do PCdoB era orientado pelo *Regulamento Militar* e pelo *Regulamento da Justiça Militar Revolucionária*. Ambos os documentos foram preparados após discussões entre Maurício Grabois e Ângelo Arroyo, e tinham por objetivo central, fixar normas e preceitos para guiar disciplinarmente os guerrilheiros. Entretanto, é importante ressaltar o caráter belicoso e invasivo de ambos os documentos. Em diversos pontos é possível perceber que as regras de conduta dos guerrilheiros, são baseadas essencialmente, em ordens de punição e ameaças de violência.

Segundo o *Regulamento Militar da FOGUERA*, o combatente deveria sempre “estar disposto a enfrentar e vencer todas as dificuldades; estar decidido a lutar até a vitória final; estar resolvido a se tornar um verdadeiro revolucionário”¹⁴⁹. No documento, os líderes da guerrilha traçaram uma organização disciplinar que ultrapassava os limites do rigoroso. As ações dos guerrilheiros seriam analisadas, julgadas e qualificadas de acordo com três eixos de punição, onde o combatente se transformava em “infrator”. Estava previsto no Regulamento:

[...] 29. Em caso de infrações leves, o comandante do destacamento faz uma advertência particular ou diante do grupo ao qual pertença o **infrator**;

¹⁴⁷ CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia – Esquerda em Armas*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1997, p. 120.

¹⁴⁸ MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005, p. 83.

¹⁴⁹ O *Regulamento de 32 artigos das Forças Guerrilheiras do Araguaia*. MOURA, Clóvis. *Diário da Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1985, p. 67.

30. Em caso de infrações sérias, o comandante do destacamento critica o **infrator** diante combatentes e aplica uma **pena** que sirva para fazê-lo comprometer o erro cometido;

31. Em caso de **infrações muito graves**, o comandante do destacamento transfere a questão para a Justiça Militar Revolucionária [...].¹⁵⁰(destaque meu)

Já o Regulamento da Justiça Militar Revolucionária representava a maior instância da justiça comunista do PCdoB no Araguaia, e era constituído basicamente por uma escala de violência, materializada em ordens de punições. Compõe sua formação: os Tribunais Militares de cada destacamento – responsáveis por julgar e punir casos específicos de cada agrupamento, e o Tribunal Militar Revolucionário das Forças Guerrilheira do Araguaia – órgão responsável por julgar questões mais amplas e graves; instância de apelação para os condenados. No que se refere às sentenças aplicadas, o Regulamento da Justiça Militar Revolucionária decretava: atitudes violentas contra companheiros ou contra população local eram punidas, com expulsão ou privação de armas e funções. Já os atos covardia diante do inimigo, e traição ao movimento revolucionário deveriam ser punidos com expulsão e execução por fuzilamento. Segundo as regras do Regulamento da Justiça Militar Revolucionária, os inimigos do povo também pagariam por suas ações com a própria vida.

É importante observar que os comandantes guerrilheiros determinavam a culpabilidade dos indivíduos e decidiam sobre seus destinos, seguindo parâmetros, preceitos e normas criados por eles mesmos. Bastavam três pessoas - comandante, vice-comandante e um combatente - para acusar, incriminar, e punir outra qualquer. A responsabilidade de julgar a “gravidade da falta”¹⁵¹ e decidir sobre vida e morte de outros indivíduos estava concentrada em um pequeno grupo de guerrilheiros que compunham o Tribunal Militar Revolucionário. Aspecto violento e nada democrático, que em muito se assemelha ao “processo de aterrorização”¹⁵² implementado por Mao Tsé-tung, durante os conflitos da Revolução Chinesa.

No que se refere à organização interna, o grupo guerrilheiro estava estruturado, da seguinte maneira: Birô Político, Comissão Militar e Destacamentos (três em seu

¹⁵⁰O Regulamento de 32 artigos das Forças Guerrilheiras do Araguaia. MOURA, Clóvis. *Diário da Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1985, p. 73-74.

¹⁵¹FOGUERA - Regulamento da Justiça Militar Revolucionária

¹⁵²Para saber mais ver: CHANG, Jung. HALLIDAY, Jon. *Mao: a história desconhecida*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 394.

total). O Birô Político¹⁵³ era composto por Maurício Grabois, João Amazonas e Elza Monnerat, respectivamente *Velho Mário*, *Tio Cid* e *Velha Maria*. Eram os dirigentes políticos máximos do PCdoB na região: decidiam sobre a estruturação de unidades guerrilheiras e eram responsáveis pela nomeação e destituição dos comandantes e vice-comandantes dos destacamentos. Segundo o *Regulamento Militar da FOGUERA*, “as ações mais importantes para o desenvolvimento da luta armada” eram responsabilidade do Comitê Político. Seu desmantelamento resultaria em uma guerrilha com estrutura confusa e acéfala politicamente. Como veremos no decorrer da dissertação, essa problemática acabou se concretizando logo no início dos conflitos com as Forças Armadas, com a fuga de Elza Monnerat e João Amazonas.

Subordinada ao Birô Político estava a Comissão Militar. Ordem hierárquica que correspondia à teoria de Mao Tsé-tung, de que o partido comanda a arma, jamais o contrário. Na composição da CM estavam novamente Maurício Grabois e João Amazonas, acompanhados por Ângelo Arroyo, e João Carlos Haas Sobrinho. Na guarda da Comissão Militar estavam Gilberto Olímpio Maria (*Pedro Gil*), Líbero Giancarlo Castiglia (*Joca*), e Michael Gomes (*Zezinho*) – que não pertencia oficialmente ao órgão, mas participava com frequência de suas ações. Referenciando militarmente, Maurício Grabois era o líder máximo do grupo, e ocupava o cargo de *comandante-em-chefe* das Forças Guerrilheiras do Araguaia. Seu subcomandante era *Joaquim*, Ângelo Arroyo.

A principal função da Comissão Militar era comandar os destacamentos guerrilheiros. Estava sob sua incumbência: “Planejar, coordenar e dirigir as operações militares no conjunto da região; [...] Coordenar e controlar a preparação militar em todos os seus aspectos [...]”¹⁵⁴. Apesar dos guerrilheiros possuírem o “direito de apresentar sugestões ao comando”¹⁵⁵, essa determinação era quase nula em sua aplicação real. Comissão Militar e combatentes não possuíam uma relação democrática, como previsto no *Regulamento Militar da FOGUERA*: os guerrilheiros eram subordinados aos comandantes e subjugados pelo Tribunal Militar Revolucionário. Os comunistas que não ocupavam cargos de comando, raramente tinham influência sobre decisões de ordem tática e estratégica.

Até início de 1972, Birô Político e Comissão Militar não viviam na região em

¹⁵³Também podemos chamar de Comitê Político.

¹⁵⁴ Documento: *O Regulamento de 32 artigos das Forças Guerrilheiras do Araguaia*. MOURA, Clóvis. *Diário da Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1985, p. 71.

¹⁵⁵*O Regulamento de 32 artigos das Forças Guerrilheiras do Araguaia*. MOURA, Clóvis. *Diário da Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1985, p. 68.

grupos estruturados. Encontravam-se dispersos pelos três destacamentos que compunham a organização da guerrilha. Com a chegada dos militares em abril de 1972, a CM¹⁵⁶ montou uma base de comando ao sul da Transamazônica, entre São Domingos e a região da Palestina. Era o “coração”¹⁵⁷ pulsante da guerrilha.

Os demais guerrilheiros estavam divididos em três destacamentos – A, B e C -, cada qual com seu comandante e vice-comandante, e com suas respectivas missões dentro do teatro de operações. O destacamento era, segundo o *Regulamento Militar*, uma unidade de combate da *FOGUERA* e também possuía uma estrutura interna simples: estava dividido em três grupamentos, que desempenhavam a função de unidade militar, e eram compostos em média, por sete guerrilheiros, sendo um chefe, um substituto e cinco combatentes.

Seguindo os ensinamentos de Mao Tsé-tung, os destacamentos guerrilheiros do PCdoB foram constituídos dessa maneira, para serem capazes de: construir bases de apoio no campo, de desenvolver um trabalho político junto à população local, de recrutar novos combates para a luta comunista, e de executar ações de fustigamento¹⁵⁸ e sabotagem nas bases do inimigo. O PCdoB enxergava os destacamentos guerrilheiros como o embrião de um “exército popular constituído fundamentalmente pelas massas mais pobres”¹⁵⁹ da região. Fortalecidos e em longo prazo, – assim como consta nos ensinamentos maoístas – os líderes comunistas projetavam que esses agrupamentos guerrilheiros forneceria os “quadros capazes de comandar grandes unidades militares”¹⁶⁰. Respeitando a teoria da Guerra Popular Prolongada, os destacamentos guerrilheiros do PCdoB foram projetados para funcionar como o ponto de partida da formação de um exército regular comunista.

Orientados pela Comissão Militar, os comandantes dos destacamentos deveriam promover uma efetiva integração dos comunistas com os moradores da região, ao mesmo tempo em que, em total sigilo, promoviam treinamentos físicos e militares. Até

¹⁵⁶ Entre 1972 e 1974, a composição da Comissão Militar sofreu pontuais alterações. No início do ano de 1973, o guerrilheiro Paulo Mendes Rodrigues, então comandante do Destacamento C, foi relocado para integrar a Guarda da Comissão Militar, e Pedro Gil assumiu o seu antigo cargo.

¹⁵⁷ PORTELA, Fernando. *Guerra de guerrilhas no Brasil: a saga do Araguaia*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2002.

¹⁵⁸ Terminologia militar que se refere às ações de machucar, açoitar, maltratar as forças inimigas.

¹⁵⁹ *Guerra Popular. O caminho da luta armada no Brasil*. Partido Comunista do Brasil. Janeiro de 1969. In: *DOCUMENTOS. Guerra Popular – Caminho da Luta Armada no Brasil*. Edições Maria da Fonte, 1974, p. 128.

¹⁶⁰ *Guerra Popular. O caminho da luta armada no Brasil*. Partido Comunista do Brasil. Janeiro de 1969. In: *DOCUMENTOS. Guerra Popular – Caminho da Luta Armada no Brasil*. Edições Maria da Fonte, 1974, p. 129.

abril de 1972, apenas uma dezena de camponeses haviam aderido à guerrilha em algum destacamento ou ponto de apoio. Número ínfimo para as pretensões do PCdoB, mas justificado pela decisão do próprio partido em postergar o desenvolvimento do trabalho político junto à população local.

Um dos pilares da Guerra Popular Prolongada determina que o trabalho político, com ações planejadas e profundas, está à frente de qualquer treinamento militar. O fortalecimento político do povo deveria ser prioridade, uma vez que, segundo o próprio PCdoB, “incumbe ao povo brasileiro realizar a guerra popular. Ninguém de fora poderá substituí-lo nessa missão histórica”¹⁶¹. Entretanto, na prática, as ações divergiram frontalmente dessa concepção. No Araguaia, o PCdoB e seus especialistas priorizaram o desenvolvimento do dispositivo militar, antes do trabalho político. O núcleo guerrilheiro foi organizado apenas com comunistas, orientados a dedicar-se a preparação militar. Enquanto na teoria o trabalho político era prioridade, na prática, o chamado “trabalho com as massas” era subordinado as necessidades militares. Com o desembarque das Forças Armadas no Araguaia, o trabalho político jamais pode ser realizado.

DA

O Destacamento A (DA) estava baseado na região conhecida como “Chega-com-jeito”, localizada nas proximidades da cidadela de São Domingos. Seu principal Ponto de Apoio (PA) era uma roça chamada de *Peazão*¹⁶². Até os primeiros dias de 1972, seu comandante fora Líbero Giancarlo Castiglia (*Joca*). Após esse período, ele foi realocado para guarda da Comissão Militar. O posto de comandante do Destacamento A foi ocupado por André Grabois (*Zé Carlos*), com apenas 23 anos de idade. Seu vice-comandante era Antônio Pádua Costa (*Piauí*).

Em abril de 1972, o DA era composto por 22 guerrilheiros: Antônio Ferreira Pinto (*Antônio Alfaiate*), Lúcio Petit da Silva (*Beto*), Jana Moroni Barroso (*Cristina*), Luiz Renê Silveira e Silva (*Duda*), Hélio Luiz Navarro de Magalhães (*Edinho*), Helenira Rezende de Souza Nazareth (*Fátima, ou Preta*), Demerval da Silva Pereira (*João Araguaia*), Líbero Giancarlo Castiglia (*Joca*), Jurandir, ou Bicho-do-Pé (sem identidade confirmada), Nelson Lima Piauhy Dourado (*Nelito*), Custódio Saraiva Neto

¹⁶¹Guerra Popular. *O caminho da luta armada no Brasil*. Partido Comunista do Brasil. Janeiro de 1969. Página 126. In: *DOCUMENTOS. Guerra Popular – Caminho da Luta Armada no Brasil*. Edições Maria da Fonte, 1974.

¹⁶²Ver: ARROYO, Ângelo. Relatório Arroyo. 1976. In: POMAR, Wladimir. Araguaia: O Partido e a Guerrilha – Documentos Inéditos. São Paulo: Ed. Brasil Debates, Col. Brasil Estudos, nº 2, 1980, p. 249.

(*Lauro*), Guilherme Gomes Lund (*Luiz*), Rodolfo Carvalho Troiano (*Mané*), Divino Ferreira de Souza (*Nunes*), Antônio Pádua Costa (*Piauí*), Maria Célia Corrêa (*Rosa*), Lucia Maria de Souza (*Sônia*), Uirassu de Assis Batista (*Valdir*), João Gualberto Calatroni (*Zebão*), André Grabois (*Zé Carlos*), Danilo Carneiro (*Nilo*)¹⁶³ e João Carlos Wisnesky (*Paulo*)¹⁶⁴.

No que se refere ao poder de fogo do Destacamento A, o grupo comandado pelo jovem *Zé Carlos* detinha em sua posse, no início do mês de abril de 1972: “quatro fuzis, quatro rifles 44, uma metralhadora fabricada lá mesmo, uma metralhadora INA, seis espingardas 20 e duas carabinas 22”¹⁶⁵. Armamento era escasso e precário, segundo opinião dos próprios combatentes¹⁶⁶. O Destacamento A tinha algumas reservas escondidas de remédios, roupas, munições e alimento. No entanto, faltavam alguns itens básicos para sobrevivência, como estoques de farinha.

DB

O Destacamento B (DB) era comandado por Osvaldão, e tinha como vice-comandante José Huberto Bronca, o *Zeca* ou *Zé Fogoió*. A base do DB estava situada nas proximidades do rio Gameleira, aos pés da Serra das Andorinhas, na região do povoado da Palestina.

No início de abril de 1972, seu contingente de guerrilheiros era composto por: Paulo Roberto Pereira Marques (*Amauri*), Idalísio Soares Aranha Filho (*Aparício*), Suely Yumiko Kaneyama (*Chica*), Antonio Guilherme Ribeiro Ribas (*Ferreira*), Ciro Flávio Salazar de Oliveira (*Flávio*), José Genuíno Neto (*Geraldo*), Manoel José Nurchis (*Gil*), Vandick Reidner Pereira Coqueiro (*João Goiano*), Telma Regina Cordeiro Corrêa (*Lia*), Elmo Corrêa (*Lourival*), José Maurílio Patrício (*Manoel do B*), Dinaelza Santana Coqueiro (*Maria Diná*), Glênio Fernandes de Sá (*Mário*), Osvaldo Orlando da Costa (*Osvaldão*), Pedro Alexandrino Oliveira Filho (*Peri*), Antônio Theodoro de Castro

¹⁶³Danilo Carneiro, o Nilo, foi preso em 15 de abril de 1972, logo nos primeiros momentos da chegada dos militares ao Araguaia. Foi capturado nas margens da rodovia Transamazônica e torturado. Para saber mais: MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha. São Paulo: Geração Editorial, 2005, p. 88, 101, 102, 596; Comissão Nacional da Verdade. Relatório Final. Brasília, dezembro de 2014. Volume I, Capítulo 14.

¹⁶⁴ João Carlos Wisnesky fugiu do Araguaia no ano 1973. Era namorado da guerrilheira Maria Célia Corrêa, a Rosa. Segundo entrevista dada ao jornal Folha de São Paulo em abril de 2010, Wisnesky alega que deixou a guerrilha após desentendimentos graves com a Comissão Militar. Ver: <<https://www1.folha.uol.com.br/foha/brasil/ult96u724812.shtml>>.

¹⁶⁵ ARROYO, Ângelo. Relatório Arroyo. 1976. In: POMAR, Wladimir. Araguaia: O Partido e a Guerrilha – Documentos Inéditos. São Paulo: Ed. Brasil Debates, Col. Brasil Estudos, nº 2, 1980, p. 250.

¹⁶⁶ ARROYO, Ângelo. Relatório Arroyo. 1976. In: POMAR, Wladimir. Araguaia: O Partido e a Guerrilha – Documentos Inéditos. São Paulo: Ed. Brasil Debates, Col. Brasil Estudos, nº 2, 1980, p. 250.

(*Raul*), Cilon Cunha Brum (*Simão*), Luiza Augusta Garlipe (*Tuca*), Walquíria Afonso Costa (*Val*), José Lima Piauhy Dourado (*Zé Ivo*), e José Huberto Bronca (*Zeca, ou Zé Fogoio*).

O DB comandado por Osvaldão dispunha de “um fuzil, uma submetralhadora Royal, seis rifles 44, uma metralhadora fabricada lá mesmo, 16 de dois canos, uma espingarda 16 de um só cano, seis espingardas 20, uma espingarda 36 e duas carabinas 22”¹⁶⁷. Somado ao armamento velho e deficiente, estavam estoques de comida, remédio, farinha, roupas e calçados.

DC

Na região dos Caianos, ao sul da cidade de São Geraldo, estava baseado o Destacamento C. Seu principal Ponto de Apoio (PA) fora instalado na região conhecida como Pau Preto. No início de abril de 1972, o grupo tinha como comandante Paulo Mendes Rodrigues (*Paulo*)¹⁶⁸ e como vice comandante José Toledo de Oliveira, o *Vitor*¹⁶⁹. Entretanto, é importante ressaltar que na prática, durante as ações do dia a dia, o Destacamento C era regido pela guerrilheira Dinalva Conceição Teixeira.

No arsenal do DC estavam “quatro fuzis, alguns rifles, 44, espingardas 20 e carabinas 22”¹⁷⁰. Seus depósitos continham pequenos estoques de munições, roupas, comidas, livros, e remédios. Assim como o Destacamento A, o grupo liderado por *Dina* não conseguiu armazenar sacas de farinha, elemento básico para sustentação e sobrevivência na selva.

O Destacamento era composto por 20 guerrilheiros: Antônio Carlos Monteiro Teixeira (*Antônio, ou Antônio da Dina*), Arildo Valadão (*Ari*), Áurea Eliza Pereira (*Áurea*), Kleber Lemos da Silva (*Carlito*), Miguel Pereira dos Santos (*Cazuza*), Adriano Fonseca Fernandes Filho (*Chicão, ou Queixada*), Daniel Ribeiro Callado (*Daniel, ou Doca*), Dinalva Conceição Oliveira Teixeira (*Dina*), Dower Moraes Cavalcanti (*Domingos*), Jaime Petit da Silva (*Jaime*), Bergson Gurjão de Farias (*Jorge*), Tobias

¹⁶⁷ ARROYO, Ângelo. *Relatório Arroyo*. 1976. In: POMAR, Wladimir. *Araguaia: O Partido e a Guerrilha – Documentos Inéditos*. São Paulo: Ed. Brasil Debates, Col. Brasil Estudos, nº 2, 1980, p.250.

¹⁶⁸ Paulo Mendes Rodrigues deixou o comando do Destacamento C em fevereiro de 1973, para se juntar a guarda da Comissão Militar. Seu cargo foi assumido oficialmente pelo guerrilheiro Gilberto Maria Olímpio, o Pedro Gil.

¹⁶⁹ José Toledo de Oliveira foi assassinado em setembro de 1972. Após sua morte, a baiana Dinalva Conceição, a Dina, assumiu o cargo de vice-comandante do Destacamento C. Ela foi a única mulher a ocupar o posto de comando durante os combates no Araguaia.

¹⁷⁰ ARROYO, Ângelo. *Relatório Arroyo*. 1976. In: POMAR, Wladimir. *Araguaia: O Partido e a Guerrilha – Documentos Inéditos*. São Paulo: Ed. Brasil Debates, Col. Brasil Estudos, nº 2, 1980, p. 250.

Pereira Junior (*Josias*), Maria Lucia Petit da Silva (*Maria*), Luzia Reis Ribeiro (*Lúcia*), João Carlos Haas Sobrinho (*Juca*), Dagoberto Alves Costa (*Miguel*), Rosalindo Cruz Souza (*Mundico*), Paulo Mendes Rodrigues (*Paulo ou Dr. Paulo*), José Toledo de Oliveira (*Vitor*), Francisco Manoel Chaves (*Zé Francisco ou Preto Chaves*).

Segundo Ângelo Arroyo, já nas primeiras semanas de abril de 1972, os guerrilheiros em sua grande maioria,

[...] tinham ainda dificuldades em se orientar na mata e caçavam mal. Não existia também uma rede de informações e de comunicações. Não existiam organizações do Partido nas áreas periféricas, nem mesmo nos Estados vizinhos. A CM e os destacamentos A e B dispunham de pouco dinheiro¹⁷¹.

Na mesma época do relato de Arroyo, durante a segunda semana de abril de 1972, Elza Monnerat viajou novamente para o Bico do Papagaio. *Tia Maria* levava os jovens Eduardo Teixeira e Rioco Kayano para integrar-se aos destacamentos guerrilheiros. Os três militantes do PCdoB viajaram desde Anápolis – cidade no interior de Goiás - no mesmo ônibus: sentaram-se distantes, não conversaram e fingiram não se conhecer.

A viagem foi interrompida nas margens rio Araguaia, por uma barreira militar de fiscalização. Os agentes do Exército e da Polícia Militar tomaram a balsa de Araguatins e foram ao encontro dos passageiros do ônibus. Eduardo Teixeira carregava consigo em seu saco de viagens, “livros comunistas, um par de coturnos pretos, corda em rolo e roupas sujas [...] um calção novo [...] e uma bússola”¹⁷². Ficou extremamente nervoso ao ser abordado. Quando os policiais verificaram o conteúdo de sua bagagem, Eduardo foi imediatamente retirado do ônibus e preso¹⁷³. Rioco Kayano e Elza Monnerat não esboçaram nenhum tipo de reação: assistiram à prisão do companheiro, abaixaram a cabeça e seguiram viagem até a Marabá. A abordagem não foi aleatória. Aquela altura, as forças da repressão já haviam farejado a guerrilha do PCdoB¹⁷⁴.

Em uma pequena pensão da cidade, *Tia Maria* orientou a jovem comunista a retornar para Belém e de lá prosseguir até São Paulo. Elza Monnerat partiu em direção a

¹⁷¹ARROYO, Ângelo. *Relatório Arroyo*. 1976. In: POMAR, Wladimir. *Araguaia: O Partido e a Guerrilha – Documentos Inéditos*. São Paulo: Ed. Brasil Debates, Col. Brasil Estudos, nº 2, 1980, p. 250.

¹⁷²*Plano de Operações PEIXE III – SECRETO*. Ministério do Exército. Comando Militar da Amazônia, 8ª Região Militar. Pará, abril de 1972. Assinado pelo General de Brigada Darcy Jardim de Mattos

¹⁷³Foi levado para o Pelotão de Investigações Criminais (PIC) em Brasília, onde foi torturado por meses.. Ver: MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005, p. 240-242.

¹⁷⁴As teorias e aspectos da descoberta da Guerrilha do Araguaia serão trabalhados no capítulo seguinte.

cidade de Anápolis e momentos depois Rioco Kayano¹⁷⁵ foi presa pela repressão. Ao desembarcar na rodoviária da cidade goiana, *Tia Maria* avistou João Amazonas. Nada disse. Caminhou até o *Velho Cid*, de olhos baixos e vigiando os caminhos por cima dos ombros. “Sinalizou de longe, com o polegar para baixo: a guerrilha fora descoberta”¹⁷⁶. Quando a repressão desembarcou no Araguaia, Elza Monnerat e João Amazonas abandonaram os militantes do partido, fugiram da região, e nunca mais retornaram ao Bico do Papagaio. Maurício Grabois ficou isolado no Birô Político e a guerrilha fora desfalcada, logo no início dos conflitos, de nomes importantes para sua organização. A cabeça política da Guerrilha do Araguaia foi cortada antes mesmo que os militares pudessem fazê-la.

¹⁷⁵Deixada por Elza numa pensão, foi presa por agentes do Exército no dia 15 de abril de 1972. Foi levada para o Pelotão de Investigações Criminais (PIC) em Brasília, onde foi barbaramente torturada. Afirmou desconhecer a existência da guerrilha no Araguaia. Ver: Documento - *Declarações de Rioco Kayano à Turma de Interrogatório Preliminar C. 2ª Seção CODI – II Exército*. Documento RESERVADO. 24-25 de agosto de 1972.

¹⁷⁶NOSSA, Leonencio. *Mata! O major Curió e as Guerrilhas do Araguaia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 107.

Capítulo 3 – O Silêncio da Floresta em Chamas

O terceiro capítulo desta dissertação será dedicado o estudo analítico das primeiras operações de combate ao movimento armado do PCdoB, e tem como objetivo principal, compreender o início do processo de extermínio da Guerrilha do Araguaia. Dentro dessa perspectiva, o estudo aqui desenvolvido fora guiado por uma abordagem cronológica, que se inicia com considerações sobre a descoberta da guerrilha pelos militares, perpassa análises sobre a Primeira e Segunda Campanha, e é finalizado com reflexões sobre a Operação Sucuri.

Araguaia em foco: os militares descobrem a guerrilha

A guerrilha do PCdoB foi descoberta pela repressão nos primeiros momentos do ano de 1972. Alguns militantes comunistas, como *Osvaldão*, *Zé Carlos* e *Dina* haviam iniciado uma tímida discussão junto aos camponeses do Araguaia sobre a situação política do país. Foi um debate curto, acanhado e introvertido: não se apresentaram como revolucionários e quase nada comentaram sobre a luta armada. A discussão foi interrompida nos primeiros meses de 1972, com o desembarque das Forças Armadas no Bico do Papagaio, para Primeira Campanha de combate a guerrilha. A cúpula do PCdoB dedicou desde o final da década de 1970, muitos esforços para descobrir quem fora responsável por apontar a localização e estruturação da guerrilha. O fato é que, até os dias de hoje, a questão é polêmica e inconclusiva. São duas as versões mais fortes, com personagens centrais distintos¹⁷⁷.

A primeira delas gira em torno da figura de Lúcia Regina de Souza. Formada em obstetrícia pela Universidade de São Paulo, era casada com o guerrilheiro Lúcio Petit, e recebeu o codinome de *Regina*, ao desembarcar no Araguaia. Entre treinamentos de guerrilha e instruções de tiro, ficou grávida no final do ano de 1971. “Por determinação do partido, recebeu a ordem de abortar. Coube a inexperiente *Sônia*, fazer a curetagem”¹⁷⁸. Em novembro, após se submeter a um aborto em condições precárias de

¹⁷⁷ Para saber mais sobre a descoberta do movimento guerrilheiro do Araguaia pela repressão ver: GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada – As Ilusões Armadas*. 1a ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.413-414; MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005, p. 44-57.

¹⁷⁸MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005, p. 46.

higiene, Lúcia Regina adquiriu uma grave infecção. Correndo risco de vida, foi levada por Elza Monerat para se tratar em um hospital da cidade de Anápolis. Internada e com o diagnóstico de verminose, hepatite, brucelose e anemia, recebeu a determinação de retornar à guerrilha assim que melhorasse. Mas não foi o que aconteceu. Pela primeira vez, desde que desembarcou no Araguaia, *Regina* ficou sozinha e em condições de abandonar o Bico do Papagaio. Mesmo doente, ela

[...] andou até o consultório do médico e avisou que deixaria o hospital. O homem protestou, mas aceitou quando ela avisou que viajaria para casa dos pais. [...] andou até a rodoviária e tomou um ônibus até São Paulo¹⁷⁹.

Em dezembro de 1971, Lúcia Regina chegou à capital paulista. Na casa dos pais, sofrendo com a saúde fragilizada e revoltada com o aborto a que fora submetida, acabou confessando-lhes sobre sua jornada no Araguaia. Seu pai, que era funcionário do Banco do Brasil na época, procurou as autoridades militares e relatou a história de *Regina*. Pressionada pela família, foi até as instalações do Centro de Informações do Exército em São Paulo para prestar esclarecimentos. Após declarações, Lúcia Regina¹⁸⁰ foi presa. Sofreu ameaças e coação psicológica. Durante os interrogatórios, “revelou ao Exército aquilo que sabia da ‘área prioritária’”¹⁸¹.

A outra versão sobre a descoberta da Guerrilha do Araguaia, diz respeito a Pedro Albuquerque Neto. Entre outubro e dezembro de 1971, ele e sua esposa Tereza Cristina de Albuquerque, abandonaram a guerrilha e fugiram da região. Ela estava grávida e afirmou ao marido que não aceitaria a ordem de aborto. Viajaram de ônibus até o Piauí. Ao desembarcar na cidade de Teresina, Cristina seguiu viagem para casa de sua família em Recife, enquanto Pedro pediu abrigo aos parentes de Fortaleza. “Sem documentos, têm a ideia de se dirigir ao DOPS (Departamento de Ordem Política e Social)”¹⁸² no início de 1972, para retirar uma nova via da carteira de identidade. Queria retomar os estudos na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará. Pedro Albuquerque Neto foi preso em fevereiro daquele ano. Seu nome constava na lista de

¹⁷⁹ MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005, p. 47.

¹⁸⁰ Atualmente Lúcia Regina é dentista e mora em Taubaté, SP. Ela permaneceu em silêncio por 31 anos, até 2002, quando foi encontrada por um grupo de estudantes. Só a partir disso que seus filhos tomaram conhecimento de seu passado como guerrilheira. Dez anos mais tarde, em 2012, exatos 41 anos depois de deixar o Araguaia, ela assumiu publicamente sua história como ex-guerrilheira, ao visitar a região ao lado da também ex-guerrilheira Regilena Carvalho.

¹⁸¹ GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada – As Ilusões Armadas*. 1a ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 414.

¹⁸² MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005, p. 44.

presos do Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Ibiúna, interior de São Paulo. Clandestino desde o ano de 1968 era nome conhecido do Movimento Estudantil da capital paulista, e estava há anos no radar da repressão.

Durante dias, foi torturado no batalhão da Polícia Federal da cidade. Tentou suicídio¹⁸³ e foi transferido para a prisão do Pelotão de Investigações Criminais, da Polícia do Exército em Brasília. Na capital do país, foi torturado novamente durante sessões diárias de violência. Preso e debilitado, foi levado ao Araguaia para reconhecer os pontos de estruturação da guerrilha na mata¹⁸⁴.

No que diz respeito à descoberta da guerrilha do PCdoB pelos militares, vale reiterar: são duas composições distintas, guiadas por atores diferentes. Uma aponta para Lúcia Regina como personagem principal. A outra fonte de informação coloca em foco as declarações de Pedro Albuquerque. Apesar das diferenças fundamentais, ambas as composições resultaram em um denominador comum: a descoberta do movimento guerrilheiro pela repressão. Entretanto, é impossível precisar – até a presente data – aquela que mais influenciou o desembarque dos militares no Bico do Papagaio¹⁸⁵. Fato datado e conhecido é que, nos últimos dias de março de 1972, uma equipe de inteligência do Exército chegou ao Araguaia para investigar possíveis ações “subversivas” na região. Duas semanas mais tarde, centenas de militares deram início à Primeira Campanha de combate a Guerrilha do Araguaia.

Ditadura por toda parte: a repressão desembarca na Amazônia

A partir de abril de 1972, a região do Bico do Papagaio foi tomada pela violência da repressão militar. O coração da selva amazônica e todos os seus descaminhos foram confrontados pela lógica de uma guerra suja. No subterrâneo da mata, a ditadura militar institucionalizou o direito sob o destino de dezenas de cidadãos brasileiros. Tomarei emprestada a expressão de Seligmann-Silva: para analisar as operações de combate a Guerrilha do Araguaia é necessário “narrar o inenarrável”¹⁸⁶.

¹⁸³Centro de Informação do Exército. *1º Relatório da Operação Peixe*. Confidencial. 21 de março de 1972

¹⁸⁴ Sobre isso ver: Operação Cigana: Pedro enfrenta o inferno em vida. In: MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005, p. 91.

¹⁸⁵Para saber mais sobre isso: GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada – As Ilusões Armadas*. 1a ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 413-414; MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005, p. 53- 56.

¹⁸⁶SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: A questão dos testemunhos de catástrofes históricas. Rio de Janeiro: Psicologia clínica, v. 20, n. 1, 2008.

Para compreender, é imprescindível enfrentar o trauma de um passado que nunca passou¹⁸⁷.

Sendo assim, ao realizar um trabalho analítico sobre a história da Guerrilha do Araguaia, é importante partir da prerrogativa de que,

[...] os fatos que se sucederam não foram devidamente trabalhados e esclarecidos e, portanto, o trabalho de luto não foi concluído. Somente com o esclarecimento desses crimes é que se pode iniciar um verdadeiro trabalho de memória e de luto. Trabalhar a memória não significa se utilizar dos acontecimentos passados com vistas a torná-los um exemplo para as gerações futuras, mas sim ter conhecimento de que esses fatos abalaram de tal maneira nossas sociedades que não podem simplesmente ser relegados ao recalque sem serem devidamente discutidos em sociedade¹⁸⁸.

Durante o período de 1972 e 1975, as Forças Armadas deflagraram seis diferentes operações de combate aos guerrilheiros, organizadas em três grandes campanhas militares. Além de possuir uma cadeia de comando própria, cada uma delas contou com diferentes agentes e chefes operacionais. As ações da repressão podem ser distribuídas da seguinte maneira: Primeira Campanha¹⁸⁹ – *Operação Peixe, Operação Ouriço e Operação Presença*; Segunda Campanha¹⁹⁰ – *Operação Papagaio ou Manobrão*; Período de Trégua¹⁹¹ – *Operação Sucuri*; Terceira Campanha – *Operação Marajoara*; e *Operação Limpeza*¹⁹², já em 1975.

Durante os quatro anos de combate, o que se repetiu em tantas operações distintas foi basicamente os grandes chefes de comando. Partindo do mais alto cargo, com os dois generais-presidentes da República, Emílio Garrastazu Médici (1972-73) e

¹⁸⁷SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: A questão dos testemunhos de catástrofes históricas. Rio de Janeiro: Psicologia clínica, v. 20, n. 1, 2008, p. 69.

¹⁸⁸BARRONCAS, Ramon. A memória, o esquecimento e o compromisso do historiador. Brasília: Em tempo de histórias, n. 21, p. 124-136, 2012, p. 134.

¹⁸⁹ Na Primeira Campanha de combate a Guerrilha do Araguaia recrutas, tenentes e soldados da Brigada de Paraquedistas, sem nenhum treinamento de combate a guerrilhas, somando quase duzentos homens, foram enviados à região para investigar ações “subversivas”. Nesse primeiro momento, nove guerrilheiros foram presos e quatro foram mortos.

¹⁹⁰ A Segunda Campanha de Combate a Guerrilha do Araguaia foi responsável pela maior movimentação de tropas no Araguaia. A partir de setembro de 1972, foram deslocados para a região mais de 3000 militares, que pertenciam às três Forças Armadas, e advinham de quase dez estados brasileiros. Conhecida como Grande Manobra ou *Manobrão*, a operação resultou no assassinato de oito guerrilheiros e foi encerrada com 20 dias de combate.

¹⁹¹ Após as duas primeiras campanhas, entre outubro de 1972 e outubro de 1973, o Araguaia viveu um “período de trégua”, sem combates diretos. Entretanto, os militares orquestraram uma ação de inteligência denominada de Operação Sucuri. Disfarçados de pequenos comerciantes, tropeiros e funcionários do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), agentes do Cento de Informações do Exército(CIE), foram infiltrados na comunidade para mapear a localização dos guerrilheiros e a rede de apoio camponesa. As informações recolhidas na operação de inteligência, minuciaram a fase mais violenta de combate a guerrilha.

¹⁹² A partir de 1975, após a destruição da guerrilha, os militares deram início a chamada *Operação Limpeza*, cujo objetivo era destruir corpos e documentos.

Ernesto Geisel (1974-75), perpassando por seus respectivos ministros-militares¹⁹³, até chegar aos oficiais-generais chefes dos serviços de inteligência militar: CIE (Centro de Informações do Exército)¹⁹⁴, Cenimar (Centro de Informações da Marinha)¹⁹⁵ e CISA (Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica)¹⁹⁶.

Para analisar as campanhas militares, é importante considerar que as Forças Armadas do Brasil desencadearam, desde o início das operações, conflitos e disputas por comandos, envolvendo as tropas regulares¹⁹⁷ e a Comunidade de Informações (serviços ligados à inteligência). Naquele teatro de operações que foi o Araguaia, não houve domínio absoluto de um pelo outro, mas momentos de curta hegemonia. Como consequência direta dessa disputa interna por poder, foram empregadas estratégias diferentes de repressão pelos militares envolvidos nos combates a guerrilha. Posições divergentes em especificidades, mas que convergiram, em sua totalidade, para as graves violações dos Direitos Humanos.

Primeira Campanha de Combate à Guerrilha do Araguaia

No dia 13 de abril de 1972, dois dos principais jornais do país destacaram a mesma notícia em suas manchetes. A foto do jogador de futebol Tostão ocupou boa parte das capas do *Jornal do Brasil* e do *Correio da Manhã*. Aclamado pelos torcedores, ele fora recebido por uma multidão no Aeroporto Santos Dummont e levado para uma festa de boas vindas no Estádio de São Januário. “Tostão recebe apoteose nas ruas do Rio”¹⁹⁸ escrevera um. “O povo exige Tostão Domingo”¹⁹⁹ redigiu o outro. Os jornais repercutiram a importância da chegada do jogador no Clube de Regatas Vasco da Gama. Tostão desfilou em carro aberto, saudou os torcedores e prometeu retribuir o apoio com muito empenho nas partidas. Sua estreia estava marcada para o dia 29 de abril, fato que frustrou toda a torcida vascaína, que esperava contar com o craque contra o arquirrival Flamengo no fim de semana. O desembarque do jogador no Rio de Janeiro

¹⁹³ General Orlando Geisel, ministro do Exército; Sylvio Frota, ministro do Exército; Brigadeiro Joelmir Campos de Araripe Macedo, ministro da Aeronáutica;

¹⁹⁴ General Milton Tavares de Souza, chefe do CIE; General Confúcio de Paula Avelino, chefe do CIE.

¹⁹⁵ Almirante Fernando Pessoa Rosa Paranhos, chefe do Cenimar.

¹⁹⁶ Newton Vassalo da Silva, chefe do CISA.

¹⁹⁷ Segundo as exigências da Convenção de Genebra e de Haia as tropas de um exército regular devem ter uniforme reconhecido, exibição ostensiva de armamento, bandeiras identificatórias, hierarquia rígida, e reconhecimento internacional.

¹⁹⁸ Manchete em: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, quinta feira, 13 de abril de 1972, p. 1.

¹⁹⁹ Manchete em: *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, quinta feira, 13 de abril de 1972, p. 1.

foi a principal notícia daquela quinta-feira para ambos os jornais.

Longe de toda essa euforia, mas no mesmo 12 de abril de 1972, eclodiu no norte do país, o conflito entre militares e os guerrilheiros do PCdoB. Enquanto o desembarque de Tostão no Rio de Janeiro era noticiado, centenas de soldados das Forças Armadas ocuparam as cidades de Marabá (Pará) e Xambioá (Tocantins), mudando radicalmente a rotina daquela população. Mais uma vez, o governo militar se apresentava ao povo e se impunha presente por meio da repressão: era o início da Primeira Campanha de combate à Guerrilha do Araguaia.

Foi somente em abril de 1972 que os guerrilheiros assumiram – ainda timidamente - perante os moradores, suas verdadeiras identidades e objetivos²⁰⁰. Buscando novas adesões²⁰¹, a FOGUERA foi apresentada para camponeses em algumas casas e sítios da região. Nesse período, passou a circular pelas roças e ruelas de São Geraldo um poema que muitos atribuem ao guerrilheiro *Mundico*. Seus versos diziam

[...]
quisera ser violeiro
violeiro do sertão
pra dizer ao povo inteiro
da terra seca e da praia
o teu valor, meu irmão

e dizer que tens na mão
o sol que afinal já raia,
madeireiro ou seringueiro
lavrador ou castanheiro,
guerrilheiro do Araguaia

Os militares já haviam desembarcado no Bico do Papagaio nos últimos dias de março, conforme consta no Relatório da *Operação Peixe I*, assinado pelo tenente-coronel Raul Augusto Borges, chefe da Segunda Seção da 8ª RM. Segundo o documento, os soldados tinham a missão de “realizar operações de informações na região 40 km SE de Marabá, no lugarejo denominado CIGANA, a fim de localizar e identificar terrorista hominizados num campo de preparação de guerrilha rural”²⁰². Militares do Exército se espalharam pelas terras de São João do Araguaia, conversaram com moradores e descobriram informações sobre certo grupo de “paulistas”, que

²⁰⁰ Esse aspecto já foi trabalhado anteriormente, no final do tópico *Às armas: a guerrilha organizada*, do capítulo anterior,

²⁰¹ Sobre a atuação dos guerrilheiros após abril de 1972 ver: ARROYO, Ângelo. *Relatório Arroyo – Nossa Atuação*. 1976. In: POMAR, Wladimir. *Araguaia: O Partido e a Guerrilha – Documentos Inéditos*. São Paulo: Ed. Brasil Debates, Col. Brasil Estudos, nº 2, 1980, p. 252-255.

²⁰² Documento: Secreto. *Operação Peixe I – Diretriz do Comandante da 8ª RM*. Assinado pelo tenente-coronel Raul Augusto Borges, chefe da Segunda Seção da 8ª RM.

ajudavam o povo e caminhavam pela mata armados.

No início do mês de abril de 1972, o guerrilheiro *Piauí* do Destacamento A detectou a presença dos militares após conversas com moradores da região. *Velho Mário* foi alertado na manhã do dia 12 pelo camponês Adão Rodrigues Lima, de que um grupo de homens de “camisas azuis e calças jeans, que carregavam armas novas e um relógio que mostra o rumo”²⁰³ perguntavam pelos “paulistas”. O líder comunista entendeu o recado e rapidamente comunicou aos companheiros do Destacamento A: o conflito havia começado para o PCdoB na Amazônia.

Os guerrilheiros recolheram armas, mantimentos e remédios. Esconderam suprimentos, a máquina de costura²⁰⁴, rádio, munições e tudo mais que o tempo permitiu. Os militares do pelotão do PESAG chegaram à localidade de “Chega-com-jeito” no início da tarde, orientados a executar “ações rápidas, violentas se necessário [...] para neutralizar/ou destruir o alvo”²⁰⁵. A manobra comandada pelo tenente Daiter Queiroz Maia fracassou: os militares encontraram apenas livros, restos de alimentos, cordas e remédios. Nenhum guerrilheiro foi abordado neste momento.

Em ação conjunta e no mesmo dia 12 de abril, militares ligados ao CIE, ao Comando Militar do Planalto e à 3ª. Brigada de Infantaria iniciaram a *Operação Cigana*, comandada pelo o tenente coronel Sérgio Torres. Segundo o documento *Confidencial – Relatório Operação Cigano* os militares atacaram simultaneamente a região da Transamazônica e a localidade de Caianos. Ainda com base no relato, os militares do CIE levaram preso, o ex-guerrilheiro Pedro de Albuquerque até Xambioá, para reconhecer a localização de acampamentos e pontos de apoio.

Espalhados por quilômetros de mata fechada, muitos combatentes do PCdoB só tomaram conhecimento dos ataques das Forças Armadas quando seus companheiros começaram a ser presos e os Destacamentos foram aos poucos descobertos e atacados. No dia 14 de abril de 1972, uma patrulha do Exército na Transamazônica prendeu um suspeito de envolvimento com o movimento do PCdoB.

Era o guerrilheiro Danilo Carneiro (*Nilo*), que deixava a região, após autorização da Comissão Militar, auxiliado pelo jovem camponês *Sidônio*, portando 120 cruzeiros. Segundo o *Plano de Operações PEIXE III – SECRETO*, no relatório do dia 15 de abril,

²⁰³MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005, p. 80.

²⁰⁴Importante naquela situação para costurar e consertar roupas e equipamentos necessários ao desenvolvimento da guerrilha, tais como mochilas, lonas e etc.

²⁰⁵Documento: SECRETO. Plano de Operações Peixe III – Assinado pelo general Darcy Jardim de Mattos. Belém, abril de 1972.

os militares informam que durante interrogatório o guerrilheiro capturado “não adiantou muita coisa”²⁰⁶. Levado para averiguações em Belém e posteriormente para o Pelotão de Investigações Criminais (PIC) de Brasília, Danilo fora cruelmente torturado. Em depoimento a Comissão Nacional da Verdade em agosto de 2014, ele declarou que

De meia em meia hora, eles te tiravam da cela; às vezes de uma em uma, às vezes de duas em duas. Uma hora eles te torturavam, outra hora botavam numa mesa um copo com água e um cafezinho para o prisioneiro. Diziam assim: “Você tem que colaborar, nós somos contra a tortura, ou esse pessoal aí vai te torturar”. Um cinismo total! Mas conhecia muito bem essas técnicas de tortura, que eu já tinha estudado sobre isso, desde a Guerra da Argélia. Então, tentavam te desestruturar de todas as maneiras, até você perder o sentido das coisas. [...] então, aí você não sabe qual hora que ele vai voltar, que hora você vai ser torturado [...]Eu fazia a minha parte como prisioneiro, de ludibriar o inimigo até onde desse. Mas aí acontece que eu comecei a enlouquecer. Me levaram para a cela. Eu só tinha um desejo, morrer! Porque era a saída que eu tinha, eu não tinha outra. Eu sabia que iria continuar, não sabia o que estava acontecendo lá, embora soubesse que vários companheiros haviam sido mortos. [...] então eu fui para a cela. Chegando na cela, eu só queria morrer. Eu dava cabeçada nas grades [...]²⁰⁷

Alarmado pelo avanço do cerco militar, o comandante *Osvaldão* decidiu enviar um mensageiro à região dos Caianos para alertar os companheiros do Destacamento B sobre o perigo da presença do Exército na região. O guerrilheiro *Geraldo* saiu da Gameleira no amanhecer do dia 17 de abril. Caminhou apressadamente por trilhas apertadas, “desceu a serra das Andorinhas, passou por São Geraldo”²⁰⁸. Quando chegou ao acampamento do DB, os comunistas já haviam abandonado a área. “Geraldo, não encontrando o pessoal no local combinado, nem qualquer sinal informando que o inimigo havia batido no C, retomou por estrada, quando devia vir pela mata, conforme recomendação”²⁰⁹.

Na manhã do dia 18, *Geraldo* foi preso por um grupo de militares a paisana, acompanhados de “dois bate paus e com a ajuda do comerciante e fazendeiro Nemer”²¹⁰. Argumentou inutilmente com o sargento Marra que estava ali “apenas para

²⁰⁶ Documento: SECRETO. *Plano de Operações Peixe III* – Assinado pelo general Darcy Jardim de Mattos. Belém, abril de 1972,

²⁰⁷ Arquivo CNV, 00092.001866/2014-60. Depoimento de Danilo Carneiro em audiência pública da Comissão Nacional da Verdade, em 12/8/2014.

²⁰⁸ NOSSA, Leonencio. *Mata!: o major Curió e as guerrilhas no Araguaia*. Companhia das Letras, 2012, p.112.

²⁰⁹ ARROYO, Ângelo. *Relatório Arroyo*. 1976. In: POMAR, Wladimir. *Araguaia: O Partido e a Guerrilha – Documentos Inéditos*. São Paulo: Ed. Brasil Debates, Col. Brasil Estudos, nº 2, 1980, p. 250.

²¹⁰ ARROYO, Ângelo. *Relatório Arroyo*. 1976. In: POMAR, Wladimir. *Araguaia: O Partido e a Guerrilha – Documentos Inéditos*. São Paulo: Ed. Brasil Debates, Col. Brasil Estudos, nº 2, 1980, p. 250.

trocar arroz”²¹¹. Foi amarrado e puxado por um cavalo pela estrada de São Geraldo. Em um momento de distração dos militares, *Geraldo* se soltou, correu em direção à mata e gritou: “Atira filho da puta!”. Foi atendido por um dos militares e, ferido por um balaço no braço, caiu. Novamente preso, recebeu uma saraivada de chutes, murros e pontapés. Dias depois foi levado ao PIC de Brasília. Na capital do país, foi identificado com José Genoíno Neto e torturado durante meses, em uma tentativa de extrair informações sobre a organização da guerrilha. Um processo violento, cujo objetivo final é sempre “reduzir o sujeito à condição de coisa”²¹², como explica Marilena Chauí.

No final do mês de abril, Maurício Grabois começou a escrever um diário, relatando todos os acontecimentos e ações do movimento guerrilheiro. O jornalista Elio Gaspari chamou essa documentação de “arquivo de guerra”²¹³. O Diário do *Velho Mário*²¹⁴ é uma fonte importante para esta pesquisa, e será incorporado na construção da dissertação mediante análise crítica, junto com o estudo de outros aportes documentais. A relevância dessa documentação vai ao encontro da ideia de que “não há testemunho sem experiência, mas tampouco há experiência sem narração: a linguagem libera o aspecto mudo da experiência, redime-a de seu imediatismo ou de seu esquecimento e a transforma no comunicável”²¹⁵. Sobre o início da luta guerrilheira, Grabois narrou:

²¹¹NOSSA, Leonencio. *Mata!: o major Curió e as guerrilhas no Araguaia*. Companhia das Letras, 2012, p. 113.

³⁶CHAUÍ, Marilena. *A Tortura como impossibilidade da política*. In: ELOYSA, Branca (org). *Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 28-37.

²¹³GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada – As Ilusões Armadas*. 1a ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.449.

²¹⁴Não se ignora aqui, o debate que ocorreu no início da década de 2010, em torno do Diário de Maurício Grabois. Sobre isso, são necessárias algumas ponderações. Em abril de 2011, a revista Carta Capital divulgou o documento integralmente pela primeira vez. Na edição do dia 21, o jornalista Lucas Figueiredo publicou a reportagem *Diário do Araguaia*, analisando as nuances do diário, afirmando a importância do documento, e garantindo que só havia divulgado manuscrito após “verificar a sua veracidade”. O jornalista recebeu duras críticas de militantes e pessoas ligadas ao PCdoB, que o acusaram de manchar a imagem de Grabois, com uma análise deturpada de seus escritos. Apesar disso, seus críticos não questionaram a autenticidade do documento. Lucas Figueiredo se defendeu de todas as críticas, e reafirmou em reportagens subsequentes, tudo que havia escrito anteriormente. Corroborando com essa perspectiva, em entrevista ao Jornal Opção de janeiro de 2012, o também jornalista Leonencio Nossa, autor do livro *MATA!*, afirmou que após investigações, não tinha dúvidas com relação à autenticidade do documento, que não poderia ser ignorado mais. Sobre os debates em torno do Diário do Velho Mário ver: FIGUEIREDO, Lucas. *Devaneio na Selva*. Artigo publicado na Revista Carta Capital, n 643, de 21 de abril de 2011; BERTOLINO, Osvaldo. *Maurício Grabois e os devaneios de um jornalista*. Artigo publicado no dia 22 de abril de 2011 no Portal Vermelho; FIGUEIREDO, Lucas. *Quando o jornalismo incomoda I, II, III, e IV*. Artigos publicados no blog pessoal do jornalista, durante os meses de abril e maio de 2011; NOSSA, Leonencio. Entrevista ao Jornal Opção, edição 1928, de 17 a 23 de 2012; DIAS, Renato. *Para além do jornal – um repórter exuma os esqueletos da ditadura civil e militar*. Editora RD/Movimento, 2013; NOGUEIRA, Filipe Gattino. *Maurício Grabois: o diário de uma guerrilha*. TCC orientado pela Prof. Dra. Mariana Joffily. Universidade do Estado de Santa Catarina, 2012.

²¹⁵SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das letras, 2007, p. 24.

Começou a Guerra Popular²¹⁶ a 12/4. O inimigo, possivelmente informado por alguma denúncia, atacou de surpresa o Peazão entre as 15 e as 16 horas daquele dia. Avisado com poucas horas (2) de antecedência, pela massa, o Destacamento A retirou-se organizadamente para a mata. O Grupo 3 daquele Destacamento, que estava sediado no Peazão, dada a superioridade do adversário, não ofereceu combate, mas salvou seus efetivos, de armamento e diversos materiais. No entanto, muitas coisas foram deixadas no local, principalmente roupa e a oficina. O comando do Destacamento A. mandou avisar o Grupamento 2 e o Grupamento 1, ordenando-lhes que se retirassem para um ponto previamente estabelecido, onde se encontraria o Destacamento A.²¹⁷

No comando operacional estava o chefe do Estado Maior da 8ª Região Militar, coronel Alair de Almeida Pitta. O grosso do efetivo era composto por recrutas de 18 e 19 anos de idade, que pertenciam ao 2º Batalhão de Infantaria de Selva, em Belém. Eram os conscritos “bisonhos”²¹⁸, segundo Jacob Gorender. Uma equipe da Aeronáutica foi enviada à região para prestar suportes técnicos com transportes e comunicações. Simultaneamente as equipes de operação, desembarcaram na região os grupos de inteligência, comandados pelo tenente-coronel Carlos Sérgio Torres, então chefe de Operações do CIE, em Brasília. A equipe foi composta por agentes do CIE, do CISA e do Cenimar.

Os militares invadiram todas as roças circunscritas no teatro de operações. Casas foram reviradas, os moradores foram humilhados e sofreram com a violência dos soldados. Camponeses, padres, freiras e comerciantes foram presos e torturados. Segundo o historiador Romualdo Pessoa, a violência militar aliada ao fato de que a população desconhecia o motivo da ostensiva movimentação do Exército na região, produziu naquele povo pobre revolta e desconfiança. Sentimentos rapidamente substituídos pelo medo de terem o mesmo fim do barqueiro Lourival Moura Paulino, morto²¹⁹ em uma cela.

Constatada a presença da repressão, os guerrilheiros entraram para o centro da mata e recuaram até as áreas de apoio que haviam sido preparadas durante o treinamento. Foram realizadas pouquíssimas ações de fustigamento e emboscada. O contato com a população foi mantido, apesar do trabalho político não ter sido realizado.

²¹⁶ Originalmente, a escrita do Diário possuía inúmeras abreviações. Aqui é possível notar uma, Grabois abrevia Guerra Popular como GP.

²¹⁷ GRABOIS, Maurício. Diário do Velho Mário, 30 de abril de 1972. Primeira página.

²¹⁸ Jacob Gorender, ex-militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário e um dos mais importantes intelectuais da esquerda brasileira, denomina de “conscritos bisonhos” os militares sem treinamento de contraguerrilha na floresta, que participaram da primeira fase de combate no Araguaia. Ver: GORENDER, Jacob. *A guerrilha abafada*. In: GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Ática, 1999.

²¹⁹ Lourival Moura Paulino era morador da região e apoio dos guerrilheiros. Foi preso em Xambioá, pela Polícia Militar no final de maio de 1972. O laudo militar declarou suicídio.

Em Maio de 1972²²⁰, um grupo de guerrilheiros do Destacamento C, formado por Áurea, Ari, Josias, Bérqson e o comandante Paulo foram ao encontro de um camponês conhecido na região como *Cearensinho*. Os militantes do PCdoB comprariam do roceiro algumas gramas de fumo de rolo. “No entanto, diante da recompensa oferecida pelo Exército (mil cruzeiros) a cada guerrilheiro que entregasse, Cearense foi a São Geraldo e avisou o Exército do ponto marcado por Paulo”²²¹. Antes de chegar à casa do camponês, o grupo de combatentes do DC foi recepcionado por uma patrulha do Exército, que lhes surpreendeu com uma rajada de metralhadora.

À frente dos demais, guiando e dando cobertura aos companheiros, o nordestino Bérqson Gurjão Farias teve o corpo cravejado por balas e morreu instantaneamente. Acabava de “tombar”²²² o primeiro guerrilheiro do Araguaia. Sobre a morte de *Jorge*, Grabois decretou: era um “sério golpe para o DC”²²³. Áurea, Ari, Josias, e Paulo embrenharam-se na mata ao perceber o corpo caído do companheiro.

Apesar do grande número de militares envolvidos, em um primeiro momento, as ações contra a guerrilha ocorreram majoritariamente na beira de estradas e povoados. Foram pontuais as excursões dentro da mata. Diante das primeiras mortes e de casos de deserção de soldados, grande parte dos recrutas foi retirada da região, ainda no mês de junho. Posteriormente, a Brigada de Paraquedistas do Rio de Janeiro assumiu o comando das operações e recebeu o reforço de militares da 3ª Brigada de Infantaria de Brasília e do 10º Batalhão de Caçadores de Goiás. As ações ficaram mais agressivas, os soldados adentraram na mata com mais frequência e a repressão contra os guerrilheiros aumentou.

A Primeira Campanha foi encerrada no mês de setembro de 1972 e foi avaliada pelos próprios militares como uma ação de “relativo êxito”²²⁴. Além de nove guerrilheiros presos, as Forças Armadas deixaram, no coração da selva amazônica, o saldo de quatro guerrilheiros mortos: Bérqson Gurjão, Maria Lúcia Petit, Kleber Lemos da Silva e Idalísio Soares Aranha Filho, padeceram no Araguaia junto aos seus sonhos

²²⁰ Segundo o Relatório Arroyo, Bérqson foi metralhado nos primeiros dias do mês de maio. Entretanto, a documentação da Marinha sobre a Operação Papagaio registra a morte de Bérqson, como ocorrida em 2 de junho, na região de Caianos. Como as datas são confusas, optei pela data exposta por Ângelo Arroyo, comandante do PCdoB que viveu os combates no Araguaia.

²²¹ ARROYO, Ângelo. *Relatório Arroyo*. 1976. In: POMAR, Wladimir. *Araguaia: O Partido e a Guerrilha – Documentos Inéditos*. São Paulo: Ed. Brasil Debates, Col. Brasil Estudos, nº 2, 1980, p. 253.

²²² - Expressão comum da época, *tombar* significa morrer.

²²³ GRABOIS, Maurício. Documento: *Diário do Velho Mário*, 20 de agosto de 1972, p. 32.

²²⁴ Documento: Telegrama ao Gabinete do Ministro do Exército – CIE. Assinado pelo general Darcy Jardim – Comandante da 8ª RM, de 9 de junho de 1972.

revolucionários. Durante esse período ainda houve outras duas mortes, sendo de um camponês e um militar²²⁵.

Segunda Campanha: o fracasso do *Manobrão*

A existência da luta guerrilheira no Sul do Pará, durante 5 meses, representa uma grande vitória do povo brasileiro no combate à ditadura e pela emancipação nacional. Nenhuma corrente política de esquerda conseguiu manter-se tanto tempo enfrentando, de armas na mão, as forças reacionárias. Começou uma nova fase na luta do povo brasileiro contra a ditadura militar. Neste luta verificou-se uma mudança de qualidade com o surgimento da guerrilha na Amazônia. [...] Nosso objetivo estratégico nesta fase da luta armada é sobreviver. Mas sobreviver não significa unicamente continuar a existir, mas crescer e se consolidar. Em 5 meses as forças guerrilheiras avançaram bastante. Hoje elas têm mais experiência de vida na mata e domínio do terreno; ampliaram e fortaleceram suas ligações com as massas; conhecem melhor o inimigo, sabem quais são seus pontos débeis e seus pontos fortes²²⁶.

Foi assim que Maurício Grabois, comandante-em-chefe das Forças Guerrilheiras do Araguaia, avaliou a situação do movimento armado do PCdoB em setembro de 1972. Segundo o *Velho Mário*, a situação local, nacional e internacional eram extremamente favoráveis aos guerrilheiros, e a luta comunista estava “na boca do povo”. Sobre o desempenho das Forças Armadas no Araguaia, Grabois sentenciou sem pudores: “Os êxitos obtidos pelo inimigo resultam de nossos erros e não de sua tática e capacidade militar. As forças repressivas têm espírito defensivo, revelam displicências, afoitezas e completa falta de vigilância”²²⁷. O comandante-em-chefe das Forças Guerrilheiras do Araguaia teria sua análise colocada à prova no final do inverno.

A Segunda Campanha de combate à guerrilha do Araguaia não tardou. Foi iniciada no dia 15 de setembro de 1972, com um contingente militar muito superior ao empregado nas primeiras operações. Entretanto, é importante relatar que os dados sobre os efetivos da Segunda Campanha não são precisos: os números variam entre três mil²²⁸

²²⁵ O cabo Odílio Cruz Rosa faleceu em combate na selva contra os guerrilheiros, no início do mês de maio de 1972. Para saber mais ver: NOSSA, Leonencio. *Mata!: o major Curió e as guerrilhas no Araguaia*. Companhia das Letras, 2012, p. 140 e 141.

²²⁶ GRABOIS, Maurício. Documento: *Diário do Velho Mário*, 19 de setembro de 1972, p. 35.

²²⁷ GRABOIS, Maurício. Documento: *Diário do Velho Mário*, 19 de setembro de 1972, p. 37.

²²⁸ Ver: GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada – As Ilusões Armadas*. 1a ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 422; MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005, p. 279; AUGUSTO, Agnaldo Del Nero. *A grande mentira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002, p. 430.

e 10 mil homens²²⁹, deslocados de todas as regiões do país para combater guerrilheiros no Bico do Papagaio.

O contingente militar que desembarcou no Araguaia era formado por soldados do 8ª Grupamento de Artilharia de Brasília; do 2º Batalhão Ferroviário de Araguari (MG); da 3ª Brigada de Infantaria de Brasília; do 10º Batalhão de Caçadores de Goiás; do 6º Batalhão de Caçadores de Ipameri (GO); do 36º Batalhão de Infantaria de Uberlândia; do 2º Batalhão de Infantaria na Selva; do 25º Batalhão de Caçadores de Teresina; da Brigada de Paraquedistas do Rio de Janeiro; e do Centro de Informações do Exército.

O general-de-divisão Viana Moog assumiu o comando geral da operação, e sua execução ficou a cargo do general-de-brigada Antônio Bandeira, comandante da 3ª Brigada de Infantaria, de Brasília. A Marinha e Aeronáutica também participaram da campanha, ainda que de maneira coadjuvante. A primeira enviou soldados do Grupamento de Fuzileiros Navais do Rio de Janeiro e agentes do Cenimar. Já a segunda prestou apoio para ações aéreas, despachou para a região alguns agentes de inteligência do CISA, criou o Comando das Operações Aerotáticas (COMAT) e “pôs em operação três aviões C-115, um C-47, cinco T-6, quatro L-9 e quatro helicópteros UH1D”²³⁰.

A manobra militar iniciada em setembro de 1972 na região do Araguaia foi batizada de *Operação Papagaio*. Frotas intermináveis de caminhões e jipes tomaram as rodovias e estradas da região, formando um ostensivo comboio verde-oliva. Durante dias a fio, dezenas de automóveis transportaram centenas de militares para as ruelas da cidade de Xambioá. O lugarejo foi tomado por pontos de apoio e logística do Exército, reforçado por frotas da Polícia Militar da região. Estrategicamente, as ações militares do *Manobrão* pouco se diferenciaram das táticas empregadas na campanha anterior. Foram novamente enviados para o Bico do Papagaio grandes contingentes de soldados sem nenhuma experiência em combates na selva.

A amplitude e densidade das matas amazônicas, a extensão e profundidade de uma dezena de rios e a grande quilometragem do teatro de operações dificultaram o deslocamento das tropas mecanizadas e de seus aparatos. A umidade da floresta

²²⁹Sobre isso, Ângelo Arroyo escreveu: “Nesta campanha, as Forças Armadas empregaram 8 mil a 10 mil soldados. As tropas eram, em geral, de recrutas e de vários Estados. Distribuíam-se por várias bases implantadas na área. Estas bases eram fazendas, sedes de castanhas ou mesmo roças. Ocuparam as estradas e abriram algumas picadas na mata”. ARROYO, Ângelo. *Relatório Arroyo*. 1976. In: POMAR, Wladimir. *Araguaia: O Partido e a Guerrilha – Documentos Inéditos*. São Paulo: Ed. Brasil Debates, Col. Brasil Estudos, nº 2, 1980, p. 255.

²³⁰MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005, p. 280.

limitava “fortemente o emprego dos meios de rádio”²³¹. Não ambientados às condições naturais do local, centenas de soldados adoeceram e outros tantos demoraram longos períodos para se adaptarem. “No meio da mata fechada e desconhecida, os militares adotavam a prática de atirar para matar ao menor sinal do inimigo. Sem enxergar além de poucos metros, os rapazes atacavam com rajadas de metralhadora”²³². Segundo os próprios militares, a operação mostrou, sobretudo, “falhas humanas, principalmente decorrentes da formação do pessoal com permanência temporária do Exército”²³³.

No dia 29 de setembro de 1972, a guerrilheira Helenira Resende junto com o companheiro de destacamento *Lauro*, fazia vigilância para o deslocamento de um grupo de comunistas chefiado por *Nunes*. No alto de um morro, nas proximidades da cidade de São Domingos, *Fátima* observava a situação atrás de uma pedra grande, quando fora surpreendida por uma tropa do Exército que mapeava o local. Acuados diante dos soldados,

Nunes acionou a metralhadora, mas ela não funcionou. [...] Helenira só teve tempo de fazer pontaria com sua espingarda e atirar. Acertou e matou o primeiro soldado da fila. O segundo mandou-lhe uma rajada de metralhadora que a atingiu nas pernas. Helenira caiu e perdeu a espingarda. Ferida, sacou o revólver que trazia na cinta e atirou no militar que se aproximava. [...] só parou de tirar quando as balas acabaram. [...] Em seguida, Helenira foi torturada e assassinada a golpes de baioneta²³⁴.

Em sua homenagem, o DA liderado por *Zé Carlos*, foi batizado de Destacamento Helenira Resende²³⁵. As baixas guerrilheiras durante a Segunda Campanha estavam apenas começando. Nos próximos dias que se decorreram da morte de Helenira, o grupo de João Carlos Haas, Flávio, *Gil*, *Raul* e *Walkíria* foi atacado pelos militares quando se preparavam para montar acampamento na região de Pirraça, na margem esquerda do rio Araguaia. Os comunistas foram localizados pelas patrulhas do Exército, municidas por informações do posseiro João de Deus. Poucas horas antes do ataque, Haas havia feito o parto de Nilza, esposa do camponês. Raul e *Walkíria* estavam

²³¹Documento: SECRETO – *Operação Araguaia/72 – Operação Papagaio. Relatório. Comando Militar do Planalto*. Assinado pelo general-de-divisão Viana Moog, novembro de 1972.

²³²MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005, p. 284.

²³³ AUGUSTO, Agnaldo Del Nero, MACIEL, Lício Augusto, NASCIMENTO, José Conegundes do (Orgs.) ORVIL: tentativas de tomada do poder. São Paulo: Schoba, 2012, p. 716.

²³⁴ RIBEIRO, Bruno. *Helenira Resende e a guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007, p. 60 e 61.

²³⁵ Para saber mais sobre a morte de Helenira ver: Depoimento de Criméia Alice Almeida. In: Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. Arquivo dos Desaparecidos Políticos. Disponível em: http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/upload/019-depoimento_crimeia.pdf; NOSSA, Leonencio. *Mata!: o major Curió e as guerrilhas no Araguaia*. Companhia das Letras, 2012, p. 135.

mais afastados e escaparam embrenhando-se na mata. João Carlos Haas, Manoel José Nurchis (*Gil*) e Ciro Flávio Salazar de Oliveira (*Flávio*) foram metralhados e morreram na hora. Sobre o fato, Grabois escreveu:

No mês de setembro, por ocasião da grande campanha das FF AA contra o movimento guerrilheiro, o DC teve mais 4 baixas fatais. Todas elas por infração das leis da guerrilha e por inexperiência militar do seu VC. Este, em companhia de Cazuzza, ia se encontrar com 3co do D. No caminho, ouviram ruído de vozes. Cazuzza achou, sem qualquer razão, que se tratava de gente da guerrilha. No dia seguinte de manhã, Vitor permitiu que seu companheiro fosse investigar, sem que houvesse qualquer necessidade de fazê-lo. Resultado: tratava-se de um acampamento inimigo. Cazuzza foi descoberto e morto, sendo enterrado no próprio local. Sozinho, Vitor foi ao encontro de Antonio, Dina e Zé Francisco. Depois de apanha-los, ao passar por um caminho, Vitor observou rastros do inimigo. Resolveu então observá-lo, sem que houvesse motivo para isso. O local escolhido para a observação era péssimo: em frente a um cipóal e a uns poucos metros da estrada. Alguns não acharam justa a decisão, mas Vitor insistiu. Três horas depois, o inimigo apareceu. Já tinha passado quase toda a tropa adversária, quando faltava passar apenas o último soldado, Zé Francisco fez barulho, talvez deixando cair a arma. Irrompeu, então, violento tiroteio. Dina caiu fora, tendo uma bala arranhado seu pescoço. Os outros três ficaram mortos no terreno. Assim o DC ficou desfalcado de 11 combatentes, sendo 7 mortos e 4 presos. Restavam apenas 9. Só então Paulo empenhou-se em se ligar com a CM²³⁶.

Durante o *Manobrão*, a tática dos comunistas do PCdoB também não se modificou. Acuados no fundo da floresta, os guerrilheiros pouco reagiram: apenas algumas pequenas ações de fustigamento e emboscada, aliadas a conversas com moradores da região e a comunicados destinados ao povo. Nada muito diferente daquilo que realizaram durante a primeira ofensiva da repressão.

No que se refere às ações militares durante a Segunda Campanha, talvez o fator mais significativo tenha sido o desenvolvimento da ACISO (Ação Cívico Social), uma operação de assistência à população. O objetivo estratégico da ACISO era isolar os guerrilheiros, provocando a divisão da população entre aqueles que apoiavam os comunistas e aqueles que seguiriam os militares. Segundo consta no documento *Relatório da Operação Papagaio*, assinado pelo general-de-divisão Viana Moog, “as populações da área estavam bastante influenciadas pelas ações dos subversivos. A assistência prestada pelas equipes ACISO, particularmente pela da saúde, repercutiram profundamente em toda região”²³⁷.

As Forças Armadas enviaram para o Araguaia equipes de profissionais de saúde,

²³⁶GRABOIS, Maurício. Documento: Diário do Velho Mário, 19 de setembro de 1972, p. 71.

²³⁷ Documento: SECRETO – *Operação Araguaia/72 – Operação Papagaio*. Relatório. Comando Militar do Planalto. Assinado pelo general-de-divisão Viana Moog, novembro de 1972.

técnicos agrários, engenheiros e professores. Segundo o documento *Relatório das Operações de ACISO* – Batalhão da Guarda Presidencial, assinado pelo coronel Waldemar de Araújo Carvalho, de 20 de outubro de 1972, os médicos militares atenderam mais de 7 mil pessoas, enquanto os enfermeiros vacinaram 5.035 habitantes e os dentistas atenderam quase 3 mil pacientes. Apesar disso, o documento concluiu que “o atendimento médico e odontológico possível em uma Operação ACISO, de curta duração, serve apenas como paliativo, face às precárias condições da população assistida”.

Para além da área da saúde, a Ação Cívico Social das Forças Armadas promoveu mutirões de obtenção de documentos, criou grupos de orientação para agricultores e pescadores, realizou aulas sobre alimentação, higiene e saneamento básico e promoveu gincanas e campeonatos esportivos. Enquanto os mutirões da ACISO se desenvolviam pelas cidades de Xambioá, Araguatins e São Geraldo, as localidades mais afastadas do Bico do Papagaio sofreram com bombardeios. Os militares utilizaram napalm: uma arma bélica, usada pelos Estados Unidos durante a Guerra do Vietnã, e que ficou conhecido como “fogo líquido”. Consiste em um conjunto de substâncias altamente inflamáveis à base de gasolina gelatinizada e espaçada por sais de ácido naftênico e palmítico. A utilização do napalm pelos militares brasileiros, durante a *Operação Papagaio* foi explicitada no relatório assinado pelo tenente-coronel Flarys Guedes Henriques de Araujo – 3ª Seção do EMG/11. Consta no documento: “as missões pretendidas pelo CMP, aqui mencionadas no item 1, foram executadas no decorrer das operações; há a acrescentar àquele repertório o bombardeio de três áreas com bombas napalm e de emprego geral”.

A Segunda Campanha²³⁸ de combate à guerrilha durou 20 dias e foi encerrada no dia 2 de outubro de 1972, quatro dias antes do previsto. “A manobra foi realizada no quadro tático da Guerra Revolucionária em ambiente de selva, comportando operações de contraguerrilha, ocupação de pontos e suprimento da tropa pelo ar, operações psicológicas e Ações Cívicas Sociais”²³⁹. O saldo da violência operacional foi de oito guerrilheiros mortos e dezenas de moradores espancados e traumatizados²⁴⁰. Apesar de

²³⁸ Para saber mais: Documento – *Relatório de Situação Nº 1*. Comando Militar do Planalto. Setembro de 1972.

²³⁹ Documento: SECRETO – *Operação Araguaia/72 – Operação Papagaio. Relatório. Comando Militar do Planalto*. Assinado pelo general-de-divisão Viana Moog, novembro de 1972.

²⁴⁰ Para saber mais sobre isso: CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia: o Vietnã é aqui*. In: CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa *Guerrilha do Araguaia – Esquerda em Armas*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1997, p. 150-159; MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. *A Grande Manobra*.

promover a desarticulação do Destacamento C²⁴¹, aos olhos dos militares, essa campanha teve resultados ainda mais desastrosos que a primeira, sobretudo devido ao enorme contingente das Forças Armadas movimentado na região para combater menos de 50 guerrilheiros. Oficiais do Exército afirmaram que fora um completo equívoco militar

[...] a suspensão da operação sem que seus objetivos tivessem sido alcançados. Deu-se então uma trégua aos subversivos e cometeu-se um segundo equívoco, maior ainda do que o da primeira operação, ao pensar que podia reduzir o foco guerrilheiro com recrutas, e o que é fundamental, com prazo pré-fixado. Um prazo extremamente curto, inferior aos dias inicialmente previstos, dos quais seis foram consumidos com adaptação do homem ao meio. Foram na realidade 10 dias de operação, e os resultados menos satisfatórios que no ano anterior. Não foram feitas prisões, não se adentrou a selva, não se evoluiu enquanto o conhecimento dos elementos [...].²⁴²

Ao final da Segunda Campanha, Maurício Grabois escreveu com entusiasmo em seu diário, sobre a situação do PCdoB nos centros urbanos: “Chegaram notícias da cidade. Boas informações políticas, opiniões e conselhos sensatos e corretos, auxílio material. Se os camaradas não foram seriamente golpeados, as perspectivas de ajuda são excelentes”. Os relatos deturpados da real situação do PCdoB eram propagados aos guerrilheiros pela transmissão em português do noticiário da Rádio Tirana, diretamente da capital da Albânia. As notícias inverídicas reproduzidas pelo canal radiofônico representavam o único contato dos comunistas do Araguaia, isolados no interior das matas desde o início dos conflitos, com o mundo fora da guerrilha. As narrações noturnas da Rádio Tirana, não mencionavam as mortes, a violência da tortura, as prisões, e as perseguições. Apenas ressaltavam o sucesso da resistência armada e do PCdoB.

Como ficou evidente nos escritos do diário de Maurício Grabois, as notícias divulgadas pela rádio da Albânia contribuíram diretamente para a elaboração de análises equivocadas, sobre a situação da guerrilha. Contrariando absolutamente todas as prerrogativas do comandante-em-chefe da FOGUERA, mesmo longe do Araguaia e das operações do Bico do Papagaio, a repressão desferiu duríssimo golpe aos guerrilheiros.

In: *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005, p. 279-353.

²⁴¹Ver: AUGUSTO, Agnaldo Del Nero. *A grande mentira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002, p. 431.

²⁴² AUGUSTO, Agnaldo Del Nero, MACIEL, Lício Augusto, NASCIMENTO, José Conegundes do (Orgs.) ORVIL: tentativas de tomada do poder. São Paulo: Schoba, 2012, p. 739.

O PCdoB foi caçado nas grandes cidades e a ligação rural-urbano ruiu²⁴³. Atuando no Rio de Janeiro e em São Paulo, os líderes do partido responsáveis pela organização do apoio logístico a guerrilha, foram presos e executados. As mortes de Carlos Nicolau Danielli, Lincoln Oeste, Lincoln Bicalho Roque e Luiz Guilhardini, deixaram os guerrilheiros completamente isolados e sem comunicação com a cúpula do PCdoB nos centros urbanos.

O silêncio que precede a barbárie: é hora da *Operação Sucuri*

O ministro do Exército Orlando Geisel determinou, ao final da Segunda Campanha, que as operações de combate à guerrilha teriam um novo comandante: o general Milton Tavares, chefe do Centro de Informações do Exército (CIE). As tropas regulares foram afastadas do teatro de ações. Em abril de 1973, uma equipe de inteligência altamente capacitada e treinada, chefiada pelo general Antônio Bandeira, deu início a uma nova manobra militar: a *Operação Sucuri*, concebida a partir do trabalho conjunto entre a 2ª Seção da 3ª Brigada de Infantaria do Exército – comandada pelo major Gilberto Airton Zenkner - e a Seção de Operações do CIE. Era uma missão de informação e inteligência, que copiara “em grande parte, a estratégia de aproximação dos moradores usada pelos comunistas”²⁴⁴.

Ângelo Arroyo definiu o momento em seu *Relatório* como “período de trégua”. Embrenhados na floresta Amazônica, isolados do contato político com os centros urbanos, e municiados de informações equivocadas da Rádio Tirana, os guerrilheiros interpretaram erroneamente a retirada das tropas militares, como uma grande vitória do movimento comunista. Após meses ininterruptos de enfrentamento, os militantes do PCdoB viveram a ilusão de uma vitória temporária. Cego por essa euforia esperançosa, Maurício Grabois avaliou:

[...] o exemplo das FF GG do Araguaia pode frutificar. Novos núcleos de resistência armada podem surgir. E em torno da guerrilha do Araguaia e de outros movimentos guerrilheiros têm possibilidade de aparecer e se unir ao povo para libertar o país da ditadura e do domínio imperialista. A formação da ULDP, ao influxo da luta armada, é um grande passo para a unidade do povo. Na medida em que ela se desenvolve, mais se ampliará a luta armada²⁴⁵.

²⁴³Para compreender melhor o processo de desmantelamento do PCdoB nas cidades ver: LEITÃO, Matheus. *Em nome dos pais*. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017.

²⁴⁴MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005, p. 403.

²⁴⁵GRABOIS, Maurício. Documento: Diário do Velho Mário, 12 de abril de 1973, p. 91.

O período de afastamento militar e de não enfrentamento direto com as Forças Armadas foi utilizado pelos comunistas para intensificarem o contato com o povo e para potencializar as ações guerrilheiras. A Comissão Militar

[...] orientou os destacamentos no sentido de melhor aproveitar a trégua para se preparar. Previa a nova ofensiva para o começo do verão, lá para maio. Entre as tarefas mais importantes, destacava: ligação maior com as massas, tanto em extensão como em profundidade; preparação de locais para ações de fustigamento e emboscada, preparação de bons locais de refúgio; conhecimento maior do terreno e melhoramento dos croquis; intensificação do preparo militar; procurar melhorar o armamento através das massas (compra, troca etc.) e montar a oficina de consertos, organização de depósitos que garantissem a alimentação para seis meses (sobretudo farinha, milho, arroz). Os depósitos deviam ser pequenos, descentralizados, e a maior parte dos alimentos guardados devia ir para as zonas de refúgio. A CM orientou também para que os destacamentos limpassem a área, eliminando os bate-paus, para que mantivessem vigilância a respeito de todas as pessoas estranhas que aparecessem na área. O princípio estratégico fundamental era a sobrevivência das forças guerrilheiras. De acordo com esse princípio, era necessário preservar as forças, não fazer ações que redundassem em baixas²⁴⁶.

Empenhados, motivados e “protegidos” pelo período de trégua, os comunistas divulgaram uma série de documentos, manifestos e cartas. Objetivando a expansão da luta guerrilheira, os combatentes do PCdoB espalharam pelo Bico do Papagaio: Carta ao Povo de Porto Franco e Tocantinópolis, assinada pelo médico João Haas (morto em setembro de 1972); a Carta de Osvaldão aos Seus Amigos; o Comunicado sobre a Morte de Helenira Resende; o Comunicado sobre a morte do Juca; o Manifesto do 1º Ano de Luta; o Manifesto ao Soldado; o documento Em Defesa do Povo Pobre e pelo Progresso do Interior; o Romance da Libertação (cujo autor era o guerrilheiro Mundico, do Destacamento C); o Manifesto contra o INCRA; o documento de Normas sobre Segurança no Trabalho de Massa; o documento das Normas sobre Acampamento; e o documento das Normas sobre Recrutamento para a Guerrilha²⁴⁷.

As ações da Operação Sucuri progrediram pelos meses de maio, junho e julho, sob uma grossa capa de sigilo e silêncio. Tomados pela calma das oportunidades, os comandantes dos destacamentos guerrilheiros comandaram ações de desapropriação de terras. Os comunistas atacaram conhecidos grileiros e fazendeiros da região: alguns

²⁴⁶ ARROYO, Ângelo. *Relatório Arroyo*. 1976. In: POMAR, Wladimir. *Araguaia: O Partido e a Guerrilha – Documentos Inéditos*. São Paulo: Ed. Brasil Debates, Col. Brasil Estudos, nº 2, 1980, p. 259 e 260.

²⁴⁷ Sobre os documentos produzidos e as ações dos guerrilheiros naquele momento ver: ARROYO, Ângelo. *Relatório Arroyo*. 1976. In: POMAR, Wladimir. *Araguaia: O Partido e a Guerrilha – Documentos Inéditos*. São Paulo: Ed. Brasil Debates, Col. Brasil Estudos, nº 2, 1980, p. 259-262.

foram expulsos do Araguaia, outros foram obrigados a indenizar os camponeses que haviam explorado.

Os guerrilheiros do PCdoB também aproveitaram a situação para colocar em prática uma das regras do *Regulamento da Justiça Militar Revolucionária*, que sentenciava que *os inimigos do povo* pagariam seus erros com a própria vida. O jagunço Pedro Mineiro padeceu nas mãos da guerrilha. Conhecido na região por roubar posseiros e estuprar camponesas, ele também havia participado de comitivas militares que capturaram guerrilheiros na Primeira Campanha. Cercado em sua própria casa pelo pelotão do Destacamento C “formado por *Dina, Chica, Tuca, Maria Dina e Osvaldão*”²⁴⁸, foi fuzilado. Acusado de passar informações aos militares, o agricultor Osmar teve o mesmo destino de Pedro Mineiro²⁴⁹.

Enquanto os guerrilheiros do PCdoB comemoravam a retirada das tropas militares da região, o Exército infiltrou 35 agentes do CIE, muito bem treinados e preparados para sua operação de inteligência. Eles adentraram nas vilas e roças, disfarçados de comerciantes, bodegueiros, tropeiros e agentes do INCRA²⁵⁰, CEM²⁵¹ e DNER²⁵². O objetivo era “identificar os terroristas que atuam na região, inclusive os elementos da área que os apoiam, bem como localizar seus esconderijos e possíveis rotas de fuga”²⁵³. Os agentes de inteligência observaram todas as movimentações dos guerrilheiros e seus apoiadores.

A preocupação com os detalhes incluiu a compra de roupas surradas, malas de papelão envelhecidas e até furadas, e o uso frequente de chinelos de dedos para marcar os pés. No início do deslocamento, cada um levou certa importância em dinheiro e um revólver velho ou espingarda. Ninguém levou identidade. Foi montada uma equipe de retaguarda para apoiar as famílias.²⁵⁴

Segundo o documento *Plano de Informações – Operação Sucuri*, produzido pelo CIE de abril de 1973, os agentes de inteligência do Exército, em nenhuma circunstância, deveriam atacar os guerrilheiros. O sucesso da manobra dependia diretamente da postura dos agentes infiltrados, que deveriam compreender que a manobra era

²⁴⁸NOSSA, Leonencio. *Mata!: o major Curió e as guerrilhas no Araguaia*. Companhia das Letras, 2012, p. 144.

²⁴⁹ Para ver mais: NOSSA, Leonencio. *Mata!: o major Curió e as guerrilhas no Araguaia*. Companhia das Letras, 2012, p.145.

²⁵⁰ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

²⁵¹ Campanha de Irradiação da Malária.

²⁵² Departamento Nacional de Estradas e Rodagem.

²⁵³ Documento: *Ordem de Operações Nº 1 – Operação Sucuri*. CIE, abril de 1973. *SECRETO*, p. 1

²⁵⁴SOUSA, Aluísio Madruga de Moura e. *Movimento Comunista Brasileiro; Guerrilha do Araguaia – Revanchismo: A Grande Verdade*. Brasília: Edição Pessoal, 2002, p.156.

[...] uma missão de informações e não de operações, cujos objetivos são o levantamento dos grupos que atuam na área. Assim sendo, se algum subversivo entrar em contato com os elementos infiltrados, o elemento deverá agir como se fosse um elemento da área. Não tentando prendê-lo.²⁵⁵

Cabe aqui uma pequena ressalva. Até a mais rígida orientação do CIE para o bom desenvolvimento da operação tinha uma ressalva. “Abre-se exceção para Osvaldão, que deverá ser atacado em qualquer situação, mas somente quando a possibilidade de êxito não deixar dúvidas”²⁵⁶. Osvaldo era conhecido e temido pelos soldados: o ex-tenente do CPOR escapou de várias emboscadas sem tomar nenhum tiro, atacou patrulhas militares, assustou jovens recrutas e perpetuou nas noites da selva, a história de que era impiedoso com inimigos. Para o guerrilheiro de quase dois metros de altura e que tinha o corpo fechado, segundo boatos populares, a determinação era bem diferente. Caso Osvaldão entrasse em contato com qualquer agente infiltrado, deveria ser morto.

Foi durante a Operação Sucuri que o então capitão Sebastião Rodrigues de Moura ganhou destaque e prestígio entre os militares do Araguaia. Conhecido no teatro de ações como Dr. Luchini, ele foi o sub-coordenador de campo da operação, responsável por transmitir as informações dos agentes infiltrados ao Chefe de Operações do CIE, em Brasília. Major Curió, como ficou conhecido após a guerrilha, foi um perseguidor implacável dos comunistas no Araguaia e participou ativamente da execução de muitos deles.

No início de setembro de 1973, os comunistas do Destacamento Helenira Resende avançaram sobre os militares e despertaram a ira das Forças Armadas. Comandados por *Zé Carlos*, os guerrilheiros atacaram um Posto da Polícia Militar do Pará, na cidade de São Domingos. Os soldados foram acordados aos berros e interrogados. Os comunistas obrigaram os militares a tirarem suas fardas e deram a ordem: se violentassem a população, morreriam²⁵⁷. O posto policial foi queimado e “os guerrilheiros apreenderam 6 fuzis com 36 balas, 1 sabre, 14 calças, 15 camisas, 4 cinturões, 1 revólver 32 com coldre, 4 redes, 2 lanternas, 4 botinas, 1 relógio e 180

²⁵⁵ *Plano de Informações – Operação Sucuri. CIE, abril de 1973. SECRETO, p. 8.*

²⁵⁶ *Plano de Informações – Operação Sucuri. CIE, abril de 1973. SECRETO, p. 8.*

²⁵⁷ Sobre o ataque comandado por *Zé Carlos* ver: Documento: *Comunicado ao Ao povo de Marabá, S. Domingos. S. João do Araguaia, Apinagés e Brejo Grande. Comunicado aos Lavradores*. 25 de setembro de 1973. José Carlos, comandante do 1º Destacamento das Forças Guerrilheiras do Araguaia – Destacamento Helenira; ARROYO, Ângelo. *Relatório Arroyo*. 1976. In: POMAR, Wladimir. *Araguaia: O Partido e a Guerrilha – Documentos Inéditos*. São Paulo: Ed. Brasil Debates, Col. Brasil Estudos, nº 2, 1980, p. 263; GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada – As Ilusões Armadas*. 1ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.431.

cruzeiros”²⁵⁸. Dotado de toda ousadia digna de sua juventude, *Zé Carlos* deu meia volta vestindo as roupas dos soldados e embrenhou-se nas matas junto com os companheiros. Foi a primeira vez que “os guerrilheiros [obtiveram] sucesso em uma ação militar planejada contra os opressores”²⁵⁹.

A Operação Sucuri chegou ao fim em setembro de 1973, após seis meses de duração. Compreendida pelos guerrilheiros como um período de trégua²⁶⁰, ela se concretizou, na verdade, como uma eficaz guerra invisível²⁶¹. Todos os guerrilheiros foram mapeados, bem como seus destacamentos e pontos de apoio, como consta no documento *Anexo B – Informações. Operação Sucuri*, assinado pelo Tenente Coronel Sérgio Torres.

Quando as informações obtidas foram avaliadas como satisfatórias, os elementos de inteligência do Exército foram retirados do local. Assim como uma cobra Sucuri engole sua presa, muitas vezes ainda viva, essa operação militar “engoliu” a guerrilha do PCdoB. Ao final da ação, os militares mapearam os guerrilheiros, sua organização, seus pontos de suprimentos e suas redes de apoio. As informações obtidas a partir da Operação Sucuri municiaram a fase de extermínio da guerrilha, tema do capítulo seguinte.

²⁵⁸ GRABOIS, Maurício. Documento: *Diário do Velho Mário*, 12 de abril de 1973.

²⁵⁹ MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005, p 445.

²⁶⁰ ARROYO, Ângelo. *Relatório Arroyo*. 1976. In: POMAR, Wladimir. *Araguaia: O Partido e a Guerrilha – Documentos Inéditos*. São Paulo: Ed. Brasil Debates, Col. Brasil Estudos, nº 2, 1980, p. 259.

²⁶¹ STUART, Hugo. *Guerra Invisível*. In: *A lei da Selva. Estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Geração Editorial, 2006, p. 161 a 184.

Capítulo 4 - “Não façam prisioneiros”

O quarto capítulo será exclusivamente dedicado à Operação Marajoara. Todos os subtemas aqui trabalhados são esferas constituintes do desenvolvimento da Terceira Campanha de combate à Guerrilha do Araguaia. Partindo desse pressuposto, o capítulo dissecará todas as partes componentes do extermínio no Araguaia, analisando estruturação, ação e desdobramento da Operação Marajoara. O destaque para essa operação se justifica pelo fato de se tratar de uma manobra militar, planejada por agentes do Estado brasileiro, cujo objetivo final era o extermínio dos guerrilheiros do PCdoB.

Os ecos do extermínio

A memória é uma marca que fica impressa nos homens, em uma espécie de cera duradoura. Mas nem tudo fica impresso, nem tudo o que está impresso é, por sua vez, rememorado. Aquilo que marca e que caracteriza um evento constitui o elo de evocação dessa memória à mente dos homens no contexto de sua vida presente. O passado é o instante-captção da memória. O presente é o instante-revelação da memória. Mas entre esses momentos existem muitos passos que transformam as informações apreendidas no primeiro olhar. O processo da memória intervém, portanto, não somente na ordenação de vestígios e de rastros, mas também na própria releitura desses elementos.²⁶²

A chegada dos militantes do PCdoB no Araguaia mudou, tracejou, desenhou e modificou sensivelmente a vida, trajetória e memória de toda uma população. É imprescindível nesta parte do trabalho, compreender o estabelecimento e o desenvolvimento de uma operação militar programada para o extermínio dos guerrilheiros comunistas do Bico do Papagaio. Com base nessa perspectiva, delineamos uma análise atenta aos detalhes e às originalidades, sobretudo por tratar de caminhos que se entrecruzam com memórias de sujeitos diversos. Sendo assim, além de documentos escritos, utilizaremos como fonte de estudo, o testemunho de camponeses, índios, guerrilheiros e soldados - como fora explicado detalhadamente na introdução da dissertação.

Edificamos a análise desenvolvida a partir daqui, sob as considerações de Pierre Nora acerca da memória. O historiador francês compreende que

²⁶²YOKOYA, Mariana. *De frente para o passado: anistia política e reparação dos militantes da Guerrilha do Araguaia*. Dissertação de Mestrado. Brasília: UNB, 2012. Ver também: LE GOFF, Jacques. *Memória*. In *História e Memória*. Campinas: Edunicamp, 1990.

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. [...] A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente [...] Afetiva e Mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam, ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais, ou flutuantes, particularidades simbólicas, simbólicas a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. [...] A memória instala a lembrança no sagrado [...] A Memória emerge de um grupo que ela une [...] ²⁶³.

A memória que envolve Guerrilha do Araguaia e todos os seus componentes é, sem dúvida, marcada por muitas faltas e omissões. Por isso, tornou-se necessário, nesta dissertação, compor uma teia ampla e fluída de fontes, que abraçam caminhos e eventos múltiplos ²⁶⁴. Para compreender as particularidades da Operação Marajoara, é imprescindível tecer análises que dancem como o balanço de um pêndulo: tocando o vivido da memória e voltando ao distanciamento da História, saltando na exposição dos eventos públicos e caindo sobre as trajetórias subjetivas. Para escutar as Algarvias de vozes do Araguaia, é necessário mais do que “calçar os sapatos do morto”, segundo a expressão do historiador Evaldo Cabral de Mello. É preciso, “passar e repassar o Rio dos Mortos, para transgredir deliberadamente a fronteira do passado e do presente, ouvir as vozes sem se recusar diante delas” ²⁶⁵.

A violência do extermínio como política estatal

Na obra *Poder e Desaparecimento*, Pilar Calveiro desenvolve uma análise profunda da máquina repressiva da ditadura Argentina. O trabalho da cientista política plantou raízes em um campo de pesquisas tradicional, sobretudo nos estudos de nossos vizinhos sul-americanos. Pilar Calveiro sistematiza no livro, pela primeira vez, o conceito de *poder desaparecedor*. Segundo a autora,

[...] desaparecimento não é um eufemismo, e sim uma alusão literal: uma pessoa que a partir de determinado momento desaparece, se esfuma, sem que sobre registro de sua vida ou de sua morte. Não há corpo da vítima nem de delito. Podem existir testemunhas do sequestro e suposições do posterior assassinato, mas não um corpo material que dê testemunho do acontecido ²⁶⁶.

²⁶³NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 10, 1993, p. 9.

²⁶⁴Aspecto destrinchado e explicado na Introdução da dissertação.

²⁶⁵HARTOG, François. *A Testemunha e o Historiador*. In: HARTOG, François. *Evidência da história: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 224.

²⁶⁶CALVEIRO, Pilar. *Poder e Desaparecimento: os campos de concentração da Argentina*. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2013, p.39.

O conceito cunhado por Calveiro é aplicado ao longo de todo livro, para explicar o funcionamento dos campos de concentração argentinos. Entretanto, a ideia do *poder desaparecedor* não se limita a esses estudos específicos. O conceito extrapola as pesquisas sobre a ditadura da Argentina, e tem aplicabilidade na análise de todas as nuances que compõem a Terceira Campanha de combate à Guerrilha do PCdoB.

Em concordância com a preposição de Calveiro, Janaína de Almeida Telles exemplifica na apresentação do livro, o conceito trabalhado pela cientista política na análise da estruturação da Operação Marajoara: sob as rédeas de um *poder desaparecedor*, “a generalização da violência levou a eliminação indistinta de todos os guerrilheiros, mesmo que quando presos com vida, acompanhada da decapitação de alguns e dos desaparecimentos de seus restos mortais”²⁶⁷. Na execução da Terceira Campanha, o Estado brasileiro amplificou suas ações arbitrárias, através de

[...] um poder que pretende ser total, que articula a individualização e a massificação, a disciplina e a regulação, a normalização, o controle e o castigo, recuperando o direito soberano de matar. [...] Um poder que se dirige ao corpo individual e social para fazer com que seja submetido, uniformizado, amputado, desaparecido²⁶⁸.

No Araguaia, a partir de outubro de 1973, a máquina repressiva da ditadura foi reprogramada para controlar o destino de cada cidadão envolvido com os conflitos do Bico do Papagaio. Analisando o conceito de *poder desaparecedor* cunhado por Pilar Calveiro, salta aos olhos a similaridade com a política de extermínio característica da Operação Marajoara. Em ambos os casos, a engrenagem principal do sistema era movida para a aniquilação completa dos opositores da ditadura militar. Almejamos no estudo dessa dissertação, encarar em linha direta a face ocultada da ditadura militar brasileira: que falsamente se escondeu por tantos anos, atrás da máscara do suposto “excesso” dos agentes do Estado, mas que, na verdade, constitui “a verdadeira norma do poder desaparecedor”²⁶⁹.

Até a presente data, são poucos os trabalhos dedicados a destrinchar a política de extermínio, imposta pelo Estado brasileiro durante a Terceira Campanha de combate à Guerrilha do Araguaia. Pretende-se demonstrar a relevância dessa reflexão,

²⁶⁷ TELLES, Janaína de Almeida. *Ditadura e repressão no Brasil e na Argentina: paralelos e distinções*. In: CALVEIRO, Pilar. *Poder e Desaparecimento: os campos de concentração da Argentina*. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 16.

²⁶⁸ CALVEIRO, Pilar. *Poder e Desaparecimento: os campos de concentração da Argentina*. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2013, p66.

²⁶⁹ CALVEIRO, Pilar. *Poder e Desaparecimento: os campos de concentração da Argentina*. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 28.

redirecionando o foco de estudos historiográficos para o dissecar da violência e da barbárie característica da Operação Marajoara. Aqui, compreendemos por bárbaro, o conceito cunhado por Francis Wolf: “todo costume ou toda prática que, qualquer que seja a cultura específica a que pertença, tem como finalidade ou efeito negar uma forma específica de existência humana”²⁷⁰.

O significado da palavra marajoara diz respeito ao povo indígena que habitou a ilha da Marajó, norte do Pará, entre os anos 400 e 1400. Conhecidos por sua complexidade sofisticada formaram uma sociedade considerada, por muitos especialistas, uma das primeiras organizações sociais estruturadas do Brasil. A cultura Marajoara possuía avançado desenvolvimento tecnológico para o período: técnica de cerâmica refinada, iconografia fomentada por um intrincado sistema de comunicação visual²⁷¹ e um conjunto de moradias estruturadas em morros construídos, em uma tentativa de escapar das altas temperaturas.

Infelizmente, após sucessivas guerras indígenas e crises climáticas avassaladoras, dos marajoaras quase nada restou²⁷². Mesmo destino tiveram os guerrilheiros que se encontravam embrenhados na mata no início da operação homônima: somente três²⁷³ guerrilheiros escaparam do cerco da repressão com vida. Contrariando os versos “A paz queremos com fervor; A guerra só nos causa dor”, componentes de seu próprio hino, o Exército Brasileiro espalhou por terras amazônicas, todo terror característico de uma guerra suja. A política estatal de extermínio dos opositores da ditadura militar desembarcou no Araguaia, como uma máquina de morte implacável, regida por um eficaz sistema *desaparecedor*²⁷⁴.

²⁷⁰WOLFF, Francis. *Quem é bárbaro*. In: NOVAES, Adauto (org). *Civilização e barbárie*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 41.

²⁷¹Museu Nacional – Cultura Marajoara. In: <<http://www.museunacional.ufrj.br/dir/exposicoes/arqueologia/arqueologia-brasileira/marajoara.html>>.

²⁷²Infelizmente, um incêndio de grandes proporções destruiu o Museu Nacional no Rio de Janeiro na noite do dia 2 de setembro de 2018. Milhões de peças históricas foram consumidas pelo fogo. Entre as perdas irreparáveis, estavam vasos, estatuetas, urnas, tangas e diversos outros aparatos da cultura Marajoara. Na presente data, resta ainda menos dos marajoaras.

²⁷³No início de outubro de 1973, o guerrilheiro João Carlos Wisnesky escapou da região. Atualmente ele trabalha como médico na Ilha de Paquetá, RJ. Em janeiro de 1974 escaparam juntos o subcomandante da guerrilha Ângelo Arroyo e Micheas Gomes de Almeida. Arroyo foi morto pelos militares em dezembro de 1976, em São Paulo, no episódio que ficou conhecido por “Chacina da Lapa”. Já Micheas, está vivo e mora atualmente em Goiânia.

²⁷⁴Para saber mais: CALVEIRO, Pilar. *Poder y Desaparición. Los Campos de Concentración Argentina*. Colihue: Buenos Aires, 1998.

Operação Marajoara: o extermínio na concepção

Os agentes infiltrados da *Operação Sucuri* foram retirados de seus disfarces e esconderijos em meados de setembro de 1973. A ação militar serviu de “base para a operação repressiva antiguerilha”²⁷⁵ orquestrada na sequência. Os comunistas do PCdoB estavam mapeados e identificados. O Exército possuía informações detalhadas sobre cada guerrilheiro embrenhado na mata. Delimitou-se no documento produzido pelo Centro de Informações do Exército, *Ordem de Operações Nº 1 – Operação Sucuri. Anexo B*, toda organização política e militar da guerrilha:

- 3) Dispositivo e Composição
 - BUREAU POLÍTICO
 - COMISSÃO MILITAR
 - DESTACAMENTO A – atua na R da Rv Transamazônica. Deve possuir 3 (três) grupos.
 - DESTACAMENTO B – atua no vale do Rio GAMELEIRA. É constituído por 3 (três) grupos.
 - DESTACAMENTO C – atua na Serra das Andorinhas ou dos Martírios. Era constituído por 3 (três) grupos. Foi quase todo desbaratado nas operações em Set 72²⁷⁶.

Na sequência do documento, o CIE destrinchou todas as esferas da hierarquia guerrilheira e, com riquezas de detalhes, listou nomes, codinomes, armamentos, e a localização de cada militante do PCdoB. Durante a *Operação Sucuri*, os agentes de inteligência do Exército detectaram as múltiplas dificuldades enfrentadas pelos guerrilheiros nas matas do Araguaia que deveriam ser exploradas em ações futuras. Consta no item *C, Anexo B – Peculiaridades e Deficiências*:

- Os terroristas não possuem meios de comunicação na área. A ligação entre os Destacamentos e os grupos é feita por mensageiros a pé [...] Esta deficiência torna muito demorada e vulnerável a transmissão de ordens pelos respectivos Cmdo [...]
- Embora alguns elementos tenham realizado Curso de Guerrilhas no exterior, pode-se afirmar que os grupos terroristas ainda não têm experiência de combate [...] mas persiste obstinadamente em permanecer na área.
- O armamento é deficitário [...] Normalmente cada elemento possui um revólver 38, ou um fuzil, ou espingarda 20. A manutenção desse armamento não é boa. A dotação da munição por atirador é pequena [...] ²⁷⁷.

²⁷⁵ “Relatório Especial de Informações Nº 1/74”, Gabinete do Ministro. Ministério do Exército: Centro de Informações do Exército, Secreto. O documento também faz referência às informações extraídas do depoimento do ex-guerrilheiro Pedro Albuquerque

²⁷⁶ *Ordem de Operações Nº 1 – Operação Sucuri. Anexo B*. Secreto. Centro de Informações do Exército. 1973

²⁷⁷ *Ordem de Operações Nº 1 – Operação Sucuri. Anexo B*. Secreto. Centro de Informações do Exército. 1973.

Com as investigações encerradas, o chefe do CIE, general Milton Tavares, reuniu-se com o ministro do Exército Orlando Geisel para realizar o exame tático da situação no Araguaia. Durante a reunião, os militares concluíram: ou prendiam e levavam todos os guerrilheiros para a capital federal, ou “neutralizavam a história da guerrilha por lá”²⁷⁸. Ao final do encontro, Orlando Geisel decidiu consultar o então presidente da República, general Emílio Garrastazu Médici, para analisar as ações posteriores. Eles eram muito próximos e mantinham estreitos laços pessoais e políticos. Após a reunião a ordem ecoou: não façam prisioneiros²⁷⁹. Nenhum documento oficial fora redigido, mas a determinação foi a realidade do Araguaia.

No dia 8 de maio de 2018, o pesquisador e professor do curso de Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas, Matias Spektor tornou público um importante documento que corrobora com essa perspectiva. A descoberta coloca dentro do Palácio do Planalto, sob regimento do gabinete presidencial, a tomada de decisão sobre a morte e a vida de cidadãos brasileiros. O professor Matias analisava os documentos liberados pela CIA (Central Intelligence Agency) no acervo *online* do Departamento de Estado dos EUA, quando se deparou com um relatório produzido pelo chefe da agência, William Colby, destinado ao então secretário de Estado americano, Henry Kissinger. Datado de 11 de abril de 1974, o memorando tem como assunto delimitado, a “Decisão do Presidente do Brasil, Ernesto Geisel, de continuar a execução sumária de subversivos perigosos sob certas condições”²⁸⁰.

O documento da CIA descreve um encontro realizado no dia 30 de março de 1974, na qual estavam presentes: o presidente Ernesto Geisel, o general João Baptista Figueiredo, chefe do Serviço Nacional de Inteligência (SNI), o general Milton Tavares de Souza e o general Confúcio Danton de Paula Avelino, “respectivamente os chefes de saída e chegada do Centro de Inteligência do Exército (CIE)”²⁸¹, à época. Os dois últimos atuaram diretamente e assiduamente no comando das operações de combate à

²⁷⁸STUDART, Hugo. *A lei da Selva. Estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Geração Editorial, 2006, p. 271.

²⁷⁹Para saber mais sobre a ordem oral de não fazer prisioneiros ver: GASPARI, Elio. *A Floresta dos Homens sem Alma*. In: *A Ditadura Escancarada – As Ilusões Armadas*. 1a ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 399 a 464; STUDART, Hugo. *Quem deu a ordem?* In: STUDART, Hugo. *A lei da Selva. Estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Geração Editorial, 2006, p. 267-272.

²⁸⁰Tradução livre: *Memorandum From Director of Central Intelligence Colby to Secretary of State Kissinger*. William Egan Colby. Washington, April 11, 1974. Office of the Historian, Bureau of Public Affairs. United States Department of State.

²⁸¹Tradução livre: *Memorandum From Director of Central Intelligence Colby to Secretary of State Kissinger*. William Egan Colby. Washington, April 11, 1974. Office of the Historian, Bureau of Public Affairs. United States Department of State.

guerrilha do PCdoB. O memorando assinado por William Colby descreve:

1. O General Milton, que conduziu a reunião, delineou o trabalho do CIE contra o alvo subversivo interno durante a administração do ex-presidente Emilio Garrastazu Médici. Ele enfatizou que o Brasil não poderia ignorar a ameaça subversiva e terrorista e disse que **os métodos “extra-legais”** deveriam continuar a ser empregados contra subversivos perigosos. Sobre isto, o General Milton disse que **cerca de 104 pessoas se encontravam nesta categoria e que foram sumariamente executadas pelo CIE**[...] Figueiredo apoiou essa política e insistiu em sua continuidade.
2. [...] Em 1º de abril, o Presidente Geisel disse ao General Figueiredo que esta **política deveria continuar**, mas com o cuidado para que se tivesse certeza que apenas os subversivos perigosos fossem executados. O Presidente e o General Figueiredo concordaram que quando a CIE prendesse uma pessoa que poderia se enquadrar nesta categoria, o chefe do CIE deveria consultar o general Figueiredo para aprovação previamente a execução²⁸². (Negritos e itálicos meus)

Ao prosseguir com a leitura do documento, é possível detectar que o primeiro e o quinto parágrafos do memorando da CIA foram suprimidos. O que suscita diversas interpretações que, apesar de relevantes, não serão debatidas neste estudo, pois fogem da temática da dissertação. Além da credibilidade de ter sido produzido pela *Central Intelligence Agency*, o documento carrega cifras raríssimas produzidas pelos próprios militares brasileiros acerca do saldo de mortos e desaparecidos. Mesmo em documentos oficiais, as Forças Armadas do Brasil, suprimiram sucessivamente números e taxas relativos à violência estatal. O que torna o relatório ainda mais reluzente aos olhos dos historiadores, segundo o pesquisador Matias Spektor, é o fato de que finalmente

[...] temos uma evidência empírica no mais alto nível, da agência de inteligência norte-americana, implicando três presidentes da ditadura militar na política não só de repressão à guerrilha no Araguaia, ou à guerrilha urbana, mas também à **política de execuções sumárias de gente presa sob o resguardo do estado brasileiro**, gente desarmada. Esta é a coisa mais importante, sem dúvida, deste documento²⁸³. (Negritos e itálicos meus)

Antes do professor Matias Spektor localizar o memorando da CIA, as únicas informações conhecidas, da afirmação de que ex-presidentes militares sabiam, autorizaram e determinaram execuções foram publicadas pelo jornalista Elio Gaspari

²⁸² Tradução livre: *Memorandum From Director of Central Intelligence Colby to Secretary of State Kissinger*. William Egan Colby. Washington, April 11, 1974. Office of the Historian, Bureau of Public Affairs. United States Department of State.

²⁸³ Entrevista concedida por Matias Spektor ao *Jornal O Globo* em 11 de maio de 2018. In: <<https://oglobo.globo.com/brasil/matias-spektor-planalto-decidia-sobre-vida-morte-de-cidadaos-22675472>>.

em janeiro de 2003. No livro “*A ditadura derrotada*”, Gaspari registrou no capítulo intitulado “*Esse troço de matar*”, o diálogo entre o presidente Ernesto Geisel e o general Vicente de Paulo Dale Coutinho, ocorrido em 16 de fevereiro de 1974²⁸⁴. Consta no relato da conversa:

Coutinho tinha o recado do porão: “[...] Ah o negócio melhorou muito. Agora melhorou, aqui entre nós, foi quando começamos a matar. Começamos a matar”.

Geisel: “Porque antigamente você prendia o sujeito e o sujeito ia lá para fora. (...) Ó Coutinho esse troço de matar é uma barbaridade, mas eu acho que tem que ser [...] nós não podemos largar essa guerra. Infelizmente vamos ter que continuar”²⁸⁵.

O relato do diálogo prossegue. Nos parágrafos seguintes, Geisel e Coutinho explicitam sobre a execução de guerrilheiros do Araguaia e falam abertamente sobre “liquidar”. Já no capítulo “*O Porão Intocado*”, Elio Gaspari traz à tona a conversa entre o presidente Geisel e o tenente coronel Germano Pedrozo:

A.P: “[...] tem elemento que não adianta deixar vivo, aprontando. Infelizmente, é o tipo da guerra suja [...]”

GEISEL “É, o que tem que fazer é que tem que nessa hora agir com muita inteligência, para não ficar vestígio nessa coisa”²⁸⁶.

Seja no Memoriando da CIA de 1974 ou nos diálogos publicados pelo jornalista Elio Gaspari, o que fica explicitado em ambos os documentos é a manifestação de “[...] um poder arbitrário e total na administração da vida e da morte, ao mesmo tempo negado e subterrâneo”²⁸⁷. No que diz respeito ao extermínio completo da Guerrilha do Araguaia, durante a Operação Marajoara, ainda que de maneira oral, a determinação de não fazer prisioneiros se transformou em uma sentença de aniquilamento para os militantes do PCdoB. Era a “morte antes da morte”²⁸⁸, em uma expressão capturada por Pilar Calveiro.

²⁸⁴ Datilografia da conversa de Geisel e Coutinho, do encontro de 16 de fevereiro de 1974. O documento foi obtido por Elio Gaspari e encontra-se no *Arquivo* privado de Golbery do Couto e Silva/Heitor Ferreira (APGCS/HF), em posse do jornalista.

²⁸⁵ GASPARI, Elio. *A Ditadura Derrotada*. 2ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014, p. 317.

²⁸⁶ Registro da conversa de Geisel com o tenente-coronel Germano Pedrozo, 18 de janeiro de 1974. O documento foi obtido por Elio Gaspari e encontra-se no *Arquivo* privado de Golbery do Couto e Silva/Heitor Ferreira (APGCS/HF), em posse do jornalista. Ver: GASPARI, Elio. *A Ditadura Derrotada*. 2ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014, p. 380.

²⁸⁷ CALVEIRO, Pilar. *Poder e Desaparecimento: os campos de concentração da Argentina*. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 65.

²⁸⁸ CALVEIRO, Pilar. *Poder e Desaparecimento: os campos de concentração da Argentina*. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 87.

Os estudos²⁸⁹ desenvolvidos até a presente data apontam que a ordem de eliminar todos os guerrilheiros havia sido tomada em uma decisão conjunta entre o presidente Médici e seu ministro Orlando Geisel. Ação perpetuada e reafirmada posteriormente pelo general presidente Ernesto Geisel, pelo general João Baptista Figueiredo, pelo general Milton Tavares de Souza e pelo general Confúcio Danton de Paula Avelino²⁹⁰. A sentença de exterminar os guerrilheiros do Araguaia, decretada “pelo alto comando das Forças Armadas”²⁹¹, foi seguida à risca por seus subordinados. Uma ordem específica sobre o movimento armado do Bico do Papagaio não foi redigida em nenhum papel, mas chegou aos ouvidos e às armas de todos os agentes da repressão que atuavam no local. Segundo os próprios militares, eles não tinham

[...] a menor ideia de onde vinham as ordens. Ninguém perguntava. Mas o que gente sabia era que a ordem era de não fazer prisioneiros. Certa vez me explicaram que a existência da guerrilha não poderia vazar em hipótese nenhuma. Havia o risco de a Amazônia ser declarada zona independente pela China e por outros países comunistas. Por isso os guerrilheiros não podiam retornar para contar histórias.²⁹²

No Araguaia em outubro de 1973, os militares reorientaram a máquina de repressão do Estado para o extermínio. A vida do inimigo já não importava mais. A Operação Marajoara foi concebida, desde as suas ideias mais embrionárias, como uma operação de extermínio. A execução dos militantes do PCdoB estava em sua concepção, em sua organização e em sua ação.

Durante a última campanha de combate à guerrilha, a ditadura recorreu à violência extrajudicial e lançou-se à matança em larga escala. Segundo a ótica do poder opressor, “não desapareceram pessoas, e sim subversivos”²⁹³. A Marajoara foi orquestrada no extermínio, pelo extermínio e para o extermínio, fora da legalidade

²⁸⁹Ver: GASPARI, Elio. *A Floresta dos Homens sem Alma*. In: *A Ditadura Escancarada – As Ilusões Armadas*. 1a ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 399-464; STUDART, Hugo. *Quem deu a ordem?* In: *A lei da Selva. Estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Geração Editorial, 2006, p. 267-272; CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *A Terceira Campanha: a ofensiva final*. Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia – Esquerda em Armas*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012, p. 160-192; MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005, p. 492.

²⁹⁰Como consta no documento *Memorandum From Director of Central Intelligence Colby to Secretary of State Kissinger*. William Egan Colby. Washington, April 11, 1974. Office of the Historian, Bureau of Public Affairs. United States Department of State.

²⁹¹Segundo depoimento do coronel de reserva Pedro Corrêa Cabral na Comissão Externa dos Mortos e Desaparecidos Políticos da Câmara Federal em 20 de outubro de 1993.

²⁹²Militar de nome não revelado, durante entrevista em 15 de fevereiro de 2004. STUDART, Hugo. *A lei da Selva. Estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Geração Editorial, 2006, p.267.

²⁹³Expressão do violento Chefe da Polícia Política de Buenos Aires Ramón Camps. Ver: “Em Puntadel Este...”, *La Semana*, n. 368, 22 dez. 1983.

autoritária forjada pelos militares a partir de março de 1964. Naquela operação, a “repressão deixou de girar ao redor dos cárceres, passando a ter como eixo de sua atividade o desaparecimento de pessoas[...]”²⁹⁴.

Desde a tomada do Executivo, as Forças Armadas do Brasil produziram um conjunto de práticas e normas reacionárias e abusivas, instaladas sobre uma legalidade de exceção. A estrutura do aparelho de violência estatal produziu “um modelo híbrido e bastante sofisticado de repressão, com várias instâncias e dispositivos para garantir a seletividade da morte de dissidentes e demais indesejáveis”²⁹⁵. Uma das características mais marcantes da ditadura brasileira era, segundo Anthony Pereira, a exaustiva preocupação com a elaboração de um aparato judicial que sustentasse as medidas de arbítrio. “Um conglomerado de decretos e leis manipuladas, distorcidas e usadas de forma abusiva”²⁹⁶. Todo esse aparato judicial de violência da ditadura militar brasileira acabou por revelar

[...] um rosto rígido e autoritário, sem dúvida, mas coberto por um verniz de limpeza, altivez e brilhantismo que não existe no exercício cotidiano do poder, no qual se aparecem mais com avarentos burocratas do que com os portadores da ordem e da civilização que pretendem ser²⁹⁷.

Anthony Pereira afirma que os generais que comandaram o Brasil se “autoproclamavam defensores da ordem constitucional vigente e justificavam quaisquer desvios da legalidade tradicional como sendo meras suspensões temporárias, com o objetivo de fazer frente à ameaça extraordinária”²⁹⁸. O governo militar tentou de todas as formas e maneiras, legalizar a repressão. Dentro dessa perspectiva e corroborando com essa ideia, o texto do Ato Institucional 1 afirma:

A revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma. Ela destituiu o governo anterior e tem a capacidade de construir um novo governo. Nela se contém a força normativa, inerente ao Poder Constituinte. Ela edita normas jurídicas sem que nisso esteja limitada pela normatividade

²⁹⁴TELES, Janaína de Almeida. *Ditadura e repressão no Brasil e na Argentina: paralelos e distinções*. In: CALVEIRO, Pilar. *Poder e Desaparecimento: os campos de concentração da Argentina*. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 8.

²⁹⁵TELES, Janaína de Almeida. *Ditadura e repressão no Brasil e na Argentina: paralelos e distinções*. In: CALVEIRO, Pilar. *Poder e Desaparecimento: os campos de concentração da Argentina*. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 8.

²⁹⁶Ver: PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e repressão; o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010, p. 38.

²⁹⁷CALVEIRO, Pilar. *Poder e Desaparecimento: os campos de concentração da Argentina*. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 38.

²⁹⁸PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e repressão; o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010, p. 69.

anterior a sua vitória.²⁹⁹

Em um viés semelhante aquele expresso no AII, Mário Pessoa publicou, em 1971, o livro *O Direito da Segurança Nacional*, utilizado pelos militares para justificar judicialmente seus atos. Na obra citada, o professor de Direito Internacional afirma que um conjunto de normas jurídicas, mesmo não codificadas, que conferissem ao Estado a manutenção da ordem, era indispensável à salvaguarda dos valores nacionais. O livro fazia parte de um escopo de ações do governo brasileiro para conferir a si próprio, e perante a opinião pública, um verniz de legalidade que cobrisse e escondesse a repressão. A legalidade autoritária também possuía efeitos psicológicos em meio à opinião pública, uma vez que, segundo um estudo do cientista político Otto Kirchheimer que se encaixa perfeitamente aqui, ela pode “criar imagens políticas eficazes que coloquem determinados atores nos papéis de vilões e outros, nos de heróis”³⁰⁰.

A Operação Marajoara foi concebida fora da legalidade autoritária forjada pelos militares. Nela, o extermínio de opositores políticos deixou “de ser uma das formas de repressão para se converter na modalidade repressiva do poder”³⁰¹. Em um estudo sobre violência política, o cientista Willian Stanley afirma que “a repressão estatal por inúmeras vezes é enormemente desproporcional à intensidade da oposição”³⁰². Foi o que ocorreu durante a Terceira Campanha de combate à Guerrilha do Araguaia: camponeses e índios torturados³⁰³, guerrilheiros executados e degolados, mesmo quando já eram prisioneiros sob a guarda do Estado brasileiro.

No Bico do Papagaio, mesmo diante de uma matriz institucional de violência estatal, os militares julgaram insuficientes os aparatos repressivos garantidos na legalidade autoritária e estabeleceram a execução dos guerrilheiros como política de Estado. A Operação Marajoara nasceu do extermínio e foi o apogeu de uma política governamental assassina. Nos conflitos da selva Amazônica, o Estado se transformou

²⁹⁹ Ato Institucional 1, de 9 de Abril de 1964. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm. Acessado em maio de 2015.

³⁰⁰ KIRCHHEIMER, Otto. *Political Justice*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1961.

³⁰¹ TELES, Janaína de Almeida. *Ditadura e repressão no Brasil e na Argentina: paralelos e distinções*. In: CALVEIRO, Pilar. *Poder e Desaparecimento: os campos de concentração da Argentina*. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 8.

³⁰² STANLEY, Willian. *The Protection Racket State: Elite Politics, Military Extortion, and Civil War in El Salvador*. Filadélfia: Temple University Press, 1996

³⁰³ Como veremos nos tópicos seguintes da dissertação.

em “perseguidor e exterminador institucional”³⁰⁴.

A Terceira Campanha de combate à Guerrilha do Araguaia se constituiu em uma manobra militar, cujo objetivo era alcançar o que as campanhas anteriores não haviam conseguido: aniquilar o movimento armado do PCdoB nas selvas amazônicas. Em outubro de 1973, toda aquela exaustiva preocupação em colocar um verniz de legalidade sobre a repressão estatal, desapareceu. A Operação Marajoara foi o dispositivo militar idealizado para “concretizar a política de extermínio”³⁰⁵ no Araguaia. A ordem era caçar e a lei, exterminar. Os guerrilheiros foram condenados à morte quando a Marajoara foi concebida.

Operação Marajoara: o extermínio na organização e no planejamento

A Operação Marajoara foi marcada pela singularidade em relação ao padrão operativo das outras campanhas no Araguaia. Durante sua execução, o Estado brasileiro, sob julgo dos militares, optou “por ignorar sua própria legalidade, matando e fazendo desaparecer integrantes da esquerda armada, considerados particularmente perigosos”³⁰⁶. Chamada pelos guerrilheiros de Terceira Campanha, ela foi organizada e estruturada sob táticas novas e eficientes. Durante sua execução, o poder militar foi materializado em um “dispositivo assassino, como um frio maquinário de desaparecimento”³⁰⁷.

Segundo o documento “*Relatório Especial de Informações N° 1/74*”, do Centro de Informações do Exército, classificado como *Secreto*, a Marajoara foi planejada pelo Comando Militar da Amazônia – 8ª Região Militar, “responsável pela segurança da área”³⁰⁸, com extensiva participação e cooperação do Centro de Informações do Exército (CIE). A Terceira Campanha não possuía duração pré-estabelecida, e a permanência das tropas na região “ficaram subordinadas aos resultados alcançados e às avaliações sucessivas que seriam realizadas de trinta em trinta dias”³⁰⁹.

³⁰⁴CALVEIRO, Pilar. *Poder e Desaparecimento: os campos de concentração da Argentina*. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 52.

³⁰⁵CALVEIRO, Pilar. *Poder e Desaparecimento: os campos de concentração da Argentina*. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2013, p.92.

³⁰⁶PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e repressão; o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010, p. 142.

³⁰⁷CALVEIRO, Pilar. *Poder e Desaparecimento: os campos de concentração da Argentina*. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 61.

³⁰⁸“*Relatório Especial de Informações N° 1/74*”, Gabinete do Ministro.Ministério do Exército: Centro de Informações do Exército, *Secreto*.

³⁰⁹“*Relatório Especial de Informações N° 1/74*”, Gabinete do Ministro.Ministério do Exército: Centro de Informações do Exército, *Secreto*.

A Operação Marajoara foi organizada segundo a disposição dos seguintes efetivos militares: do Comando Militar da Amazônia (CMA)/ 8ª Região Militar: Comando, Estado Maior da Força, 12 patrulhas de 10 homens (120 homens); da Brigada Paraquedistas: Comando, Estado Maior do Destacamento e 10 patrulhas de 10 homens (100 homens comandados pelo General Hugo Abreu); do Comando Militar do Planalto/11ª Região Militar: 1 destacamento de Infantaria de Araguaína (GO); e do Centro de Informação do Exército (CIE): 2 destacamentos de informações, totalizando 30 homens³¹⁰.

A Força Aérea Brasileira também prestou “inestimável e valioso apoio” - segundo palavras dos próprios militares³¹¹ - na organização operativa dos seguintes setores: Transporte – com aviões dos Esquadrões de Transporte Aéreo (ETA) de Brasília e Belém (PA); Aéreo Tático – com o deslocamento de quatro helicópteros UH-1 de quatro aviões de ligação L-19 da 1ª Zona Aérea para as áreas de combate, sob determinação do Coronel Aviador Paulo Roberto Camarinha; Informações – enviando quatro agentes do Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA), sob comando do Brigadeiro Newton Vassallo. Além disso, efetivos das Polícias Militares do Pará e de Goiás também cooperaram com a ação: batalhões foram mobilizados para promoverem barreiras nas estradas e vias de acesso.

A direção operacional da Marajoara estava nas mãos do Centro de Informação do Exército, que desenvolveu uma detalhada cadeia de comando para a manobra. Segundo o organograma da Terceira Campanha, estavam no primeiro escalão: o Comandante Geral da Operação, Coronel Carlos Sérgio Torres, primeiro chefe da Seção de Operações do CIE em Brasília. Pisou poucas vezes na região do Araguaia, mantendo-se fixo na capital federal durante quase todo período de combates. Recebia diariamente informes sobre o desenvolvimento da ação, inclusive acerca das execuções sumárias. Na sequência estava o Tenente-coronel Wilson Brandi Romão³¹², coordenador geral da Operação Marajoara e Chefe do Estado Maior das Operações no Araguaia. No Bico do Papagaio adotou o codinome de *Dr. Zico* e seu posto de comando

³¹⁰“Relatório Especial de Informações Nº 1/74”, Gabinete do Ministro. Ministério do Exército: Centro de Informações do Exército, Secreto.

³¹¹“Relatório Especial de Informações Nº 1/74”, Gabinete do Ministro. Ministério do Exército: Centro de Informações do Exército, Secreto.

³¹²Cabe aqui uma informação: durante o governo de Itamar Franco, Wilson Brandi Romão foi nomeado, em 8 de julho de 1993, Diretor-Geral da Polícia Federal. Anteriormente já havia assumido o Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária.

estava situado dentro da Casa Azul³¹³, localizada em um conjunto de edificações pertencentes ao DNER, na cidade de Marabá. Foi substituído em dezembro de 1973 pelo Tenente-coronel Flávio Demarco, que no Araguaia assumiu o codinome de *Tio Caco*, e controlava todo tipo de ação na região. Nada acontecia sem o seu conhecimento. Wilson Romão era seguido pelo coordenador-adjunto, Tenente-coronel Hydino Sardenberg Filho. Ele era comandante da I Brigada de Paraquedistas do Rio de Janeiro – considerada um batalhão de elite.

No segundo escalão do organograma de comando da Terceira Campanha e subordinado aos militares listados anteriormente, estava o Comando de Operações do Sul, sediado na Base Militar de Xambioá, chefiado pelo Major Carlos Alberto Di Primio. Suas tropas dedicaram-se principalmente ao combate dos Destacamentos B e C. Em dezembro de 1973, Di Primio se retirou da região e seu cargo foi ocupado pelo Major Nilton de Albuquerque Cerqueira. Já o Comando de Operações do Norte, sediado na Base Militar da cidade da Bacaba, foi chefiado primeiramente pelo Coronel Lício Augusto Ribeiro Maciel, que no Araguaia se transformou em Dr. Asdrúbal. Ele foi substituído logo nos primeiros dias da Operação Marajoara, ferido durante troca de tiros com a guerrilheira *Sônia*³¹⁴. Em seu lugar, cerca de cinco oficiais do Batalhão de Guerra na Selva de Manaus se revezaram no cargo.

Na sequência da hierarquia de comando da Terceira Campanha estavam as equipes de inteligência do CIE: subordinadas à liderança do coordenador geral da Operação Marajoara, mas com independência operacional. Nesta instância, o nome mais expressivo foi o do tenente-coronel Leo Frederico Cinelli³¹⁵, militar especialista em PCdoB.

É necessário fazer algumas ressalvas no que diz respeito ao alto comando do

³¹³Consta sobre a Casa Azul no Relatório da Comissão Nacional da Verdade, divulgado em 2014: “Localizada na cidade de Marabá, no km 1 da rodovia Transamazônica, a Casa Azul foi um centro de prisão clandestino utilizado pelo Centro de Informações do Exército (CIE) como um Centro de Informações e Triagem (CIT). No local, estima-se que morreram, em decorrência de tortura ou por execução, mais de 30 guerrilheiros que faziam oposição ao regime militar e que atuavam na Guerrilha do Araguaia. Os principais alvos eram militantes do PCdoB e moradores locais acusados de apoiar a guerrilha. De acordo com Leonêncio Nossa, o município de Marabá concentrou seis unidades das Forças Armadas criadas para desarticular a guerrilha rural do Araguaia, e entre elas está a Casa Azul, que atualmente abriga a sede do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)”. In: Comissão Nacional da Verdade. *Relatório Final*. Brasília, dezembro de 2014. Volume I, p. 793.

³¹⁴Para saber mais sobre a participação de Lício Augusto Maciel no combate a Guerrilha do Araguaia ver: CARVALHO, Luiz Maklouf. *O Coronel Rompe o Silêncio, Lício Augusto Ribeiro, que matou e levou tiros na caçada aos guerrilheiros do Araguaia, conta sua história*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

³¹⁵ Leo Frederico Cinelli foi coordenador geral de Imigração do Ministério do Trabalho durante os governos de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Para saber mais ver: CARVALHO, Luiz Maklouf. *O Coronel Rompe o Silêncio, Lício Augusto Ribeiro, que matou e levou tiros na caçada aos guerrilheiros do Araguaia, conta sua história*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

Exército durante a Marajoara, uma vez que, no decorrer do desenvolvimento da operação, ocorreram mudanças de chefia. Em ordem cronológica: o general Milton Tavares transferiu a chefia do CIE ao general Confúcio de Paula Avelino, na virada do ano de 1973 para 1974. Posteriormente, em março de 1974, o general Emílio Garrastazu Médici transferiu a Presidência da República ao general Ernesto Geisel. Logo depois, o ministro do Exército Orlando Geisel entregou seu ministério ao general Sylvio Frota. Apesar das amplas mudanças na alta cadeia de comando do Exército, todos os militares mantiveram para o Araguaia a ordem-sentença de não fazer prisioneiros³¹⁶.

O padrão operacional e tático da Marajoara foi rigorosamente diferente das campanhas anteriores. Ela foi organizada “para ser uma operação descaracterizada, em traje civil, com equipamento diferente do empregado pelas FFAA”³¹⁷. Segundo consta no documento do CIE “*Relatório Especial de Informações N° 1/74*”, duas fases foram planejadas:

1ª – Prisão e conseqüente neutralização da rede de apoio.

2ª – Vasculhamento e investida nas áreas de depósitos e homizios já conhecidos³¹⁸.

Todos os militares que desembarcavam na área de combate receberam uma pasta com informações sobre os guerrilheiros e “uma ficha dos moradores, indicando o grau de comprometimento e os tipos de apoio que prestavam”³¹⁹. Atuaram completamente descaracterizados, sem farda, sem identificação de posto ou patente, “cabeludos, barbudos”³²⁰ e trajando roupas características dos moradores locais. Receberam um codinome e responderam por ele até o final dos combates. Oficial e padronizado, apenas o armamento que cada militar carregava consigo. O restante do equipamento, como mochilas, cantis e capas de chuva, ficava a critério individual, de forma a sempre facilitar a locomoção na selva.

Até os veículos que transportaram as equipes para o teatro de operações eram comuns, sem a tradicional pintura camuflada característica do Exército brasileiro. Segundo explica Elio Gaspari, “se em 1972 houvera o interesse de mostrar a ação do

³¹⁶ Como já relatado e analisado no tópico anterior deste capítulo.

³¹⁷ “*Relatório Especial de Informações N° 1/74*”, Gabinete do Ministro, Centro de Informações do Exército, Secreto.

³¹⁸ “*Relatório Especial de Informações N° 1/74*”, Gabinete do Ministro. Ministério do Exército: Centro de Informações do Exército, Secreto.

³¹⁹ AUGUSTO, Agnaldo Del Nero. *A Grande Mentira*. 1ª ed., Rio de Janeiro: Ed. Biblioteca do Exército, 2001, p. 449.

³²⁰ GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada – As Ilusões Armadas*. 1ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 437.

Exército, dessa vez havia a preocupação de esconder [...]”³²¹. Na Terceira Campanha de combate à Guerrilha do Araguaia, as tropas militares não tinham fardas e foram “comandadas por oficiais sem nomes”³²².

Durante um ano, as Forças Armadas do Brasil mobilizaram cerca de 750 militares, todos eles provenientes de tropas especiais e de elite. “Dessa vez não havia soldadinhos. Só profissionais”³²³. Esses homens foram distribuídos em três grupos de 250 agentes³²⁴, que se revezavam em serviço a cada 40 dias. Dentro dos grupos, os militares foram novamente redistribuídos em 20 equipes compostas por 12 homens. Em sua grande maioria, essas equipes eram formadas por cinco paraquedistas, cinco militares especialistas em guerra na selva e dois agentes do CIE. Além dos militares, cada equipe contava com guias da região.

A implementação de equipes mistas na Marajoara se deu, sobretudo, porque nas “campanhas anteriores, os paraquedistas mostraram-se agressivos em combates ao céu aberto, mas vacilantes na selva. Já os comandos da selva a dominavam bem, mas na hora de trocar tiros não se mostraram resolutos.”³²⁵ Segundo a organização da operação, cada grupo de combate deveria permanecer um terço do tempo na selva e dois terços do tempo no quartel. Todas as equipes foram acrescidas de um dos 35 agentes de inteligência que tinham participado da Operação Sucuri. Juntas, as patrulhas deveriam dominar e controlar uma área de aproximadamente 6.500 km².

A Marajoara foi estruturada com um setor de comunicações muito forte. O Exército instalou nas Bases Militares de Xambioá, Bacaba (na Transamazônica), Marabá (na Casa Azul) e São Raimundo (Reserva Indígena do povo Suruí) um sistema de comunicação extremamente moderno, que misturava a tecnologia de telefone e rádio. Isso permitia que todas as cadeias de comando da repressão no Araguaia se comunicassem internamente, entre as bases operacionais, e externamente, com os altos comandos do Exército fora da região.

As tropas militares da Terceira Campanha adentraram na selva do Araguaia,

³²¹GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada – As Ilusões Armadas*. 1a ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 437.

³²²GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada – As Ilusões Armadas*. 1a ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 437.

³²³GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada – As Ilusões Armadas*. 1a ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 436.

³²⁴AUGUSTO, Agnaldo Del Nero. *A Grande Mentira*. 1ª ed., Rio de Janeiro: Ed. Biblioteca do Exército, 2001, p. 449.

³²⁵STUDART, Hugo. *A lei da Selva. Estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Geração Editorial, 2006, p. 227.

bem informadas, bem treinadas e bem organizadas. Eram rápidas e tinham o benefício da surpresa. Com soldados descaracterizados, os guerrilheiros não conseguiram mais identificar os militares com facilidade: passaram a confundi-los com moradores da região, desencadeando uma série de encontros frontais (e mortais). Para combater os comunistas do Bico do Papagaio, ora eram utilizadas táticas de antiguerrilha, ora táticas da própria guerrilha.

Mapeados pela inteligência e cercados pela operação, comunistas e camponeses sucumbiram à bem estruturada máquina de repressão da ditadura militar. A Marajoara foi uma operação orquestrada pelo Estado brasileiro, executada por militares sem nome e sem farda, que produziram mortos sem corpos, guerrilheiros sem história e cidadãos de lugar nenhum. Uma operação concebida no extermínio, organizada para o extermínio e efetivada com o extermínio.

Operação Marajoara: o extermínio na prática

Início da Operação e o Dia D

Bico do Papagaio, outubro de 1973. Sítios, lugarejos, casebres, trilhas da selva, percursos de rios, aldeias indígenas: metamorfoseado pela repressão, o Araguaia foi transformado em uma região de “[...] corpos destituídos de autonomia, vidas torturáveis e matáveis, expostas aos limites da violência, da crueldade e do extermínio”³²⁶. Quando a Operação Marajoara foi desencadeada, havia 56 guerrilheiros do PCdoB embrenhados no interior das matas amazônicas. Segundo o vice-comandante da Comissão Militar, Ângelo Arroyo, a situação das forças guerrilheiras era a seguinte:

[...] o destacamento A contava com 22 elementos; o B com 12; o C com 14; a CM com 8. Ao todo, 56 guerrilheiros. O destacamento A tinha oito fuzis e um no conserto, cinco rifles 44, uma metralhadora INA, oito espingardas, 22 revólveres 38 e um revólver 31. O destacamento B tinha um fuzil, uma submetralhadora Royal, três rifles 44, duas espingardas 16 de dois anos, uma espingarda 16, uma carabina 32-20 duas espingardas 20, uma carabina 22, 12 revólveres 38. O Destacamento C tinha dois fuzis, sete rifles 44, cinco espingardas 20 e 14 revólveres 38. Em conserto, havia mais de dez armas longas. Havia, em média, 40 balas para cada revolver 38. Eram insuficientes os cartuchos para as espingardas 20 e não havia mais balas de calibre 22. As reservas de alimentos garantiam um abastecimento para cerca de quatro meses. Os remédios também existiam em quantidades insuficientes. A maioria dos combatentes estava com pouca roupa e já não havia calçados. Uma parte usava lambreta de sola de pneu e alguns companheiros andavam mesmo descalços. Eram insuficientes as quantidades de bússolas, isqueiros, facas, querosene e pilhas. Muitos companheiros não possuíam plásticos para

³²⁶TELES, Janaína de Almeida. *Ditadura e repressão no Brasil e na Argentina: paralelos e distinções*. In: CALVEIRO, Pilar. *Poder e Desaparecimento: os campos de concentração da Argentina*. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 13.

abrigar-se da chuva. Também faltavam sacos plásticos para guardar comidas e roupas. Todo o dinheiro existente eram 400 cruzeiros. A maioria dos companheiros, 80%, orientava-se bastante bem na mata. No fundamental, toda área era conhecida. O moral dos companheiros era muito bom. Todos mostravam-se confiantes e entusiasmados.³²⁷

A primeira fase da Operação Marajoara teve início logo nos primeiros dias de outubro de 1973. “Conforme fora planejado”, a manobra foi desencadeada no “dia 07 [...] com a entrada simultânea da área (PA) pelo Sul e pelo Norte. O inimigo foi surpreendido com a rapidez e forma como foi executado o desembarque e infiltração das patrulhas da mata”³²⁸. Era o Dia D das forças de repressão no Araguaia. A ação não tinha o objetivo de surpreender e atingir apenas os guerrilheiros do PCdoB. A primeira etapa da Operação Marajoara foi executada para demolir toda uma população que aureolava os comunistas. “Era sobre ela que deveria cair o terror generalizado, para implantar a aceitação de um poder disciplinador e assassino, para conseguir que a sociedade se rendesse a sua arbitrariedade, à sua onipotência e a sua condição irrestrita e ilimitada”³²⁹.

Ainda durante a madrugada, as tropas militares entraram na área dos conflitos e infiltraram suas patrulhas simultaneamente no interior da selva e seus arredores. A ação foi rápida e eficaz. O desembarque das tropas militares que participaram do *Dia D* da Marajoara foi meticulosamente realizado para não chamar atenção nem dos guerrilheiros nem do povo local. “O emprego de helicópteros e aviões de ligação deu grande mobilidade à tropa e proporcionou rapidez na ação”³³⁰. Descaracterizados, sujos, vestindo roupas surradas e “armados até os dentes”, os soldados invadiram sítios, quebraram casas e destruíram lugarejos inteiros. Estratégia institucionalizada e planejada “para disseminar o terror, cujo efeito imediato é o silêncio e a inanição[...]”. Era preciso mostrar apenas uma fração de toda violência estatal que ainda estava por vir. Em seu relatório, Ângelo Arroyo narrou os primeiros momentos da Operação Marajoara na perspectiva dos guerrilheiros:

As tropas inimigas entraram por diferentes pontos. Transamazônica, São

³²⁷ARROYO, Ângelo. *Relatório Arroyo*. 1976. In: POMAR, Wladimir. *Araguaia: O Partido e a Guerrilha – Documentos Inéditos*. São Paulo: Ed. Brasil Debates, Col. Brasil Estudos, nº 2, 1980, p. 265.

³²⁸ “Relatório Especial de Informações Nº 1/74”, Gabinete do Ministro. Ministério do Exército: Centro de Informações do Exército, Secreto.

³²⁹CALVEIRO, Pilar. *Poder e Desaparecimento: os campos de concentração da Argentina*. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 140.

³³⁰ “Relatório Especial de Informações Nº 1/74”, Gabinete do Ministro. Ministério do Exército: Centro de Informações do Exército, Secreto.

Domingos, Metade, Brejo-Grande, São Geraldo e, possivelmente, pela Palestina e Santa Cruz. Iniciaram a operação desencadeando intensa repressão contra as massas. Prenderam quase todos os homens válidos das áreas em que atuávamos. Deixaram nas roças só as mulheres e as crianças. Algumas mulheres também foram presas. O Exército procurou implantar o terror entre as massas. Espancou muita gente. Houve elementos que enlouqueceram de tanta pancada. Queimaram casas e paióis onde não encontravam os moradores. Dezenas de pequenos e médios comerciantes foram também presos. As tropas obrigavam elementos da massa a servir de guias. Gradualmente, foi aumentando o número de soldados na zona. Ocuparam fazendas, sedes de castanha, roças, estradas, grotas etc. Na periferia havia também grande número de soldados. Fizeram bases de operação no meio do mato, utilizando fazendas, roças e sedes de castanhas. Estavam apoiados por helicópteros e aviões. A maior parte da tropa era especializada em combate na selva. Traziam bons mateiros³³¹.

Segundo o documento do Serviço Nacional de Informações (SNI), “*Relatório Especial de Informações nº 06*”, produzido pela Agência de Informações em Marabá, “foram presos 161”³³² pessoas do Bico do Papagaio suspeitas de colaborarem com a guerrilha. Identificadas pelos antigos agentes da Operação Sucuri, receberam a denominação de *apoios* e constituíam, segundo os militares, uma rede operacional. Ao redigirem o item 4 do *Relatório Especial de Informações nº 06*, os militares os classificaram como:

Apoios Circunstâncias – são elementos que dentro do hábito de hospitalidade da área, ou premidos pela presença do grupo armado fornecem alimentos ou oferecem pequenos favores. Não têm ideologia, nem se sentem amparados pelos Órgãos de Segurança da Área, em particular a Secretária de Segurança Pública do Estado.

Apoios por interesse – são elementos que atuam pelas mesmas razões dos anteriores, e que aceitam a oferta dos terroristas para a execução de roças ou tarefas, em conjunto. Alguns são iludidos com promessas de cargo e função de destaque no “futuro governo que já está se implantando”.

Apoios ideológicos ou Apoios – são elemento de nosso conhecimento doutrinário.

O documento da Agência de Informações de Marabá prossegue fazendo uma avaliação estatística sobre a natureza da ajuda dos camponeses para com os comunistas. Segundo análise dos militares, os guerrilheiros não haviam conquistado nenhum apoio do tipo ideológico e 90% dos moradores da região prestavam apoio circunstancial aos militantes do PCdoB. Mesmo diante desse parâmetro estatístico e analítico, mais de uma centena de pessoas, entre sertanejos, roceiros, donas de casa e jovens estudantes, foram encarceradas após a execução do *Dia D* da Marajoara. Segundo o conceito de

³³¹ ARROYO, Ângelo. *Relatório Arroyo*. 1976. In: POMAR, Wladimir. *Araguaia: O Partido e a Guerrilha – Documentos Inéditos*. São Paulo: Ed. Brasil Debates, Col. Brasil Estudos, nº 2, 1980, p. 265.

³³² *Relatório Especial de Informações nº 06*. Agência de Informações em Marabá. Outubro a novembro de 1973.

poder desaparecedor de Pilar Calveiro,

A existência de vítimas aleatórias, produto do erro, desvinculadas de qualquer participação política, também faz parte da racionalidade concentracionária. Assim se facilitou a disseminação do terror, ao mostrar um poder arbitrário e inapelável [...]”³³³.

O Exército promoveu um “arrastão generalizado” para desarticular a rede de apoio guerrilheira, do qual somente algumas mulheres e as crianças foram poupadas da prisão. Após o *Dia D*, em 8 de outubro de 1973, Maurício Grabois avaliou a situação em seu Diário:

Ontem mudamos de acampamento. Caminhei com dificuldade durante 4 horas, sob um calor sufocante. Acampamos junto a uma capoeira, perto do acampamento dos DD B e C. Pe veio ao nosso encontro. ***Informa que o inimigo já entrou.*** Um pequeno grupo bivacou próximo do Paulista e outro foi para Pimenteira, castanhal do Almir Morais. Mais um outro foi para Pau Preto. Hoje, devem chegar mais tropas. A aviação está em atividade. Um “paquera” sobrevoava a área. Cedo levantamos acampamento e só paramos depois de 3 horas de marcha. Pe está preparando algumas ações militares contra o inimigo³³⁴. (negritos e itálicos meus)

“As cenas vistas nos dias seguintes, desestimularam qualquer tentativa de resistência”³³⁵ da população local. Os militares prosseguiram com a operação, destruindo as propriedades dos camponeses, queimando roças, paióis, pequenos barcos, abatendo animais de criação, destruindo comércios, bodegas e farmácias. O efeito foi a progressão de um terror generalizado: estava fincado nos solos do Araguaia o dispositivo estatal de “arquitetar consciências, [...] treinadas para o silêncio, a obediência e a morte”³³⁶.

Os presos se amontoaram como espólios de guerra. Segundo o depoimento do morador da região Arlindo Pereira, os camponeses foram empilhados em celas improvisadas: grandes buracos cavados no chão, tampados com grades e arames farpados³³⁷. Os presos ficaram nus, amarrados, expostos ao sol, sem água, sem comida e

³³³CALVEIRO, Pilar. *Poder e Desaparecimento: os campos de concentração da Argentina*. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 125.

³³⁴GRABOIS, Maurício. Documento: Diário do Velho Mário, 08 de outubro de 1973, p. 132.

³³⁵MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005, p. 452.

³³⁶TELES, Janaína de Almeida. *Ditadura e repressão no Brasil e na Argentina: paralelos e distinções*. In: CALVEIRO, Pilar. *Poder e Desaparecimento: os campos de concentração da Argentina*. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 12

³³⁷Depoimento de Arlindo Pereira a Romualdo Pessoa Campos Filho, 22 de fevereiro de 1996. APRPCF – Arquivo Privado de Romualdo Pessoa Campos Filho.

sem nenhuma possibilidade de movimentação. Segundo o *Relatório Especial de Informações N° 1/74* do CIE, “a operação criou ‘um fosso entre a guerrilha e a massa’, o que provavelmente dificultaria a permanência dos mesmos na área”³³⁸. Enquanto aqueles que ficaram nas roças se escondiam aterrorizados, os presos apanharam e foram rotineiramente torturados.

Nas páginas finais do Relatório, externa-se a conclusão militar sobre a realidade enfrentada pelos comunistas do PCdoB naquele momento: “a situação atual do inimigo, em plena decomposição, minimizará as dificuldades normais, encontradas em operações dessa natureza, em plena selva amazônica. É possível afirmar que, em termos de organização, o “inimigo” está desarticulado”³³⁹. Já na primeira quinzena de outubro de 1973, a Guerrilha do Araguaia sofreu duras baixas e a Operação Marajoara contabilizou os seus primeiros mortos. Sobre este acontecimento, Maurício Grabois narrou longamente:

30/10 – Novo acesso de malária e más notícias do DA (*para mim particularmente terríveis*) deixaram-me em estado de não poder escrever coisa alguma. Hoje, livre do ataque de impaludismo e, em parte, refeito do choque emocional, disponho-me a relatar o sucedido com um grupo de combatentes daquele D. no dia 26, chegaram Joca e Ari, depois de caminharem 12 dias, gastos na ida e na volta, até o ponto com os mensageiros do DA. Jo relatou que vieram ao local do encontro Piauí e Antonio. O VC daquela unidade guerrilheira contou o seguinte: no dia 13, um grupo chefiado por ZC, composto por Nunes, João, Zebão e Alfredo, dirigiu-se a um depósito para apanhar farinha. No dia anterior, Alfredo e outros combatentes insistiram junto ao C para se matar 3 porcos do D, que estavam numa capoeira abandonada. ZC repeliu com energia a proposta, dizendo que ela afetava a segurança e que “não se devia morrer pela boca”. Por isso, só iriam buscar farinha. No entanto, no meio do caminho, sob pressão de alguns combatentes, deixou-se convencer de apanhar os porcos. E o grupo enveredou capoeira adentro. Então, foram cometidas uma série de facilidades: os porcos foram mortos a tiros, acendeu-se o fogo, não se deu importância ao helicóptero que sobrevoava o local e permaneceu-se demasiado tempo na capoeira. Ainda estavam os guerrilheiros dedicados à tarefa de tratar os porcos quando foram surpreendidos pelo inimigo. João procurou fugir e ouvir descargas de metralhadora. Mas obteve êxito. Foi ele que relatou o ocorrido. Em sua opinião, os outros 4 combatentes, que não apareceram no acampamento, foram mortos. *Assim, o DA foi duramente golpeado. Perdeu seu comandante, homem capaz e um dos mais puros revolucionários. Estava ligado ao P desde os 16 anos e ainda podia dar muito à revolução. Era excelente comandante. O primeiro erro que, no entanto, cometeu, lhe foi fatal. Tinha 27 anos e seu verdadeiro nome era André Grabois.* Nunes era a terceira pessoa do D. tinha raras qualidades de combatente e destacava-se por seu espírito combativo. Seu nome era Divino

³³⁸“*Relatório Especial de Informações N° 1/74*”, Gabinete do Ministro. Ministério do Exército: Centro de Informações do Exército, Secreto.

³³⁹“*Relatório Especial de Informações N° 1/74*”, Gabinete do Ministro. Ministério do Exército: Centro de Informações do Exército, Secreto.

Ferreira de Souza. Tinha 31 anos. Zebão, jovem espirituoso, incorporou-se à guerrilha aos 19 anos e agora tinha 23. Era um guerrilheiro exemplar. Alfredo, que não conheci, era elemento recrutado entre a população local. Eficiente, calmo e corajoso, constituía a melhor aquisição das FF GG entre os camponeses³⁴⁰. (Negritos e itálicos meus)

No texto dos militares no *Relatório Especial de Informações nº 06, Zé Carlos, Nunes, Alfredo e Zebão* aparecem apenas como citações numéricas no “Item D – Baixas Sofridas”. Nenhum enredo, nenhuma explicação. O terror se disseminou, engoliu a população no Araguaia e isolou os guerrilheiros, empurrados cada vez mais para o interior da mata e executados, um a um.

A tortura que produz sujeitos quebrados: camponês, índio, soldado e guerrilheiro

A etimologia da palavra tortura tem origem no verbo em latim *torquere*, cujo significado é “torcer”, “curvar”, “deformar”. Para Marilena Chauí,

A marca fundamental da situação de tortura é a desumanização dos participantes: o torturador se coloca acima da condição humana e força o torturado a se colocar na situação abaixo da condição humana. O suplício não é apenas a dor, é a humilhação cuja função primordial é a desumanização³⁴¹.

Segundo a filósofa, a violência da tortura produz um racha, uma quebra, um hiato na relação entre dois humanos. Ela explica em seus estudos que o autor da violência, aquele responsável por infligir barbaramente a dor em outro indivíduo, tem como objetivo reduzir o sujeito à condição de coisa oca. Para Marilena Chauí, o torturador trabalha compulsivamente para produzir insanidades, quebras, suplícios e dores.

Corroborando com esse raciocínio analítico, o escritor Hélio Pellegrino compara o perpetrador das violências a uma hiena: animal que se alimenta de restos, carcaças e mortes. Para o escritor mineiro, a tortura “nos impõe a alienação do nosso próprio corpo, tornando estrangeiro a nós, e nosso inimigo de morte [...] Se o torturado não fala, pode morrer fisicamente, se o torturado fala, e confessa, sucumbe a sua discórdia fundamental e morre como pessoa”³⁴². Pilar Calveiro também presta sua contribuição para o debate, esclarecendo que a imposição da tortura tem duas finalidades essenciais:

³⁴⁰ GRABOIS, Maurício. Documento: *Diário do Velho Mário*, 08 de outubro de 1973, p. 135.

³⁴¹ CHAUI, Marilena. *A Tortura como impossibilidade da política*. In: ELOYSA, Branca (org). I Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 28-37.

³⁴² PELLEGRINO, Hélio. *O tesouro encontrado*. In: POLARI, A. *Em busca do tesouro: uma ficção política vivida*. Rio de Janeiro: Codecri, 1982, p. 11-23.

[...] obter informação útil, mas também quebrar o indivíduo, arrebentar o militante, anulando nele toda linha de fuga ou resistência, modelando um novo sujeito adequado a dinâmica do campo: um corpo submisso que de deixasse incorporar ao maquinário, independentemente do lugar que lhe fosse reservado³⁴³.

O torturador necessita de produzir a negação de humanidade em seus reféns: “ele cresce, e passa a existir, na exata proporção em que” a vida do subjugado se anula. Pilar Calveiro acredita que a tarefa de escrever sobre a tortura é quase um exercício de fazer o inexprimível, tamanha a crueldade da ação.

Enquanto alguém está sentado lendo, o terror é apenas um conceito que se associa vagamente a uma espécie de medo grande, relacionado talvez a um gênero cinematográfico, mas basta selecionar qualquer uma dessas técnicas, mesmo a que pareça pessoalmente mais tolerável, e pensar em sua aplicação sobre o próprio corpo, de modo irrestrito e ilimitado, repetida e interminavelmente, para ter uma aproximação de como se produz o terror – interminavelmente significa exatamente sem fim, até a morte ou até um fim arbitrário, que não depende de alguém³⁴⁴.

Quando a população do Bico do Papagaio foi presa pelos militares da Operação Marajoara, foi obrigada subitamente a iniciar o que Marilena Chauí denominou de “travessia do inferno”³⁴⁵. A entrada de camponeses, bodegueiros, barqueiros e pequenos comerciantes nas instalações das Forças Armadas no Araguaia significou, quase que instantaneamente, o começo das torturas. Era o processo de admissão, que “arrancava do recém-chegado todos os seus apoios anteriores, entre os quais qualquer contato pessoal que possa fortalecê-lo”³⁴⁶.

As Forças Armadas inauguraram no Bico do Papagaio os cruéis “buracos do Vietnã”³⁴⁷. Valas cavadas no chão de terra batida, de mais ou menos três metros de comprimento por dois de profundidade, fechadas com finas grades de ferro ou arames farpados. Dezenas de moradores da região foram amontoados como sacos de batatas nesses buracos.

³⁴³CALVEIRO, Pilar. *Poder e Desaparecimento: os campos de concentração da Argentina*. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 74.

³⁴⁴CALVEIRO, Pilar. *Poder e Desaparecimento: os campos de concentração da Argentina*. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 70.

³⁴⁵ CHAUI, Marilena. *A Tortura como impossibilidade da política*. In: ELOYSA, Branca (org). I Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 28-37.

³⁴⁶CALVEIRO, Pilar. *Poder e Desaparecimento: os campos de concentração da Argentina*. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 68.

³⁴⁷CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia – Esquerda em Armas*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012, p. 175.

Nus, ou apenas de calção, os presos enfrentaram um sol escaldante, como é típico da região, além de chuvas constantes, que são comuns naquela época do ano. Água para beber era jogada raramente, e alimentação poucas vezes servida. As necessidades fisiológicas eram feitas ali mesmo, causando um cheiro insuportável. [...] torturados por negarem fatos que desconheciam [...] lavradores, comerciantes, jovens, velhos, pais de família, cuja culpa foi manterem boas relações com vizinhos³⁴⁸.

Os momentos raros de distribuição de alimentos para os presos eram aguardados com avidez, tamanha a fome a qual eram submetidos. Entretanto, nem mesmo esses pequenos instantes vinham desacompanhados de humilhações. Os roceiros Joarez Pinheiro e Luiz Martins dos Santos relataram que antes das refeições – que muitas vezes pareciam lavagem – os presos eram organizados em filas e obrigados a cantarolar em voz alta: “É um tal de soca soca, é um tal de pula pula, quem tem culpa se enrola, quem não tem logo se apura”³⁴⁹.

A repressão da Operação Marajoara também atingiu um dos raros farmacêuticos do Bico do Papagaio: *Seu Abdias* foi preso no início da Terceira Campanha, desconhecia a motivação da detenção, mas constava na lista de apoios da guerrilha. Encarcerado e sob a guarda do Estado brasileiro, ele relatou sua experiência na Marajoara:

E aí eles *similavam* [sic] tanta coisa pra intimidar a gente, faziam que tavam [sic] matando gente, com a porta fechada, batiam na porta, e faziam aquela loucura toda, a noite inteira, não deixavam ninguém dormir não, era uma zoadá danada [...] Quando eles me investigaram, investigaram Pedro Borba também, [...] então eles torturavam muita gente, a gente via mesmo que eles torturavam, a gente percebia e o pessoal falava [...] ³⁵⁰.

O camponês Citonho, cuja roça era fronteira com as terras de um dos agrupamentos do Destacamento A, também sofreu com o *modus operandi* da Terceira Campanha. Dona Maria da Metade relatou o suplício do marido, que na época tinha 42 anos e vivia uma rotina tranquila nas proximidades da cidade de São Domingos:

[...] bateram nele, humilharam ele, pegavam o retrato dos guerrilheiros e mostravam para ele e queriam que ele conhecesse [...] e quando ele dizia que aquele parecia e os outros ele não achava parecido, eles diziam que não, que ele estava era encobrindo, e aí o pau cantava [...] Colocava [sic] ele em cima

³⁴⁸CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia – Esquerda em Armas*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012, p. 175.

³⁴⁹ Depoimento de Joarez Pinheiro e Luiz Martins dos Santos, em Inquéritos Cíveis Públicos MFP/SP/Nº 03/2001. MFP/PA/Nº 01/2001 e MFP/DF/Nº 05/2001.

³⁵⁰ Depoimento do farmacêutico Abdias. In: CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia – Esquerda em Armas*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012, p. 176.

de latas, das latas tiradas assim as tampas [...] Os pés todo ferido [sic], assim por baixo [...] Mas ele não contava tudo não. Ele disse que não gostava nem de contar [...] ³⁵¹.

Dona Maria da Metade contou que quando o marido retornou da prisão e das sessões de tortura, era um homem diferente. Calado e com medo, tinha frequentes acessos de desespero e alucinações. Citonho morreu aos 42 anos, após sofrer um ataque de coração durante uma de suas crises nervosas. No livro “*A justiça do Lobo – Possesiros e padres do Araguaia*”, o padre Ricardo Rezende Figueira também denunciou as crueldades dos agentes do Estado contra os camponeses. Segundo o religioso, mais de 300 homens foram levados compulsoriamente de suas casas e, na sequência dos acontecimentos,

Comprimiam-se 12 a 15 dentro de um banheiro pequeno, todos nus, de pé, sem beber ou comer. Seu Mariano, antigo comerciante em São Domingos, chegou a contar que sentiu tanta sede que bebeu urina de um dos companheiros. Disse ainda que defecavam e urinavam no chão. O cheiro era horrível. Mesmo assim, quando a porta foi aberta e os soldados jogaram água para lavarem a sujeira, houve quem, desesperado, abaixou-se para sorvê-la do próprio piso [...] Tinham gravado sons de gritos e os acionavam durante a tortura, aumentando a tensão. Batiam e jogavam ao chão os lavradores. Fizeram um buraco do lado da Casa Azul, e os dependuravam pelos pés ³⁵².

Entre camponeses obrigados a ficar em pé dentro de formigueiros de *tucandeiras* e comerciantes obrigados a passar pela vexatória de imitar cachorros ³⁵³, o fato comum é que a tortura durante a Operação Marajoara foi institucionalizada, e atingiu alto nível de sofisticação e crueldade. Mas não se manteve exclusiva aos trabalhadores rurais, bodegueiros e garimpeiros da região. Atingiu como uma bomba a vida e a tranquilidade da comunidade indígena *Aikewara*. Chamados também de *Suruís* do Pará, foram surpreendidos logo em outubro de 1973 pela chegada dos agentes da repressão em suas terras. Segundo consta no Capítulo 14 do *Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade*, “os *Aikewara* foram mantidos cativos em sua própria aldeia e submetidos às mesmas privações e torturas impostas aos camponeses, tanto no que diz respeito aos

³⁵¹ Depoimento de Dona Maria da Metade. In: CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia – Esquerda em Armas*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012, p. 177.

³⁵² FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *A justiça do lobo: possesiros e padres do Araguaia*. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 29.

³⁵³ Para saber mais: PORTELA, Fernando. *Guerra de Guerrilhas no Brasil*. 2a ed., São Paulo: Global, 1987, p. 117.

indivíduos como no que se refere à coletividade”³⁵⁴.

Lucas Figueiredo denunciou a violência da ditadura contra os *Suruís* em abril 2011, na reportagem “*O Segredo dos índios Aikewara*” para a revista *GQ*. Após conseguir autorização do chefe político da aldeia, o jornalista mineiro colheu depoimentos dos indígenas que vivenciaram o horror da Operação Marajoara. Para Lucas Figueiredo, a partir de outubro de 1973, os *Aikewara* iniciaram a descida ao “inferno do homem branco”³⁵⁵. Violentado pelas Forças Armadas da Terceira Campanha quando ainda era um adolescente, o índio Tawé contou ao jornalista durante a entrevista:

Amarraram o índio e bateram muito, apontaram metralhadora, estupraram mulher do índio [...] Um dia, soldado pegou Tawé e pai de Tawé [*Kuimuá, já falecido*] e levou de helicóptero para a mata. Índio tinha muito medo e pensava que tinha feito alguma coisa errada³⁵⁶.

O *Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade* apontou ainda que “os indígenas foram mantidos sob a mira de armas de fogo e receberam ordens para não sair da área da aldeia”³⁵⁷. Os *Suruís* foram impedidos pelos militares de caçar, pescar, coletar e trabalhar no roçado: “sofreram não somente com fome e falta de abrigo imediatos, como também foram privados tanto da manutenção de sua subsistência como dos elementos materiais de sua cultura”³⁵⁸. Durante entrevistas concedidas a Iara Ferraz e Orlando Calheiros em agosto de 2013 durante diligências da CNV, Tawé falou novamente a respeito da presença dos militares da Marajoara na aldeia:

[...] as crianças chorando, com medo... e fome! Até hoje eu me sinto, assim, as minhas irmãs, aconteceu, na época, né? Eles era [sic] tudo pequenininho... Pediam pra mim... arrumar comida para elas – e não tinha como, porque os militares já tinham bagunçado tudo! Queimaram o paiol de arroz, queimaram farinha, tudo! Incendiaram na aldeia tudo, queimou a aldeia todinha! Aí nós ficamos sem a casa, num tinha onde ficar!³⁵⁹

Segundo análise da Comissão Nacional da Verdade existe “um total silêncio” nos documentos produzidos pelas Forças Armadas, sobre as ações da repressão contra a

³⁵⁴Comissão Nacional da Verdade. *Relatório Final*. Brasília, dezembro de 2014. Volume I e p. 703.

³⁵⁵FIGUEIREDO, Lucas. *O Segredo dos índios Aikewara*. São Paulo: Revista CG, abril de 2011.

³⁵⁶FIGUEIREDO, Lucas. *O Segredo dos índios Aikewara*. São Paulo: Revista CG, abril de 2011.

³⁵⁷Comissão Nacional da Verdade. *Relatório Final*. Brasília, dezembro de 2014. Volume I e p. 704.

³⁵⁸Comissão Nacional da Verdade. *Relatório Final*. Brasília, dezembro de 2014. Volume I e p. 704.

³⁵⁹Entrevista do índio Tawé, concedida a Iara Ferraz e Orlando Calheiros em agosto de 2013. Arquivo CNV, 00092.002730/2014-77.

comunidade indígena e contra a comunidade camponesa. Com base nessa prerrogativa, salientamos a importância de resgatar as experiências dessas camadas da população, cujo testemunho é pouco explorado pela historiografia. São histórias fundamentais para compreender o desenvolvimento da Guerrilha do Araguaia e da Operação Marajoara. Sobre a relevância dos testemunhos utilizados nessa perspectiva, evoco a análise pontual do sociólogo austríaco Michael Pollack:

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "memória oficial", no caso a memória nacional. Num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade³⁶⁰.

A perversidade e a metodologia da tortura institucional da Operação Marajoara também atingiram os círculos internos das próprias Forças Armadas. Sob a justificativa de aprender a torturar, dezenas de jovens militares foram torturados sucessivamente por agentes do Exército, durante as ações da Terceira Campanha de combate à Guerrilha do Araguaia. Essa perspectiva foi amplamente abordada no documentário *Soldados do Araguaia*, de Belisário Franca, lançado em 22 de março de 2018. O filme narra histórias, memórias e traumas de uma dezena de jovens da região do Bico do Papagaio que foram recrutados para integrarem as fileiras do Exército Brasileiro no Araguaia. Durante a rotina de formação, os soldados recém-convocados foram “submetidos a processos muito semelhantes aos utilizados na tortura dos prisioneiros”³⁶¹. Para as forças de repressão que atuaram no Araguaia, os jovens militares precisavam sentir o peso da violência, para aprender a perpetua-la corretamente nos guerrilheiros. Não foram excessos do processo de formação e treinamento. Foi tortura sistematizada, e aplicada como tal, contra seus próprios agentes.

Passadas décadas desde o fim da guerrilha, oito ex-combatentes se transformaram em depoentes no longa-metragem. São eles: soldado Ribamar, soldado Goés, soldado Josean, cabo Elias, soldado Fonseca, soldado Djair, soldado Guido e soldado Pereira da Melo. O documentário traz, em pouco mais de uma hora de duração, o entrelace das histórias de violência características da Terceira Campanha, sob a perspectiva dos recrutas. O filme de Belisário Franca lança foco no emaranhado de narrativas pouco exploradas pela historiografia e por estudos jornalísticos: a tortura

³⁶⁰POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, nº3, 1989.

³⁶¹Comissão Nacional da Verdade. *Relatório Final*. Brasília, dezembro de 2014. Volume I e p. 698.

perpetrada pelas Forças Armadas brasileiras contra seus próprios agentes.

O ex-soldado Fonseca, que atualmente tem 69 anos, compartilhou no documentário a suas primeiras experiências como recruta, logo no início da Marajoara:

Ai começou as torturas. Tomar sangue, comer cobra. Nós tomamos sangue de gado [...] eles estavam matando uma vaca ali no quartel, nós saímos lá, estávamos morto de fome. Estava a dois dias sem comer nada. Ai colocaram o copo lá [...] eu mesmo quando fui beber o sangue ele estavam coagulado, difícil de mastigar. Ai eu não aguentei. Porque eles botavam pra arrebentar mesmo a gente.[...] Tinha soldado que até queimado de cigarro ele era, porque tinha uns lá que era meio ignorante, [...] ai ia lá o sargento e triscava cigarro nele. Que é soldado? Aqui a gente faz é assim contigo.[...] ***Aquele negócio de braço forte e mão amiga, é só do lado de fora porque lá dentro é porrada mesmo*** [...] Tropa do Exército saiam parecendo um bando de porco do mato estuprando mulher, pegando mulher casada [...] Tinha umas agulhas, que chamavam agulha de fada, que a gente usava muito pra costurar saco de castanha [...] tinha a ponta erguida [...] enfiavam debaixo da unha do cara para sair do outro lado aqui, pra contar. E ai rapaz, o que tu fez? Tu não deu comida pra eles. Aquilo doía a gente por dentro [*choro*]³⁶². (Negritos e itálicos meus)

Contribuindo para narrativa de suplícios que compõe o eixo central do filme, o também ex-soldado Guido relembra as violências sofridas durante o treinamento militar: “Minha cabeça estourou três vezes com bomba. Saiu sangue do nariz [...], me deu mancha de sangue nos olhos [...]. Botaram a gente pra beber copo de lama, que a gente olhava e tava [sic] aqueles bichos andando na lama e a gente tinha que beber aquilo”³⁶³. É importante ressaltar que a rotina de violência a qual os jovens recrutas foram submetidos foi acrescida de um eficaz trabalho psicológico de terror, com ameaças constantes de novos suplícios. Segundo o depoimento do ex-soldado Raimundo Antônio Ferreira de Melo, que atualmente tem 64 anos, a justificativa de seus torturadores era:

[...] ***aquilo que eles faziam era pra nós não sofrer dor, não sofrer aquele... pena da pessoa que tá apanhando...então eles faziam aquilo na gente, que era pra saber quando chegasse lá, aplicar a tortura neles também*** [...] eu perdi meus testículos dentro do quartel, que eu fui colocado no pau do capitão, que o pau do capitão, esse é o famoso pau de arara. Então não foi só eu que teve esse problema, eu tive vários colegas que perderam testículos, que estão com problema de menisco, problema de coluna. Nós dentro do quartel nós não tinha nome, o capitão chamava nós de: -Vem cá filha da puta! Vem cá viado. Eu comi tua mãe. [...] O cara ainda tinha que responder pra eles sim senhor! Isso é uma humilhação muito grande cara. [*choro*] Eu não gosto de lembrar dessas misérias que nós passamos dentro do quartel não. De

³⁶²Depoimento do soldado Fonseca. In: FRANCA, Belisário. *Documentário Soldados do Araguaia*. Urca Filmes. Março de 2018.

³⁶³Depoimento do soldado Guido In: FRANCA, Belisário. *Documentário Soldados do Araguaia*. Urca Filmes. Março de 2018.

ver tanto sofrimento de gente ali dentro.[choro]³⁶⁴.(Negritos e itálicos meus)

Casos de tortura contra militares pelos próprios agentes das Forças Armadas já haviam sido externados no *Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade*. Durante as diligências oficiais da CNV, foi recolhido o testemunho do ex-cabo Manuel Messias Guido Ribeiro:

Nós passamos por uma tortura de... tortura mesmo! Tinha o crucifixo aéreo, crucifixo terrestre, o pau do capitão, o pau de arara e o tambor... [...] Amarra um pau assim, bem alto, o elemento fica pelado. É vergonhoso contar, mas eu vou ter que contar, não é isso? Fica pelado! Pega uns espetos, nas duas pontas, e bota aqui [debaixo do braço], que ele não pode baixar que ele entra. Outro aqui, entre as pernas, outro aqui, outro aqui... você não se mexe. Enche a boca de açúcar com água e joga em você. Ai junta formiga, mosca, borboleta, todo inseto te mordendo e você não pode se mexer, aquilo entra em você. Nós passamos por isso!

[...] CNV: O tambor é um tonel de gasolina?

De 200 litros, não tem de ferro e de plástico? Naquela época só tinha de ferro. Abre ele, bota gente dentro, passa um cadeado, tranca e solta na ladeira. Eu passei por esse. Então bate em pedra, e de ladeira abaixo, não importa a velocidade que vai, isso não importa. Bate em pau, bate em pedra, bate em toco, pula por cima com você lá dentro. Então, quando você sai de lá você não é mais humano, você nem sabe nem o que você é! ‘Se for pego pelo terrorista, pelo guerrilheiro, tu vai sofrer muito mais, então vai ter que aprender’³⁶⁵.

Quando a Operação Marajoara chegou ao fim, em outubro de 1974, os jovens recrutados entre a população do Bico do Papagaio, foram instantaneamente dispensados. Sem justificativa, sem direitos e sem dinheiro. Quando foram convocados, entre setembro e outubro de 1973, havia a perspectiva de permanecerem oito anos no serviço militar, com possibilidade de prorrogação. Ao final da Marajoara essa prerrogativa foi revogada, sem nenhuma justificativa. Muitos daqueles homens só descobriram sobre o seu desligamento ao retornar das missões para aos quartéis. Outros tantos não receberam sequer autorização de adentrar novamente nos edifícios dos batalhões. Ribamar, Goés, Josean, Elias, Fonseca, Djair, Guido e Pereira da Melo foram descartados ao final da Terceira Campanha.

Os torturadores implacáveis da Marajoara também assolaram os guerrilheiros do

³⁶⁴Depoimento do soldado Raimundo Antônio Ferreira de Melo. In: FRANCA, Belisário. *Documentário Soldados do Araguaia*. Urca Filmes. Março de 2018.

³⁶⁵Depoimento de Manuel Messias Guido Ribeiro, prestado à CNV em 16 de setembro de 2014. Arquivo CNV, 00092.002613/2014-11.

PCdoB com sua violência e crueldade³⁶⁶. Capturados no interior das matas ou durante emboscadas em roças e sítios, os guerrilheiros foram entregues aos comandantes da Terceira Campanha. A grande maioria foi levada para a Casa Azul, denominada por Elio Gaspari de “castelo do homem sem alma”³⁶⁷. Capturada por uma patrulha especializada do Exército, a guerrilheira Maria Célia Corrêa, a *Rosinha*, foi imediatamente levada para Marabá.

Ela recebeu choques elétricos, tapas nos ouvidos e no rosto, socos no estomago e chutes nas pernas. Sob tortura, contou sua vida no Rio, as dificuldades na mata, a gravidez e o aborto que foi obrigada a fazer. Disse que, antes de se embrenhar na mata, não estava certa do êxito da guerrilha³⁶⁸.

O sargento José Vargas Jiménez contou em seu livro intitulado *BACABA: memórias de um guerreiro de selva da guerrilha do Araguaia*³⁶⁹, como prendeu o guerrilheiro Arlindo de Pádua Costa, o *Piauí*. Capturado em uma cabana abandonada na cidade de São Geraldo, tomado pela fome e sofrendo com a malária, o comunista foi amarrado pelo pescoço e conduzido a pé pelas ruelas de todo o povoado. Assim que chegou à base militar da Bacaba foi levado quase que imediatamente, para a Casa Azul. Ao desembarcar no “castelo do homem sem alma”, *Piauí* foi jogado em um dos “buracos do Vietnã” que haviam sido preparados no fundo do estabelecimento.

Ali dormia, recebia lavagem e pauladas. Na cela, sofria choques de 220 volts de energia gerada por bateria de telefone, tapas simultâneos nos dois ouvidos e socos nos rins, no fígado, no estomago, no pescoço e no rosto. A cabeça era prensada aos poucos por uma pequena geringonça, o insuportável “anjinho”. Passou fome e sede. Foi colocado descalço em cima de latas de leite condensado e recebeu socos e empurrões. [...] *Piauí* resistiu a 41 dias de sessões de tortura na Casa Azul, um recorde e uma proeza³⁷⁰.

Um destino parecido alcançou Dinaelza Soares Santana. A guerrilheira foi capturada por uma tropa militar na Fazenda Rainha do Araguaia, localizada na área de Brejo Grande. Foi necessário derrubar uma árvore e convocar uma dezena de moradores

³⁶⁶Para saber mais sobre a oficialização da prática de tortura ver: FICO, Carlos. *Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Editora Record, 204, p. 82-83.

³⁶⁷GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada – As Ilusões Armadas*. 1a ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 439.

³⁶⁸NOSSA, Leonencio. *Mata!: o major Curió e as guerrilhas no Araguaia*. Companhia das Letras, 2012, p. 193.

³⁶⁹Para saber mais: JIMÉNEZ, José Vargas. *BACABA: memórias de um guerreiro de selva da guerrilha do Araguaia*. Campo Grande, Editora do Autor, 2007.

³⁷⁰NOSSA, Leonencio. *Mata!: o major Curió e as guerrilhas no Araguaia*. Companhia das Letras, 2012, p. 194-195.

para prender a baiana *Maria Dina*. Presa, urrou de ódio, cuspiu na cara de militares e foi levada para a Casa Azul. “Ficou dois dias na tortura”³⁷¹, apanhou, levou choques elétricos, teve os braços queimados e berrou para os soldados que não entregaria nenhuma informação. Sobre esse tipo de situação e os conflitos psicológicos que se desenvolvem a partir da dor extrema da tortura, Hélio Pellegrino refletiu:

Se o guerrilheiro fala, por comandamento da tortura, ele articula um discurso que representa a negociação de si mesmo, na mais íntima fibra de sua intimidade carnal. A tortura quer a destruição do ser humano na essência de sua carnalidade mais concreta. Ela reivindica, em sua empreitada nefanda, uma rendição do sujeito na qual estejam empenhados nervos, carne, sangue, osso [...] Para tanto a tortura busca, à custa do sofrimento corporal insuportável, introduzir uma cunha que leve a cisão entre o corpo e a mente [...] através da tortura o nosso corpo torna-se nosso inimigo e nos persegue [...] a tortura nos racha ao meio, o corpo se volta contra nós mesmos³⁷².

A tortura característica da ação prática da Terceira Campanha de combate à Guerrilha do Araguaia tinha dois objetivos principais: extrair qualquer informação de utilidade imediata para o dispositivo da repressão e, simultaneamente, quebrar, mastigar, e destituir qualquer resistência humana do sujeito torturado. As violências praticadas na Casa Azul, nos “buracos do Vietnã”, nas comunidades indígenas, nas delegacias e nos Batalhões das Forças Armadas durante a Operação Marajoara pretendiam não apenas “modelar” cidadãos para submissão. Tinha também a funcionalidade “prática” de aniquilar os inimigos políticos da ditadura militar. A tortura alimentou as engrenagens da Marajoara. Como dezenas de outros companheiros, indígenas, camponeses e até mesmo jovens recrutas, o guerrilheiro Daniel Ribeiro Callado também foi “dobrado” pelos gatilhos do terror:

Na Bacaba, o guerrilheiro foi tirado da caminhonete. O doutor José deu um tapa nas costas dele. Doutor José era cheio de frescuras. Ele dava cascudos. Era muito carrasco, malcriado e desaforado. Ele apareceu com um fio pelado e uma chave de fenda. Doutor José mandou o guerrilheiro tirar a roupa. E amarrou uma bateria do fio na caminhonete e a outra na chave de fenda. Depois, triscou a chave de fenda na popa, na parte de trás do guerrilheiro, que deu um grito e se atirou no chão. As necessidades do guerrilheiro sujaram o braço do doutor.³⁷³

Compreendemos nesse capítulo, a verossímil importância da fonte oral na

³⁷¹NOSSA, Leonencio. *Mata!: o major Curió e as guerrilhas no Araguaia*. Companhia das Letras, 2012, p. 208.

³⁷²PELLEGRINO, Hélio. *O tesouro encontrado*. In: POLARI, A. *Em busca do tesouro: uma ficção política vivida*. Rio de Janeiro: Codecri, 1982, p. 11-23.

³⁷³NOSSA, Leonencio. *Mata!: o major Curió e as guerrilhas no Araguaia*. Companhia das Letras, 2012, p. 211.

composição da dissertação. É importante ressaltar, que os depoimentos organizados ao longo de todo trabalho pretendem acrescentar uma “dimensão viva”³⁷⁴ à narrativa desenvolvida. O destaque para o testemunho se justificada pela capacidade da história oral em prestar “grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem”³⁷⁵. Os depoimentos projetados na dissertação, foram explorados de maneira crítica e em consonância com outras fontes. Compreendemos que a utilização destes testemunhos “só se justifica no contexto de uma investigação científica, o que pressupõe sua articulação com um projeto de pesquisa”³⁷⁶. A importância da aplicação da História Oral, sobretudo nessa parte da dissertação, deve-se ao fato de que, é através dela que “a descrição das grandes estruturas dão lugar a uma história dos homens”³⁷⁷.

Terceirização da luta: os guias e os caçadores de guerrilheiro

No final do ano de 1973, a população do Araguaia era formada basicamente por camponeses, mariscadores e garimpeiros. Homens e mulheres, que apesar de humildes e analfabetos – em esmagadora maioria –, conheciam com maestria os labirintos da selva amazônica. A topografia das matas estava perfeitamente desenhada em suas memórias, forjadas no trabalho e na necessidade do dia a dia. Andar pela selva, conhecer seus caminhos e descaminhos e compreender suas informações era um límpido instinto presente em cada caboclo daquela região.

A população local estava acostumada a se deslocar no interior das matas, perseguindo caititis, caçando antas e cotias, emboscando tatus e jabutis e fugindo de onças pintadas. Entretanto, a partir de outubro de 1973, a relação do povo do Araguaia com a floresta Amazônica sofreu um golpe violento. Com a truculência das Forças Armadas, perambular pelas matas da região era perigoso e se transformou em prelúdio de sofrimento. Elias, ex-cabo do Exército, contou um pouco sobre essa atmosfera de medo e terror:

³⁷⁴MATOS, Júlia Silveira. SENNA, Adriana Kivasnski de. História Oral como fonte: problemas e métodos. Revista Historae. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 2, n. 1, Rio Grande do Sul, 2011, p. 95.

³⁷⁵THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. São Paulo: Paz e Terra, 1992, p. 17.

³⁷⁶ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004, p. 29.

³⁷⁷FERREIRA, Marieta de Moraes. *História Oral. Um inventário das diferenças*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; ABREU, Alzira Alves de. *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1994, p. 8.

[...] até de dia nego tinha medo de andar nas ruas, tinha medo de encontrar o Exército no meio da... cruzar com o exército no meio do mato, e eles pegarem e começarem a judiar. Porque eles faziam isso, não queriam saber quem que tu era nem quem tu não era, te pegavam no meio do mato e começavam a te judiar [...] ficava todo mundo horrorizado como eles tratavam as pessoas que eles prendiam [...] Eu tava [sic] lá no Sororó, a gente tava [sic], um grupo que tomava conta da ponte, as pessoas indo e voltando, ai de repente chegou um jipe, quando eu olhei lá pra dentro do jipe tava[sic] meu pai [choro] ai eu pedi pra eles desamarrarem meu pai, falei pra eles que era meu pai e pedi pra eles desamarrarem. Ai o sargento falou que não desamarrava. [choro] Eu manuseei o fuzil, botei a bala e aponteí pro[sic] sargento e falei que se ele não desamarrasse o meu pai eu estourava o peito dele. [...] você vai desamarrar ou não vai sargento. Aí já aponteí pra ele [choro] Ai ele mandou desamarrar. Eu ai falei eu vou levar meu pai, e transporteí meu pai do Sororó pra cá, ficamos dois dias naquela Casa Azul. [...] Depois que passou tudo, eu pergunteí pra ele o que tinha acontecido, mas ele nunca me contou. Só que meu pai ficou uma pessoa totalmente diferente, meu pai se tornou um outro homem³⁷⁸.

No decorrer da Operação Marajoara, prestar qualquer tipo de auxílio e apoio aos guerrilheiros do PCdoB era perigoso. Após análises, os militares concluíram objetivamente: o povo local representava um “GPS” vivo do interior da floresta Amazônica. Era um conhecimento único, indisponível em mapas e livros. Baseados nessa certeza, os militares da Terceira Campanha estruturaram um dos pilares táticos característicos da Operação Marajoara: o recrutamento de guias para as ações do Exército e a terceirização da luta. Consta no item E do “*Relatório Especial de Informações N° 1/74*” uma pequena avaliação sobre a situação da população do Bico do Papagaio:

Os mesmos homens que, inadvertidamente, vinham apoiando a ação guerrilheira, estão oferecendo apoio irrestrito às Forças Legais, como guias, com alimentos e informações. A confiança e o apoio reconquistadas pela nossa tropa, por sua ação continuada, atravessando época de chuvas [...] sem afastar-se da área, fizeram com que os guerrilheiros deixassem de procurar as casas³⁷⁹.

Resumindo de maneira objetiva, trabalharam para o Estado brasileiro, durante a Terceira Campanha de combate à guerrilha do PCdoB, dois tipos distintos de guias. O primeiro deles era resultado direto das ofensivas violentas do Exército contra a população. Eram trabalhadores rurais e indígenas que, após serem presos, espancados e torturados, se viam obrigados a conduzir os militares dentro dos labirintos das matas

³⁷⁸ Depoimento do soldado Elias. In: FRANCA, Belisário. *Documentário Soldados do Araguaia*. Urca Filmes. Março de 2018.

³⁷⁹ *Relatório Especial de Informações N° 1/74*, Gabinete do Ministro. Ministério do Exército: Centro de Informações do Exército, Secreto.

fechadas do Araguaia. Dezenas de pessoas foram ameaçadas, tiveram suas famílias violentadas e suas roças e plantações queimadas. Aterrorizados, eles entraram na mata, à frente das tropas do Exército, seguindo os rastros deixados pelos guerrilheiros. Maurício Grabois analisou a situação em seu diário:

Conseguiram guias através do terror e da corrupção. Pe acha que o inimigo pode intensificar a campanha e que os soldados em atividade têm em vista reconhecer o terreno [...] O inimigo prossegue em sua repressão contra a massa. Até agora só soltou um dos detidos. Muitos estão incomunicáveis, não podendo ser visitados por suas famílias. Os camponeses presos são obrigados a sair com os soldados na mata e servir de guias. Esta ação objetiva desmoralizá-los e obter alguma pista sobre a localização dos guerrilheiros³⁸⁰.

Ainda sobre essa perspectiva, Ângelo Arroyo escreveu em seu relatório:

O Exército procurou implantar o terror entre as massas. Espancou muita gente. Houve elementos que enlouqueceram de tanta pancada. Queimaram casas e paióis onde não encontravam os moradores. Dezenas de pequenos e médios comerciantes foram também presos. As tropas obrigavam elementos da massa a servir de guias. Gradualmente, foi aumentando o número de soldados na zona. Ocuparam fazendas, sedes de castanha, roças, estradas, grotas etc. Na periferia havia também grande número de soldados. Fizeram bases de operação no meio do mato, utilizando fazendas, roças e sedes de castanhas. Estavam apoiados por helicópteros e aviões. A maior parte da tropa era especializada em combate na selva. Traziam bons mateiros³⁸¹.

Durante o desenvolvimento da Operação Marajoara, dia após dia, as patrulhas militares se embrenharam na mata seguindo os rastros dos guerrilheiros, sempre guiadas por moradores da região. A grande maioria de camponeses que auxiliou o Exército na caçada aos guerrilheiros foi moldada para aquele fim após sessões de tortura. Antigos apoios, antigos vizinhos, antigos compadres, que, em troca da preservação da própria vida e da de seus familiares, buscaram e delataram o paradeiro dos comunistas. Foi o caso de Euclides Pereira de Souza, José Veloso, Antônio Félix da Silva e tantos outros. Esse último declarou em certa oportunidade: “Servi como guia do Exército, não podíamos falar nada, nem pra nossas esposas [...] Eu vi quando pegaram o Valdi, o Beto, e o Antônio e levaram embora de helicóptero. Eles estavam vivos [...]”³⁸².

Os camponeses da região não foram os únicos obrigados a servirem como guias do Exército durante a Terceira Campanha. Sob coerção e tortura, os índios *Aikewara* também atuaram como guias de tropas militares. Consta no *Relatório Final da*

³⁸⁰GRABOIS, Maurício. Documento: *Diário do Velho Mário*, 08 de outubro de 1973, p. 136 – 137.

³⁸¹ARROYO, Ângelo. *Relatório Arroyo*. 1976. In: POMAR, Wladimir. *Araguaia: O Partido e a Guerrilha – Documentos Inéditos*. São Paulo: Ed. Brasil Debates, Col. Brasil Estudos, nº 2, 1980, p. 265.

³⁸²CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia – Esquerda em Armas*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012, p. 186.

Comissão Nacional da Verdade, o depoimento do índio Api:

Aí tinha um deles que era muito “grosso”, foi “grosso” com nós [sic]!!! “É, vocês têm que nos acompanhar, porque se vocês não vierem... ir com a gente, não mostrar o rumo... Nós vamos pegar vocês!”, apontando a arma pra nós, e nós não podia falar nada... Ai falei “Não, não! Tá bom.”³⁸³.

Na reportagem de Lucas Figueiredo, *O Segredo dos índios Aikewara*, já citada anteriormente, a situação de terror a qual os *Suruís* foram submetidos é ainda mais cristalizada com o depoimento de Tawé. Segundo o índio, que na época tinha 20 e poucos anos e tinha sua esposa grávida, constantemente sob a mira de um revólver:

Um dia, soldado pegou Tawé e pai de Tawé [*Kuimuá, já falecido*] e levou de helicóptero para a mata. Índio tinha muito medo e pensava que tinha feito alguma coisa errada [...] Soldado mostrou fotografia do povo da mata [os guerrilheiros] e disse para índio caçar³⁸⁴.

O segundo grupo de guias que operou durante a Operação Marajoara foi formado espontaneamente e movido pelo interesse financeiro. Sobre essa tipologia de atuação, Pilar Calveiro analisa: as Forças Armadas obtiveram colaboração total apenas de “um pequeno grupo de pessoas, que foi modelado, desintegrado e reordenado de acordo com a lógica do poder autoritário”³⁸⁵.

Em troca de dinheiro e de glebas de terras, dezenas de homens entraram na mata armados, orientando as tropas militares. Estavam sempre à frente dos soldados. Eram os bate-paus das Forças Armadas no Araguaia. O Exército contratou jagunços violentos e deu a eles imunidade. Assassinos acostumados a explorar trabalhadores conquistaram prestígio, dinheiro e proteção oficial. Sinésio Martins Ribeiro, Iomar “Galego” Ribeiro da Silva e Raimundo Clarindo do Nascimento são apenas alguns dos nomes mais representativos desse tipo de guia.

As novas táticas operacionais empregadas durante a Operação Marajoara, entretanto, não se limitaram ao uso de camponeses como guias militares. Segundo Elio Gaspari, o Exército brasileiro fez ressurgir no Araguaia “as volantes caçadoras de cangaceiro”³⁸⁶. Jagunços, fortemente armados, entraram sozinhos nas matas para caçar guerrilheiros à moda de grupos de extermínio. Cada guerrilheiro morto valia uma

³⁸³Comissão Nacional da Verdade. Relatório Final. Brasília, dezembro de 2014. Volume I e p. 705.

³⁸⁴FIGUEIREDO, Lucas. *O Segredo dos índios Aikewara*. São Paulo: Revista CG, abril de 2011.

³⁸⁵CALVEIRO, Pilar. Poder e Desaparecimento: os campos de concentração da Argentina. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 79.

³⁸⁶GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada – As Ilusões Armadas*. 1a ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 459.

quantia em dinheiro. A recompensa variava de acordo com as habilidades, a representatividade e o lugar que cada guerrilheiro ocupava na hierarquia do movimento. “Os militares espalhavam que pagariam por cabeça de guerrilheiro. A princípio, cada guerrilheiro vivo valeria 5 mil cruzeiros e cada morto 10 mil”³⁸⁷. Era a “terceirização da luta” segundo Hugo Studart. Os bate-paus não entravam na floresta apenas acompanhando as tropas militares. Entraram nas matas sozinhos, mas com respaldo do Exército para matar comunistas. Homens violentos, credenciados pela repressão, pelo Estado brasileiro, como caçadores de guerrilheiro.

A entrada de camponeses, índios, mateiros e jagunços na floresta para perseguir os militantes do PCdoB foi determinante para o sucesso da Operação Marajoara. Isso se deve, sobretudo, ao amplo conhecimento que o povo da região possuía a respeito da mata. Conhecimento esse, que só poderia ser adquirido ao longo de anos vivendo e trabalhando nos labirintos da Amazônia. Nenhum soldado, de nenhuma tropa especial de elite, conseguiu orientar-se na floresta como aqueles homens. O Exército precisou da ajuda, compulsória ou voluntária, de civis para guiá-los ao que consideravam ser uma vitória militar: o extermínio completo do movimento guerrilheiro no Araguaia.

Nesse sentido, e pensando a perspectiva da dupla face dos guias da Terceira Campanha, cabe uma reflexão de Pilar Calveiro para fechar este tópico:

[...] cada sujeito é um complexo conjunto no qual se combinam aspectos variados, que, em alguns casos, se articulam em torno da obediência e, em outros, em torno da resistência; pode propiciar fugas e paralisias hipnóticas; pode haver formas de obediência que desemboquem em fugas [...], e resistências que paralisam o homem (por exemplo suportar a tortura, mas não ser capaz de traçar uma estratégia de sobrevivência dentro do campo). As possibilidades são infinitas e não podem ser reduzidas aos dois termos de heroísmo e traição, insuficientes e irrelevantes³⁸⁸.

Chafurdo de Natal – o extermínio chega ao comando da guerrilha

[...] A situação em material dos guerrilheiros é bastante precária, pois perderam:

- maioria dos depósitos de gêneros;
- os depósitos de medicamentos e material cirúrgico;
- oficina de ferramentas e de armas;
- oficina gráfica;
- roças que possuíam em parceria com elementos de apoio;
- paióis de gêneros em residências de apoios;
- biblioteca do partido e da “FOGUERA”, com documentos valiosos;
- 25 (vinte e cinco) mochilas com vasto material individual;

³⁸⁷STUDART, Hugo. *A lei da Selva*. São Paulo: Geração Editorial, 2006, p. 246.

³⁸⁸CALVEIRO, Pilar. *Poder e Desaparecimento: os campos de concentração da Argentina*. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 122.

- mais de 20 (vinte) armas e grande quantidade de munição;³⁸⁹

Segundo o excerto acima, retirado do *Relatório Especial de Informações N° 1/74*, essa era a situação dos guerrilheiros do PCdoB no último mês de 1973. Cada vez mais isolados e empurrados para o interior da mata, os comunistas assistiram a destruição de seus destacamentos, sucessivamente, um após o outro. O cerco de repressão militar se fechou: pressionados e coagidos por soldados e jagunços, os guerrilheiros “teriam que se mexer e, na mata, quem se mexe, se revela”³⁹⁰.

Romualdo Pessoa relatou que, em dezembro de 1973, após o desaparecimento de um camponês recrutado pela guerrilha e das sucessivas baixas sofridas desde o início da Marajoara,

Num erro tático de consequências fatais para a Guerrilha, a Comissão Militar decidiu juntar os três destacamentos sob o seu comando, formando uma única força. [...] Decidiram rumar para a Palestina, onde ainda existiam alguns depósitos de mantimentos. O deslocamento feito por um grande número de combatentes deixou rastros possíveis de serem seguidos, apesar da preocupação de apagá-los. Em seguida, deslocaram-se para o acampamento do Destacamento A³⁹¹.

O amplo deslocamento dos destacamentos guerrilheiros não passou despercebido aos olhos das tropas do Exército. Os primeiros vestígios foram detectados por um guia local, camponês da região, que orientava a locomoção de uma patrulha da Brigada de Paraquedistas do Rio de Janeiro. Entre os dias 20 e 22 de dezembro de 1973, os militares detectaram os rastros de movimentação das colunas comunistas. Sem fazer estardalhaços, os soldados se beneficiaram estrategicamente do fator surpresa e seguiram os vestígios deixados pelos guerrilheiros. Os militantes do PCdoB de nada desconfiaram: continuaram progredindo em direção ao local acordado para reunião geral dos destacamentos com a Comissão Militar. Dessa perspectiva, Maurício Grabois escreveu:

Devemos reexaminar nossa tática militar, reorganizar nossas forças e definir nossas perspectivas. O moral dos combatentes é alto, apesar de todas as vicissitudes. Mas, num ou outro elemento surgem sintomas de derrotismo. Mostrei que é possível enfrentar com êxito a nova investida do Exército. Nossas perdas resultam, fundamentalmente, dos desrespeito às leis da

³⁸⁹“*Relatório Especial de Informações N° 1/74*”, Gabinete do Ministro. Ministério do Exército: Centro de Informações do Exército, Secreto.

³⁹⁰MACIEL, Lício. *Guerrilha do Araguaia: relato de um combatente*. 2ed, Salto: Editora Schoba, 2011, p. 114.

³⁹¹CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia – Esquerda em Armas*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012, p. 185.

guerrilha e da nossa linha militar.

23/12 – Jo não apareceu no ponto. Que teria acontecido? Nelson foi hoje repetir o ponto. Talvez tenha havido confusão de data. Caso Jo não apareça novamente teremos que nos ligar ao DA. Acabou-se a nossa bóia. Pe está providenciando recolhimento de cocos (para se comer a massa) e de castanhas. Até agora não parou a atividade aérea do inimigo.

25/12 – Nelson encontrou o Jo. Este regressou com a Chica, Manuel, Fogoió e Raul. Os 3 extraviados, dirigidos pelo Zezinho, foram ao ponto com Joaq. Lá reataram o contato. Eles relataram que o inimigo viera no nosso batido. No acampamento, que acabara de ser camuflado, estava só o Raul, pois o Zezinho tinha ido à grotta apanhar o Fogoió, que estava de guarda. Três milicos vinham na vanguarda, procurando os nossos rastros. A patrulha devia Ter uns 15 homens. Fizeram grande alarido e marchavam no batido que levava ao morro, onde estava o grosso dos nossos combatentes, quando os soldados viram o Raul, que corria em direção aos seus dois co, dispararam um tiro. Então, aquele combatente abrigou-se. Passados dois minutos, correu de novo. Contra ele e os outros, fizeram 6 a 7 disparos. Mas todos saíram incólumes. Ainda bem. Joaq e Zezinho não vieram porque foram buscar duas latas de farinha para nos entregar. Quanto ao Ari, o nosso armeiro, desapareceu quando ia apanhar farinha em uma barraca. Não sabemos se teve um ataque epilético ou se desertou. As duas possibilidades são viáveis. Ultimamente, com a presença do inimigo e com o aumento das dificuldades, mostrava certo descontentamento. É muito personalista e também um pouco assustado. A morte do Zebão, que era seu primo, e a falta de bóia, podem ter contribuído para que ele fugisse. Se ele não aparecer, trará dificuldades para nós. Ficamos sem um dos armeiros. Ele conhece todos os depósitos da CM e a oficina, onde há 14 armas para consertar. Agravou-se a moléstia dos meus olhos. Estou enxergando com certa dificuldade. Há possibilidade de ocorrer um colapso em minha visão. Não posso facilitar. Penso em sair da região, pois, se não o fizer, posso criar, com minha doença, uma situação difícil para os co. Discutirei o assunto na próxima reunião da CM, que se realizará logo que o Joaq chegue. Para mim é bastante doloroso deixar as FF GG³⁹².

O Comandante em Chefe das Forças Guerrilheiras do Araguaia não teve tempo de colocar a sua análise em prática. Aquelas frases foram às últimas escritas por *Velho Mário* em seu diário. No dia 23 de dezembro de 1973, duas tropas militares “entraram na mata com o objetivo de cortar o caminho de sua vanguarda. Moviam-se em linhas paralelas, em sentido contrário, ao longo de um eixo nordeste – sudoeste”³⁹³. As patrulhas comandadas “pelo Tenente Siguimar Lacerda Ventura e Tenente Luiz Carlos Hallier”³⁹⁴ localizaram um acampamento guerrilheiro na região Grotão dos Caboclos, nas proximidades de Brejo Grande e Consolação. À distância os militares observaram a movimentação dos comunistas e planejaram o ataque. Sem detectar que estavam cercados pelas tropas do Exército, os guerrilheiros se reuniram para as comemorações do natal, na manhã do dia 25 de dezembro. Na ceia dos combatentes do PCdoB,

³⁹²GRABOIS, Maurício. Documento: *Diário do Velho Mário*, 21 a 25 de outubro de 1973, p. 145.

³⁹³GASPARI, Elio. *A Floresta dos Homens sem Alma*. In: *A Ditadura Escancarada – As Ilusões Armadas*. 1a ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 448.

³⁹⁴MACIEL, Lício. *Guerrilha do Araguaia: relato de um combatente*. 2ed, Salto: Editora Schoba, 2011, p. 114.

Havia quatro latas de farinha de mandioca. Na parte de cima do morro estavam Grabois, Paulo, *Pedro Gil, Joca, Juca, Dina e Luís*, os dois últimos com febre. Embaixo, *Fogoió, Lourival, Daniel, Raul, Lia, Lauro*, Osvaldo e Batista, um posseiro maranhense. [...] A patrulha paraquedista estava a caminho do acampamento de Grabois. O mateiro *Zé Catingueiro* acompanhava os militares. No trajeto, um índio que servia de guia, da tribo suruí, viu uma tiranaboia e se desesperou [...] Nativos acreditam que a tiranaboia, que chega a ter dez centímetros, seca árvores e mata homens e bichos. Usam esse nome para designar pessoas de má reputação³⁹⁵.

Quando as patrulhas do Exército avistaram o acampamento recém-montado pelos comunistas, não enxergaram os guerrilheiros do PCdoB que por muito tempo perseguiram nas matas: naquele momento era apenas um *ajuntamento* de combatentes cansados, famintos e assolados pela malária e leishmaniose. Mesmo diante da realidade apresentada, as tropas das Forças Armadas avançaram, fiéis as determinações da Operação Marajoara. No final da noite de natal, utilizando novamente o fator surpresa como tática de combate, as patrulhas do Exército atacaram o acampamento dos guerrilheiros: sem avisos ou alertas, os militares descarregaram fuzis e perpetraram rajadas de metralhadoras, em uma ação apoiada por voos de helicópteros.

Cercados e surpreendidos, os guerrilheiros do PCdoB mal tiveram tempo de reagir. Em seu relatório, Ângelo Arroyo escreveu sobre os acontecimentos:

Dia 25 de dezembro, J. veio ao ponto acompanhado de Zezim, João e Antonio, trazendo umas quatro latas de farinha. No ponto encontraram Mané e Chica. Mané informou que o grosso da força estava acampado a umas duas ou três horas de caminhada. Disse que no caminho encontrou rastros de soldados (papel higiênico servido). Em seguida, os seis dirigiram-se com o máximo de cautela para o acampamento da força. Um helicóptero sobrevoava a área próxima ao acampamento da força. Quando já estavam a mais ou menos a um quilômetro do acampamento, às 11h25 da manhã, ouviram cerrado tiroteio. Encontraram-se logo depois com Áurea e Peri, que vinham apanhá-los para o acampamento. Os dois afirmaram que o tiroteio tinha sido no rumo do acampamento. Cinco minutos depois do tiroteio, dois helicópteros e um avião começaram a sobrevoar a área onde houvera o tiroteio, e continuaram durante todo o dia nessa operação. Dois helicópteros grandes fizeram duas viagens - da base do Mano Ferreira, a uns cinco ou seis quilômetros, até o local do tiroteio. Tinha-se a impressão de que estavam levando mais tropas ou retirando mortos e feridos do local. J. e seus companheiros (eram 8) afastaram-se do local mais ou menos um quilômetro. No dia seguinte, 26, foram a referência para o encontro, num local próximo. Aí encontraram os companheiros Osvaldo, Lia, Batista e Lauro³⁹⁶.

Segundo Ângelo Arroyo, ao se deparar com *Osvaldão*, pediu ao companheiro um relato sobre a ação a que acabara de escapar. O comandante do Destacamento B informou:

³⁹⁵NOSSA, Leonencio. *Matal: o major Curió e as guerrilhas no Araguaia*. Companhia das Letras, 2012, p. 183.

³⁹⁶ARROYO, Ângelo. *Relatório Arroyo*. 1976. In: POMAR, Wladimir. *Araguaia: O Partido e a Guerrilha – Documentos Inéditos*. São Paulo: Ed. Brasil Debates, Col. Brasil Estudos, nº 2, 1980, p. 270-271.

[...]o grosso da força havia acampado dia 24, mas percebeu que estava perto da estrada. Dia 25, pela manhã, afastaram-se uns cem metros de onde se achavam, designando alguns companheiros para limpar (camuflar) o local em que estiveram. Os membros CM e sua guarda ficaram num ponto mais alto do terreno e os demais ficaram na parte de baixo. Na hora do tiroteio, havia 15 companheiros no acampamento: Mário (Mauricio Grabois), Paulo, Pedro, Joca, Tuca, Dina (com febre), Luis (com febre), na parte alta; embaixo: Zeca, Lourival, Doca e Raul (estava ralando coco babaçu para comer). Lia e Lauro faziam guarda. Osvaldo e Batista realizavam a camuflagem. Fora do acampamento estavam Áurea e Peri, que haviam se deslocado para trazer J., João (WandickReidner Pereira Coqueiro), Mariadina, que tinham ficado, proximidades do local onde houvera o tiroteio de 17 de novembro sobre Zezim, Raul e Lourival, a de apanhá-los; Amauri e Valk, tinham sido enviados pelo comando para trazer de volta João, Mariadina e possivelmente os outros três; Simão e Ivo, que tinham ido a uma referência ver se conseguiam pegar o Ferreira e o Jaime; Amauri, Valk, João e Mariadina deviam chegar num ponto a uns cem metros de onde houve o tiroteio, a partir do dia 28 de dezembro. Osvaldo achava que os tiros haviam sido sobre o pessoal da CM, e que ele se retirara quando os tiros já o alcançavam³⁹⁷.

Durante a ação do Exército, os guerrilheiros resistiram como puderam, mas nada conseguiram. Estavam reunidos 15 guerrilheiros, entre membros da Comissão Militar e dos Destacamentos A, B, e C. Discutiriam os próximos passos e estratégias do movimento. Morreram³⁹⁸: Maurício Grabois (*Velho Mário*), Paulo Mendes Rodrigues (*Paulo*), Gilberto Olímpio Maria (*Pedro*), Guilherme Gomes Lund (*Luiz*), e Paulo Roberto Ferreira Marques (*Amauri*). Segundo Elio Gaspari, “Maurício Grabois, [...] pode ter sido o primeiro guerrilheiro a morrer”³⁹⁹. Entre o espólio de destruição, os militares encontraram junto ao corpo de *Velho Mário*, um caderno de capa já estufada pela umidade, com anotações detalhadas do dia a dia da guerrilha. Era o seu diário⁴⁰⁰.

Ao tiroteio seguiu-se uma revoada de aviões e helicópteros que por todo o dia desembarcaram tropas, que levaram para Marabá o que encontraram pela frente: cadáveres, mochilas, objetos pessoais, poemas, hinos e panfletos. “A morte do chefe da guerrilha era um feito militar. Mas os agentes exageraram nos relatos. Pregaram que no ‘chafurdo’ toda a Comissão Militar foi eliminada e morreram nove guerrilheiros. Não foi bem assim”⁴⁰¹. Durante o tiroteio os guerrilheiros *Joca* e *Tuca* conseguiram escapar. *Amauri* foi baleado e após fugir, desorientado e fraco, por dias, entregou-se aos

³⁹⁷ARROYO, Ângelo. *Relatório Arroyo*. 1976. In: POMAR, Wladimir. *Araguaia: O Partido e a Guerrilha – Documentos Inéditos*. São Paulo: Ed. Brasil Debates, Col. Brasil Estudos, nº 2, 1980, p. 270-271.

³⁹⁸STUDART, Hugo. *A lei da Selva. Estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Geração Editorial, 2006, página 252.

³⁹⁹GASPARI, Elio. *A Floresta dos Homens sem Alma*. In: *A Ditadura Escancarada – As Ilusões Armadas*. 1ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 448.

⁴⁰⁰As referências sobre o Diário do Velho Mário já foram apresentadas no capítulo anterior.

⁴⁰¹NOSSA, Leonencio. *Mata!: o major Curió e as guerrilhas no Araguaia*. Companhia das Letras, 2012, p. 183.

militares. *Carretel*, atingido por um balaço desferido por Zé Catingueiro, escapou, escondendo-se entre árvores e rochas. “As baixas sofridas pelos comunistas no Natal de 1973 [...] provocaram a derrocada do movimento guerrilheiro do PCdoB no Araguaia. Os sobreviventes perderam a direção central [...] tornaram-se fugitivos”⁴⁰². No relatório do CIE, os agentes da repressão concluíram: “As perdas infringidas a “FOGUERA” até o momento foram grandes em número; mas, muito mais significativas levando-se em conta a posição ou graduação dos mesmos”⁴⁰³.

A partir daquele natal, não houve mais confrontos e enfrentamentos diretos entre guerrilheiros e militares. A caçada aos comunistas do PCdoB no Araguaia chegara ao eu estágio final. Ao recuar, muitos comunistas se perderam do restante dos companheiros. O Exército avaliou em documento oficial: “O moral dos combatentes está bastante abalado, pela perda de grande número de companheiros, falta de alimentos, perseguição intensa, privação de seu material de acampamento e armas, doenças, etc”⁴⁰⁴.

Juntar todos os destacamentos em local único foi um erro estratégico/tático grave. A guerrilha do Araguaia perdeu todo seu comando central. Sem liderança, restou aos remanescentes dos destacamentos correrem de esconderijo a esconderijo. Para os militares, a ação representou um golpe fatal na guerrilha, que, descoordenada, teria seus componentes restantes caçados um a um. Para os comunistas, o Chafurdo de Natal deixou o movimento militarmente desorientado e completamente isolado. Haviam se tornado um bando de “mortos que caminham”⁴⁰⁵.

Numa carta aos guerrilheiros do Araguaia os militares escreveram: Oferecemos a possibilidade de abandonar a aventura com vida, com tratamento digno e julgamento justo. Basta procurar qualquer dos moradores que lhes encaminham em segurança até a tropa. [...] Lembrem-se: o Brasil precisa de todos os seus filhos, mesmo daqueles que, em alguma época de suas vidas, apesar de movidos por boas intenções, tomaram caminhos condenáveis⁴⁰⁶.

A carta era uma armadilha: nenhuma daquelas garantias acordadas no comunicado dos militares foi respeitada. Todos os guerrilheiros que se entregaram a

⁴⁰²MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005, p. 468.

⁴⁰³“*Relatório Especial de Informações Nº 1/74*”, Gabinete do Ministro. Ministério do Exército: Centro de Informações do Exército, Secreto.

⁴⁰⁴“*Relatório Especial de Informações Nº 1/74*”, Gabinete do Ministro. Ministério do Exército: Centro de Informações do Exército, Secreto.

⁴⁰⁵A expressão é do sargento argentino Elpidio Rosrio Tejeda, que trabalhou no campo de concentração de La Perla. Para saber mais: CALVEIRO, Pilar. *Poder e Desparecimento: os campos de concentração da Argentina*. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 67.

⁴⁰⁶NOSSA, Leonencio. *Mata!: o major Curió e as guerrilhas no Araguaia*. Companhia das Letras, 2012, p.184-184.

patrulhas das Forças Armadas e/ou a mateiros financiados pelo Exército foram sumariamente executados. Um após o outro: de surpresa, desarmados, doentes ou prisioneiros, os comunistas padeceram da finalidade operacional da Marajoara: o extermínio de inimigos políticos no Bico do Papagaio.

A Guilhotina do Araguaia é o facão: a degola dos guerrilheiros

[...] Chegando à primeira canhada encoberta, realizava-se uma cena vulgar. Os soldados impunham invariavelmente à vítima um viva à República, que era poucas vezes satisfeito. Era o prólogo invariável de uma cena cruel. Agarravam-na pelos cabelos, dobrando-lhe a cabeça, esgargalando-lhe o pescoço; e, francamente exposta a garganta, degolavam-na. Não raro a sofreguidão do assassino repulsava esses preparativos lúgubres. O processo era, então, mais expedito: varavam-na, prestes, a facão. Um golpe único, entrando pelo baixo ventre. Um destripamento rápido... Tínhamos valentes que ansiavam por essas cobardias repugnantes, tácita e explicitamente sancionadas pelos chefes militares⁴⁰⁷.

Quase um século separa os acontecimentos narrados por Euclides da Cunha sobre a Guerra de Canudos do apogeu da Operação Marajoara no Araguaia. São precisamente 77 anos de diferença entre os conflitos. Entretanto, é possível detectar similaridades entre o relato de Euclides da Cunha e a violência característica da Terceira Campanha de combate à guerrilha do PCdoB. A degola de inimigos foi uma triste realidade em ambos os casos. Durante a Operação Marajoara, os militares levaram até as últimas consequências a violência estatal. Segundo a historiadora Ângela Alonso, a decapitação de “inimigos públicos” perpetrou-se ao longo da história do Brasil como

[...] costume e ciência. Não serve qualquer mão, nem qualquer estômago. Ação precisa, frequente e longeva. Praticou-se na Confederação dos Tamoios, nos começos do país, e pratica-se ainda hoje, nos presídios. Toda vez que os brasileiros se imaginam civilizados juram banir a selvageria. Foi assim no princípio da República, quando a promessa era expandir trabalho livre, secularizar o Estado, difundir a educação, urbanizar. A palavra de ordem era progresso⁴⁰⁸.

A lógica do extermínio, guia da Terceira Campanha no Araguaia, justificou as ações de degola e mutilação como recurso necessário a para identificação de corpos de guerrilheiros mortos, longe das bases militares. As decapitações dos militantes do PCdoB foram praticadas sistematicamente “por homens a serviço do Estado”⁴⁰⁹: sejam

⁴⁰⁷ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Três, 1984 (Biblioteca do Estudante), p. 243.

⁴⁰⁸ ALONSO, Ângela. *A República da degola (1889 – 1916)*. In: *Conflitos*. São Paulo: IMS, 2017, p. 25.

⁴⁰⁹ STUDART, Hugo. *A lei da Selva. Estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a Guerrilha*

eles jagunços licenciados, índios torturados ou soldados “adestrados nos melhores princípios morais do Exército pátrio”⁴¹⁰.

No dia 24, quando voltavam de um contato com a massa, os companheiros Ari, Raul e Jonas pararam próximo de uma gruta. Ari e Raul se aproximaram da gruta para melhor se orientarem. Jonas ficou de guarda, perto das mochilas. Ouviu-se um tiro e Ari caiu. Em seguida ouviram-se mais dois tiros. Raul correu. O comando do Destacamento BC, que também ouvira os tiros, enviou quatro companheiros para pesquisar o que teria havido. Logo adiante, esses companheiros encontraram o corpo de Ari sem a cabeça. Sua arma, rifle 44, seu bernal e sua bússola tinham sido levados. As mochilas de Ari, Jonas e Raul estavam lá. Raul voltou pela manhã ao acampamento e Jonas desapareceu⁴¹¹.

Arildo Airton Valadão morreu no Araguaia aos 25 anos de idade, em novembro de 1973. Era capixaba, estudante de física, e ex-presidente do Diretório Acadêmico de seu curso na UFRJ. No Bico do Papagaio se tornou *Ari*, guerrilheiro do Destacamento C. Já havia escapado de ao menos três confrontos contra tropas militares. Entretanto, no penúltimo mês de 1973 seu destino fora diferente. *Ari* partiu em uma missão de localização, para encontrar “um depósito de feijão, arroz, leite em pó e latas de sardinha, feito antes dos combates”⁴¹². Foi morto por uma patrulha de guias locais a serviço do Exército: Sinésio Martins, Iomar Galego e Raimundo Baixinho atiraram em *Ari*, *Raul* e *Jonas*, enquanto os guerrilheiros caminhavam por entre os troncos das castanheiras. Arildo recebeu um tiro no peito e caiu. Durante depoimento prestado em 2011, Sinésio Martins Ribeiro, chefe do grupo de mateiros que emboscou *Ari* relatou:

Nós escutamos mexer as folhas assim, aí a gente se agasalhou, pra frente do mato, parecendo um pau. Nós não pensamos que era gente não, nós pensamos que era anta ou veado, ia arrastando aquilo com aquela força, né? Aí eu botei a espingarda, Iomar botou a espingarda e atirou no Ari, e eu parei o outro (Raul) com a espingarda na frente e atirei, mas só pegou na mochila, e diz que tinha um prato de malto e o prato foi que recebeu o tiro, aquilo não fura, aí ele tirou a mochila assim e ó (fugiu). E o Josias nós não vimos, estava escondido. E quando ele (Ari) caiu, eu disse: “*Despe o homem e tira o bico do papagaio. Porque a ordem era essa*”⁴¹³. (Negritos e itálicos meus)

Arildo Valadão foi degolado a golpes de facão. Arrancar o “bico do papagaio” era o eufemismo macabro do Araguaia para a decapitação dos guerrilheiros. A cabeça

do Araguaia. São Paulo: Geração Editorial, 2006, p. 249.

⁴¹⁰STUDART, Hugo. *A lei da Selva. Estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Geração Editorial, 2006, p. 249.

⁴¹¹ARROYO, Ângelo. *Relatório Arroyo*. 1976. In: POMAR, Wladimir. *Araguaia: O Partido e a Guerrilha – Documentos Inéditos*. São Paulo: Ed. Brasil Debates, Col. Brasil Estudos, nº 2, 1980, p. 269.

⁴¹²NOSSA, Leonencio. *Mata!: o major Curió e as guerrilhas no Araguaia*. Companhia das Letras, 2012, p. 175.

⁴¹³Depoimento de Sinésio Martins Ribeiro prestado em 2011, para reportagem da Agência Pública – Jornalismo investigativo. Disponível em: <https://vimeo.com/25333453>.

de *Ari* foi colocada em um “saco plástico grosso”⁴¹⁴ e entregue na Base Militar de São Raimundo ao major de codinome *Dr. César*. Ele, cujo nome verdadeiro era José Teixeira Brant pagou pela cabeça do guerrilheiro do Destacamento C. Os bate-paus receberam algo em torno de mil cruzeiros pelo serviço. Foi o preço da vida de *Ari*, conhecido na região por prestar assistência odontológica aos moradores. No livro *Bacaba*, o tenente José Vargas Jimenez, apelidado na região de *Chico Dólar*, confirmou o ocorrido: “No dia 24 de novembro, na região de Pau Preto, o guerrilheiro Arildo Airton Valadão foi morto e decapitado por um GC, comandado por um segundo sargento”⁴¹⁵.

Após a decapitação de *Ari*, a prática injustificável de cortar cabeças como prova do serviço realizado se espalhou entre os jagunços e bate-paus comandados pelas Forças Armadas. As cabeças chegavam às bases militares e os executores recebiam pelo serviço prestado às tropas do Estado brasileiro. Como afirmou Elio Gaspari, “a degola de Canudos, do Contestado e das volantes do cangaço também chegaram ao Araguaia”⁴¹⁶.

Nos últimos dias de novembro de 1973, Áurea, Ribas, *Lauro*, *Chicão*, Jaime, *Simão* e Daniel acampavam na região da Grota do Nascimento. O grupo de guerrilheiros pretendia costurar roupas e sapatos, dar manutenção nos armamentos, caçar jabutis e pescar tambaquis. Enquanto os companheiros organizavam os fazeres do acampamento, *Chicão*, Ribas e Jaime adentraram a mata para caçar o jantar. Por volta das cinco horas da tarde, os guerrilheiros foram surpreendidos por uma tropa do Exército, comandada pelo oficial de codinome *Doutor Silva*⁴¹⁷.

[...] O mateiro Cícero e outro morador, Raimundo Severino, guiam a patrulha. Em uma curva do caminho, aparece um guerrilheiro. Raimundo aponta a espingarda e puxa o gatilho. Chico recebe o tiro no peito, leva a mão ao rosto e solta um gemido profundo. O lamento de dor e desespero ecoa pela mata e faz Cícero estremecer. Chico morre na hora. Orientado pelo Doutor Silva, Raimundo Severino avança com um facão na direção do corpo. A lâmina corta o pescoço e separa a cabeça do combatente. O sangue quente do comunista escorre pelo chão do Araguaia.(...) Doutor Silva manda Cícero colocar a cabeça do guerrilheiro em um saco e carregar até outro ponto da floresta. Com os nervos abalados pela cena, o mateiro tem a sensação de carregar um corpo inteiro⁴¹⁸.

⁴¹⁴NOSSA, Leonencio. *Mata!: o major Curió e as guerrilhas no Araguaia*. Companhia das Letras, 2012, p. 177.

⁴¹⁵Para saber mais: JIMÉNEZ, José Vargas. *BACABA: memórias de um guerreiro de selva da guerrilha do Araguaia*. Campo Grande, Editora do Autor, 2007.

⁴¹⁶GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada – As Ilusões Armadas*. 1a ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 444.

⁴¹⁷Até a presente data, o militar citado não teve sua identidade revelada.

⁴¹⁸MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005, p. 464.

O mineiro Adriano Fonseca Filho tinha 28 anos de idade quando foi degolado. No Araguaia, o estudante de filosofia se transformou em *Chicão* e era chamado pelos companheiros de Queixada - devido ao tamanho de seu maxilar. Os demais guerrilheiros, que se encontravam no acampamento ou em suas proximidades na hora do tiroteio, fugiram. Abandonaram comidas, armas e utensílios. *Simão* e seus comandados se perderam no interior da mata e vagaram durante dias sem comida e sem equipamentos básicos. Ângelo Arroyo narrou o acontecimento em seu relatório da seguinte maneira:

Em seguida, ouviu-se mais seis tiros. O grupo levantou acampamento imediatamente, deixando, no entanto, as mochilas, as panelas, os bornais. O Doca (Daniel Calado) deixou o revólver, que estava consertando no momento da saída. Jaime e Ferreira ficaram desligados do grupo. O Simão não foi à referência procurá-los. Não se sabe o que ocorreu com eles. Durante cinco dias, os demais companheiros, em número de cinco, caminharam pela mata sem ter o que comer e sequer um isqueiro para acender fogo. Ao se encontrarem com o resto da força, apresentavam o corpo inchado de picadas de tatuquira e estavam famintos⁴¹⁹.

O corpo de *Chicão* foi deixado insepulto na mata. Mais tarde, já no mês de dezembro, “outra cabeça chegou a Xambioá. Era de Ribas”⁴²⁰. Antônio Guilherme Ribeiro Ribas, o *Zé Ferreira*, também foi degolado na Terceira Campanha. Naquele momento a Operação Marajoara não se configurava mais como uma campanha militar, era apenas uma charqueada⁴²¹. Segundo Hugo Studart, “o dinheiro pago pelas cabeças vinha das verbas secretas distribuídas entre as equipes. Não havia verba reservada para cobrir o valor de cada cabeça. Para cada uma que aparecia, precisavam fazer uma coleta de dinheiro [...]”⁴²². Durante as filmagens do documentário *Soldados do Araguaia*, o ex-recruta do Exército Guido fez declarações que corroboram com violência das ações aqui expostas. Em certo momento do longa-metragem, ele declarou:

Pega esse saco aqui! Você pegava como se fosse um saco de coco da praia. Tava escorrendo sangue, era cabeça de gente ali dentro. Cabeça de mulher, cabeça de homem.- Pega esse saco ai. Você pegava o saco era cheio de mão. Se melava de sangue pra lá, aquilo ficava fedido no corpo, mesmo que você tomasse banho⁴²³.

⁴¹⁹ARROYO, Ângelo. *Relatório Arroyo*. 1976. In: POMAR, Wladimir. *Araguaia: O Partido e a Guerrilha – Documentos Inéditos*. São Paulo: Ed. Brasil Debates, Col. Brasil Estudos, nº 2, 1980, p. 270.

⁴²⁰NOSSA, Leonencio. *Mata!: o major Curió e as guerrilhas no Araguaia*. Companhia das Letras, 2012, p. 179.

⁴²¹O termo charqueada diz respeito ao local onde os bois são abatidos para o preparo do charque.

⁴²²STUDART, Hugo. *A lei da Selva. Estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Geração Editorial, 2006, p. 248.

⁴²³Depoimento do soldado Manuel Messias Guido Ribeiro. In: FRANCA, Belisário. *Documentário Soldados do Araguaia*. Urca Filmes. Março de 2018.

Ao final da Operação Marajoara, mais cinco ou seis guerrilheiros foram degolados. Alguns tiveram suas mãos e dedos mutilados. Poucos dias antes do natal de 1973, Jaime Petit e Custódio Saraiva Neto - os remanescentes do confronto em que morreu *Chicão* - entraram na roça de Dona Beca e pediram à moradora algumas mandiocas e inhames. Os guerrilheiros foram atendidos e partilharam as raízes com os companheiros de acampamento. Após entregar os alimentos, Jaime decidiu caçar nas redondezas e se perdeu no interior da mata. Já era perseguido cuidadosamente por uma patrulha de militares comandados pelo doutor Silva, e que contava com a experiência de um grupo de guias violentos, bastante conhecido na área. Em depoimento prestado ao Ministério Público, em São Geraldo do Araguaia em julho de 2001, um dos mateiros declarou sobre o confronto:

[...] o Josias, entregou um local na mata que era ponto de encontro dos guerrilheiros, caso se perdessem após algum tiroteio com o Exército; que quem levou os guias ao local foi o próprio Josias; que ao se aproximar do local ele apontou com o dedo e voltou; que nesse instante o Jaime atirou dois tiros e errou e que não atirou mais porque a bala engasgou na arma; que a seguir a equipe atirou muito, que a mata ficou cheia de fumaça; que quando abaixou a fumaça, Piauí foi de rastro e constatou que o Jaime estava morto;(...) que não tinha camisa e a calça estava toda esfarrapada; que as pernas estavam cheias de feridas de 'leicho'; que ele estava muito magro, tinha 5 a 6 cartuchos de bala; que ele foi atingido por muitas balas de FAL; (...); que ele tinha documento de identidade; que retiraram ele da cabana e desceram ele para o pé do morro, onde retiraram a cabeça; que a cabeça foi colocada num saco plástico e levada na mochila do Baixinho; que não tinham como cavar a cova; que cavaram com facão e pedaço de madeira, por isso a cova ficou rasa; que colocaram por cima do corpo umas cuncas de coco; que foram a pé até a casa do Raimundo Galego; que lá já os esperava o Dr. Augusto, que trabalhava na base de São Raimundo, onde acredita que tenha ficado a mochila com a cabeça do Jaime; que isto ocorreu por volta de 15 dias após a morte do Chicão; que o Jaime morreu a aproximadamente 5 km da casa do Raimundo Galego, perto da gruta do Ezequiel [...] ⁴²⁴.

Naquele momento, em dezembro de 1973, dos três irmãos da família Petit que desembarcaram no Bico do Papagaio, apenas Lúcio ainda estava vivo. A decapitação de guerrilheiros foi uma das características da Operação Marajoara. Uma ação bárbara, segundo os valores atribuídos à palavra por Francis Wolff⁴²⁵, capaz de negar sistematicamente a humanidade do outro. Quando o Exército degolou os guerrilheiros, ele os desumanizou. Os comunistas perderam sua condição de indivíduo e receberam a

⁴²⁴*Direito à memória e à verdade*. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007, p. 225.

⁴²⁵WOLFF, Francis. Quem é bárbaro? In: NOVAES, Adauto (org.). *Civilização e barbárie*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

configuração de coisa sem valor. A degola teve a função de destruir a humanidade que compõe a essência do todo sujeito⁴²⁶.

No Araguaia da Operação Marajoara, a violência abominável da decapitação, foi uma prática recorrente. No Bico do Papagaio, a ditadura militar fez ecoar como sentença de morte os versos de Guimarães Rosa em *Grande Sertão Veredas*: “se degola é da banda da direita para a esquerda”⁴²⁷.

“Matem Todos!” A execução de guerrilheiros presos e feridos

Na fase atual torna-se fundamental o prosseguimento das operações até a *eliminação total das Forças Guerrilheiras* do Araguaia – “FOGUERA”. Uma interrupção da operação “Marajoara”, antes da destruição total no inimigo, poderá possibilitar o seu ressurgimento, ainda com maior vigor e experiência. Poderá ainda proporcionar-lhe a comprovação da viabilidade, no Brasil, da guerrilha rural como instrumento de luta para conquista do poder. [...] A situação atual do inimigo, em plena decomposição, minimizará as dificuldades normais, encontradas em operações dessa natureza, em plena selva amazônica. [...] Notável vem sendo a experiência adquirida pelas Forças Legais nas operações de contraguerrilha na selva⁴²⁸. (negritos e itálicos meus)

As informações citadas acima estão redigidas no item 3 – *Conclusão, do Relatório 1/74*, produzido pelo Centro de Informação do Exército. A violência característica da Operação Marajoara e a finalidade do extermínio para o qual foi estruturada ficam evidentes nos trechos relatados acima. Pilar Calveiro defende que, para espalhar o terror e disseminar o medo, a ditadura militar teve que mostrar uma parte do que permanecia nas sombras, ocultos nos porões. Durante a Terceira Campanha de combate a *FOGUERA*, os militares externaram por todas as ruas, rios e caminhos do Bico do Papagaio, sua face mais violenta, e mais devastadora.

No Araguaia da Terceira Campanha, o extermínio foi incentivado, premiado e comemorado. Para reprimir qualquer possibilidade de luta armada na região, os militares exteriorizaram aquilo que tentaram sistematicamente esconder nos porões dos grandes centros urbanos: a política estatal de extermínio de opositores. O ex-ministro da ditadura militar, Jarbas Passarinho justificou o massacre do Exército no Araguaia:

⁴²⁶ Para compreender melhor a ideia ver: CHAUI, Marilena. *A Tortura como impossibilidade da política*. In: ELOYSA, Branca (org). I Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais. Petrópolis: Vozes, 1987.

⁴²⁷ GUIMARÃES ROSA, João. *Grande Sertão Veredas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994, p. 334.

⁴²⁸ “*Relatório Especial de Informações N° 1/74*”, Gabinete do Ministro. Ministério do Exército: Centro de Informações do Exército, Secreto.

Dos guerrilheiros não se diz que, empolgados pelo comunismo que avançava no mundo, pretendiam tomar o poder pela força. Para quê? Para edificar a democracia? Ou, adeptos fervorosos de Stalin, admiradores de Fidel (em cuja ilha foram treinados mais de 200 brasileiros para matar outros brasileiros), erigir uma ditadura, esta, sim, totalitária, nos moldes da que esmagou as liberdades na União Soviética por 72 anos? Que o suposto grupo de esfarrapados, um ‘exército de Brancalone’, estava bem armado, muito bem adestrado, com excelentes atiradores, que resistiram por vários anos às tropas legais e nelas fizeram mortos e feridos?⁴²⁹

A Operação Marajoara deixou um saldo de 47 guerrilheiros mortos. Desses tantos, de 25 a 30 comunistas foram executados quando eram prisioneiros sob a guarda do Estado brasileiro⁴³⁰. Dito de outra forma: mais da metade dos guerrilheiros mortos durante a Terceira Campanha foi executada ferida, presa ou sem oferecer qualquer resistência ou perigo. Esse padrão operativo é característico de uma manobra de extermínio. Diante dessa perspectiva, é importante reiterar uma análise objetiva: no Bico do Papagaio, mesmo diante de uma matriz institucional de violência estatal, a ditadura militar “violou sistematicamente a sua própria legalidade de exceção”⁴³¹.

No final de outubro de 1973, um grupo de guerrilheiros do Destacamento A estava reunido ao sul da região conhecida como Metade. Planejavam estratégias para deslocamentos futuros e discutiam as próximas ações. Estavam bastante abatidos desde a morte do comandante *Zé Carlos*. “Sônia e um morador recrutado chamado Wilson saíram do acampamento na tarde do dia 24 com intenção de encontrar outros dois companheiros. A dupla desobedeceu a ordem de não andar por caminhos conhecidos por moradores da região”⁴³². Naquela altura, foi um erro mortal.

Seu deslocamento foi rastreado pela patrulha militar comandada pelo Major Asdrúbal, codinome de Lício Augusto Maciel. Segundo informa o próprio militar em seu livro *Guerrilha do Araguaia, relato de um combatente*:

[...] estávamos nos adiantando, avançando, ganhando terreno, eles andavam despreocupado, às vezes se dispersando na mata. Nós marchávamos firme e silenciosamente. Cerca das 17 horas estávamos entrando em terreno lamacento, mata fechada, próximo a um riacho. Diminuímos o passo. João Pedro achou um coturno marrom escondido na moita. O inimigo estava muito próximo, as pegadas na lama já não tinham folhas caídas por cima, eram bem

⁴²⁹ PASSARINHO, Jarbas. *Uma estranha guerra*. Jornal **O Liberal**. Belém, 24 de junho de 2001, p. 04.

⁴³⁰ Para saber mais ver: GASPARI, Elio. *A Floresta dos Homens sem Alma*. In: *A Ditadura Escancarada – As Ilusões Armadas*. 1a ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 399 a 464; MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. *O Extermínio*. In: *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005, p.449 a 533.

⁴³¹ SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloísa. *Brasil: Uma Biografia*. São Paulo: Companhia das letras, 2014, p.468.

⁴³² MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005, p. 458.

frescas, nítidas. Dessa vez o anoitecer na mata não iria nos obrigar a desistir de pegá-los. [...] Não tínhamos tempo a perder⁴³³.

O coturno marrom citado por Lício Maciel pertencia à combatente *Sônia*. As botas eram de uma numeração menor e apertavam os pés da guerrilheira que, erroneamente, as deixou na beirada de um rio enquanto descansava. Quando retornou ao local, não encontrou mais seu par de sapatos. Não compreendeu o que estava acontecendo. “Pensou tratar-se de uma brincadeira. Assoviou para chamar o responsável pelo sumiço. Apareceu uma patrulha do Exército chefiada pelo Dr. Asdrúbal”⁴³⁴.

Emboscada pelos militares, *Sônia* desabotoou o um velho revólver do coldre, recebeu um tiro nas pernas, tentou correr, mas caiu. Urrou de dor e de ódio. “Ela chorava e gemia gritando, desesperada, segurando a perna ferida, sangrando muito, com o fêmur partido, visivelmente”⁴³⁵. Lício Maciel se aproximou da guerrilheira. “Achou a moça bonita e não verificou se continuava armada”⁴³⁶. *Sônia* puxou o revólver e atirou três vezes. Uma das balas atingiu o braço do Major Curió (Dr. Luchni) que tombou atrás de uma árvore. As outras duas atingiram o rosto e o braço de Lício Maciel, que subitamente caiu desacordado. Sobre a sequência dos acontecimentos, o sargento Cid⁴³⁷, que estava presente na patrulha que emboscou *Sônia*, narrou:

[...] revidamos eu e Javali, atiramos nela por cima de onde você estava e avançamos cuidadosamente [...] Ela se arrastara para dentro de uma moita e a pouca claridade, quase escuridão, impedia que a enxergássemos [...] ouvimos um gemido, ela se arrastando, e partimos em sua direção. Chegamos juntos próximos a ela, deitada de barriga para cima, já em estado deplorável, ensanguentada [...] Pisei em seu braço, ao primeiro movimento [...] perguntei rápido enquanto ela procurava pegar a arma com a mão esquerda: ‘Qual o seu nome?’. Com ar de deboche e muito ódio, ela respondeu aos gritos: ‘Guerrilheira não tem nome’. Eu e João Pedro a metralhamos [...]’⁴³⁸.

Ângelo Arroyo também narrou a execução da companheira em seu relatório:

No dia 24, *Sônia* e Manuel (Rodolfo de Carvalho Troiano) foram ao encontro

⁴³³MACIEL, Lício. *Guerrilha do Araguaia: relato de um combatente*. 2ed, Salto: Editora Schoba, 2011, p. 102-103.

⁴³⁴MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005, p. 458.

⁴³⁵MACIEL, Lício. *Guerrilha do Araguaia: relato de um combatente*. 2ed, Salto: Editora Schoba, 2011, p. 104.

⁴³⁶MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005, p.458.

⁴³⁷Sargento José Conegundes.

⁴³⁸MACIEL, Lício. *Guerrilha do Araguaia: relato de um combatente*. 2ed, Salto: Editora Schoba, 2011, p. 104-105.

dos dois que haviam levado o rapazinho. Não encontraram. À tarde, novamente Sonia e Wilson (elemento de massa) voltaram ao local de encontro. Recomendou-se que não fossem por um piseiro antigo, pois ali poderia haver soldados emboscados. Acontece que Sônia acabou indo pelo piseiro e, como decidisse caminhar descalça, deixou a botina no caminho. Quando voltou, não encontrou a botina. Pensou que fosse brincadeira de gente de massa. Chamou por um nome conhecido. Apareceu uma patrulha do Exército que atirou nela, ficando ferida. Os soldados, - segundo relatou gente de massa -, perguntaram-lhe o nome. E ela respondeu que era guerrilheira que lutava pela liberdade. Então, o que comandava a patrulha, respondeu: "Tu queres liberdade. Então, toma..." desfechou vários tiros e a matou⁴³⁹.

Sônia era a carioca Lúcia Maria de Souza. Tinha 29 anos de idade quando foi metralhada. Era estudante de Medicina. Atuou como parteira no Araguaia e tratou dezenas de crianças. O corpo da guerrilheira foi abandonado na "lama da Borracheira. Tornou-se repasto de animais"⁴⁴⁰.

As execuções sumárias da Terceira Campanha avançaram sobre os guerrilheiros, mês após mês. Muitos foram assassinados doentes e desarmados, como foi o caso do combatente *Manoel*, ou *Mané*. Entre janeiro e dezembro de 1973, o comunista Rodolfo de Carvalho Troiano perdeu-se de seus companheiros do Destacamento A. Vagou sozinho durante semanas, pela localidade de Brejo Grande, nos campos do Tabocão. Estava faminto, com o corpo tomado pelas feridas da leishmaniose e sofria com os acessos de febre provenientes da malária. Perdera seu revólver durante uma fuga. Foi encontrado por uma patrulha do Exército enquanto dormia em uma casa de palhoça abandonada. Aos murros e pontapés, os militares jogaram *Manoel* no chão da mata e descarregaram-lhe os fuzis.

Rodolfo, mineiro de Juiz de Fora, tinha 24 anos quando foi executado. Não ofereceu resistência, não atacou, não confrontou os militares. Estava exausto. Nas palavras de Pilar Calveiro, guerrilheiros como *Mané* apresentavam, após anos de combate, perdas e perseguições, "um enorme cansaço corporal e um esgotamento político que favoreciam a atitude de 'entrega': sua energia para se opor e resistir [...] já estava desgastada"⁴⁴¹. A patrulha militar deixou Brejo Grande, ordenando aos moradores da proximidade que enterrassem o corpo do guerrilheiro. Os camponeses Luiz Martins dos Santos e Zulmira Pereira Neres declararam, a respeito da execução do

⁴³⁹ARROYO, Ângelo. *Relatório Arroyo*. 1976. In: POMAR, Wladimir. *Araguaia: O Partido e a Guerrilha – Documentos Inéditos*. São Paulo: Ed. Brasil Debates, Col. Brasil Estudos, nº 2, 1980, p. 266-267.

⁴⁴⁰GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada – As Ilusões Armadas*. 1a ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 443.

⁴⁴¹CALVEIRO, Pilar. *Poder e Desaparecimento: os campos de concentração da Argentina*. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 97.

ex-líder do Movimento Estudantil Rodolfo de Carvalho Troiano:

[...] por volta das 6 ou 7 horas da manhã, os declarantes ouviram rajadas de tiros e, logo em seguida, 2 tiros separados; que, em seguida, chegou um soldado de volta da mata, pedindo uma rede; que os declarantes deram-lhe a rede; que, em seguida, os militares e Sebastião voltaram da mata, carregando a rede com um corpo envolto em um saco plástico azul; que os militares jogaram a rede na frente da casa dos declarantes, como se joga um porco, e chamaram Zé dos Santos para cavar a sepultura; que Zé dos Santos cavou a sepultura a 5 metros da frente da casa de seu cunhado, próximo a um tronco grosso caído; que os militares e Sebastião falaram aos declarantes que foi Manoel quem foi morto; [...] estava deitado em baixo do pau com um tiro nas costas, à altura da cintura, mas ainda vivo; que um dos militares pegou sua FAL, apontou para a cabeça de Manoel, e deu dois tiros⁴⁴².

Ainda sob a perspectiva de execuções de guerrilheiros feridos e doentes, partindo do ponto de vista e da experiência de um militar que combateu durante a Operação Marajoara, o ex-soldado Josean analisou:

Me diz, o cara cheio de malária, desarmado, o que ele pode fazer ali no mato, me diz. Ele não tinha ação pra nada meu irmão. Os caras não tinha ação de caminhar cara. Não tinha ação de levantar, a cabeça pesa parece que, sabe como é que é. Qualquer pessoa, até uma criança pegava um cara desse aí e amarra ele ... Agora dez homens pega um cara desse aí, fuzilam o cara poxa [...] e esses caras que morreram? Quem matou eles foi o relâmpago, foi o raio? foi os comandante [sic]⁴⁴³.

No livro *Trevas no Paraíso – Histórias de amor e guerra nos tempos de chumbo*, o escritor Luiz Fernando Emediato mistura ficção com realidade, costurando tramas de dor e sofrimento, ambientadas no contexto da ditadura militar. No capítulo homônimo a obra, o autor estruturou a narrativa em torno de acontecimentos que envolvem a Guerrilha do Araguaia. Em determinado momento, Luiz Fernando Emediato escreveu:

No terceiro dia chegaram os helicópteros e os aviões. Vimos um grupo de homens sujos e ensanguentados sendo arrastados pelas ruas como bichos, as mãos amarradas e tangidos pelos militares. Um dos militares chutou um dos homens. Ele caiu, e só então, quando se ergueu, pudemos ver que não era um homem, era uma moça. Tinha rosto inchado com pelotas de sangue nos olhos e no canto dos lábios. Ela olhou para mim assustada e desviei os olhos, com medo. Mas ela continuou olhando. Então eu cheguei perto num instante em que eles pararam e ela gemeu alguma coisa para mim. Acho que queria dizer o seu nome, mas estava muito fraquinha, quase desmaiando. Um soldado deu

⁴⁴²Declaração prestada ao Ministério Público Federal, em 06 de julho de 2001, em São Domingos do Araguaia, pelo casal de camponeses Luiz Martins dos Santos e Zulmira Pereira Neres.

⁴⁴³Depoimento do soldado Josean. In: FRANCA, Belisário. *Documentário Soldados do Araguaia*. Urca Filmes. Março de 2018.

um cutucão nela e gritou: - Andando! Vamos andando. Andando!⁴⁴⁴

A ficção da narrativa de Luiz Fernando Emediato caminha de maneira tão tênue com a história da Guerrilha do Araguaia que nos provoca reflexões. O escritor traveste sua criação com traços de realidade. Fala de uma guerrilheira imaginária em certa perspectiva. Mas seus versos poderiam facilmente representar as histórias de *Lia*, do Destacamento B.

Em setembro de 1974, a carioca Telma Regina Cordeiro Corrêa foi capturada por uma patrulha de bate-paus e soldados do Exército. Ela vagava perdida nas matas de São Geraldo do Araguaia há semanas. Estava desnutrida e doente. Foi entregue a José Olímpio, engenheiro do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem. O homem trabalhava para o Exército e fez questão de “passar” com *Lia* amarrada pelas ruelas do lugarejo. No dia 7, a guerrilheira desembarcou em Xambioá, ainda viva:

Estava ‘encapotada’ num saco de estopa com as mãos amarradas por imbirá. Depois de passar a noite na ‘senzala’, foi levada aos generais Hugo Abreu e Ferraz na Rocha. Após uma hora de interrogatório, a guerrilheira de olhos vendados, foi escoltada pelo capitão Curió até a pista de pouso, onde estava um helicóptero⁴⁴⁵.

Segundo declarações do coronel Pedro Corrêa Cabral – um dos poucos oficiais que falam abertamente sobre a matança no Araguaia – os militares levavam os guerrilheiros amarrados de volta para o interior das matas. No final da tarde daquele dia 7, *Lia* subiu no helicóptero VH1H para “viajar” para Brasília. A aeronave retornou para base, sem a guerrilheira. A estudante de geografia tinha 27 anos quando morreu no Bico do Papagaio. O ex-soldado Raimundo Antônio Pereira de Melo, que vigiou a guerrilheira durante a madrugada do dia 7, declarou sobre Telma Regina:

O que eu tenho mais remorso da minha época é de não ter deixado a Lia ir embora. Isso eu não esqueço dessa menina de jeito nenhum. Pode dar um, dois, três, quatro, 10, 20, 30 do mês que eu todo dia lembro dessa menina. E depois eu saber que ela morreu ali dentro e eu fui um dos que guardou ela, pra depois eles levarem ela pra ser jogada lá de cima do helicóptero. Isso tá dentro da minha mente todo dia. É no meu pai nosso e ave maria todo dia que eu vejo aqueles olhos graúdos dela na minha frente e eu nunca vou esquecer disso. E meu pesadelo maior é com ela junto [choro]⁴⁴⁶.

⁴⁴⁴ EMEDIATO, Luiz Fernando. *Trevas no Paraíso – Histórias de amor e guerra nos tempos de chumbo*. São Paulo: Geração Editorial, 2014, p. 125.

⁴⁴⁵ NOSSA, Leonencio. *Mata!: o major Curió e as guerrilhas no Araguaia*. Companhia das Letras, 2012, p. 216.

⁴⁴⁶ Depoimento do soldado Raimundo Antônio Ferreira de Melo. In: FRANCA, Belisário. *Documentário Soldados do Araguaia*. Urca Filmes. Março de 2018.

O roteiro das execuções de prisioneiros era objetivamente violento e visava, sobretudo, a manutenção do sigilo operacional. Na maioria das vezes, os guerrilheiros eram colocados vendados nos helicópteros e levados a zonas da mata distantes dos acampamentos militares. Os pontos de pouso dentro da floresta não eram fixos, mudavam conforme o preso. Junto do guerrilheiro no helicóptero, iam os integrantes das equipes especiais de inteligência, devidamente encapuzados. “Corajosos” soldados sem rosto, combatendo “perigosos” inimigos amarrados.

Os agentes responsáveis pelas execuções sumárias de prisioneiros eram metodicamente selecionados para a tarefa. Quando o helicóptero pousava, os militares caminhavam por alguns quilômetros pelo interior da mata. Paravam em um ponto estrategicamente remoto e executavam o guerrilheiro prisioneiro, na maioria das vezes com tiro na cabeça. A equipe militar era retirada do local, por outro helicóptero, com uma tripulação completamente diferente da primeira e em uma área distante daquela da execução. Na viagem de volta, embarcavam apenas os agentes do Exército⁴⁴⁷.

Padeceu do mesmo destino a comunista Áurea Eliza Pereira. Foi sentenciada pelos militares a “transferência” para Brasília – “termo que indicava os procedimentos de matar e desaparecer com o prisioneiro”⁴⁴⁸. A declaração do ex-soldado Ribamar ajuda a elucidar os significados das *viagens* para a capital federal:

Brasília era o passeio noturno. - Fulano da cela tal vai pra Brasília hoje. Ai dava sabonete, um talco, desodorante. Saia todo bonitinho [...] rapaz, acho que eles tinham era um caixa daqueles desodorantes, todo preso eles davam um, pra tomar banho, pra ir cheiroso⁴⁴⁹.

A prática de tratar as doenças, dar roupas e vitaminas, permitir banhos e procedimentos de higiene a guerrilheiros prisioneiros que seriam posteriormente executados também foi uma prática bastante comum da Terceira Campanha. “Essa ‘lógica perversa’ [...] dificultava a compreensão do prisioneiro de que seria executado,

⁴⁴⁷Para saber mais sobre isso, ver: STUDART, Hugo. *Terceira Campanha. Quem os Derrotou? Ninguém sobreviveu para contar*. In: *A lei da Selva. Estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Geração Editorial, 2006, p. 213 a 254; CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *A Terceira Campanha: a ofensiva final*. In: *Guerrilha do Araguaia – Esquerda em Armas*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012, p. 160-192;

⁴⁴⁸TELES, Janaína de Almeida. *Ditadura e repressão no Brasil e na Argentina: paralelos e distinções*. In: CALVEIRO, Pilar. *Poder e Desaparecimento: os campos de concentração da Argentina*. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 12.

⁴⁴⁹Depoimento do soldado Ribamar. In: FRANCA, Belisário. *Documentário Soldados do Araguaia*. Urca Filmes. Março de 2018.

pela aparente contradição entre uma ação e outra”⁴⁵⁰. Era uma esperança macabra, falsa e fúnebre.

Áurea foi capturada no início de 1974, junto com Batista, seu companheiro de Destacamento. Pediram comida no sítio de Dona Petronilha, no pé da Serra das Andorinhas, próximo ao córrego do Ezequiel. Foram emboscados por uma patrulha de mateiros, comandados pelo jagunço Domingos Araújo. Áurea se rendeu diante do grupo de guias do Exército: “estava sem força, pálida, com uma calça e uma blusa encardidas e em fiapos. Carregava na cintura um revólver 38 e um facão”.⁴⁵¹ Os guerrilheiros foram entregues amarrados e desarmados na base militar de Xambioá, para o Doutor César – codinome de José Teixeira Brant. Francisco Amaro Lins, ex-militante do PCdoB que também estava preso, declarou ter visto Áurea em “boas condições”, vestindo roupas limpas e recebendo tratamento para suas feridas. Após alguns dias na base, com os machucados da leishmaniose já praticamente secos, a guerrilheira foi chamada para “viajar para Brasília”.

O ex-soldado Fonseca estava presente na base militar, no momento em que Áurea embarcou na aeronave:

[...] o helicóptero sumiu com ela. Ela tava lá na cabeceira da pista.[...] O pessoal pegou e disse que ia levar para Brasília. A Aurea... ai voou ali uns 20, 30 minutos e o helicóptero voltou [...] Eu falei: - Pô Brasília não é longe não, nós tamo perto de Brasília, porque o helicóptero foi em 20, 25 minutos e já voltou. Pronto, ninguém a viu mais.⁴⁵²

Nenhum guerrilheiro retornou das “viagens para Brasília” da Operação Marajoara. As ações de execuções sumárias ficaram restritas a um pequeno grupo de militares que, muitas vezes, desconheciam as ações uns dos outros. Um grupo de extermínio para uma operação de extermínio. A mais longa manobra militar no Araguaia desencadeou atos de exceção, desde o primeiro dia de operações. Os voos para Brasília da Terceira Campanha substituíram combatentes mortos durante luta e enfrentamento, por cargas desumanizadas, executadas e jogadas aos mares e aos rios.

A mineira Walkíria Afonso Costa foi a última guerrilheira morta no Araguaia. Estudante de pedagogia, ela embarcou para o Bico do Papagaio com o marido Idalísio

⁴⁵⁰Pilar Calveiro escreve a frase sobre as execuções sumárias dos presos políticos da ditadura argentina. Entretanto, o padrão operativo daquelas execuções tem grande verossimilhança com as ações da Marajoara. Ver: CALVEIRO, Pilar. *Poder e Desaparecimento: os campos de concentração da Argentina*. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2013, p.82.

⁴⁵¹NOSSA, Leonencio. *Mata!: o major Curió e as guerrilhas no Araguaia*. Companhia das Letras, 2012, p. 198.

⁴⁵²Depoimento do soldado Fonseca. In: FRANCA, Belisário. *Documentário Soldados do Araguaia*. Urca Filmes. Março de 2018.

Soares Aranha Filho. Foi presa vagando pela mata, com roupas esfarrapadas, faminta e desarmada. Alguns dias depois de chegar a Base Militar de Xambioá, foi executada com tiros na cabeça. Segundo depoimento do ex-guia do Exército Sinésio Martins Ribeiro, Walquíria estava

[...] viva dentro da base de Xambioá; que a Valquíria contou aos militares que estava com o Osvaldão quando este foi morto; que a mesma perdeu a espingarda nesta vez, pois a mesma ficou enganchada num pau; [...] que na base de Xambioá viu ela ser levada por um soldado do Exército para o rumo do jatobá; que o ‘carrasco’ (sic) levava uma arma curta; que a arma era ‘surda’ e não se escutava o tiro; que atrás ia outro soldado levando uma lata grande de bolacha com cal virgem; que dias depois ele perguntou ao soldado por ela e teve como resposta ‘já era’, que esta resposta significava que tinha sido morta[...]⁴⁵³

A Operação Marajoara chegou ao fim em outubro de 1974. A guerrilha estava totalmente exterminada. A Terceira Campanha não teve nenhuma aplicabilidade de guerra. Foi “apenas” um meio, para a finalidade do extermínio. Uma operação estatal de violência desregrada, de matança em larga escala, injustificável. Para concluir o tópico, é importante refletir sobre os resultados e significados da Operação Marajoara: “o fenômeno dos desaparecidos não se refere a um massacre de ‘vítimas inocentes’, mas sim ao assassinato e à tentativa de desaparecimento e desintegração total de uma forma de resistência e oposição”⁴⁵⁴.

⁴⁵³Depoimento prestado pelo ex-guia do Exército Sinésio Martins Ribeiro para o Ministério Público Federal em São Geraldo do Araguaia, em 19 de julho de 2001.

⁴⁵⁴CALVEIRO, Pilar. *Poder e Desaparecimento: os campos de concentração da Argentina*. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 148.

Conclusão

Vesti a água de escura de meu povo.
Comi a lama negra dos esgotos.
Fui leito de suicidas e assassinados [...]
Recebi no corpo o vômito das indústrias, os andrajos da vida,
bagaço de esperanças acorrentadas,
ao ritmo seco das máquinas.
Tornando lama, abri meu caminho
Nos olhos de uma cidade amarga.
Transitei pelo avesso dos jardins,
O avesso da paisagem publicada.
Leito de assassinados
Levo meus passos agora
Ao de me encontrar
Como rio que conduz
Muitos outros no seu corpo [...]⁴⁵⁵

Suely Yumiko Kanayama era estudante de letras da USP quando desembarcou no Araguaia no final de 1971. Tornou-se *Chica*, guerrilheira do Destacamento B. Era péssima no treinamento de deslocamentos e tiro, mas desenvolveu um excelente trabalho junto à população da região, prestando-lhes cuidados médicos. Suely tinha 25 anos quando morreu em 1974. Foi presa, torturada e fuzilada no interior da mata. Seu corpo foi enterrado na região da Bacaba⁴⁵⁶. Em 1975, segundo declarou um coronel da Aeronáutica,

[...] sua cova foi aberta e o corpo de Suely desenterrado. Intacto, sem roupa, a pele muito branca não apresentava nenhum sinal de decomposição, apenas marcas de bala. Desenterrado, o corpo de Suely foi colocado num saco plástico e levado até meu helicóptero que o transportou para um ponto ao sul da Serra das Andorinhas, a 100 km de distância. Ali fizeram uma pilha de cadáveres também desenterrados de suas covas originais. Cobertos com pneus velhos e gasolina, foram incendiados.⁴⁵⁷

A Operação Limpeza foi desencadeada durante o período de chuvas, no início de 1975. Tropas militares retiradas da região após o fim da Marajoara retornaram ao Bico do Papagaio. Romarias de familiares e jornalistas começavam a acontecer. O Exército temia que os corpos dos comunistas fossem descobertos, uma vez que dezenas de

⁴⁵⁵TIERRA, Pedro. *O Sangue do Rio*. In: *Poemas do Povo da Noite*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010, p.94.

⁴⁵⁶ Para saber mais sobre a morte da guerrilheira *Chica*: NOSSA, Leonencio. *Mata!: o major Curio e as guerrilhas no Araguaia*. Companhia das Letras, 2012, p. 204; MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005, p. 513. Relato do caso de Suely Yumiko Kanayama na Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/suely-yumiko-kanayama>

⁴⁵⁷Entrevista do coronel da Aeronáutica, Pedro Cabral à Revista *Veja*, Edição 1309 de 13 outubro de 1993. Matéria de Capa: *Eu vi os corpos queimando*.

camponeses da região conheciam as localizações das covas.

O fator climático também preocupava as Forças Armadas. Com tempestades e chuvas torrenciais, a chance de emersão de corpos à superfície era grande, já que não haviam sido sepultados corretamente. No combate a Guerrilha do Araguaia, “o dispositivo concentracionário dedicou um grande esforço ao ocultamento e a destruição dos restos humanos e um de seus lemas foi: ‘Não se entregam os cadáveres’”⁴⁵⁸.

Orientadas pelas equipes de inteligência e execução, as tropas militares localizaram os corpos dos guerrilheiros que estavam enterrados em cemitérios e nas proximidades dos acampamentos militares. Os cadáveres e restos mortais foram desenterrados, colocados em sacos plásticos pretos e transportados, sobretudo, para a Serra das Andorinhas.

Dois helicópteros levaram os corpos [...]. Em cada viagem transportaram de dois a cinco cadáveres putrefatos. O mau cheiro tomou conta dos ambientes. Os militares puseram máscaras de gás [...] De dentro dos helicópteros, os agentes jogaram os corpos, uns sobre os outros, perto de uma palmeira da serra. Lançaram pneus velhos, despejaram gasolina e atearam fogo⁴⁵⁹.

A Operação Limpeza não se limitou à destruição dos restos mortais dos guerrilheiros: grande parte dos documentos relativos à Operação Marajoara e aos atos de exceção praticados pelas Forças Armadas também foram incinerados durante a manobra. “[...] As unidades das Forças Armadas [...] receberam ordens expressas de cremar todos os documentos operacionais da Terceira Campanha. Dentro do CIE, a ordem foi dada pessoalmente pelo general Confúcio à equipe de Seção de Operações”⁴⁶⁰. Se a Operação Marajoara teve o objetivo de aniquilar as forças guerrilheiras, a Operação Limpeza foi desencadeada para exterminar os vestígios da sua história. “Acabou a Guerrilha do Araguaia, naquele momento, para o governo militar. Faltava pegar Joaquim, mas o dirigente comunista se encontrava fora da área de confronto havia um ano”⁴⁶¹.

Em janeiro de 1974, Ângelo Arroyo, o *Joaquim*, deixou o Bico do Papagaio. O dirigente comunista decidiu abandonar a área após escapar de sucessivas emboscadas de

⁴⁵⁸CALVEIRO, Pilar. *Poder e Desaparecimento: os campos de concentração da Argentina*. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 147.

⁴⁵⁹MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005, p. 514.

⁴⁶⁰STUART, Hugo. *A lei da Selva. Estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Geração Editorial, 2006, p. 279.

⁴⁶¹MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005, p. 514.

patrulhas militares. Havia conseguido fugir de ao menos quatro ataques do Exército. Arroyo saiu do Araguaia com a ajuda do guerrilheiro *Zezinho*, Micheas Gomes de Almeida. Ele era o “mais preparado militante do partido para as entradas e saídas da região do confronto”⁴⁶². *Zezinho* foi o responsável, durante muitos meses, por conduzir os companheiros para fora – ou para dentro – do teatro de operações. Guiou, anos antes, Elza Monerat, Criméia, João Amazonas e tinha o costume de viajar até cidades mais distantes como Anápolis, para comprar remédios e itens de emergência.

Quando saíram do Bico do Papagaio na metade de janeiro de 1974, nem Micheas Gomes nem Ângelo Arroyo sabiam ao certo quantos companheiros haviam deixado vivos nos destacamentos. Não recebiam notícias de vários grupos há meses. E não tinham confirmação da morte de *Velho Mário*. Guiado por *Zezinho*, *Joaquim* deixou a região ocupada por patrulhas e sobrevoada por helicópteros, pelos caminhos do Maranhão. Quando atuava como guia, Micheas se transformava em um componente da mata. Era bicho ligeiro, bom de cheiro e bom de rastro.

Andava na frente, com sentidos aguçados. Usava o que aprendeu a vida inteira. As raízes de caboclo, a disciplina do partido, os conhecimentos adquiridos na China e a experiência no Araguaia. Olhava para o céu, para o chão, para os morros, para as árvores. Percebia todos os movimentos, ouvia todos os ruídos. Não se preocupava com a retaguarda onde seguia *Joaquim*⁴⁶³.

Foi *Zezinho* que escolheu os caminhos, quem determinou os horários, quem mandou na execução da missão de retirada. Foi o comandante durante alguns dias. Junto com Arroyo, e antes de evadir-se totalmente da área, fez questão de visitar alguns antigos locais de destacamentos, na esperança de encontrar algum companheiro vivo. Frustrou-se: não viu nenhum de seus amigos. Atravessaram a região do Araguaia com cavalos roubados, cruzaram o rio agarrados em troncos flutuantes, percorreram o cerrado de Goiás, ate o Maranhão. Passaram pelo Piauí e pelo Ceará. Embarcaram para São Paulo, de ônibus, sem documentos e com pouco dinheiro. “A caçada aos guerrilheiros Ângelo Arroyo e *Zezinho* estendeu-se até o Planalto Central. Um *Relatório de Operações* confidencial, produzido no dia 22 de março de 1974 pelo DOI-CODI de Brasília, mostra a preocupação do Exército em localizar a dupla”⁴⁶⁴.

⁴⁶²MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005, p. 480.

⁴⁶³MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005, p. 487.

⁴⁶⁴MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005, p. 498.

Ângelo Arroyo e Micheas Gomes chegaram a São Paulo ainda em fevereiro de 1974. Ao desembarcar na capital paulista, os companheiros se separaram. *Zezinho* deixou o amigo e sumiu pelos interiores do país, fugindo da repressão. Não deixou rastros por muitos anos. Já Arroyo, assim que firmou morada em São Paulo, tratou de procurar imediatamente a direção do PCdoB. Ele não tinha contato com o Comitê Central do partido há dois anos, desde a fuga de Elza Monerat.

Em reunião com a alta cúpula do PCdoB – a parte que estava viva e em liberdade – o ex-vice comandante da FOGUERA apresentou um relatório da luta no Bico do Papagaio. Exagerou nos números apresentados e narrou a morte dos companheiros. A análise dos militantes do PCdoB apontou claramente para a derrocada do movimento armado do Araguaia. Entretanto, ainda soterrado pelos acontecimentos vividos, Arroyo negou sistematicamente o fracasso e os erros da guerrilha.

No fim do primeiro semestre de 1975, a ilusão do sucesso de resistência no Araguaia mantinha-se inalterado no discurso do dirigente comunista. A morte da última guerrilheira da FOGUERA completava nove meses naquele momento. Contrariando o fato já sacramentado, Arroyo declarou: “A guerrilha no sul do Pará sobrevive há mais de três anos. Nenhuma luta com esse caráter em nosso país sustentou-se durante tanto tempo”⁴⁶⁵.

No início de julho de 1975, a quase totalidade das organizações da esquerda armada já se encontrava desmantelada e desestruturada. Mesmo diante dessa perspectiva, a repressão prosseguiu com as perseguições, as prisões, as torturas e os assassinatos. Investigado, Ângelo Arroyo transformou-se em *Jota* e se manteve recluso, quase que integralmente, em um aparelho do PCdoB no bairro da Lapa, região oeste da capital São Paulo.

Dentro do PCdoB, continuava o debate em torno da avaliação da guerrilha. As críticas encabeçadas por Pedro Pomar ganhavam força à medida que o tempo passava e ficava evidente o extermínio dos combatentes. Os dirigentes começaram a preparar uma reunião da Executiva e do Comitê Central para dezembro de 1976. O encontro tinha o objetivo de discutir o Araguaia e, se possível, unificar a posição do partido⁴⁶⁶.

Nos dias 14, 15 e 16 de dezembro de 1976, aconteceu a reunião do Comitê Central do PCdoB, na casa alugada pelo partido na Rua Pio XI, número 767, no bairro

⁴⁶⁵ARROYO, Ângelo. *Análise do Partido sobre a Guerrilha do Araguaia*. Partido Comunista do Brasil. 1975.

⁴⁶⁶MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005, p. 522-523.

da Lapa. Estavam presentes para prosseguirem com as discussões e debates: Ângelo Arroyo, Haroldo Lima, Aldo Arantes, Pedro Pomar, Jover Telles, Joaquim Celso Lima, Maria Trindade, Wladimir Pomar, João Batista Franco Drummond, Elza Monerat e João Amazonas. Os comunistas já eram vigiados há dias pelas forças da repressão⁴⁶⁷. Em 14 de dezembro de 1976, foi processado pelo Chefe do Estado Maior, o general Carlos Xavier Miranda, um documento intitulado “Do chefe do Estado Maior do II Exército ao Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo”. O relatório foi encaminhado para o general Erasmo Dias e determinou em certo momento:

O DOI-CODI realizará no dia 16 do corrente, uma operação urbana, visando a detenção de militantes do PCdoB, que se encontram homiziados na casa sita à Rua Pio XI, n. 767, bairro da Lapa, nesta cidade. Em consequência solicito providências no sentido de que a partir de 6h do dia 16 de dezembro de 1976 seja montado um esquema de segurança, com a finalidade de tranquilizar os moradores vizinhos da citada residência e os transeuntes, bem como seja o trânsito desviado das proximidades do local onde será realizada a operação⁴⁶⁸.

A ação repressiva comandada pelo torturador assumido, delegado Sérgio Paranhos Fleury, foi iniciada ainda no final da noite do dia 15 de dezembro de 1976. Os militantes do PCdoB que deixaram a casa da Lapa aos poucos, eram surpreendidos pelos socos e pontapés dos agentes do DOI-CODI paulista. Eles foram presos um por um, durante as primeiras horas da madrugada: Wladimir Pomar, João Batista Drummond, Jaques, Elza Monerat, Haroldo Lima e Aldo Arantes. Dentro da casa da Lapa, sem desconfiar das sucessivas prisões que ocorria nas ruas, estavam Maria Trindade, Ângelo Arroyo, e Pedro Pomar.

Na manhã do dia 16 de dezembro, por volta das 7 horas, a ação da repressão prosseguiu, de maneira violenta e implacável. Os agentes do DOI-CODI invadiram a casa do PCdoB, arrombaram as portas e estouraram os vidros. Maria mal teve tempo de se abaixar. Escutou o estouro de uma granada e as rajadas de metralhadora. Sem aviso e sem oferecer qualquer possibilidade de rendição, os policiais descarregaram suas armas na direção de Pedro Pomar e Ângelo Arroyo, que morreram subitamente. Não tiveram sequer a possibilidade de resistir. Os agentes do DOI-CODI prenderam Maria Trindade, a única sobrevivente daquele ataque.

⁴⁶⁷ As principais suspeitas de delação sobre a reunião giram em torno do militante Manoel Jover Telles. Entretanto, até a presente data, não foram apresentados documentos ou depoimentos que comprovem efetivamente tal fato. Optamos aqui por não analisar esse aspecto e prosseguir com o trabalho.

⁴⁶⁸ “Do chefe do Estado Maior do II Exército ao Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo”. Chefe do Estado Maior, general Carlos Xavier Miranda, 14 de dezembro de 1976.

[Pomar] foi atingido na cabeça e em outras partes do corpo, tudo indica que por tiros partidos do vidro da sala, quase à queima roupa, sem possibilidade de qualquer defesa, morrendo instantaneamente. Arroyo, que estava no banheiro, mal teve tempo de sair do corredor. Foi atingido por uma rajada de metralhadora que o levantou do solo e o prostrou definitivamente⁴⁶⁹.

As execuções dos militantes comunistas de dezembro de 1976 ficaram conhecidas como a “Chacina da Lapa”. Logo que a ação do DOI-CODI foi finalizada, a notícia se espalhou e Luiz Eduardo Greenhalgh, um conhecido advogado de presos políticos, chegou a casa 767 da Lapa paulista. Ele observou os corpos de Arroyo e Pomar estendidos no chão, cravados de balas. A residência estava completamente revirada e destruída. Importantes documentos do PCdoB foram levados pelos agentes da repressão. “O massacre desencadeou uma atualização de arquivos e obrigou exilados a refazerem planos de voltar”⁴⁷⁰. A repressão tinha seus nomes, endereços, codinomes: seriam presos assim que ousassem se movimentar ou pisar no país.

Os agentes comandados pelo delegado Fleury tentaram adulterar a cena da chacina, forjando uma situação de troca de tiros, colocando armas ao lado dos corpos. A fraude ruiu com o depoimento do repórter Nelson Veiga, da TV Bandeirantes. Ele denunciou a mentira após entrar furtivamente na casa, sendo confundido por um policial à paisana.

A operação da repressão, que culminou com a “Chacina da Lapa”, foi estruturada para destruir a direção do PCdoB e desarticular qualquer possibilidade de reorganização do partido. Em 1976, dois anos passados desde o fim dos conflitos no Bico do Papagaio, a ditadura militar finalmente conseguiu assassinar o último comandante ainda vivo da Guerrilha do Araguaia. A Operação Marajoara também ecoou em São Paulo e a ordem de não fazer prisioneiros se fez presente no final de 1976. A “Chacina da Lapa”,

Sem dúvida, trancou todo um processo de avaliação crítica que estava se desenvolvendo. A minoria do CC que resistia ao aprofundamento do processo autocrítico assumiu a direção do partido e não demonstrou nenhum desejo de levar adiante a discussão a partir do estágio em que realmente se encontrava antes da tragédia da Lapa. Fez todo o possível para minimizar o grau das divergências e um de seus maiores representantes chegou a declarar à imprensa que Pomar reformularia suas posições se conhecesse os dados do informe de Arroyo (Movimento, nº 215, entrevista de João Amazonas). [...] A antiga minoria do CC desenvolveu esforços, por outro lado, para resolver as

⁴⁶⁹CARVALHO, Luiz Maklouf de. Pedro Pomar. São Paulo: Brasil Debates, 1980, p. 63.

⁴⁷⁰NOSSA, Leonencio. *Mata!: o major Curió e as guerrilhas no Araguaia*. Companhia das Letras, 2012, p. 217.

diferenças políticas com os remanescentes da antiga maioria, através de métodos sem princípios, de calúnias e difamações, repetindo o mesmo que fizeram os revisionistas no período anterior e posterior ao V Congresso. Numa evidente manobra para que o assunto fosse esquecido fez com que uma conferência realizada pelo sistema de cooptação (VII “conferência nacional”) aprovasse como ponto de referência pra a continuação da avaliação sobre a experiência sobre o Araguaia, o editorial de A Classe Operária, de setembro de 1976, editorial que foi repudiado pela maioria do CC em dezembro daquele ano. Está fora de qualquer dúvida, que tomar como ponto de referência não é senão reafirmar que a derrota foi de ordem tática, secundária, militar e provisória (no sentido imediato e não histórico); não é senão reafirmar que se tratou de uma grande vitória política. [...] A Chacina da Lapa representou, assim, um golpe sério do processo ainda débil e carregado de lacunas que se desenvolvia para que o PCdoB, através do exame sério de sua própria experiência, adotasse orientações marxistas-leninistas no terreno da luta de massas, no terreno da organização, etc⁴⁷¹.

Segundo o jornalista Elio Gaspari, a falta de autocrítica e de reflexão do PCdoB a respeito da guerrilha do Araguaia representou um dos mais tristes episódios de “mistificação política produzidos pelo comunismo nacional”⁴⁷². João Amazonas e os demais remanescentes do partido levaram por décadas a fio, ao limite da arrogância, uma narrativa de heroísmo popular, que perpetrava a conclusão de que o movimento armado havia sido um sucesso. A alta cúpula do PCdoB que sobreviveu aos ataques da repressão insistiu por anos em divulgar e combater numa guerrilha que se esvaziara aos poucos, de sua própria história. Enquanto os líderes do partido mantinham-se engessados, os agentes da ditadura militar se encarregavam de combater a História, para apagar os registros de uma guerrilha no coração da Amazônia.

[...] O Exército nunca contou como prevaleceu, e o PC do B nunca reconheceu a derrota militar de sua iniciativa política. Agiram assim porque cada um teve um pedaço da história a esconder. Pelo lado das forças da ditadura, os militares que se apresentavam ao país como um fator de civilização e progresso, encarnaram os valores e os métodos das volantes de caçadores de quilombolas e de cangaceiros. A vida dos inimigos tornara-se uma irrelevância diante de um objetivo maior: o extermínio da subversão comunista. Pelo lado da liderança do PC do B, que se apresentava como a vanguarda de uma guerra popular, ruiu sua conexão com a realidade. Operacionalmente, ela se desligou do que acontecia no Araguaia, tanto em relação aos meios (que eram poucos) como em relação à responsabilidade que lhe cabia. Substituiu o massacre de seus quadros pela propaganda da iniciativa. O extermínio tornara-se uma irrelevância diante do objetivo maior: a autoglorificação do partido. Perseguindo objetivos que ora prescindiam dos fatos, ora os temiam, a ditadura e o PC do B entrariam para a história com o mesmo slogan: “Vencemos”⁴⁷³.

⁴⁷¹POMAR, Wladimir. O Partido e a Guerrilha. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

⁴⁷²GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada – As Ilusões Armadas*. 1a ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 461.

⁴⁷³GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada – As Ilusões Armadas*. 1a ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 462-463.

A Guerrilha do Araguaia foi acuada não apenas pelas ações violentas dos órgãos de repressão, mas sua dinâmica interna e a lógica de atuação do partido também contribuíram para seu isolamento decisivo com relação à sociedade. No final da década de 1970, quando a luta armada já estava praticamente extinta, a repressão militar recolheu suas amarras e recuou. Era uma estratégia de governo que abarcava o projeto de uma abertura política controlada e subjugada. Sua execução foi planejada para ocorrer em pequenos quinhões e em tom de zigue-zague democrático. No final de 1978, o general presidente Ernesto Geisel “tomou a primeira providência concreta para promover a reconciliação política e revogou o decreto de banimento de 120 exilados políticos”⁴⁷⁴. Na madrugada de 31 de dezembro, ele assinou a revogação do Ato Institucional 5, dando prosseguimento a dinâmica da abertura lenta, gradual e rigorosamente controlada.

Em sua posse como general presidente em 15 de março, João Baptista Figueiredo saldou calorosamente o ditador paraguaio Alfredo Stroessner e afirmando o tom das ações que tomariam o país nos próximos anos, declarou:

Reafirmo, portanto, os compromissos da Revolução de 1964, de assegurar uma sociedade livre e democrática. Por todas as formas a seu alcance, assim fizeram, nas circunstâncias de seu tempo, os presidentes Castello Branco, Costa e Silva, Emília Médici e Ernesto Geisel. [...] As reformas [...] prosseguirão até que possam expressar-se muitas facetas da opinião pública brasileira, purificando o processo das influências desfigurantes e comprometedoras [...]”⁴⁷⁵.

Em junho de 1979, o general presidente João Batista Figueiredo avançou com a estratégia de abertura política. Dirigindo e controlando o movimento de avanço e recuo da transição para democracia, ele enviou para trâmites no Congresso Nacional a proposta do governo autoritário para concessão de anistia aos brasileiros. Para as historiadoras Heloisa Starling e Lilia Schwarcz, o projeto de lei elaborado pelos militares

[...] significou uma tentativa de recomposição do ambiente político, mas era também uma medida de conciliação pragmática. Trazia de volta os exilados [...] libertava presos, e permitia os clandestinos reassumir sua identidade. Não

⁴⁷⁴SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa. *Brasil: Uma Biografia*. São Paulo: Companhia das letras, 2014, p. 478.

⁴⁷⁵BATISTA, João Batista. *Discurso de posse*. Brasília: Palácio do Planalto. Biblioteca da Presidência da República, 25 de março de 1979.

incluía 195 presos políticos condenados por ações armadas [...] nem assegurava reversão aos postos ocupados por quem perdera o emprego ou fora aposentado do serviço público por força da ditadura. Nos dois casos a lei teve conserto. Grave – e até hoje sem conserto – era a cláusula de reciprocidade que estendia a concessão de anistia a todos que cometeram crimes políticos e conexos. Foi essa cláusula que aprovou a impunidade para os militares e, mais de trinta anos depois, continua impedindo a responsabilização individual dos coautores dos crimes praticados pelo Estado durante a ditadura, incluindo tortura, assassinatos e desaparecimentos forçados. [...] garantiu a segurança jurídica da caserna e tornou as Forças Armadas inimputáveis⁴⁷⁶.

A Lei da Anistia foi promulgada no Brasil em 28 de agosto de 1979. Em um processo controlado, os militares concederam ampla proteção a todos os membros que compunham as forças de segurança da ditadura dos processos de grave violação de direitos humanos. Os agentes que comandaram a derrubada da democracia brasileira em 1964 foram os mesmos que dirigiram e chefiaram a transição política. Um processo cheio de concessões às classes de comando e amplamente dominado por afirmações autoritárias de todas as tipologias. Para o cientista político Anthony Pereira,

[...] não é de se surpreender que tenha faltado à transição democrática brasileira não apenas uma comissão da verdade como também a instauração de processos contra integrantes do antigo regime. [...] os militares e o judiciário atuaram na defesa do *estatuos quo* brasileiro, configurando assim uma transição na qual uma pretensa amnésia – aliada a um confesso orgulho pelo passado autoritário – foi a tônica⁴⁷⁷.

O alcance de uma Justiça de Transição tem como ponto de partida inicial o amplo exercício da memória como mecanismo primordial para paz e para o amplo desenvolvimento democrático. Seus significados estão atrelados simultaneamente a três temporalidades diferentes: percorrem o passado para evitar a repetição das bestialidades; caminha pelo presente, envolvendo todos os cidadãos e prerrogativas políticas e sociais; e lança raízes firmes no tempo futuro, ao afirmar e consolidar o catálogo de direitos abrangente.

No processo de transição democrática do Brasil, diversas configurações institucionais com legados autoritários e violentos, sobreviveram. “Aqui, portanto, o desenvolvimento de uma Justiça de Transição foi travado, politicamente, pelos compromissos firmados na migração ‘suave’ da ditadura para a democracia política, o

⁴⁷⁶SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa. *Brasil: Uma Biografia*. São Paulo: Companhia das letras, 2014, p. 479.

⁴⁷⁷PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e repressão; o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010, p. 240.

que proporcionou que ela evoluísse lentamente⁴⁷⁸. Consequência direta e perigosa desse processo de transição democrática falha, é que até os dias de hoje, “em todas as instituições do Estado, permanecem os que eram, à época, jovens apoiadores do regime de força, inclusive se serviram dele para ascenderem na democracia estatal ou nas carreiras políticas [...]”⁴⁷⁹.

Talvez nos dias atuais, a maior representatividade política dessa problemática corrosiva, esteja aglutinada em torno da figura de Jair Bolsonaro. Ele é conhecido nacional e internacionalmente por defender valores autoritários, fazer apologia a ações violentas, e conchamar torturadores como ídolos pessoais. Em março de 2009, durante uma sessão da Câmara de Deputados do Rio de Janeiro, após saudar Emílio Médici e cortejar os militares da ditadura brasileira, Jair Bolsonaro disparou contra a expedição federal de busca pelos restos mortais dos combatentes da Guerrilha do Araguaia:

[...] Não existem mais ossos, presidenta. Vocês foram para lá pegar em armas, financiados por Cuba e morreram em combate. E quem morreu em combate e foi **enterrado em cova rasa, os porcos comeram os ossos. Tenho pena dos porcos, mais nada, além disso.** Comeram os ossos. Graças a Deus [...] ⁴⁸⁰. (*negritos meus*)

Na parede de seu gabinete, estampou durante todo aquele ano um cartaz com os dizeres: “Desaparecidos do Araguaia – Quem procura osso é cachorro”. A manifestação de Jair Bolsonaro, ainda em 2009, causou desgosto e revolta nos mais diversos setores da população. Entretanto, apesar da gravidade do que foi dito e externado, o deputado não sofreu nenhuma sanção política ou criminal. Fora reeleito deputado federal pela 6ª vez seguida. Na década de 1990, em certa oportunidade, o general Ernesto Geisel omitiu seu parecer sobre Jair Bolsonaro quando avaliava a presença de militares na vida política do país: “Presentemente, o que há de militares no Congresso? Não contemos o Bolsonaro, porque o Bolsonaro é um caso completamente fora do normal, inclusive um mau militar”⁴⁸¹.

Contrariando as prerrogativas do próprio Geisel, Jair Bolsonaro foi eleito presidente do Brasil no dia 28 de outubro de 2018. Alcançou nas urnas mais de 57

⁴⁷⁸GENRO, Tarso. *Teoria da Democracia e Justiça de Transição*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 16.

⁴⁷⁹GENRO, Tarso. *Teoria da Democracia e Justiça de Transição*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 16.

⁴⁸⁰Discurso do deputado Jair Bolsonaro na Câmara dos Deputados do Rio de Janeiro. Sessão 031.3.53.O, 11 de março de 2009, às 10 horas e 2 minutos.

⁴⁸¹D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 113.

milhões de votos. Atualmente, no Brasil, fica cada vez mais evidente e alarmante que “a herança autoritária lançou suas sombras na democracia”⁴⁸². Sendo assim, e partindo dessa perigosa realidade, penso que trabalhos históricos, assim como o que apresento – e defendo agora – não podem ser encarados apenas como um exercício acadêmico. Devem atuar como uma advertência e um lembrete desafiador e teimoso aos cidadãos e cidadãs do país: precisamos nos atentar para construção de nossa história e para a proteção de nossos direitos. Esses últimos “podem ser demolidos aos poucos, através de leis, ordens executivas e procedimentos administrativos adotados um de cada vez. Violência de Estado, legalidade politicamente manipulada e injustiça grosseira são perigos presentes”⁴⁸³. Ao final desta análise, gostaria de me permitir encerrar o trabalho relembrando a frase tão atual de Nilmário Miranda e Roberto Valadão: “O que não ficou resolvido, retorna sempre”. Não nos esqueçamos de que o exercício da memória também é um ato de resistência política. A História nunca perdoou ou foi condescendente com os mentirosos e os omissos.

⁴⁸²PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e repressão*; o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010, p. 252.

⁴⁸³PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e repressão*; o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010, p. 294.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A

- ALBERTI, V. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.
- ALI, Tariq. *Fidel Castro: as Declarações de Havana*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- ALONSO, Ângela. *A República da degola (1889 – 1916)*. In: *Conflitos*. São Paulo: IMS, 2017.
- AMAZONAS, João, ANTERO, Luiz Carlos e SILVA, Eumano. *Uma epopeia pela liberdade: Guerrilha do Araguaia 30 anos*. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2002.
- ANDRADE, Everaldo de Oliveira. *A Revolução Chinesa*. Maringá: EDUEM, 2016.
- ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Trad.: Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 10ª ed., 2007.
- _____. *A promessa da política*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2008.
- _____. *Entre o passado e o futuro*. 5ª ed., São Paulo: Perspectiva, 2003.
- _____. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras. Companhia de Bolso, 2012.
- _____. *Responsabilidade e Julgamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- _____. *Sobre a violência*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2009.
- AUGUSTO, Agnaldo Del Nero, MACIEL, Lício Augusto, NASCIMENTO, José Conegundes do (Orgs.) *ORVIL: tentativas de tomada do poder*. São Paulo: Schoba, 2012.
- ### B
- BEBIANO, Rui. *O poder da imaginação – juventude, rebeldia e resistência nos anos 60*. Coimbra: Angelus Novus, 2003.
- BERCHT, Verônica. *Coração Vermelho – A vida de Elza Monnerat*. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2002.
- BERTOLINO, Osvaldo. *Testamento de Luta – A vida de Carlos Danielli*. São Paulo: Instituto Maurício Grabois, 2002.
- _____. *Maurício Grabois: uma vida de combates*. São Paulo: Anita Garibaldi: Instituto Maurício Grabois, 2004.
- BORDIEU Pierre. *O poder simbólico*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. *A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista*,

1920-1964. Editora Hucitec, 1997.

C

CALVEIRO, Pilar. *Poder e desaparecimento: os campos de concentração na Argentina*. São Paulo: Boitempo, 2013

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia – Esquerda em Armas*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1997.

CARDINA, Miguel. *A esquerda radical*. Coimbra, Portugal: Angelus Novus, 2010.

CARDOSO, Ciro Flamarion; et VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História Ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARNEIRO, Ana; e CIOCCARI, Marta. *Retrato da Repressão Política no Campo: Brasil 1962-1985 – Camponeses Torturados, Mortos e Desaparecidos; Direito à Memória e à Verdade*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Dezembro 2011.

CARVALHO, Luiz Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo, 1998.

_____. *O Coronel Rompe o Silêncio, Lício Augusto Ribeiro, que matou e levou tiros na caçada aos guerrilheiros do Araguaia, conta sua história*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

_____. *Pedro Pomar*. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária na Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CHANG, Jung. HALLIDAY, Jon. *Mao: a história desconhecida*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CHAUÍ, Marilena. *A Tortura como impossibilidade da política*. I Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais. Petrópolis: Vozes, 1987.

CHESNEAUX, Jean. *A Ásia Oriental nos séculos XIX e XX*. Pioneira, 1976.

CLUTTERBUCK, Richard. *Guerrilheiros e Terroristas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

COSTA, Alves Dagoberto. *Memórias do Araguaia. Depoimento de um ex-guerrilheiro*. Recife: CEPE editora, 2018.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Três, 1984 (Biblioteca do Estudante).

D

D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

DA SILVA, Helenice Rodrigues. *Fragmentos da história intelectual: entre questionamentos e perspectivas*. Campinas: Papirus Editora, 2002.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História Oral – memória, tempo, identidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DOCUMENTOS. *Guerra Popular – Caminho da Luta Armada no Brasil*. Porto: Edições Maria da Fonte, 1974.

DÓRIA, Palmério. *A Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1981.

DUBY, George. “O Historiador, Hoje”. In: Duby, Áries, Lê Goff (orgs). *História e Nova História*. Lisboa: Teorema, 2002.

E

EMEDIATO, Luiz Fernando. *Trevas no Paraíso – Histórias de amor e guerra nos tempos de chumbo*. São Paulo: Geração Editorial, 2014.

F

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicado Livro 4*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª ed., 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

FERRETTI, Mundicarmo. *A Mina maranhense, seu desenvolvimento e suas relações com outras tradições afro-brasileiras*. Belém: EDUFPA, 2008.

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *A justiça do lobo: posseiros e padres do Araguaia*. Petrópolis: Vozes, 1986.

FORACCHI, Marialice Mencarini (Orgs.). *Karl Mannheim: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1982.

G

GAGNEBIN, Jeann Marie Gagnebin. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo : Editora 34, 2006.

GALVÃO, Walnice Nogueira e GOTLIB, Nádia Battella, orgs. *Prezado senhor, prezada senhoras – estudos sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Derrotada – O Sacerdote e o Feiticeiro*. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2014.

_____. *A Ditadura Envergonhada – As Ilusões Armadas*. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2014.

_____. *A Ditadura Escancarada – As Ilusões Armadas*. 1ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GENRO, Tarso. *Teoria da Democracia e Justiça de Transição*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. 2ª ed. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014.

GOTT, Richard. *Cuba: uma nova história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

GRABOIS, Victória Lavínia. GRABOIS, Mário. *Maurício Grabois: uma vida pelo Brasil*. Editora Expressão Popular, 2010.

GUIMARÃES ROSA, João. *Grande Sertão Veredas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

H

HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos: O breve século XX*, 2ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HUNT, Lynn. *A invenção dos Direitos Humanos – uma história*. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo : Companhia das Letras, 2009.

J

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. 8ª Edição. São Paulo: Editora Àtica. 2000.

JIMÉNEZ, José Vargas. *Bacaba – Memórias de um guerreiro de selva da Guerrilha do Araguaia*. Campo Grande: Edição Pessoal, 2007.

JOFFILY, Bernardo. *Osvaldão e a Saga do Araguaia*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

JOSÉ, Emiliano, MIRANDA, Oldack. *Lamarca: o capitão da guerrilha*. São Paulo. Global Editora, 2000.

K

KIRCHHEIMER, Otto. *Political Justice*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1961.

L

LACERDA, Sônia. “História, narrativa e imaginação histórica”. In: Tânia Navarro Swain, (Org.). *História no Plural*. Brasília: Ed. UnB, 1994.

LIPPI, Lúcia Oliveira e outros (org.). *Conversando com... – Carlo Ginzburg*. Rio de

Janeiro: Ed. FGV, 2003.

LÖWY, Michael (Ed.). *Revoluções*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

M

MACIEL, Lício Augusto. *Guerrilha do Araguaia: Relato de um combatente*. Rio de Janeiro: Edição Pessoal, 2008.

MEDEIROS, Lucília Atas. *No Averso do Paraíso – vida clandestina nos tempos dos generais*. Rio de Janeiro: LF Editorial, 2010.

MIR, Luís. *A Revolução Impossível – A esquerda e a luta armada no Brasil*. São Paulo: Best Seller; Círculo do Livro, 1994.

MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos. *Dos Filhos Deste Solo – Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*. 1a ed., São Paulo: Boitempo; Fundação Perseu Abramo, 1999.

MOCELLIN, Renato. *Reações Armadas ao Regime de 64: Guerrilha ou Terror?* 1a ed., São Paulo: Editora do Brasil, 1999.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MONTENEGRO, Antônio T., RODEGHERO, Carla S., ARAÚJO, Maria Paula (Org.). *Comissão de Anistia (Brasil). Marcas da memória: história oral da anistia no Brasil*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

MORAIS, Taís e SILVA, Eumano. *Operação Araguaia – Arquivos Secretos da Guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

MOURA, Clóvis. *Diário da Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1985.

MOURA E SOUSA, Aluísio Madruga de. *Movimento Comunista Brasileiro; Guerrilha do Araguaia – Revanchismo: A Grande Verdade*. Brasília: Edição Pessoal, 2002.

N

NAPOLITANO, Marco. *O Regime Militar Brasileiro- 1964-1985*. São Paulo: Atual.

NOSSA, Leonencio. *Mata! O major Curió e as Guerrilhas do Araguaia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

NOVAES, Aduino (org). *Civilização e barbárie*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

P

PALHARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *As Muitas Faces da História: Nove Entrevistas*. São Paulo : Unesp, 2000.

PERALVA, Osvaldo. *O Retrato*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1962.

- PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
- PESSOA, Mário. *O Direito da Segurança Nacional*. Rio de Janeiro: Ed. Revista dos Tribunais, 1971.
- POLARI, A. *Em busca do tesouro: uma ficção política vivida*. Rio de Janeiro: Codecri, 1982.
- POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: vol 2, nº 3, 1989.
- POMAR, Pedro. *Massacre na Lapa: como o exército liquidou o Comitê Central do PC do B*. São Paulo: Scritta, 1996.
- POMAR, Wladimir. *Araguaia: O Partido e a Guerrilha – Documentos Inéditos*. São Paulo: Ed. Brasil Debates, Col. Brasil Estudos, nº 2, 1980.
- _____. *A revolução chinesa*. São Paulo: Editora Unesp, 2003.
- POMPE, Carlos (Preparação e Revisão). *Guerrilha do Araguaia – Documentos do PC do B*. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 1996.
- PORTELA, Fernando. *Guerra de Guerrilhas no Brasil*. 2a ed., São Paulo: Global, 1987.
- POUPART, J. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, Vozes, 2008.

R

- REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução chinesa*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- _____. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- REIS FILHO, Daniel Aarão; DE SÁ, Jair Ferreira. *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 a 1971*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- RÉMOND, René; ROCHA, Dora. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.
- REPÚBLICA, Presidência da. *Direito à Memória e à Verdade*. Brasília: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos do Ministério da Justiça e Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.
- RIBEIRO, Bruno. *Helenira Resende e a guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.
- RICHOPO, Neide. *A esquerda no Brasil: um estudo de caso*. Tese de Mestrado

apresentada ao Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, USP. São Paulo: 1988.

RIDENTI, MARCELO. *O Fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Ed. Unesp, 1993.

ROLLEMBERG, Denise e VIZ QUADRAT, Samantha (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários – Ásia e África*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2011.

S

SÁ, Glênio. *Araguaia: relato de um guerrilheiro*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1990.

SADER, Eder. (org.) *Mao Tsé-tung. Política*. São Paulo: Editora Ática, 1982.

SALES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da Revolução Cubana*. São Paulo: Perseu Abramo, 2007.

SÃO PAULO, Mitra Arquidiocesana de. *Brasil: Nunca Mais*. Tomos I a VI. Petrópolis: Vozes, 1985-1988.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa. *Brasil: Uma Biografia*. São Paulo: Companhia das letras, 2014.

SIRKYS, Alfredo. *Os Carbonários*. 14ª ed., São Paulo: Record, 1998.

SKINNER, Q. *Meaning and understanding in the history of ideas*. In: *History and Theory*. Nº 8, 1969.

SILVA, Bianca Fragoso. “*Oswaldão: uma viagem no Imaginário*”. Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2008.

SOUZA, Aluísio Madruga de Moura e. *Movimento Comunista Brasileiro; Guerrilha do Araguaia – Revanchismo: A Grande Verdade*. Brasília: Edição Pessoal, 2002.

STANLEY, Willian. *The Protection Racket State: Elite Politics, Military Extortion, and Civil War in El Salvador*. Filadélfia: Temple University Press, 1996.

STUDART, Hugo A *Lei da Selva: Estratégias, Imaginário e Discurso dos Militares sobre a Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Geração, 2006.

_____. *Em algum lugar das Selvas Amazônicas: As memórias dos Guerrilheiros do Araguaia (1966 – 1974)*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal de Brasília. Dezembro de 2013.

T

TAUBMAN, William; KHRUSHCHEV, Sergei; GLEASON, Abbott (Ed.). *Nikita*

Khrushchev. Yale University Press, 2000.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TIERRA, Pedro. *Poemas do Povo da Noite*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

TODOROV, T. *Memória do mal, tentação do bem. Indagações sobre o século XX*. Tradução de Joana Angélica D'Ávila Melo. São Paulo: Editora ARX, 2002.

TUNG, Mao Tsé. *Problemas de la guerra y estrategia. Selección de escritos militares*. Pequim: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1967.

_____. *“Sobre la Guerra Prolongada”*. *Obras Escogidas de Mao Tse-tung*, Tomo II; tradução em espanhol da 1ª edição chinesa. Pequim: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1968.

W

WAACK, William. *Camaradas*. São Paulo Companhia das Letras, 1992.

JORNAIS e REVISTAS

B

BARRONCAS, Ramon. *A memória, o esquecimento e o compromisso do historiador*. Brasília: Em tempo de histórias, n. 21, p. 124-136, 2012.

BELÉM, Euler França. “A ordem para matar era de Médiçi, diz coronel”. Goiânia: *Jornal A Opção*, Ed. 30 Nov a 06 Dez 1997.

BELÉM, Euler, CARDOSO, Helvécio. “Kafka ataca no Araguaia – Depoimento de Zezinho”. Goiânia: *Jornal A Opção*, ed. 09 Abr 2002.

C

Correio da Manhã. Capa do Jornal. Rio de Janeiro 13 de abril de 1972.

D

DIVERSOS. *Repressão e direito à resistência: os comunistas na luta contra a ditadura (1964-1985)*. São Paulo: Anita Garibaldi, coedição com a Fundação Maurício Grabois, 2013.

F

FIGUEIREDO, Lucas. *O Segredo dos índios Aikewara*. São Paulo: Revista CG, abril de 2011.

FLOSI, Edson. *China prepara brasileiros para fazerem guerrilha em nosso país – I*. São Paulo: Folha de S. Paulo, 21 Nov 1968.

G

GARRIDO, Joan. *As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate*. Revista Brasileira de História. São Paulo, ANPUH/ Marco Zero, v. 13, n 25/26, 1992.

J

Jornal do Brasil. Capa do Jornal. Rio de Janeiro, 13 de abril de 1972.

M

MATOS, Júlia Silveira. SENNA, Adriana Kivasnski de. *História Oral como fonte: problemas e métodos*. Revista Historae. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 2, n. 1, Rio Grande do Sul, 2011.

N

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 10, 1993.

O

OLIVEIRA, Ivana. *Guerrilha do Araguaia – uma história que começa a ser estudada*. Revista *Amazônia*. Manaus: ed. nº 8, Maio 2000.

P

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, nº3, 1989.

R

REESUNK, Edwin B. *Saber os nomes: observações sobre a degola e a violência contra Bello Monte*. In: *Revista ANTHROPOLÓGICAS*, ano 17, volume 24(2): 2013

S

SAINT-PIERRE, Hector Luís. *Considerações sobre a teoria de guerra revolucionária de Mao Tsé-tung*. Crítica Marxista, São Paulo, Xamã, v.1, n.4, 1997.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Narrar o trauma. A questão dos testemunhos de catástrofes históricas*. Rio de Janeiro: Psicologia clínica, v. 20, n. 1, 2008.

SOARES, Martinho Tomé Martins. *História e Ficção: em Paul Ricoeur e Tucídides*. Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press, 2017.

STARLING, Heloisa. *Silêncios da ditadura*. *Revista Maracanan*, N. 12. Rio de Janeiro: julho de 2015.

STUDART, Hugo. *Sonata para Carmen – Carmen acalenta a esperança de ouvir a canção que Hélio lhe compôs antes de desaparecer, quando partiu para a guerrilha do Araguaia; será a sua sonata*. São Paulo, *Folha de S. Paulo*, 23 dez. 2011.

T

TEICH, Daniel Hessel. *Irmão de morto pede que o PC do B abra seus arquivos – Segundo ele, é hora de virem à tona os bastidores da história, revelando detalhes dos dois lados*. Rio de Janeiro: Jornal *O Globo*, 04 Mai 1996.

DOCUMENTÁRIOS

CASTRO, Eduardo. *Guerrilha do Araguaia - as faces ocultas da História*. Documentário TV Goiás, 2009.

FERNANDES, Vandrê. *Camponeses do Araguaia – A guerrilha vista por dentro*. Documentário, 2010.

FRANCA, Belisário. *Documentário Soldados do Araguaia*. Urca Filmes. Março de 2018.

PETTA, Ana. *Osvaldão*. Distribuição própria, dezembro de 2015.

INTERNET

A

A Guerrilha do Araguaia. Memórias Reveladas. Disponível em : <http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/multimedia/araguaia/araguaia.htm>

Ato Institucional 1, de 9 de Abril de 1964. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm.

D

Dossiê 252/96 da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos. Disponível em: <http://cemdp.sdh.gov.br/modules/desaparecidos/acervo/ficha/cid/42>.

E

Estatuto e no Manifesto-Programa do PC do B. Disponíveis em: <http://www.pcdob.org.br/interna.php?pagina=1960.htm>

L

Leis e Costumes de Guerra. Convenção de Genebra. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Conven%C3%A7%C3%A3o-de-Genebra/convencao-de-genebra-i.html>

M

MARINHO, Vaner Mota. “O Comandante Maurício Grabois”. Disponível em: Vermelho.org.br, site oficial do PC do B, publicado em 13 Out 2009.

(http://www.vermelho.org.br/prosapoesia/noticia.php?id_noticia=117442&id_secao=133);

MOURA, Rui. *O pugilista vermelho*. Publicado em 5 de janeiro de 2009: Disponível em: <http://mundobotafogo.blogspot.com.br/2009/01/o-pugilista-vermelho.html>.

LISTA DE DOCUMENTOS

Documentos do PCdoB e Afins

A

ARROYO, Ângelo. *Relatório Arroyo*. 1976

_____ *Um grande acontecimento da vida do país e do partido*. 1976.

C

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório Final*. Brasília, dezembro de 2014.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Depoimento de Danilo Carneiro*. Audiência pública da Comissão Nacional da Verdade, 12 agosto de 2014.

G

GRABOIS, Maurício. *Diário do Velho Mário*.

_____ *Duas Concepções, duas orientações políticas*. Tribuna de Debates do 5º Congresso do PCB, 1960.

F

FOGUERA. *Comunicado ao Ao povo de Marabá, S. Domingos, S. João do Araguaia, Apinagés e Brejo Grande. Comunicado aos Lavradores*. 25 de setembro de 1973. José Carlos, comandante do 1º Destacamento das Forças Guerrilheiras do Araguaia – Destacamento Helenira.

FOGUERA. *O Regulamento de 32 artigos das Forças Guerrilheiras do Araguaia*. Araguaia, década de 1970.

P

PCB. *Resolução Política do V Congresso do PCB*, Setembro de 1960.

PCB. *Declaração Sobre a Política do PCB*. *Jornal Voz Operária*, 22 de março 1958.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *O golpe de 64 e seus ensinamentos*. Agosto de 1964.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *Manifesto Programa. Conferência Nacional Extraordinária do PCdoB*. São Paulo, 18 de fevereiro de 1962.

Documentos da Repressão e Afins

B

BRACO, Humberto de Alencar Castelo. *Revolução de 31 de março*. Discurso de posse. Biblioteca da Presidência da República, 11 de março de 1964.

C

CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXÉRCITO. *1º Relatório da Operação Peixe*. Confidencial. 21 de março de 1972.

CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXÉRCITO. *Ordem de Operações Nº 1 – Operação Sucuri*. CIE, abril de 1973. SECRETO.

CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXÉRCITO. *Telegrama ao Gabinete do Ministro do Exército – CIE*. Assinado pelo general Darcy Jardim – Comandante da 8ª RM, de 9 de junho de 1972.

CODI-II EXÉRCITO. *Declarações de Rioco Kayano à Turma de Interrogatório Preliminar C*. 2ª Seção CODI – II Exército. Documento RESERVADO. 24-25 de agosto de 1972.

COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA. *Plano de Operações PEIXE III – SECRETO*. Ministério do Exército. Comando Militar da Amazônia, 8ª Região Militar. Pará, abril de 1972. Assinado pelo General de Brigada Darcy Jardim de Mattos.

COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA. *Secreto. Operação Peixe I – Diretriz do Comandante da 8ª RM*. Assinado pelo tenente-coronel Raul Augusto Borges, chefe da Segunda Seção da 8ª RM.

COMANDO MILITAR DO PLANALTO. *Operação Araguaia/72 – Operação Papagaio*. Relatório. Comando Militar do Planalto. Secreto. Assinado pelo general-de-divisão Viana Moog, novembro de 1972.

COMANDO MILITAR DO PLANALTO. *Operação Mesopotâmia – Secreto*. Comando Militar do Planalto e 11ª Região Militar, Brasília, 17 de agosto de 1971, assinado pelo general Antônio Bandeira.

COMANDO MILITAR DO PLANALTO. *Relatório de Situação Nº 1*. Comando Militar do Planalto. Setembro de 1972.

S

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO – Agência Rio de Janeiro. *Assaltos a Bancos*. Documento Confidencial SS16 nº 130/69. Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1968.

